

DIMENSÕES DA **CRISE** BRASILEIRA

dependência, trabalho e fundo público



Projeto Editorial
PRAXIS

Epitácio Macário
Edilyanne Dias
Richelly Barbosa de Medeiros
Tainara Alexandre
(Organizador/as)

DIMENSÕES DA CRISE
BRASILEIRA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

REITOR

José Jackson Coelho Sampaio

VICE-REITOR

Hidelbrando dos Santos Soares

EDITORA DA UECE

Erasmio Miessa Ruiz

CONSELHO EDITORIAL

Antônio Luciano Pontes	Lucili Grangeiro Cortez
Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes	Luiz Cruz Lima
Emanuel Ângelo da Rocha Fragoso	Manfredo Ramos
Francisco Horácio da Silva Frota	Marcelo Gurgel Carlos da Silva
Francisco Josênio Camelo Parente	Marcony Silva Cunha
Gisafran Nazareno Mota Jucá	Maria do Socorro Ferreira Osterne
José Ferreira Nunes	Maria Salete Bessa Jorge
Liduina Farias Almeida da Costa	Silvia Maria Nóbrega-Therrien

CONSELHO CONSULTIVO

Antônio Torres Montenegro UFPE	Maria do Socorro Silva Aragão UFC
Eliane P. Zamith Brito FGV	Maria Lírida Callou de Araújo e Mendonça UNIFOR
Homero Santiago USP	Pierre Salama Universidade de Paris VIII
Ieda Maria Alves USP	Romeu Gomes FIOCRUZ
Manuel Domingos Neto UFF	Túlio Batista Franco UFF

DIMENSÕES DA CRISE BRASILEIRA

Dependência, trabalho e fundo público

Epitácio Macário
Edilyanne Dias
Richelly Barbosa de Medeiros
Tainara Alexandre
(Organizador/as)

1ª Edição 2018
Fortaleza - CE



Projeto Editorial
PRAXIS

DIMENSÕES DA CRISE BRASILEIRA

© 2018 Copyright by

Impresso no Brasil / Printed in Brazil
Efetuado depósito legal na Biblioteca Nacional

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE
Av. Dr. Silas Munguba, 1700 – Campus do Itaperi – Reitoria – Fortaleza – Ceará
CEP: 60714-903 – Tel: (085) 3101-9893
www.uece.br/eduece – E-mail: eduece@uece.br

Editora filiada à



Coordenação Editorial

Erasmus Miessa Ruiz

PROJETO EDITORIAL PRAXIS

Rua Machado de Assis, 10-35 - Vila América - Bauru - São Paulo
CEP: 17014-038 - Tel: (14) 313-7968
www.editoraprxis - E-mail: contato@canal6.com.br

Coordenação Editorial

Prof. Dr. Giovanni Alves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária responsável: Aline Grazielle Benitez CRB-1/3129

D875
1.ed. Dimensões da crise brasileira: dependência, trabalho e fundo público / [org.] Eptácio Macário... [et al.]. – 1. ed. – Fortaleza: EdUECE ; Bauru: Canal 6, 2018. 2,1 Mb. ; PDF.

ISBN 978-85-7826-674-5 (EdUECE) e-Book

ISBN 978-85-7917-552-7 (Canal 6 - Projeto Editorial Praxis) e-Book

1. Brasil – crise política. 2. Capitalismo. 3. Movimentos sociais e negros. I. Dias, Edilyanne. II. Medeiros, Richelly Barbosa de. III. Alexandre, Tainara. IV. Título

CDD 306.2

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil: crise política
2. Capitalismo: movimentos sociais e negros

NOTA DO/AS ORGANIZADOR/AS*

Este livro contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, que financiou sua edição por meio do projeto número 8888-7.099783/2015-01; e do Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social – MASS/UECE.

Agradecemos os/as professores/as, intelectuais e ativistas que aceitaram fazer parte da obra, colaborando com suas pesquisas e ajudando na composição do livro.

Por fim, registramos nossa gratidão à equipe que se empenhou na realização do VI Seminário CETROS, cujas palestras e reflexões compuseram parte substantiva desta coletânea.

Fortaleza/CE, dezembro de 2018.

* Sobre o/as organizador/as:

Epitácio Macário é professor adjunto da UECE; doutor em Educação pela UFC; coordenador do laboratório Cetros; e-mail: epitacio.macario@gmail.com.

Edilyanne Dias é assistente social e mestranda em Serviço Social, Trabalho e Questão Social pela UECE; e-mail: edilyanne.as@gmail.com.

Richelly Barbosa de Medeiros é assistente social da Universidade Federal do Ceará; mestra em Serviço Social, Trabalho e Questão Social pela UECE; e-mail: richellybarbosa@ufc.br.

Tainara Alexandre é graduanda em Serviço Social pela UECE; pesquisadora do laboratório Cetros; bolsista PIBIC/CNPq; e-mail: tainaraalexandre2@gmail.com.

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	9
<i>Por Mônica Duarte Cavaignac</i>	

PARTE I

Crise, dependência e mundo do trabalho no Brasil

I A crise do capitalismo dependente brasileiro.....	23
<i>Marcelo Dias Carcanholo</i>	
II Brasil: o futuro do pretérito - notas sobre as perspectivas do trabalho no século XXI.....	57
<i>Giovanni Alves</i>	
III Crise capitalista, luta de classe e golpe no Brasil	77
<i>José Meneleu Neto</i>	
IV Sob o signo do atraso: figurações da modernização conservadora no realismo crítico de Graciliano Ramos.....	93
<i>Paulo Massey</i>	

PARTE II

Sistema da dívida, fundo público e políticas sociais

V Dívida pública, sistema tributário e financiamento de C&T no Brasil (2003-2017)	115
<i>Luiz Fernando Reis</i> <i>Epitácio Macário</i>	

VI	Educação superior e trabalho docente na lógica capitalista contemporânea	151
	<i>Francisca Rejane Bezerra Andrade</i>	
	<i>Mônica Duarte Cavaignac</i>	
VII	O financiamento das universidades estaduais do Ceará.....	167
	<i>Flávia Rebecca Fernandes Rocha</i>	
VIII	Nordeste do Brasil: a disputa entre o capital e o trabalho pelos recursos do fundo público estadual.....	191
	<i>Osmar Gomes de Alencar Júnior</i>	

PARTE III

Conservadorismo, questão urbana e rural

IX	Racismo estrutural e desafios dos movimentos sociais negros na contemporaneidade	215
	<i>Maria Zelma de Araújo Madeira</i>	
	<i>Richelly Barbosa de Medeiros</i>	
X	Recrudescimento do conservadorismo e a luta das mulheres: contribuição ao debate	235
	<i>Teresa Cristina Esmeraldo Bezerra</i>	
XI	Traços da espoliação urbana no Brasil contemporâneo: segregação socioespacial e a questão da moradia.....	247
	<i>David Moreno Montenegro</i>	
XII	Da expropriação camponesa à resistência em luta: desafios e perspectivas da luta dos/as trabalhadores /as do campo no Estado do Ceará	273
	<i>Maria de Jesus dos Santos Gomes</i>	

PREFÁCIO

Por Mônica Duarte Cavaignac

Falar e ouvir falar sobre crise hoje, no Brasil, fazem parte do cotidiano das pessoas. Da linguagem do senso comum ao “economês crítico”, das conversas de mesas de bar e de bancos de praça aos circuitos acadêmicos e políticos, a palavra crise está na boca de muitos brasileiros, que lhe atribuem distintas características: crise econômica, política, ecológica, ética, em todos os sentidos. De fato, a crise assume amplas dimensões, configurando uma realidade de insegurança, medo, descrença e pessimismo. Não por acaso, ela atinge e preocupa pessoas, famílias, categorias profissionais, organizações e movimentos sociais, que buscam, muito mais do que explicações, saídas individuais e coletivas para a crise. Saídas em torno das quais se desenvolvem consensos e conflitos. Entre suicídios e guerras de que se tem notícias quase que diariamente (das guerras entre nações àquelas entre facções), parece resurgir a luta de classes e, com esta, os projetos de classe para o desenvolvimento econômico, as políticas sociais, os ajustes fiscais e as reformas que se supõem necessárias para a efetivação dos respectivos projetos.

Se a crise é estrutural, a explicação para ela está na própria lógica do sistema sociometabólico do capital, como acentuou Mészáros, em *Para além do capital*. As saídas, contudo, podem fortalecer ou impor contradições a essa lógica, a depender dos interesses de classe dominantes e das correlações de forças políticas em determinadas conjunturas. Em tempos “temerosos”, que se instauram com o *impeachment* da Primeira Presidenta do Brasil – eleita duas vezes pelo povo por um partido de esquerda, como sucessora daquele que poderia ser candidato novamente à Presidência nas eleições de 2018, não fosse o fato de se encontrar preso, condenado por corrupção numa conjuntura em que a direita, ao ver seus interesses ameaçados, diz querer passar o

País a limpo – torna-se mais claro o fato de que o capital, predominantemente financeiro e mundializado, não está disposto a fazer quaisquer concessões à classe trabalhadora, nem mesmo a garantir os ganhos sociais obtidos durante os governos neodesenvolvimentistas. Pelo contrário, uma de suas principais estratégias de enfrentamento à própria crise consiste na intensificação da exploração do trabalho, destruindo os limites que as lutas e conquistas sociais haviam estabelecido à superexploração, sobretudo com a redemocratização e a promulgação da Carta Magna Federal de 1988.

A chamada Constituição Cidadã, todavia, bem como a legislação social, é alvo de sucessivos ataques do Poder Legislativo, com base no discurso de que as emendas constitucionais e a reforma trabalhista, por exemplo, são necessárias para combater a crise. Diante desta última, há quem defenda, em nome das instituições democráticas, o retorno à ditadura militar e o uso intensivo das forças armadas como modalidade prioritária de combate à violência, a qual cresceu assustadoramente nas últimas décadas, acompanhando o aumento da população supérflua para o capital e do número de jovens que têm vidas desperdiçadas no precário mundo do trabalho, criminalidade, drogas e prisões. Há também quem proponha a privatização das empresas estatais como saída para o problema da dívida pública e como meio de estimular o crescimento econômico; e, ainda, quem proponha a desregulamentação do mercado de trabalho a fim de gerar empregos, enquanto o que se observa é a precarização das relações trabalhistas como um problema tão estrutural quanto o desemprego.

Por outro lado, na contramão das propostas neoliberais e neoconservadoras, uma população cada vez maior, constituída de trabalhadores e trabalhadoras, homens e mulheres excluídos do mercado de trabalho, submetidos a precárias condições de trabalho, vítimas de variados formatos de violência e discriminação social (étnico-raciais, geracionais, de classe, de gênero, entre outras), privados do acesso aos direitos sociais, tentam, ao mesmo tempo, garantir a própria sobrevivência e organizar-se politicamente para resistir aos interesses de uma minoria concentradora de renda e detentora de poder, disputar o fundo público em defesa de políticas sociais mais amplas e universais, bem como lutar pela efetivação da democracia, que tende a ser posta sob ameaça em contextos de crise.

Ante o contexto atual, é a crise que também dá a tônica deste livro, resultado do esforço empreendido por pesquisadores vinculados ao Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (CETROS), laboratório da Universidade Estadual do Ceará (UECE), no sentido de propagar as reflexões sobre os temas discutidos no VI Seminário CETROS, que ocorreu nos dias 22, 23 e 24 de agosto de 2018, no *Campus* do Itaperi/UECE. “Crise e mundo do trabalho no Brasil: desafios para a classe trabalhadora” foi a temática da sexta edição do referido Seminário, que, desde 2004, promove o debate multidisciplinar sobre temáticas atuais e também relevantes para a classe trabalhadora: “Crise estrutural do capital, processo civilizatório e a política” (I Seminário, 2004); “Crise do capital e transformação social” (II Seminário, 2006); “Crise capitalista, questão social e questão urbana” (III Seminário, 2009, que resultou num dossiê publicado pela Revista RET 6, disponível em <www.estudosdotrabalho.org/RevistaRET06.htm>; “Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social” (IV Seminário, 2013); “Imperialismo, dependência e lutas sociais” (V Seminário, 2015). O IV e o V Seminários do CETROS deram origem ao livro “Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social”, publicado pela Editora Expressão Gráfica, de Fortaleza, em 2016.

Intitulado *Dimensões da crise brasileira: dependência, trabalho e fundo público*, este livro está organizado em 12 capítulos, distribuídos em três partes. A primeira, “Crise, dependência e mundo do trabalho no Brasil”, é aberta pelo escrito de Marcelo Dias Carcanholo, “A crise do capitalismo dependente brasileiro”, onde são discutidas as características da atual crise estrutural do capitalismo mundial e as especificidades da condição dependente da economia brasileira, aprofundadas pelo neoliberalismo. Na análise do autor, o capital procura sair da situação tendente ao colapso, repassando a conta do ajuste para a classe trabalhadora, e nenhum governo, até agora, rompeu de fato com a estratégia de desenvolvimento neoliberal. O que diferenciou a implementação desta estratégia pelos governos do Partido dos Trabalhadores em relação ao governo Michel Temer foi simplesmente a realidade conjuntural externa, marcada, até a crise da economia mundial em 2007/2008, pelo crescimento das economias para as quais o Brasil exportava e pelo comportamento favorável dos mercados internacionais de crédito, o que teria permitido a elevação das taxas de crescimento, maiores arrecadações e, conseqüentemente, algum tipo de política social compensatória. Para Carcanholo, Lula e Dilma não

fizeram governos realmente de esquerda, uma vez que não promoveram verdadeira modificação estrutural da concentração de renda e de riqueza, que ampliasse os mercados internos, transpondo os acordos de livre comércio. Desse modo, o autor assinala que uma resposta alternativa à crise da economia brasileira requer outra estratégia de desenvolvimento, não a estratégia liberal, que continua na agenda governamental.

Giovanni Alves, em “Brasil: o futuro do pretérito - notas sobre as perspectivas do trabalho no século XXI”, situa o Brasil como referência para a nova precariedade salarial dominante no capitalismo global desde o começo do século XXI. O autor expõe a particularidade da exploração da força de trabalho no Brasil, caracterizada historicamente pela flexibilidade estrutural do mercado de trabalho e a superexploração da força de trabalho, elementos orgânicos do capitalismo dependente de industrialização hipertardia. Seu texto expressa notas críticas sobre a debacle do neodesenvolvimentismo no Brasil (2003-2014), o desenvolvimento (e crise) do capitalismo global e algumas tendências de desenvolvimento do mundo do trabalho para a década de 2020, chamando atenção para a inserção dependente e subalterna do Brasil no capitalismo mundializado, que ocorreu com a disrupção da reestruturação produtiva e a reforma do Estado nos anos de 1990, incluindo a reforma trabalhista que desmantelou a CLT, o processo do golpe jurídico-parlamentar, a pauta reformista do Governo Michel Temer e a “Operação Lava-Jato”, cuja seletividade buscou criminalizar o PT e impedir a candidatura de Lula em 2018. Diante da atual realidade, marcada pela instabilidade da ordem democrática e pelas contradições abertas pelo capitalismo global, cabe às esquerdas desenvolver outra capacidade política, ideológica e organizacional, que, segundo o autor, é hoje inexistente.

Em “Crise capitalista, luta de classe e golpe no Brasil”, a proposta de José Meneleu Neto é discutir os elementos econômicos que impulsionaram o golpe parlamentar de 2016. Para tanto, o autor explica que é na esfera da circulação de mercadorias, aparência do sistema capitalista, que se encontra “em germe” a estrutura da sociabilidade burguesa. É na esfera da circulação e da troca onde a “igualdade”, a “liberdade” e a “propriedade” são estabelecidas como os pressupostos econômico-jurídicos do liberalismo. É também nessa esfera onde é “encontrada” a mercadoria força de trabalho, condição de possibilidade do capital. E a contradição entre os interesses econômicos

de trabalhadores e capitalistas se inicia no momento de celebração do contrato de compra e venda da força de trabalho, isto é, na esfera de circulação. São os interesses econômicos que explicam a anatomia peculiar da sociedade burguesa e, portanto, explicam também o golpe no Brasil. Nesse sentido, a articulação categorial desenvolvida pelo autor sobre os acontecimentos de 2016 está centrada na luta entre os interesses de classe no nível das políticas econômicas, considerando a conjuntura global e seus influxos no Brasil. Ao analisar a política econômica “neo-desenvolvimentista” iniciada no País em 2003, no interior das tendências da crise global capitalista pós-2007, o autor ressalta a existência de nova onda neoliberal, que vem descarregando progressivamente o peso da crise nos ombros da massa trabalhadora, por meio do arrocho nos gastos sociais e da maior “flexibilidade” na legislação protetiva do trabalho, o que se traduziu em maior fragilização dos trabalhadores na venda da força de trabalho. A principal característica do ciclo neodesenvolvimentista foi o comportamento do mercado de trabalho aliado à redução do Exército Industrial de Reserva, manifestada no fenômeno perceptível da redução da taxa de desemprego. Permanecem, todavia, as determinações fundamentais da economia capitalista.

O texto de Paulo Massey, “Sob o signo do atraso: figurações da modernização conservadora no realismo crítico de Graciliano Ramos” – fecha a primeira parte do livro, relacionando metodologicamente Literatura e História, ao explicar o progresso da sociedade brasileira sob o signo do atraso. O autor mostra como o realismo crítico dos romancistas do Nordeste, especialmente de Graciliano Ramos, é importante para compreender a formulação histórica do ideário nacional e as ideias fundamentais acerca da brasilidade, tendo em vista um quadro coerente de reflexão sobre o processo formador da realidade brasileira. Assim, ele interpreta os modos de figuração literária da particularidade do capitalismo no Brasil, em sua modernização conservadora pela via colonial, mediante o realismo crítico do referido Escritor alagoano. Conforme destaca o autor, para um observador crítico como Graciliano Ramos (1892-1953), as forças que tornaram possível o Modernismo de 1922 e que precipitaram a Revolução de 1930 foram as mesmas que continuaram seu curso, tornaram mais evidentes as contradições da modernização sob a égide do atraso e ganharam a devida expressão literária. A experiência intelectual de Graciliano Ramos ante a modernização brasileira é mais bem

compreendida com esteio na hipótese de que esse momento histórico decisivo é expresso dialeticamente como crítica da formação social desta Nação.

A segunda parte do livro, “Sistema da dívida, fundo público e políticas sociais”, inicia-se com o trabalho de Luiz Fernando Reis e Epitácio Macário, “Dívida pública, sistema tributário e financiamento de C&T no Brasil (2003-2017)”, em que os autores tratam do financiamento da Ciência e da Tecnologia, dos gastos da União com a dívida pública e do sistema tributário. Eles ressaltam que o direcionamento da política econômica brasileira pelo princípio da geração de receitas para o pagamento de juros e encargos da dívida pública é o modo como a burguesia e o Estado respondem à crise estrutural do sistema do capital, o que não só reproduz, mas também aprofunda, a histórica dependência técnico-científica do País. Assim, a dívida pública constitui instrumento privilegiado de saque dos recursos orçamentários dos Estados nacionais para viabilizar a rentabilidade do capital financeiro e fictício, passando pelo sistema tributário nacional – um dos mecanismos de extração de renda dos estratos de rendimentos mais baixos da população brasileira, ao mesmo tempo em que poupa as rendas altas e o patrimônio – até o financiamento do complexo público de C&T, lançando mão de dados orçamentários destinados ao setor. Para os autores, a discussão sobre a disputa do fundo público tem de questionar a própria estrutura do sistema de arrecadação tributária, pois nela já está embutida sua natureza social e política, isto é, de combate ou reprodução das desigualdades sociais. Ao enfatizarem que o enfrentamento consequente da crise que acomete a C&T brasileira se inscreve nas lutas mais gerais contra a agenda regressiva em curso, os autores provocam as comunidades acadêmicas e sociedades científicas a encontrarem as mediações programáticas e práticas que as situem em unidade com os movimentos sociais e sindicais dos trabalhadores. Uma dessas mediações é colocar o horizonte orientador da produção científica e técnica no Brasil a serviço da pesquisa e da busca de soluções dos problemas que afligem a classe trabalhadora brasileira.

Em “Educação superior e trabalho docente na lógica capitalista contemporânea”, Francisca Rejane Bezerra Andrade e Mônica Duarte Cavaignac destacam os problemas e desafios impostos à educação superior e ao trabalho docente num contexto de crise estrutural do capital e, particularmente, de crise econômica e política na sociedade brasileira. De acordo com as autoras,

a ideia da educação superior como um direito de todos os cidadãos, fundada no princípio da formação integral dos sujeitos sociais, é posta na berlinda pelas diretrizes neoliberais implantadas no Brasil desde os anos de 1990, que transformam a educação num lucrativo negócio. Sob a razão expansionista do capital e o aparato político-jurídico do Estado, a expansão da educação superior no País, ao mesmo tempo em que ampliou o ingresso de estudantes e fez crescer um mercado de trabalho para docentes, trouxe uma série de desafios à qualidade da formação profissional e ao exercício da docência, sobretudo no que diz respeito à complexidade da carga de trabalho dos professores e à precarização de suas relações e condições de trabalho. Com efeito, se espriaram, entre outras tendências, o aligeiramento da formação profissional, o produtivismo acadêmico, a intensificação do trabalho docente, a fragilização da ciência e da tecnologia nacionais e a consequente perpetuação de uma sociedade economicamente dependente, de modo que se torna cada vez mais necessária, entre as lutas da classe trabalhadora, aquela pelo direito à educação pública, gratuita e de qualidade.

O texto de Flávia Rebecca Fernandes Rocha, “O financiamento das universidades estaduais do Ceará”, expressa resultados de uma pesquisa encomendada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), analisando a execução orçamentária das três Universidades Estaduais do Ceará: Fundação Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fundação Universidade Vale do Acaraú (UVA) e Fundação Universidade Regional do Cariri (URCA), dos anos de 2012 a 2017. A autora parte do entendimento de que o orçamento constitui a peça mediante a qual se administram as receitas, as despesas e a dívida dos poderes públicos, configurando espaço de disputa e expressão da luta entre as classes sociais. Ela ressalta o fato de que, no Brasil, o orçamento público foi e continua sendo amplamente utilizado para atender aos interesses da burguesia nacional e internacional, e a maneira escancarada como ocorre após a alteração do regime fiscal do País por meio da Emenda Constitucional nº 95/2016, com efeitos devastadores para as políticas sociais, inclusive para a educação, direito social previsto na Constituição Federal de 1988 e na Constituição Estadual do Ceará. A pesquisa aponta que, das 65 instituições de educação superior no Ceará, 58 são privadas e apenas sete são públicas, sendo quatro federais e três estaduais. Desse modo, há um duplo movimento na educação brasileira: o sucateamento do

ensino em instituições públicas para, em contrapartida, vendê-lo em instituições privadas com financiamento público! Com esse quadro, a alternativa que se mostra à classe trabalhadora é a luta pela defesa intransigente da educação pública, gratuita e de qualidade.

Osmar Gomes de Alencar Júnior, em “Nordeste do Brasil: a disputa entre o capital e o trabalho pelos recursos do fundo público estadual”, finaliza a segunda parte do livro, trazendo a contraditória função do fundo público em tempos de crise estrutural do capital, qual seja, garantir a reprodução do capital e da força de trabalho. Ele ressalta que o fundo público passou a desempenhar papel estratégico no atual processo de acumulação capitalista, transferindo cada vez mais recursos extraídos da sociedade, via tributação, para o capital financeiro, o que implica o desvio de recursos orçamentários destinados ao financiamento das políticas sociais brasileiras. Desse modo, ele mostra dados de uma pesquisa em que busca entender como os governos estaduais situados na periferia (região Nordeste) da periferia (Brasil) do capital mobilizaram os recursos financeiros – próprios dos Estados e descentralizados pelo governo federal – e os direcionaram para os gastos social e financeiro, no período de 2007 a 2014. Entre outros achados, constatou que a formação do fundo público estadual, na região Nordeste, baseou-se em impostos regressivos, os quais, prioritariamente, atingem a classe trabalhadora e sua fração de renda mais baixa, evidenciando o seu papel de principal financiadora do gasto público e, por consequência, dos dispêndios sociais e financeiros dos estados da região Nordeste. A classe trabalhadora, entretanto, se beneficiou menos das políticas públicas, sustentadas pelos gastos sociais, do que a burguesia financeira se apropriou dos rendimentos oriundos do serviço da dívida pública estadual, o que expressa o caráter contraditório do fundo público mostrado pelo autor.

A terceira parte do livro, com o título “Conservadorismo, questão urbana e rural”, inicia-se com o texto “Racismo estrutural e desafios dos movimentos sociais negros na contemporaneidade”, de Maria Zelma de Araújo Madeira e Richelly Barbosa de Medeiros. As autoras chamam atenção para o racismo como realidade estrutural e superestrutural na sociedade brasileira, enfatizando as desigualdades raciais nos planos econômico e ideológico-cultural, sob a luz do marxismo. Nessa perspectiva, analisam a herança da escravidão moderna e as marcas do preconceito e da discriminação contra

homens negros e mulheres negras no Brasil atual, apontando a funcionalidade das ideias e práticas racistas à reprodução do sistema capitalista, com seus traços gritantes de desigualdade de classe. Para tanto, elas procuram deslindar as raízes do racismo na sua dimensão material e na superestrutura da nossa sociedade, tendo por base as particularidades da formação social e histórica nacional, que demarcam um lugar de subalternização da população negra, tanto no mercado de trabalho como nas esferas que envolvem o imaginário social, retraindo suas oportunidades de melhores condições de vida e, ao mesmo tempo, atribuindo-lhes imagens sociais negativas e estereotipadas. Destacam, ainda, a contribuição do movimento negro para o processo democrático e participativo no Brasil, tendo em vista a desnaturalização das hierarquias raciais, a efetivação de políticas de reconhecimento identitário e de redistribuição econômica e, sobretudo, a construção de um projeto de nação antirracista, em que sejam desenvolvidos processos políticos de resistência e de oposição com forte defesa dos direitos humanos e sociais.

Teresa Cristina Esmeraldo Bezerra, em “Recrudescimento do conservadorismo e a luta das mulheres: uma contribuição ao debate”, ao enfatizar sua vivência afetiva e política no movimento feminista, reporta-se ao recrudescimento do conservadorismo no Brasil, apontando suas raízes e expressões na atualidade, bem como os desafios que suas tendências denotam para as lutas das mulheres. O texto chama a atenção para a longa tradição de golpes de Estado contra a soberania popular, impostos pelas elites conservadoras brasileiras, de modo a manterem intocável um passado de dominação, a exemplo da reprodução da escravidão sob a modalidade de uma abolição inacabada, em que se mantiveram os/as ex-escravos/as e seus descendentes em condição de miséria permanente e secular. Entre outras expressões do conservadorismo nos dias de hoje, a autora destaca o machismo e a misoginia, que aparecem, tanto nas relações cotidianas, quanto nas imagens e nos discursos de ódio às minorias sexuais que circulam na mídia e nas redes sociais. Conforme sua análise, há um pacto de dominação classista, racista e patriarcal, que sustenta há séculos a (re)produção da questão social no Brasil e se (re)atualiza sempre que se tenta alterar as regras do jogo a favor dos/as oprimidos/as. Em um contexto de crise econômica, contrarreformas e pautas restritivas de direitos, trabalhadoras negras e pobres são especialmente atingidas, assim como a comunidade LGBTQTT, o que desafia os movimentos feministas e as

feministas ao diálogo entre si e com outros movimentos sociais, tendo em vista a invenção e a reinvenção cotidiana de lutas de resistência às opressões de gênero, raça, sexualidades e classe.

David Moreno Montenegro, em “Traços da atual espoliação urbana no Brasil: segregação socioespacial e a questão da moradia”, analisa os atuais contornos do capitalismo no Brasil para chegar às raízes da debacle brasileira. Com base em Harvey, o autor destaca a ideia de acumulação por espoliação e algumas de suas expressões atuais, como a mercadização e a privatização da terra; a conversão de vários direitos, antes considerados comuns, em direitos exclusivos da esfera privada; a supressão de direitos dos camponeses; a mercantilização da força de trabalho e a eliminação de modos alternativos de organização da produção e do consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos, inclusive de recursos naturais; e a utilização da dívida nacional e do sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva. O objetivo de seu trabalho é contribuir para a compreensão do retorno do neoliberalismo à realidade brasileira, o qual ameaça a consolidação de programas como o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Pensando de maneira específica as políticas sociais voltadas para a promoção da moradia digna e o atendimento às necessidades de habitação, o autor questiona se as atuais arquiteturas de financiamento da habitação no Brasil podem ser consideradas como sistemas de promoção de direitos sociais ou se, de alguma maneira, produzem mecanismos de espoliação. Desse modo, ressalta que as novas matrizes de financiamento imobiliário no Brasil tratam a moradia como uma mercadoria qualquer, livremente negociada no mercado, ao não enfrentar a segregação socioespacial e ao reproduzir um padrão histórico de ocupação do território urbano, em que o assentamento da população pobre e socialmente vulnerável é feito prioritariamente em periferias precárias e mal equipadas. Assim se expressa uma das faces contemporâneas mais perversas da espoliação urbana no Brasil.

Por fim, o trabalho de Maria de Jesus dos Santos Gomes, “Da expropriação camponesa à resistência em luta: desafios e perspectivas da luta dos/as trabalhadores/as do campo no Estado do Ceará”, parte das transformações no capitalismo contemporâneo, destacando as influências da globalização na divisão mundial da produção e do trabalho, para mostrar que os países do hemisfério Sul, entre estes o Brasil, vivenciam uma ofensiva do capitalismo

financeiro no campo. Tal ofensiva é comparada a um novo formato de colonização, em que, mediante a apropriação e a mercantilização dos recursos naturais – terra, biodiversidade, água, ar, petróleo (pré-sal), minérios e hidrelétricas, dentre outros – recria-se a base material para o capital financeiro. Nesta nova geopolítica, a reprimarização da economia do Brasil – produtor prioritário de matérias-primas, grãos, energia, petróleo, celulose e minérios – se expressa por meio do abastecimento do mercado mundial com a intensificação do apoio político, jurídico e financeiro do Estado brasileiro aos organismos multilaterais do capital, alterando a questão agrária e agrícola no País. Com efeito, é expresso para o campesinato brasileiro, inclusive no Ceará – onde as relações sociais têm como base o coronelismo – o desafio de resistir ao modelo de agricultura do agronegócio, o que não é tarefa simples, porquanto a aliança da agricultura com a indústria e os mercados esvazia as políticas de Estado conquistadas na perspectiva de sua autonomia. A autora aponta como desafios para a classe trabalhadora camponesa, nestas circunstâncias reais, a afirmação de um projeto contra-hegemônico de agricultura camponesa, com base na reforma agrária popular, e a unificação da luta pelo estabelecimento de uma sociedade socialista com o conjunto da classe trabalhadora.

Esta coletânea de trabalhos expressa o esforço intelectual dos autores e autoras não só de desvelar os sentidos e dimensões da crise que atinge a sociedade brasileira nos últimos anos – a qual tem suas raízes na histórica condição de dependência e subordinação econômica do Brasil em sua inserção no panorama do capitalismo mundial – mas também o compromisso político de apontar opções ao desenvolvimento dependente, bem como estratégias de resistência e de luta contra o sistema de reprodução e de dominação do capital; estratégias estas que imponham contradições às modalidades capitalistas de acumulação, com predominância da lógica de valorização do capital financeiro; de regulação da vida social, intensivamente assinalada pelo neoliberalismo; e de controle ideológico, com suporte no estímulo ao individualismo, ao pragmatismo e ao conservadorismo.

PARTE I

CRISE, DEPENDÊNCIA E MUNDO DO
TRABALHO NO BRASIL

A CRISE DO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO

Marcelo Dias Carcanholo*

1. INTRODUÇÃO

As economias dependentes inserem-se de maneira subordinada na divisão internacional do trabalho que caracteriza o mercado mundial capitalista. Os determinantes estruturais dessa condição dependente são constituídos por distintos mecanismos de transferência do valor produzido nos capitalismo dependentes que são apropriados e, portanto, fazem parte do processo de acumulação das economias centrais, imperialistas. Além desses determinantes estruturais, que caracterizam essas economias desde seu passado colonial, determinações histórico-conjunturais também são importantes para as possibilidades e limites dessas economias dependentes. Em especial nos últimos tempos do capitalismo contemporâneo, o panorama externo – favorável ou não – é um desses importantes determinantes conjunturais.

Este capítulo tem por objetivo caracterizar a natureza específica desse capitalismo contemporâneo para, então, estudar a especificidade da dependência contemporânea da economia brasileira. Com base nisso, é possível entender as particularidades da atual crise estrutural do capitalismo mundial, suas repercussões no capitalismo dependente e, em conjunto com as

* Presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP) de 2016 a 2018, Presidente da Sociedade Latino-americana de Economia Política e Pensamento Crítico (SEPLA) entre 2014 e 2016, Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Marx e Marxismo (NIEP-UFF), e Professor colaborador da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF-MST). E-mail: mdcarc@uol.com.br.

especificidades do desenvolvimento e da política econômica no Brasil, compreender a atual crise da economia brasileira.

2. O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E SUA CRISE ESTRUTURAL

A atual crise pela qual passa o capitalismo contemporâneo pode ser um desdobramento dialético das contradições do capitalismo desenvolvidas nesta fase histórica específica. O sentido de acumulação do capitalismo contemporâneo é, por sua vez, consequência dos modos como este mesmo capitalismo saiu de sua última – antes desta – crise estrutural.¹

A última crise estrutural do capitalismo data do final dos anos 60 do século imediatamente passado.² Independentemente de sua especificidade histórica, como qualquer outra crise do capitalismo, ela representou uma

-
- 1 A expressão crise estrutural pode gerar alguns enganos. Não se trata de uma crise terminal, que levará o capitalismo, inexoravelmente, à própria destruição. Tal interpretação fatalista, determinística, teleológica, é completamente estranha a Marx, que entendia as leis de tendência do capitalismo em um sentido dialético. Para ele, as crises do capitalismo são cíclicas: *“Aqui, hay que distinguir. Cuando A. Smitih explica la baja de la tasa de ganância por la superabundance of capital, accumulation of capital, se trata de un efecto permanente, y esto es falso. En cambio, [hay] transitoriamente superabundance of capital. Superproducción, crisis, es algo distinto. Crisis permanente no existe”*. (MARX, 1980: 457, nota a – itálicos originais). Para um sentido diferente da dicção crise estrutural, às vezes de modo confuso, ver Mészáros (2009). *Crise estrutural*, para ser preciso, significaria que o capitalismo, para reconstruir (novas) bases de um novo processo de acumulação de capital subsequente estaria obrigado a modificar radicalmente as bases do processo de acumulação que o caracterizaram até aquele momento.
 - 2 Equivocadamente, e de forma majoritária, costuma-se entender a crise dos anos 1970 (e não desde o final dos 1960!) como se fosse um fenômeno provocado por: (i) ruptura unilateral em 1971 por parte do governo dos Estados Unidos da conversibilidade do dólar em ouro (fim do sistema monetário de *Bretton Woods*); (ii) primeiro choque dos preços do petróleo em 1973. Na verdade, os primeiros sinais da crise vêm de 1968/69, com a redução dos indicadores de produção, a redução das taxas de lucro, a queda da formação bruta de capital fixo, a elevação das taxas de desemprego e inflação. Para mais detalhes sobre essa crise e uma crítica da mistificação apologética da teoria econômica convencional, ver Mendonça (1990).

superprodução de capital³ e a redução da taxa de lucro, que nada mais é do que a consequência do valor-capital ter sido produzido em excesso. Superprodução de capital em todas as suas formas (capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria) e redução da taxa de lucro são duas faces do mesmo processo.

Para reconstruir suas bases para um novo processo de acumulação, o capital deve encontrar espaços de valorização para esse capital acumulado em excesso. O capitalismo contemporâneo foi historicamente constituído precisamente em função da resposta que o modo de produção capitalista encontrou para sua crise estrutural dos anos 1960/1970. Essa resposta incluiu:

- i. reestruturação produtiva que, dentre outras coisas, promoveu a redução dos tempos de rotação do capital e, portanto, elevou a taxa anual ou periódica de mais-valia, consequentemente a taxa anual ou periódica de lucro. (MARX, 1988, vol. III, seção II);
- ii. reformas estruturais nos mercados de trabalho que implicaram o aumento da taxa de mais-valia, tanto nos países centrais da acumulação mundial de capital quanto nos países periféricos;
- iii. aumento da parcela do valor produzido pelo capitalismo periférico para a apropriação/acumulação nos países centrais, seja por mecanismos ligados à concorrência dentro e entre setores produtores de mercadorias, ou ainda por modalidades de remessa de recursos como serviço da dívida externa e transferência de lucros e dividendos, em função do investimento direto estrangeiro;
- iv. expansão dos mercados, dada a intensificação dos processos de abertura comercial e liberalização financeira;
- v. mudança da lógica de apropriação/acumulação do capital, segundo as determinações dadas pelo que Marx denominou de capital fictício.⁴

3 “Superprodução de capital significa apenas superprodução de meios de produção – meios de trabalho e subsistência – que podem funcionar como capital, ou seja, que podem ser empregados para a exploração do trabalho em dado grau de exploração, e a queda desse grau de exploração abaixo de dado ponto provoca perturbações e paralisações do processo de produção capitalista, crises destruição de capital”. (MARX, 1988, vol. IV: 183).

4 Além das seções citadas de *O Capital*, uma discussão mais sintética do assunto pode ser encontrada em Paineira e Carcanholo (2009).

Todo esse processo foi impulsionado, respaldado e referenciado por uma ideologia neoliberal que, não por casualidade histórica, se tornou hegemônica nesse período histórico.

Cada um desses elementos constituintes da resposta do capital para sua crise estrutural dos anos 1960/1970 é importante o suficiente para exigir um tratamento rigoroso e pormenorizado dos seus efeitos. Consideramos, entretanto, que o último aspecto nos permite destacar um dos elementos cruciais na identificação da lógica específica do comportamento do capitalismo contemporâneo.

O entendimento categoria capital fictício em Marx só é possível dentro do que o autor chama da autonomização/substantivação das formas do capital (1988, vols. IV e V, seções IV e V). Esta temática, ao contrário do que se possa imaginar, não é um corolário das leis gerais de funcionamento do capital total, com suporte no qual frações específicas do capital apresentariam especificidades. Para Marx, faz parte da legalidade do capital total o fato de que as configurações que este utiliza para se mostrar nos distintos momentos de sua circulação ganhem uma autonomia relativa de funcionamento, de maneira que as formas que o conteúdo-capital utiliza para se manifestar na circulação de mercadorias (dinheiro e mercadorias) e no processo produtivo (capital-produtivo), de meras adjetivações do substantivo capital, se substantivam, isto é, exprimem lógica própria, que se subordina à totalidade do modo de produção capitalista, como não poderia deixar de ser, de maneira dialética.

Sinteticamente, quando a lógica de emprestar uma determinada massa de capital, tendo como contrapartida a remuneração via juros, se generaliza na sociabilidade capitalista, todo rendimento obtido – decorra ele ou não do empréstimo de capital, embora este último em particular, o capital a juros, seja a categoria básica do capital fictício - aparece como se fosse resultado da propriedade de um capital com essa possibilidade. De fato, tanto é assim que esse direito de apropriação futura pode até ser repassado (vendido) no mercado para outras pessoas, que adquirem esse direito de apropriação futura, em troca de determinada massa de valor-capital.

Esse capital fictício constitui-se (passa a existir) com base na promessa de apropriação de uma fração de valor ainda não produzida. Para o proprietário individual, que comprou o direito de apropriação futura de valor, constitui, de fato, seu capital. Do ponto de vista da totalidade do capitalismo,

entretanto, constitui um capital fictício, já que possui como base a mera expectativa de algo que pode nem se constituir.

No âmbito dessa lógica é que a liberalização (desregulamentação e abertura) dos mercados financeiros se constitui. Todas as inovações financeiras (criação e expansão de instrumentos financeiros que, em sua maioria, nada mais significam do que títulos de crédito que garantem ao proprietário a apropriação de um valor que ainda não foi produzido), incluindo aqui o famoso mercado de derivativos⁵, se desenvolve desde os anos de 1970, e se acelera desde então, como uma maneira do capitalismo criar/encontrar/aprofundar espaços de valorização para uma massa de capital que estava, naquele momento, superacumulada.

Essa lógica de crescimento do capital fictício não implica apenas funcionalidade para o capital total, uma vez que ele, por sua constituição, não participa diretamente da produção do valor. Portanto, o seu crescimento significa a expansão de títulos de apropriação sobre um valor não necessariamente produzido na mesma proporção. Quando uma massa crescente do capital se especializa na mera apropriação de valor, e este não é produzido na mesma magnitude, prevalece a *disfuncionalidade* do capital fictício para o modo de produção capitalista. Esta dialética do capital fictício permite-nos entender, de algum modo, o capitalismo contemporâneo. Enquanto prevaleceu a funcionalidade, em conjunto com os outros elementos da resposta do capitalismo para sua crise, o capital apresentou alguma dinâmica de acumulação.⁶ A nova crise estrutural do capitalismo, nesta passagem do século XXI, se explica justamente pelo predomínio da disfuncionalidade da lógica do capital fictício para a acumulação do capital total; ou seja, as raízes da atual crise do

-
- 5 Tecnicamente, derivativos são instrumentos financeiros constituídos (preço e lógica de transação no mercado) com base em outros ativos (bens ou instrumentos financeiros), que lhes servem de referência. Portanto, tem-se aqui a base para o crescimento exponencial de títulos de dívida, com base em títulos de dívida, ou seja, expansão da massa de capital fictício em função da já existente; direitos de apropriação sobre um valor ainda não produzido, com base já em direitos de apropriação sem relação direta com a produção de valor.
 - 6 Esse momento de retomada da acumulação do capital no pós-crise dos anos 1960/70 não alcançou as taxas de crescimento do ciclo anterior. O capitalismo da era neoliberal, mesmo com toda a ofensiva política e ideológica contra os trabalhadores, não conseguiu retomar as taxas de acumulação do período anterior.

capitalismo são encontradas nas contradições próprias do capitalismo, aprofundadas pela sua dinâmica de acumulação na contemporaneidade.

O estouro da crise já vinha sendo ensaiado antes de 2007/2008. Pode-se identificar um prenúncio no estouro da bolha especulativa das ações ligadas às empresas de alta tecnologia, as chamadas *ponto com*, na virada do século passado para o atual. Esse estouro obrigou a massa de capital fictício ali superacumulada - que sobreviveu àquela crise localizada - a encontrar novos espaços de valorização. O que ocorreu foi um redirecionamento para o mercado de financiamento de imóveis, principalmente o estadunidense.

Tendo como base toda a desregulamentação financeira e bancária, que também faz parte do elenco de respostas do capitalismo a sua última crise estrutural, os bancos passaram a ter maior liberdade, tanto para a captação de recursos (emissão de passivos) quanto para a alocação destes em distintos ativos. A atuação das instituições financeiras deixou de ser regulada/controlada como vinha sendo até os anos de 1960. O crescimento do mercado imobiliário teve como sustentação exatamente o financiamento via empréstimos bancários com base em crédito hipotecário, ou seja, um financiamento que traz como garantia para o credor os próprios imóveis adquiridos.

Os preços dos imóveis exprimiram substantiva elevação no início deste século, dado que as condições de oferta de financiamento se expandiram sobremaneira, o que melhora as condições para os tomadores de crédito. Aliado a isso, deve-se destacar que a economia mundial no início do século XXI expressou consideráveis taxas de crescimento da renda, o que permitiu melhores perspectivas de pagamento para os mutuários. Por outro lado, e até como consequência da desregulamentação no setor, expandiu-se mais do que proporcionalmente o crédito para o chamado segmento *subprime* do mercado, ou seja, para aqueles tomadores de empréstimo que não possuem tantas garantias de honrar os créditos, seja porque não possuem fonte de renda definida e estável, ou porque, quando têm empregos, são de baixa qualidade, temporários, instáveis.

Esse aumento dos preços dos imóveis propulsionou uma lógica autoexpansiva no mercado, típica do comportamento do capital fictício. Isso porque a elevação dos preços dos imóveis permitia aos tomadores de empréstimo, que necessitavam pagar suas hipotecas, saldá-las e ainda conseguir a apropriação de recursos adicionais, que eram utilizados na aquisição de novas

residências, também com base no crédito hipotecário, o que elevava mais ainda a demanda no setor de imóveis, aumentando adicionalmente os preços; e assim por diante.

Essa lógica autoimpulsionada foi característica da economia mundial, e, em específico, da estadunidense e europeia, no início do século XXI. Em última instância, a lógica da acumulação e do crescimento obedeceu a um círculo “virtuoso”, onde a riqueza (renda) obtida nesses mercados especulativos expandia o consumo das famílias, que incentivava maior produção, requeria maior emprego, gerava mais renda (rendimentos), permitindo maior expansão da riqueza (fictícia), elevação adicional do consumo; e assim sucessivamente.

No momento em que a demanda por capital monetário não foi acompanhada pelo financiamento que permitia a rolagem dos passivos (dívidas) e, mais importante, a massa de capital fictício ali acumulada não via mais sustentação na alta dos preços, o processo se reverteu. O momento de baixa no ciclo desse mercado (principalmente após o *subprime*) se deu quando a elevação da inadimplência nas hipotecas, junto com a elevação das taxas de juros estadunidenses, em 2004, redundaram na redução dos preços dos imóveis e da oferta de crédito imobiliário, o que elevou ainda mais a inadimplência, e transformou o círculo “virtuoso” em vicioso. Era a manifestação da crise (financeira) atual por que passa o capitalismo contemporâneo.⁷

Ao contrário de outros *crashes* sinalizadores da crise, este último repercutiu de maneira ampla e intensificada na economia mundial, basicamente porque os bancos credores daquelas hipotecas possuíam esses títulos de crédito que, com o estouro da crise, são desvalorizados imediata e intensamente e, como eles também devem honrar os seus passivos, e o fazem na expectativa de retorno de seus investimentos, criou-se um problema de falta de recursos nessas instituições para poder honrar os débitos que elas tinham assumido. Por outro lado, na tentativa de revender as hipotecas, procurando se antecipar ao movimento de queda dos preços, eles geraram excesso de oferta nos mercados que, justamente, forçou os preços para baixo! Isso agravou a intensidade da crise, ao mesmo tempo fez com que os credores desses

7 Boa análise da crise financeira atual, em suas manifestações concretas, pode ser encontrada em Gontijo e Oliveira (2011).

bancos (normalmente também instituições financeiras) apresentassem os mesmos problemas.

Deve-se acrescentar outro agravante. Em virtude da expansão dos derivativos financeiros, vários instrumentos financeiros foram criados com base nesses mercados. Assim que os créditos de hipoteca são objeto da desvalorização em virtude do estouro da crise, o seu efeito se espalha por todos os seus derivativos, uns em maior grau do que outros, contaminando rapidamente os mercados financeiros e todos os agentes neles inseridos. A crise no mercado *subprime* dos EUA rapidamente se desdobrou em uma crise dos mercados financeiros internacionais e, como consequência, da economia mundial capitalista.

Essa nova crise estrutural do capitalismo não se restringiu às economias centrais. De 2002 a 2007, período em que prevaleceu a funcionalidade do capital fictício, as economias, inclusive as periféricas, viveram um momento no qual a realidade externa foi por demais favorável. Em primeiro lugar, o momento de alta no ciclo do mercado de crédito internacional propiciou, por um lado, a considerável entrada de capital externo (especulativo e como inversão direta), pressionando para baixo as taxas de câmbio dessas economias (além de um controle da inflação em virtude do caráter mais barato das importações) e um considerável acúmulo de reservas internacionais, em alguns casos em quantidades superiores até aos compromissos externos mais prementes; por outro lado, o momento de alta nesse mercado levou a intensiva redução das taxas internacionais de juros que aliviaram as condições de financiamento externo, e permitiram certa margem para a redução das taxas domésticas de juros. Em segundo lugar, no mesmo período, a retomada do crescimento da economia mundial permitiu a esses países uma forte expansão de suas exportações, seja pela elevação dos preços de seus produtos exportáveis⁸, seja porque o *quantum* de exportação também se elevou.

Com o estouro da crise mundial em 2007/2008, o panorama externo se transformou. A grande entrada de capitais externos, característica da fase anterior, se reverteu, e as taxas internacionais de juros deixaram de cair.

8 Aliás, o comportamento dos preços desses produtos, inclusive das *commodities* alimentares, também é explicado pela atuação do capital fictício nesses mercados. Não coincidentemente, no momento da crise, estes mercados também denotaram o mesmo comportamento. (PAINCEIRA e CARCANHOLO, 2009).

Assim, as economias periféricas passaram a conviver com uma considerável instabilidade cambial (e, nos momentos de desvalorização da taxa de câmbio, com pressões inflacionárias), redução no estoque das reservas internacionais, redução nos preços dos produtos exportados que, em conjunto com a desaceleração do volume de exportação, implica problemas nas contas externas. Tudo isso em um mercado de crédito internacional destruído.

O efeito da crise para as economias periféricas foi agravar o quadro conjuntural de uma inserção na economia mundial que já é, por motivos estruturais, dependente e subordinada ao comportamento do centro da acumulação mundial de capital.

3. AUGE E DECLÍNIO DOS GOVERNOS PROGRESSISTAS NA AMÉRICA LATINA: ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO NA ATUAL CONJUNTURA

Os chamados governos progressistas⁹ na América Latina mostraram-se como alternativas ao neoliberalismo que se aplicava de modo contundente nos anos 1990.¹⁰ O neoliberalismo aprofundou a condição dependente das economias da região, uma vez que incrementou a transferência de valor produzido nessas economias, mas que é apropriado e acumulado nas economias centrais. Essas transferências de valor incluem tanto os diferenciais de produtividade média entre os capitais em cada uma das economias, como também os pagamentos de serviços de dívida e do passivo externo.

Na determinação do valor de mercado de uma mercadoria específica, Marx considera que, quando distintos capitais podem produzir essa mesma mercadoria com variados níveis de produtividade, existirão distintos valores

9 Chamaram-se de governos progressistas os governos na América do Sul que foram eleitos, na virada do século XX para o XXI, com ampla base popular, no contexto de crise da ideologia neoliberal e que, portanto, chegaram ao poder com discursos de reverter as políticas neoliberais. A complexidade de cada caso particular deve ser respeitada quando se analisam estes governos, mas, ainda assim, é claro que experiências mais radicais de alternativas ao neoliberalismo (como Venezuela, Bolívia e, em menor grau, Equador) não podem ser comparadas com experiências menos radicais, neodesenvolvimentistas no melhor dos casos, como Brasil, Argentina e Uruguai.

10 Para uma análise crítica dos governos progressistas, ver Elias (2017), e para mais detalhes sobre o neoliberalismo, ver Harvey (2008) e Carcanholo (2017).

individuais. Quanto mais produtivo for o capital, menor será seu valor individual e vice-versa. Como a mercadoria é vendida pelo seu valor de mercado (tempo de trabalho socialmente necessário), e este é dado pelas condições médias de produtividade e intensidade do trabalho, os capitais com maior produtividade em relação à média venderão suas mercadorias por um valor maior do que aquele que eles produziram, apropriando-se de mais valor do que eles mesmos produzirem (mais-valor extraordinário). Por outro lado, os capitais com produtividade abaixo da média produzirão a um valor individual mais elevado do que o valor de mercado (apropriação), e a diferença é justamente o valor apropriado pelos capitais mais produtivos, operando um mecanismo de transferência de valor destes para aqueles. Essa concorrência entre capitais de um mesmo setor, no plano da economia mundial, com um desnível na produtividade das mercadorias produzidas nas economias dependentes (menor produtividade média) e centrais (maior produtividade média), implica transferência de valor das primeiras para as últimas.

O segundo mecanismo relaciona-se com a concorrência entre capitais que produzem, em diversificados setores, variadas mercadorias. Nos termos de Marx (cap. IX do Livro III de *O Capital*), a concorrência de capitais em distintos setores tende a formar uma taxa média de lucro e, com base nesta, preços de produção diferentes dos valores de mercado produzidos, de modo que setores de composições orgânicas do capital (produtividades) acima da média, os preços de produção (apropriação) superam os valores de mercado (produção), assim como os primeiros ficam abaixo dos segundos nos setores de composição orgânica do capital abaixo da média. Existe, portanto, uma transferência de valor produzido pelos setores com produtividade média inferior para aqueles com produtividade média superior. Como os capitais nas economias dependentes tendem, em média, a apresentar produtividades abaixo da média dos setores da economia mundial, ocorre transferência de valor produzido nas economias dependentes, que será apropriado como lucro médio superior ao mais-valor produzido, por capitais que operam nas economias centrais.

O terceiro mecanismo se relaciona com a determinação dos preços de mercado, segundo a oferta e demanda das mercadorias. No nível de abstração anterior (dos preços de produção), Marx ainda pressupõe que oferta e demanda coincidem, de maneira que os preços de mercado correspondem

aos de produção. De fato, entretanto, Marx demonstra, no capítulo X do livro III de *O Capital*, que essa coincidência é um mero acidente. Quando determinados capitais possuem algum poder de mercado (monopólico), de modo que podem influenciar preços de mercado, acima dos preços de produção, se apropriam de uma quantidade de valor acima daquela que eles mesmos produziram. Como a concentração e a centralização do capital são mais desenvolvidas nas economias centrais, esse mecanismo também atua no sentido de uma transferência de valor produzido nas economias dependentes para as economias centrais.

Esses três mecanismos relacionam-se com o plano do comércio internacional de mercadorias. Existe, entretanto, o plano do fluxo internacional de capitais. Como as economias dependentes tendem a, em média, importar capitais externos (investimentos produtivos, ou de empréstimo), definem-se outras modalidades de transferência de valor com o pagamento de serviços de capital, via pagamento de juros de dívida externa e remessa de lucros e dividendos.

O que o neoliberalismo faz, justamente por promover a abertura e a liberalização comercial e financeira, bem como a ampliação das privatizações e desnacionalizações, é o aprofundamento estrutural desses mecanismos de transferência de valor. Ao contrário da ideia mais difundida, o neoliberalismo não se define por uma política econômica ortodoxa (superávits primários na política fiscal, regime de metas inflacionárias para a política monetária e regime de câmbio flutuante).¹¹ Segundo seus defensores, ele se define, no primeiro momento, pela estabilização macroeconômica como um pré-requisito fundamental. Que tipo de política econômica seria utilizada, se mais ou menos ortodoxa, é o contexto conjuntural que decide. No segundo momento mais fundamental, que se define nos marcos estruturais da economia, deveriam ser aplicadas as reformas estruturais liberalizantes (privatizações, liberalização e abertura dos principais mercados), que seriam as responsáveis

11 Daí se entende como a mais pura ortodoxia econômica tinha poucos problemas nos anos de 1990 para defender o controle de um preço-chave em qualquer economia, a taxa de câmbio, desde que ela servisse como âncora para a estabilização dos preços. Nesse momento, a economia brasileira convivia com uma política econômica de bandas cambiais, política monetária restritiva de combate à inflação e política fiscal também restritiva, no intuito de obter *superávits* primários necessários para garantir o pagamento do serviço da dívida pública.

pela formação de um ambiente econômico competitivo que incentivasse os aumentos de produtividade e investimentos privados, ainda segundo eles, jeito único de garantir um crescimento sustentado com redistribuição de renda.

Os resultados práticos da implementação desta estratégia na América Latina e Caribe, desde os anos 1990, são provas empíricas incontestes dos efeitos que o neoliberalismo produz para economias dependentes, como as que compõem a região.¹²

As privatizações e aberturas de mercados acentuam os problemas estruturais de diferença de produtividades médias entre os capitais que atuam na região e os estrangeiros, ao mesmo tempo em que elevam a desnacionalização/transnacionalização das economias. Os problemas estruturais de *déficits* em balanços de pagamentos, elevados estoques de dívida e passivos externos, trajetórias instáveis no pagamento desses serviços, entre outras características estruturais das economias dependentes, são agravados pelo neoliberalismo.

Quais eram as alternativas de desenvolvimento ao neoliberalismo, ao menos nas economias dependentes? A primeira era modificar a composição do modo de apropriação do excedente produzido mediante a superexploração do trabalho.¹³ Assim, reduzir as taxas de juros para níveis abaixo das taxas de lucro do capital na esfera produtiva incentivaria a reprodução do capital de maneira ampliada, com uma dinâmica de crescimento sustentável. Esta última define o que se passou a chamar de estratégia neodesenvolvimentista, característica dos governos progressistas, que não se propuseram modificações estruturais, como Argentina e Brasil. O neodesenvolvimentismo, no entanto, constitui falsa alternativa ao neoliberalismo.

Quanto às reformas estruturais a favor da mercantilização da sociedade, o máximo que se dizia era que o custo de reversão das reformas poderia ser

12 Para uma análise crítica pormenorizada das experiências neoliberais na América Latina desde os anos 1970, ver Carcanholo (2002).

13 Superexploração do trabalho é uma categoria própria da chamada Teoria Marxista da Dependência, que percebe como característica definidora do capitalismo dependente a necessidade de elevar as taxas de exploração, necessária para subverter os mecanismos de transferência de valor. O atual resgate crítico dessa teoria trouxe um acalorado debate sobre a categoria. Para tanto, consultar Carcanholo (2017), Carcanholo e Correa (2016) e Luce (2017).

maior do que o benefício.¹⁴ Tinha-se, portanto, que conviver com os custos sociais – segundo eles, primordialmente de curto prazo – das reformas, sendo que as políticas sociais se encarregariam de minimizar os problemas de curto prazo. O que essa proposta tinha de diferente? Unicamente a alteração da política econômica! Ao reduzir as taxas de juros, a política econômica distinta proporcionaria o crescimento dos investimentos privados, e, portanto, da economia (emprego e renda). As reformas estruturais liberalizantes, no entanto, não só seriam mantidas, como, em alguns casos, aprofundadas.

A outra alternativa seria romper com as reformas neoliberais. Isto implicaria, além de modificação da política econômica, reverter os processos de liberalização e abertura dos mercados, retroceder nas privatizações, renacionalizando setores estratégicos da economia. Esta alternativa, ao romper com as reformas neoliberais, reduziria o peso dos mecanismos de transferência de valor, diminuindo a necessidade de elevar a exploração da força de trabalho e, portanto, possibilitando uma redistribuição da renda e da riqueza. Esta redistribuição, por sua parte, ainda contribuiria para a criação/ampliação de um mercado interno, necessário para compensar a redução do mercado externo (via exportações), como padrão de acumulação que caracterizou as economias da América Latina e Caribe de 2001 a 2008.

Em termos de economia política, o que esta alternativa promove é uma contraposição por demais radical com fortes interesses internos e externos de classes e frações de classes que se beneficiam do atual padrão de acumulação do capitalismo dependente. Isto implica intensiva reação desses setores, tanto econômica como política, o que exige do campo alternativo e crítico uma força política constituída para enfrentar a reação, uma base popular robusta e consciente, em síntese, uma acumulação de forças e consciência para enfrentar a luta de classes que isso provocaria. Esta alternativa de enfrentamento mais estrutural pode caracterizar, com várias especificidades e diferenças entre eles, processos em países como Venezuela, Bolívia e Equador.

Estas distintas alternativas de desenvolvimento¹⁵ não resolvem, em si, os condicionantes estruturais destas economias dependentes, mais relacionados

14 Esta característica aproxima o neodesenvolvimentismo da perspectiva conhecida como neoestruturalismo da Nova Cepal. (MONFARDINI, 2010).

15 Para ser rigoroso, há ainda a terceira alternativa ao neoliberalismo. Além do neodesenvolvimentismo e do antineoliberalismo autêntico, existe a alternativa socia-

com as características da divisão internacional do trabalho, específicas em cada momento histórico. O que elas podem fazer – e isto não é pouco – é reduzir o grau dessa dependência. Além disso, os condicionantes estruturais da dependência podem ser agravados ou aliviados pela conjuntura, especificamente pela realidade externa.

Independentemente do maior ou menor enfrentamento ao neoliberalismo, os governos progressistas, como visto, se apoiaram em um panorama externo favorável da economia mundial, em que os preços das *commodities* exportadas subiram bastante, ao mesmo tempo em que a quantidade exportada também aumentava em função do considerável crescimento de economias que aumentaram sua participação na pauta exportadora da região, como a China. Aliado a isso, de 2001 a 2007, o ciclo de liquidez internacional também favorável, com baixas taxas de juros, permitiu o aumento das reservas estatais e da arrecadação estatal. Com isto, abriu-se a possibilidade de uma política de conciliação de classes, uma vez que, junto ao crescimento das rentabilidades dos capitais, a maior arrecadação estatal permitiu a implementação de políticas sociais que minimizassem os efeitos sociais da superexploração do trabalho, e, em alguns casos, com certas melhoras na redistribuição de renda.

O estouro da crise na economia mundial, desde 2007, reverteu radicalmente o panorama externo, o que redefine duas questões interligadas para os desafios da América Latina e Caribe na conjuntura atual.

Por um lado, a perspectiva hegemônica no mundo, e na região, é de uma retomada da estratégia neoliberal, sem nenhuma coloração progressista, com as propostas de intensos ajustes fiscais e retomada/avanço dos programas de privatizações e abertura/liberalização de mercados. Por outro lado, a possibilidade que a realidade externa favorável trazia para a manutenção das políticas de conciliação de classe, característica dos governos progressistas, se esgotou. Não é por outras razões que a considerável guinada à

lista. Esta, muito mais do que propor outra política econômica, e a reversão das reformas neoliberais (o que também estaria contido nessa alternativa), objetiva a transformação revolucionária da sociedade capitalista, de modo que as relações sociais não se baseiem nem na exploração do trabalho alheio, tampouco na intermediação pela troca de mercadorias segundo seus valores. A alternativa socialista, ao contrário das outras duas, propõe a ruptura com o próprio capitalismo. Esta obviedade – dado o desconhecimento presente em propostas do tipo “socialismo de mercado” – precisa ser apontada.

direita no espectro político-econômico tenha se concretizado nos últimos tempos na região.

O que a atual conjuntura econômica e política traz para a América Latina e o Caribe é, portanto, uma disjuntiva muito clara. O que se vê, de maneira hegemônica na região, é o renascimento do neoliberalismo sem concessões, com robusta base política conservadora, que procura repassar os custos do ajuste da crise econômica para a classe trabalhadora. A proposta é clara: poderosos ajustes fiscais, baseados nos gastos públicos que minimizavam os efeitos sociais do capitalismo dependente; programas de reformas que reforçam as privatizações, abertura de mercados, flexibilização de leis e direitos sociais, entre outros. Não há espaço mais para nenhum tipo de conciliação, seja nas políticas sociais, ou no interesse de classes sociais diferentes.

4. POR QUE O PT NÃO FEZ UM GOVERNO DE ESQUERDA? A ECONOMIA POLÍTICA DOS GOVERNOS DO PT

Muitos se assustaram com o caráter ortodoxo da política econômica aplicada pelos governos do PT no período de 2003 a 2016.¹⁶ Outros tantos chegaram a se mobilizar para tentar reaver um mandato que, presumivelmente, teria que ter sido de esquerda e, portanto, não deveria implementar um ajuste ortodoxo recessivo para combater os efeitos da crise da economia mundial, após seu estouro em 2007, algo tipicamente de direita.

Várias questões emergem deste tipo de percepção. O que é uma política econômica de direita, ou esquerda? Qual a relação disso com a ortodoxia/heterodoxia em sua formulação? Por que o segundo governo Dilma teria guinado à direita? Qual a relação desta guinada com o golpe subsequente? Começemos respondendo o último, e de maneira provocativa. Dilma não fez um governo de esquerda porque essa nunca foi a proposta. E essa jamais foi a

16 Evidentemente, os governos do PT, nesse largo período, exprimem variadas manifestações, umas mais ortodoxas, outras menos. É perfeitamente possível identificar diferenças entre os distintos governos desse período, Lula I (2003-2006), Lula II (2007-2010), Dilma I (2011-2014) e Dilma II (2015-2016), mas o argumento aqui é o de que, independentemente dessas diferenças conjunturais, a estratégia neoliberal de desenvolvimento continuou sendo implementada, dentro do que Filgueiras e Gonçalves (2007) chamaram de Modelo Liberal Periférico.

proposta porque não se adequou à estratégia de desenvolvimento dos governos do PT desde 2003!

Lula se elegeu em 2002 em virtude da crise da estratégia neoliberal de desenvolvimento que havia levado a economia brasileira a pífias taxas de crescimento econômico, crescentes *déficits* e vulnerabilidades externas, além de aprofundamento na concentração de renda e riqueza nos governos anteriores. Dever-se-ia, portanto, reverter essa estratégia. O que fez o primeiro governo Lula? Manteve tanto a política econômica ortodoxa, quanto a estratégia neoliberal de desenvolvimento!

A crise de janeiro de 1999, ainda nos marcos do governo FHC, já tinha modificado a conjuntura e, portanto, o caráter da política econômica (regime de câmbio flutuante, com intervenção do Banco Central, regime de metas inflacionárias, manutenção/aprofundamento da política de *superávits* primários), mas ainda dentro da mesma agenda neoliberal de desenvolvimento.

Quando Lula assumiu o governo em 2003, o que se modificou? Nada! A política econômica – sob o discurso de manutenção da credibilidade – manteve o mesmo caráter do segundo governo FHC e as reformas estruturais pró-mercado foram ampliadas.

Por que os resultados foram diferentes? Por que a economia passou a crescer mais e houve algum tipo de redistribuição desse crescimento? Porque a política econômica mudou? Não. Porque a estratégia de desenvolvimento guinou à esquerda? Tampouco. Simplesmente o que se modificou foi o panorama conjuntural externo, com grande crescimento das economias para as quais a economia brasileira exportava, e com um favorável comportamento dos mercados internacionais de crédito. Isso permitiu ao governo, mesmo sem nenhuma modificação de estratégia, elevação das taxas de crescimento, sem pressões inflacionárias, maiores arrecadações do governo, que permitiram algum tipo de política social compensatória.

Mesmo durante esse período da realidade externa favorável (2002-2007) é preciso ressaltar que: (i) a economia brasileira cresceu mais do que em períodos anteriores, mas se comparado com nossos pares da América Latina, o Brasil só cresceu mais do que a economia haitiana; (ii) em razão do aprofundamento das reformas liberais, os problemas estruturais de nossa economia se agravaram (a reprimarização das exportações, relativa desindustrialização e extenso crescimento do passivo externo), como demonstra Gonçalves

(2013). Assim, qualquer reversão do panorama conjuntural externo e esses problemas estruturais crescentes se manifestariam de maneira agravada.

Tal situação exterior favorável modificou-se radicalmente com a crise da economia mundial em 2007/2008. Desde aquele momento, desconsiderando alguns vacilos iniciais da política econômica¹⁷, o governo tentou conter os influxos da crise, com desoneração tributária de alguns setores, expansão do crédito para financiar o consumo das famílias e, com isso, garantir mercado para a produção que procurava ser mantida. Foi uma tímida política econômica anticíclica, não ortodoxa, mas ainda dentro da mesma estratégia neoliberal de desenvolvimento.

Com a longa duração da crise econômica mundial, essa política mostrou seus limites: (i) ampliação dos *déficits* fiscais; (ii) superendividamento das famílias, que restringiu o avanço do consumo e comprometeu grande parcela de suas rendas com mero pagamento de serviços da dívida. Já em 2014, mesmo antes da campanha eleitoral, estava claro que, independentemente de quem ganhasse a eleição e dos discursos proferidos na campanha, a resposta aos efeitos da crise seria um ajuste ortodoxo, retirando aquele leve ar de heterodoxia que a política econômica anticíclica tinha sustentado até então.

A razão disso não é - como alguns podem imaginar - que, no final das contas, a teoria econômica ortodoxa tem razão e, portanto, a maneira correta de responder aos efeitos de uma crise é aplicando um ajuste recessivo, como, aliás, o atual governo - em outras palavras - quer nos fazer crer. A resposta para isso é que o ajuste recessivo, uma resposta ortodoxa de política econômica para a atual crise, é a única maneira conjuntural de garantir os compromissos necessários e assumidos pela atual estratégia de desenvolvimento. Portanto, só é possível entender por que os governos do PT não fizeram governos de esquerda se compreendermos a sua economia política.

17 Após o estouro da crise da economia mundial, vários governos responderam com políticas econômicas anticíclicas, até bastante heterodoxas (PAINCEIRA e CARCANHOLO, 2012), que implicaram, dentre outras coisas, na redução das taxas internacionais de juros. No Brasil do imediato pós-crise, já no segundo governo Lula, a resposta foi a subida das taxas de juros domésticas, o que elevou o diferencial de juros, provocou apreciação cambial e agravamento das contas externas. Como visto, ainda que o neoliberalismo possa conviver com políticas econômicas de variadas “colorações”, “barbeiragens” nesse terreno são sempre possíveis.

Um governo realmente de esquerda seria aquele que rompesse – de fato – com a estratégia neoliberal de desenvolvimento e, por isso, ao reduzir a vulnerabilidade externa estrutural de sua economia, promovesse verdadeira modificação na estrutura da concentração de renda e riqueza, que ampliasse os mercados internos – que ainda poderiam ser expandidos com ousada integração regional, indo além dos acordos de livre-comércio. Nesse lastro, tornar-se-iam plausíveis políticas sociais e públicas universais que superassem o caráter compensatório dos programas praticados pelos governos progressistas.

Por que não se fez isso? Porque isso seria alterar os marcos estruturais do desenvolvimento e, portanto, as classes e/ou frações de classe beneficiadas pela estratégia. Sendo assim, as conclusões não poderiam ser outras. Por um lado, nem Lula, tampouco Dilma fizeram governos verdadeiramente de esquerda, porque essa nunca foi a proposta. De outra parte, essa nunca foi a proposta, porque, dada a aliança política e de classes que os governos do PT construíram, nunca poderia ter sido diferente.

5. DE VOLTA PARA O FUTURO OU RUMO AO PASSADO?

O atual governo pós-golpe de 2016 cansou de justificar, dentre outras razões, a necessidade do golpe – embora não use este termo – pela profunda crise econômica que o Brasil atravessa ao menos desde 2011. O famigerado documento “Uma Ponte para o Futuro”¹⁸ não passa de uma agenda de reformas no intuito de retomar o crescimento e o desenvolvimento da economia brasileira no atual contexto. Assiste-se ao embate político do governo Michel Temer na tentativa de aplicar essa agenda. Qual é, porém, o seu sentido?

Em primeiro lugar, há de se ressaltar que a agenda econômica proposta no documento acentua que ela constitui tanto uma necessidade como (quase) um consenso. Uma das mensagens, portanto, é de que uma agenda consensual se define pela impossibilidade de contraposição. Afinal, é uma agenda que se pretende meramente técnica, da implementação de uma política econômica correta, que, de acordo com suas pretensões, leve a economia brasileira de

18 http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf

volta a uma trajetória de investimentos, crescimento, distribuição e, portanto, desenvolvimento.

Que agenda é essa, no entanto, que, além de necessária, parece a única proposta correta para retirar a economia brasileira da crise? Basicamente, ela se compõe de dois elementos. Em primeiro lugar, a política econômica tem que ser instrumentalizada de modo a garantir a estabilização macroeconômica.

De outra banda, a política cambial deve evitar atuações erráticas, procurando manter uma taxa de câmbio no decurso do tempo que nem seja muito baixa, apenando as exportações, nem muito elevada, de modo a pressionar uma inflação de custos. O regime de câmbio flutuante, com atuações contingentes do Banco Central que impeçam as instabilidades muito bruscas – para cima ou para baixo – é o que está proposto.

Do ponto de vista da política monetária, o caso é ser mais rigoroso no regime de metas inflacionárias. Isto é, além de manter a política monetária com base nesse regime, a proposta é aprofundar o compromisso com a obtenção de taxas de inflação dentro da margem de erro em relação ao centro da meta, se possível com valores cada vez mais próximos desta, para gerar credibilidade no mercado, evitando os ruídos na formação das expectativas dos agentes que, além de comprometer a estabilidade dos preços, interferiria na eficácia da própria política monetária no médio e longo prazo, ao menos no seu objetivo de combate à inflação. Na prática, isso implica, por um lado, em maior esforço no cumprimento da meta. Contrário *sensu*, a política monetária deveria ser mais rígida ao reduzir, a pouco e pouco, as margens de erro, em torno da meta. Trata-se de, com menores margens de erro, garantir ao mercado a seriedade no cumprimento da meta, deixando para essas margens apenas a possibilidade de choques inesperados no valor da taxa de inflação.

A política fiscal, por sua vez, cumpre papel central. Segundo o diagnóstico, o caráter irresponsável (ampliação dos gastos públicos, aliada à desoneração de alguns setores) do governo anterior teria estabelecido uma trajetória crescente dos *déficits* públicos que, para serem financiados, teriam levado a uma trajetória também ascendente da dívida pública. Esta seria, segundo a concepção econômica do governo pós-golpe, a causa básica da profunda crise da economia brasileira.

Como o governo estaria obrigado a tomar financiamento no mercado de crédito, isto elevaria as taxas reais de juros, o que deprime os investimentos

privados e freia o crescimento econômico. Assim, a pré-condição para a retomada deste último seria uma ampla reforma fiscal (redução dos gastos públicos e recuperação da capacidade de arrecadação estatal), que reduziria a pressão da demanda estatal no mercado de crédito. Daí as propostas de fixar tetos para os gastos públicos no decorrer do tempo, evidentemente apenas das despesas correntes (educação, saúde, moradia, funcionalismo público, programas sociais etc.), uma vez que as despesas financeiras com a rolagem da dívida pública são – ao menos para a economia política neoliberal – inquestionáveis.

A política econômica responsável pela manutenção da estabilidade macroeconômica, no entanto, seria uma condição necessária, mas não suficiente para a retomada dos investimentos privados. Seria necessário ainda um amplo conjunto de reformas (trabalhista, previdenciária, expansão das privatizações etc.), tendo como objetivo reduzir a atuação estatal nos diversos mercados, tanto em termos de atuação produtiva como de intervenção no âmbito da legislação/regulamentação. Não é outra a razão da defesa de uma nova reforma da previdência, da flexibilização das leis trabalhistas, incluindo a ampliação da terceirização, inclusive para atividades-fim, da expansão do capital privado nos novos investimentos (privatizações). Consoante o diagnóstico, as reformas garantiriam um ambiente mais competitivo para que os investimentos privados, já com a pré-condição de menores taxas reais de juros, encontrassem espaços com viabilidade financeira para seus projetos.

Também faz parte da agenda retomar o caráter dependente de nossa economia nos processos de integração regional e negociações comerciais na economia mundial. Volta toda a argumentação segundo a qual nossa economia deve ampliar a abertura comercial e financeira, integrar-se na globalização econômica, de acordo com nossas vantagens comparativas, isto é, re-especialização em produção e exportação de *commodities*.

Não parece familiar? Estabilização macroeconômica como pré-condição e reformas estruturais pró-mercado não constituem estratégia de desenvolvimento que se possa chamar de novidade? É justamente isso o que defendia, e continua postulando, o neoliberalismo! O fato é que aquilo que o governo pós-golpe vendeu como novidade – além de necessário e incontestável – para retirar a economia brasileira da crise nós já experimentamos, com os resultados já comentados. A diferença, como não poderia deixar de ser, é apenas conjuntural.

Com a mesma estratégia neoliberal de desenvolvimento, e a virada no panorama externo, a economia brasileira depara os problemas estruturais de sempre, agora agravados por essa estratégia. Aliás, mesmo antes de culminado o golpe, a equipe econômica do governo anterior (Dilma II) já vinha sinalizando, há muito tempo, justamente o aprofundamento deste programa.

Qual é a proposta inovadora, necessária e quase consensual, segundo o atual governo pós-golpe? Aprofundar justamente aquilo que agravou os problemas pelos quais passamos. Evidentemente, a aplicação deste programa econômico atende aos interesses políticos e econômicos das classes e frações de classe que compõem o governo pós-golpe. Por isso é que ele está sendo aplicado, com todos os custos sociais, políticos e econômicos que implica. Por tal pretexto, toda a propaganda, inclusive midiática, de que o governo que assuma o país em 2019 deve, obrigatoriamente, manter a agenda de reformas e política econômica austera.

6. HÁ ALTERNATIVAS PARA A CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA?

Talvez o único consenso que exista entre o governo pós-golpe e boa parte da chamada oposição é que, do ponto de vista econômico, não há alternativas para combater a crise econômica brasileira, a não ser o ajuste fiscal.

Admita-se que eles tenham razão, ou seja, que o ajuste fiscal seja necessário. Do ponto de vista meramente lógico, há duas maneiras de implementar um ajuste fiscal: (i) elevar receitas; e/ou (ii) reduzir despesas. O primeiro formato enseja muita controvérsia também em razão do conflito distributivo que isso pode provocar/aprofundar. O mais lamentável na atual conjuntura é que o conflito distributivo que se procura debater é o existente entre o setor privado e o setor público, revivendo o velho e desgastado argumento da equivalência ricardiana.¹⁹ O que pouco se discute é o conflito distributivo que,

19 Chama-se de equivalência ricardiana revisitada o argumento proferido pela teoria macroeconômica novo-clássica, segundo o qual, valendo a hipótese de expectativas racionais, os agentes econômicos sabem que o governo em algum momento será obrigado a elevar os impostos para financiar sua atuação com política fiscal expansionista. Ao anteciparem esse movimento intertemporal, esses agentes reduzem seus gastos hoje, elevando suas poupanças, para poderem direcionar parte de suas rendas para o pagamento desses impostos no futuro. A expansão dos gastos do governo hoje seria compensada (de modo equivalente) pela redução dos gastos

de fato, importa, o de classes sociais. Boa maneira de elevar as receitas do Estado seria elevar a tributação dos setores historicamente mais privilegiados no País (tributação sobre heranças e grandes fortunas, taxaço sobre lucros e dividendos etc.), mas o que se preferiu foi “democratizar” o ajuste.

A maneira mais clássica de aplicar um ajuste fiscal, entretanto, é reduzindo as despesas do Estado. O que salta aos olhos de qualquer pessoa, que não se assuste com os argumentos pseudotécnicos, é que toda a discussão recai sobre como compor a redução dos gastos estatais estritamente do ponto de vista das despesas não financeiras (gastos estatais com custeio e investimento, gastos sociais, funcionalismo etc.). Sobre as despesas financeiras (basicamente o pagamento do serviço da dívida pública) não se discute. Ao contrário, a prática é a de aprofundar o ajuste nas despesas não financeiras, justamente porque os gastos com serviço da dívida pública crescem fortemente.

O ajuste fiscal, no entanto, é mesmo necessário?

Por um lado, assim como em outras partes, o governo brasileiro procurou, na maior parte do tempo, mesmo nos governos do PT, responder aos influxos da crise mundial na economia doméstica, fornecendo liquidez aos mercados financeiros. Para tanto, viu-se na necessidade, até para financiar essa atuação, de expandir a dívida pública. De outra parte, a elevação das taxas de juros - presumidamente para combater a inflação e aliviar a pressão da instabilidade no mercado cambial - aumentou o pagamento dos juros atrelados a um estoque da dívida também crescente. Isto já nos dá uma ideia de alternativa de política econômica distinta da que parece ser consensual. O não questionamento das despesas financeiras (serviço e estoque) não se definiu, portanto, por questões técnicas, como se alardeia. A única explicação para isso são os compromissos políticos e de classe dos distintos governos.

Ainda que de outra natureza, no entanto, o ajuste fiscal é mesmo necessário? Não. Ele se tornou necessário em função da estratégia de desenvolvimento (neo)liberal mantida e aprofundada. As reformas liberalizantes (abertura, desregulamentação e privatizações, ainda que com outras nomenclaturas) aprofundaram a dependência da economia brasileira perante os movimentos da economia mundial, isto é, a sua vulnerabilidade externa. Isto implica a

privados de consumo. A política fiscal expansionista seria ineficaz, no melhor dos casos. É uma releitura, adaptada para o século XX, da defesa de David Ricardo, no século XIX, para a não atuação do Estado na Economia. (BARBOSA, 1992).

redução da autonomia da política econômica. No momento em que se acirra a crise mundial, os problemas de estrangulamento externo se agravam, definindo um piso mais elevado para as taxas domésticas de juros. Como as despesas financeiras são consideradas intocáveis, a variável de ajuste passa a ser o gasto não financeiro; daí o ajuste fiscal nos moldes atuais.

A conclusão é de que uma resposta alternativa para combater a atual crise econômica requer outra estratégia de desenvolvimento, não liberal. Tanto menores seriam os custos de enfrentamento quanto antes ela tivesse sido adotada. Por que não o foi, nem durante o panorama externo favorável? Compromissos políticos e de classe. No momento da crise, eles apenas se explicitam.

O pretense saber econômico ortodoxo e conservador, que dá a coloração ideológica deste governo pós-golpe, tenta fazer crer que, finalmente, a economia brasileira teria retomado seu crescimento. A melhora da economia seria uma tentativa (talvez a última) de legitimar um governo completamente ilegítimo.

O primeiro motivo para a esperança governista é que o PIB cresceu 0,1% no terceiro trimestre de 2017, comparando com o trimestre anterior. Isso foi alardeado pela imprensa, chegando a ser rotulado como um crescimento sustentado, o que, em si, já seria risível. O alento, no entanto, deveria provir das informações que esse resultado contém. Se comparado com o mesmo período do ano anterior, o crescimento seria de 1,4%. Denota-se um resultado razoável, mesmo que inferior à expectativa do chamado mercado.

A composição desse crescimento mostra que, considerando o dado anualizado, os setores de serviços (1%), indústria (0,4%) e, destacadamente, a agropecuária (9,1%) sustentaram a pretensa retomada. O pífio resultado do setor industrial pode ser relativizado se observados alguns pontos importantes.

Em primeiro lugar, o leve crescimento no terceiro trimestre, se comparado com os anteriores, ocorreu com base em uma revisão para cima que o IBGE realizou para os resultados dos dois primeiros trimestres de 2017. Os dados do crescimento do PIB para o primeiro e segundo trimestres, já com a revisão, foram, respectivamente, de 1,3% e 0,7%. Pode parecer pouco, mas até o final de 2016 esses resultados eram negativos.

Em segundo lugar, os investimentos pareceram reagir. O crescimento, em termos de demanda, foi puxado pelo crescimento do consumo das famílias (1,2%) e, o mais alentador, pela formação bruta de capital fixo (1,6%). Este

último seria um sinalizador da retomada dos investimentos, e era o primeiro resultado positivo depois de 15 trimestres.

Além disso, a taxa de desemprego estava caindo, embora resistisse em patamares elevados (12,2% da população economicamente ativa). No primeiro trimestre, tinha sido de 13,3% e, no segundo, de 12,6%.

Tudo ocorreu em um contexto em que os juros básicos estavam sendo reduzidos e a inflação convergindo para o centro da meta inflacionária. Em 25 de outubro de 2017, o Comitê de Política Monetária (Copom) anunciou o nono corte seguido, e a taxa Selic se encontrava em 7,5% ao ano. Quanto à inflação, o tal mercado já previa índices inferiores aos 3% no final daquele ano, embora sua acurácia para tais fenômenos seja constantemente ridicularizada pela realidade concreta.

Com esse panorama todo favorável, e com o incenso explicitamente comprometido da grande imprensa, parafraseando uma analista insuspeita do tal mercado, “[...] por que a sensação de crise persiste mesmo com a recuperação da economia?”²⁰ Vamos deixar de lado os pseudoargumentos que lá existem, como a crise política, para nos concentrar no que é oferecido de “argumento econômico”.

O primeiro “argumento” oferecido é o de que a crise foi tão profunda que a economia brasileira levaria um tempo ainda para se recuperar por completo; estimava-se que fosse só em 2020! Em relação a isso, a grande capacidade ociosa acumulada retardaria a retomada sustentada dos investimentos, isto é, da decisão de ampliação dessa capacidade produtiva. O terceiro “argumento” é que a expansão do consumo das famílias estaria limitada, ainda, pelo elevado peso do endividamento familiar. Por último, e talvez este seja o principal argumento, as pessoas não perceberam que a recessão terminou porque as taxas de desemprego ainda são elevadas, o que elevaria a sensação (*sic*) de estagnação econômica.

Não precisa uma formação básica em Ciências Econômicas tão forte assim para deduzir o óbvio. A resposta para a pergunta “por que a sensação de crise persiste mesmo com a recuperação da economia?” é: porque a crise não acabou! Se a recuperação não ocorreu ainda, porque a crise foi profunda, então – com o perdão da redundância – a recuperação não ocorreu. Se o

20 Matéria da BBC Brasil, em 01/12/2017, assinada por Camilla Veras Mota, disponível em <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-42190110>.

investimento acelerado ainda não sucedeu, vivendo ainda do preenchimento da capacidade ociosa, é porque os empresários não vislumbram mercados (demanda) em expansão para justificar tal decisão, ou seja, continuamos em crise. Se o consumo das famílias também possui restrições para maior crescimento é porque algo o impede, a crise. Por último, se o desemprego continua elevado é porque a retomada não aconteceu, ainda.

Não é por outra razão que esse saber econômico convencional continua com seu mantra em prol do ajuste fiscal recessivo e mais reformas liberalizantes. Essa é a conclusão de toda a argumentação. Segundo esse saber, trata-se de condição necessária e suficiente para o crescimento. Esse modo de pensar não é uma enfermidade restrita ao nosso País. Em todo o mundo, a economia capitalista está buscando sair da crise, repassando o custo do ajuste para a classe trabalhadora. Reduções salariais, elevação do desemprego (ou emprego crescente só de baixa qualidade, informal), ajuste fiscal recessivo e reformas liberalizantes formam o pacote do neoliberalismo contemporâneo.

Esse argumento convencional busca reiteradamente os chamados, pela tecnocracia econômica, choques exógenos para tentar “explicar” por que essa terapia (ainda) não produziu os resultados (ao menos segundo os modelos econômicos) “necessários”. Durante todo o governo pós-golpe, seus defensores flertaram com o panorama externo desfavorável.²¹ A última grande “explicação” seria a de que a greve/locaute dos caminhoneiros, em meados de 2018, teria abortado o crescimento da economia, que já dava os primeiros sinais.

Restam duas questões para entendermos a crise brasileira em sua atual conjuntura. A primeira é: se os governos do PT implementaram o neoliberalismo, o mesmo que agora, pós-golpe, é intensificado, por que o golpe? A segunda é: por que o capitalismo brasileiro não consegue se recuperar? Tratemos, inicialmente, da primeira questão.

É possível apontar pelos menos duas razões para o golpe de 2016 no Brasil, com base na economia política da sociedade brasileira atual, lembrando que esta se constitui em uma sociedade dependente, dentro da acumulação mundial de capital. Em primeiro lugar, como veremos com detalhes adiante,

21 Curiosamente, ou não, quando eles mesmos criticavam os governos do PT, o argumento era o de que o panorama externo não influenciava em nada, e a crise da economia brasileira só seria provocada por erros de política econômica interna.

a maneira como o capitalismo contemporâneo procura sair de sua atual crise estrutural não comporta mais políticas de conciliação de classes, nos momentos em que a economia retomar taxas sustentadas de crescimento.²² Sendo assim, no que se refere ao Brasil, no momento em que a economia voltar a crescer, a política de conciliação de classes implementada pelos governos do PT, com todas as limitações, não será mais tolerada no capitalismo atual. Em segundo lugar, a nova rodada de reformas estruturais pró-mercado implica novas privatizações, e faz toda a diferença quem controla o bloco de poder no governo para direcionar essas privatizações para grupos (político-econômicos) próximos a quem está nesse controle.

O segundo ponto, sobre a possível retomada do crescimento da economia brasileira, do capitalismo dependente brasileiro, nos remete, obrigatoriamente, a quem melhor entendeu o funcionamento de uma economia capitalista, Marx.

7. CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO E A ATUAL CONJUNTURA: MARX AINDA NOS AJUDA

É um argumento relativamente comum dizer que Marx, no melhor dos casos, serviria apenas para interpretar o capitalismo “clássico” do século XIX, restringindo a validade de seu pensamento para uma época histórica específica.²³ Implicitamente, este argumento sustenta que seu pensamento seria anacrônico, se o objetivo é entender a realidade específica do século XXI.

Evidentemente, Marx é um autor do século XIX e, como não poderia deixar de ser, seu pensamento exprime os limites e possibilidades de um ser humano do século XIX. Dessa obviedade, entretanto, não se pode concluir que o seu pensamento seja restrito a esse momento histórico. Justamente sua genialidade e a explicação de por que ele reluta em falecer, ainda que reiteradamente seus críticos decretem sua morte, está no fato de que seu

22 É típico de uma visão reformista (por exemplo, a que se apresenta em Piketty [2014] e é confortável para algumas análises próximas ao *petismo*) sustentar que a retomada da economia requer redistribuição de renda e riqueza. Essa visão de base subconsumista já se demonstrou completamente equivocada, histórica e teoricamente.

23 Consulte-se, por exemplo, a quase risível biografia crítica de Jones (2017) sobre Marx.

pensamento transcende as especificidades do século XIX. E isso não porque ele possuísse algum poder mágico de vislumbrar quais seriam as especificidades do século XXI. As razões para tanto são, como não poderiam deixar de ser, objetivas.

Considerando a obviedade de que ainda vivemos na sociedade capitalista, em pleno século XXI, mesmo com as especificidades da contemporaneidade, as determinações básicas, gerais, do modo de produção capitalista continuam operantes, mesmo com as especificidades da contemporaneidade, as determinações básicas, gerais, do que é o capitalismo continuam em curso. As leis de tendência dessa sociabilidade, que necessariamente se manifestam por intermédio de determinações conjunturais específicas, continuam caracterizando nossa vida. A obra de Marx, especialmente *O Capital*, é até hoje a melhor apresentação teórica de uma época social que vivemos até os dias atuais. Não encontraremos nela a descrição exata do que é, por exemplo, o capitalismo brasileiro no século XXI, com todas as suas especificidades/adjetivações. Quaisquer que sejam elas (capitalismo europeu, ou capitalismo brasileiro no segundo pós-guerra, etc.), todavia, o seu substantivo (conteúdo), o capitalismo, só é possível ser entendido, em sua totalidade, pela teoria de Marx.

Outro equívoco muito comum é crer que Marx só ressurge do limbo teórico em momentos de profundas crises da sociedade capitalista, como se ele tivesse apenas a capacidade de explicar estas etapas específicas do ciclo econômico. A riqueza desse autor reside justamente no entendimento do processo de acumulação de capital como algo necessariamente cíclico. Por isso, ele é tanto inescapável como incômodo, até os dias atuais.

A crise em curso do capitalismo contemporâneo serve, dentre outras coisas, para relembrar que faz parte da natureza do processo de acumulação de capital a sua trajetória cíclica, isto é, que sempre após uma fase de crescimento advém um momento de crise e, ao mesmo tempo, posteriormente a épocas de crise, o capitalismo consegue reconstruir bases para um novo processo de acumulação de capital. Do ponto de vista teórico-ideológico, isto desmistifica duas concepções muito comuns: (i) aquela que acreditava (acredita) que pode resolver os problemas do capitalismo com uma mera operacionalização correta dos instrumentos de política econômica, de modo que as crises só ocorrem por falhas nesta última, e que, bem administrada, poderíamos viver em

um capitalismo pós-cíclico, como alguns chamam; (ii) aquela que aguarda, pacientemente ou não, a crise terminal do capitalismo, com origem na qual todos os sonhos socialistas se realizariam como em um passe de mágica. Ao contrário destas mistificações, de que cuidaremos mais adiante, uma interpretação teórica correta do capitalismo tem que reconhecer sua natureza cíclica.

Uma teoria do ciclo deve, portanto, explicar duas coisas. Inicialmente, ela há de fornecer uma explicação dos pontos de inflexão, isto é, do ponto de ruptura que leva à crise e da retomada do crescimento econômico. Depois, a teoria há que mostrar como se dá o processo cumulativo que propaga os efeitos das duas inflexões, tornando-os atuantes durante certo período. Brevemente, uma teoria deve explicar os pontos de inflexão e mostrar por que a economia leva algum tempo para chegar ao outro ponto de inflexão, isto é, por qual razão a crise leva algum tempo até chegar à depressão e, por que a passagem desta para a retomada também leva tempo.

Não bastasse isto, há outra exigência. O fornecimento de uma explicação para os pontos de inflexão é uma condição necessária, mas não suficiente. Além disso, é preciso que o ponto de inflexão seja uma consequência necessária dos efeitos provocados pela inflexão imediatamente anterior. Mais claramente, podemos exemplificar exprimindo que a retomada deve ser explicada por via dos efeitos provocados pela crise, e esta última deve ser consequência dos efeitos do crescimento econômico induzido pela retomada. Esta exigência metodológica é que define a existência do ciclo como algo regular e necessário.

Se há um consenso na teoria econômica é que a acumulação de capital transcorre ciclicamente no decurso do tempo. O que não há consenso é sobre como explicá-lo. Como, para explicar os ciclos, é necessário explicar que o capitalismo entra em crise porque cresceu, e volta a crescer porque entrou em crise, a teoria econômica explicita seus limites, quando procura explanar esse fenômeno que ela mesma reconhece como necessário. Para dizê-lo, é necessária uma perspectiva dialética. Por isso, em primeiro lugar, a teoria econômica hegemônica entra em crise sempre que o capitalismo está em suas crises estruturais. Na sequência, Marx é, uma vez mais, lembrado como o pensador que inicia a única tradição que consegue entender o capitalismo como ele é – cíclico!

O que pode emergir da atual crise do capitalismo contemporâneo? Para ser coerente com a perspectiva materialista, não há como antever

certeira uma época histórica ainda não posta. Mesmo assim, como é uma crise cíclica, podemos, em termos mais gerais, arriscar a ideia de que, de duas uma: ou o capitalismo reconstrói o processo de acumulação de capital em novas bases (históricas), o que requer desvalorizar algo do capital superacumulado e reconstruir os espaços de valorização (com maior exploração do trabalho, necessariamente); ou o sujeito histórico, o ser humano, dividido em classes sociais, transforma essa sociedade. Há, ainda, a terceira possibilidade de curto prazo: o capitalismo continuar buscando se valorizar sob a lógica do capital fictício. Isto, porém, só aprofunda a contradição entre produção e apropriação do valor, postergando a atual crise por mais tempo ainda e abrindo a possibilidade de um novo e mais profundo *crash*. É possível que ainda não tenhamos vivenciado a manifestação mais intensa da atual crise.

Todo esse esclarecimento sobre o pensamento de Marx nos leva de volta àquelas duas mistificações descortinadas pelo entendimento do processo de acumulação de capital como cíclico. Inicialmente, aquela que diz respeito à teoria da história do autor.²⁴ Curioso é que tanto detratores (para mostrar seu caráter anacrônico) como alguns entusiastas (para mostrar a inevitabilidade do socialismo/comunismo, onde as crises estruturais seriam sua antessala) compartilham uma visão da teoria da história em Marx completamente estranha a esse autor. Para os primeiros, a teoria da história em Marx já teria mostrado sinais de esgotamento. Ao contrário, a teoria da história em Marx nunca se mostrou tão robusta, mas não pelas razões teleológicas, determinísticas, dos segundos!

Quando se fala na teoria da história de Marx, a interpretação mais rasteira entende esta como sendo uma teoria que identifica as transformações históricas com precedência na ruptura da contradição do desenvolvimento das forças produtivas com relação às relações sociais de produção de determinada época, abrindo a porta histórica para um novo modo de produção. Com base nisso, a história passaria necessariamente de um modo de produção para outro. O capitalismo, em específico, desenvolveria as forças produtivas como nenhum outro e, necessariamente, as precipitaria em contradição com as relações sociais capitalistas de produção, levando necessariamente ao comunismo.

24 Detalhes em Augusto e Carcanholo (2014).

Para Marx, os distintos modos de produção contêm, sim, as próprias contradições, e estas definem o leque de possibilidades históricas de sua transformação, abrindo a possibilidade de construção social de outros modos de produção. Esta possibilidade não permite, entretanto, concluir pela inevitabilidade. Evidentemente, uma vez posto o resultado histórico, ele obviamente está... posto! Assim mesmo, antes disso, esse resultado era uma mera possibilidade, dentre outras.

O capitalismo possui suas contradições (as leis de tendência são necessariamente contraditórias, dialéticas), e estas, quando se explicitam, definem uma conjunção de possibilidades históricas: é possível que se engendre uma nova época histórica, ainda capitalista; pode ser que ocorra uma transformação social revolucionária, que engendre outra sociabilidade. Qual? Seu estabelecimento *a priori* é impossível, ao menos para Marx. Como pensar uma sociabilidade que ainda nem existe? Isso só é possível para um pensamento descolado da realidade, que a interpreta idealmente (utopicamente) antes que ela mesma exista no concreto. Apesar de ser acusado disso, Marx nunca foi um idealista/utópico. E o que define, concretamente, para onde a história caminha? Quem é o sujeito histórico? O de sempre! O ser humano, que atua segundo interesses sociais, e consciências sociais distintas. Estas consciências não podem ser diretamente derivadas desses interesses/posições sociais, mas estão necessariamente (embora de maneira contraditória) ligadas a eles. Nos tempos atuais, prefere-se sempre síntese, por mais perigosa que ela seja. Neste caso, pode-se preferir sintetizar a teoria da história em Marx como “a luta de classes”; não há problema, desde que seja entendida corretamente. Marx tem uma teoria da história, nunca uma “filosofia da história”, determinista, mecânica, teleológica. A história, para Marx, é aberta, felizmente.²⁵

A outra mistificação descortinada pela teoria de Marx sobre as crises cíclicas do capitalismo é a que superestima o papel da política econômica para “controlar” os ciclos.

Ao contrário de uma visão mais “economicista”, de fundo keynesiano, do ponto de vista da teoria econômica, ou reformista, sob o espectro político, a política (macro)econômica não pode solucionar as crises, ou, de modo mais amplo, corrigir a trajetória de médio e longo prazo da economia para uma

25 Boa análise crítica dos principais equívocos interpretativos da teoria social de Marx pode ser encontrada em Eagleton (2012).

tendência de crescimento sem ciclos. Como vimos, os ciclos são necessários no capitalismo, é da sua natureza. Portanto, não há política econômica, qualquer que seja sua coloração teórica ou política, que consiga resolver as crises. Não existe capitalismo sem crises. Não há capitalismo pós-cíclico.

Isso não significa que as políticas econômicas (monetária, fiscal, cambial e de rendas) não tenham nenhum papel. Ao contrário, as políticas econômicas podem antecipar/postergar os pontos de ruptura cíclica, tanto a crise como a retomada. As políticas econômicas podem ainda ampliar/reduzir os efeitos (políticos e sociais), tanto dos processos cumulativos (crescimento ou depressão) como das rupturas. Decididamente, porém, não podem acabar com os ciclos. A única maneira de acabar com as crises é findar com aquilo que necessariamente as contém – o capitalismo.

No caso da economia brasileira, o capitalismo exprime legalidades específicas à sua condição dependente. O caráter restrito das possibilidades da política econômica em uma economia dependente só se potencializa. Em economias dependentes, como visto, a margem de manobra da política econômica é menor ainda; basicamente, porque dois dos preços mais importantes de uma economia, a taxa de juros e a taxa de câmbio, são determinadas pelos fatores externos, justamente reflexos do caráter dependente.

Mesmo com essa especificidade da economia dependente, a política econômica brasileira, em seu sentido mais amplo, isto é, como estratégia estrutural de desenvolvimento, vem seguindo os marcos gerais do modo como o capitalismo está tentando sair desta crise estrutural. De uma parte, no curto prazo, promoção de intensivos ajustes fiscais para garantir que o Estado obtenha saldos primários positivos, que lhe permitam financiar a sua atuação nos mercados financeiros, comprando os títulos do capital fictício superacumulado, propiciando que esse excesso de oferta não seja precificado para baixo, desvalorizando esse capital. De outra parte, no médio e longo prazos, como o problema é maior quantidade de títulos de apropriação sobre um valor não produzido naquela magnitude, deve-se ampliar a produção de valor, o que implica elevar a taxa de exploração do trabalho. Por isso a necessidade de um novo ciclo de reformas, trabalhista e da previdência, bem assim, de novas privatizações.

O significado disso é que, assim como na maior parte da economia mundial, o capital procura sair de sua crise repassando a conta do ajuste para a

classe trabalhadora. Se ele for bem-sucedido, como parece que está sendo, a síntese que talvez caracterize melhor nosso futuro é: “capitalismo e barbárie”.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, A. G.; CARCANHOLO, M. D. Ainda sobre a Teoria da História em Marx. *In: Lutas Sociais*, São Paulo, vol. 18, n. 33, p. 09-22, jul./dez. 2014.

BARBOSA, E. S. Uma Exposição Introdutória na Macroeconomia Novo-clássica. *In: SILVA, M.L.F. (Org.). Moeda e Produção: teorias comparadas*. Brasília: Editora UNB, 1992.

CARCANHOLO, M. D. *Dependência, superexplotación del trabajo y crisis: una interpretación desde Marx*. Madri: Maia Ediciones, 2017.

_____. *Abertura Externa e Liberalização Financeira: os impactos sobre crescimento e distribuição no Brasil dos anos 90*. Tese de Doutorado, IE-UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

_____.; CORREA, H. Uma teoria da superexploração da força de trabalho em Marx? Um Marx que nem mesmo ele tinha percebido. *Revista da SEP*, n. 44, jun./set. 2016.

EAGLETON, T. *Marx estava certo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

ELIAS, A. (Comp.). *La experiencia de los gobiernos progresistas en debate: la contradicción capital trabajo*. Montevideo: Confederación de Organizaciones de Funcionarios del Estado (COFE), 2017.

FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. *A economia política do governo Lula*. São Paulo: Contraponto, 2007.

GONÇALVES, R. *Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GONTIJO, C.; OLIVEIRA, F. A. de. *Subprime: os 100 dias que abalaram o capital financeiro mundial e os efeitos da crise sobre o Brasil*. Belo Horizonte: Corecon-MG, 2011.

HARVEY, D. *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

JONES, G. S. *Karl Marx: grandeza e ilusão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

LUCE, M. *Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias. Uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

_____. *Teorías sobre la Plusvalía – tomo IV de El Capital*. México: Fondo de Cultura Económica, 1980.

MENDONÇA, A. *A Crise económica e sua forma contemporânea*. Lisboa: Editorial Caminho S.A, 1990.

MÉSZÁROS, I. *A Crise Estrutural do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

MONFARDINI, R. D. *Contra o Novo-Desenvolvimentismo: uma crítica à suposta alternativa ao neoliberalismo*. Dissertação de Mestrado, PPGE-UFF, Niterói, 2010.

PAINCEIRA, J. P. P.; CARCANHOLO, M. D. *Financialisation and Public debt management in the Global Crisis: the US and European experiences*. Political Economy and the Outlook for Capitalism, Joint Conference AHE, IPE, FAPE, Paris, 2012.

_____. A Crise Alimentar e Financeira: a lógica especulativa atual do capital fictício. In: *XXVII Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia*, 2009, Buenos Aires.

PIKETTY, T. *O Capital no Século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.



BRASIL: O FUTURO DO PRETÉRITO - NOTAS SOBRE AS PERSPECTIVAS DO TRABALHO NO SÉCULO XXI

Giovanni Alves*

“O Brasil é o país do futuro”

Stephen Zweig

“[...] É a anatomia do capitalismo mais avançado
que explica as infinitas combinações esdrúxulas presen-
tes na economia e na sociedade brasileira”

Francisco de Oliveira

1. INTRODUÇÃO

Nosso objetivo é, no primeiro momento, expor, de modo sintético, a *particularidade histórico-concreta* da exploração da força de trabalho no Brasil. O modo de consumo da força de trabalho no Brasil caracterizou-se historicamente pela flexibilidade estrutural do mercado de trabalho e pela superexploração da força de trabalho, elementos orgânicos do capitalismo dependente de industrialização hipertardia. Desde o começo do século XXI, o Brasil

* Giovanni Alves é professor da UNESP-Marília, livre-docente em Teoria Sociológica, doutor em Ciências Sociais (UNICAMP), pós-doutor em Sociologia pela Universidade de Coimbra, pesquisador do CNPq e coordenador-geral da RET (www.estudosdotrabalho.org). É autor de vários livros e artigos na área de Sociologia do Trabalho, Globalização e Reestruturação Produtiva, entre eles *Trabalho e subjetividade* (2011) e *O Duplo Negativo do Capital: Ensaio sobre a crise do capitalismo global* (2018). E-mail: giovanni.alves@uol.com.br.

tornou-se modelo de referência para a nova precariedade salarial dominante no capitalismo global.

No momento seguinte, iremos expor, em linhas gerais, o longo movimento de reestruturação/reorganização da acumulação do capital no Brasil, visando a integrá-lo efetivamente à nova dinâmica do capitalismo global (1990-2016). Finalmente, exporemos algumas notas críticas sobre a debacle do neodesenvolvimentismo no Brasil (2003-2014), o desenvolvimento (e crise) do capitalismo global e algumas tendências de desenvolvimento do mundo do trabalho nos anos de 2020.

2. BRASIL E O FARDADO DO PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO

Desde a crise do “Milagre” (1973)¹ e da dívida externa (1980)², desenvolveu-se a crise do modelo nacional-desenvolvimentista (substituição de

1 No livro *A Crise do Milagre*, Paul Singer, em seu capítulo VI, diz o seguinte sobre o crescimento econômico do Brasil de 1968/74: “O ‘modelo brasileiro de desenvolvimento’ foi, de certo modo, uma criação da grande imprensa nacional e internacional, num período em que as elevadas taxas de crescimento econômico verificadas aqui contrastavam com a concorrência de recessões e crises na balança de pagamentos em numerosos países capitalistas desenvolvidos”. Assim foi o período do crescimento *sui generis* de nossa economia, com taxas de expansão superando as marcas de 9% e 10% de crescimento do PIB ao ano. Existia grande liquidez do mercado financeiro de 1962 a 1973 com a dilatação dos prazos de pagamentos dos empréstimos e diminuição das taxas de juros. A internacionalização e desnacionalização foram o que ocorreu com a economia. Esses fatores facilitaram o grande crescimento da economia. O milagre foi consequência das empresas multinacionais com grandes acumulações e o peso do capital local diminuiu em comparação ao das estatais e multinacionais. A crise do milagre foi a de endividamento e esgotamento do fôlego do Estado na manutenção do ritmo de crescimento.

2 *Crise da dívida externa* foi uma sucessão de problemas econômicos que atingiu a América Latina após a declaração de moratória da dívida externa pelo governo do México, em 1982. Foi a mais grave da história da América Latina, com queda de renda, diminuição do emprego e aumento da inflação. Em razão da crise, a maioria das nações abandonou a política de substituição de importações e adotou outras voltadas para a exportação, estratégia de fundo neoliberal encorajada pelo FMI, exceto Chile e Costa Rica, que preferiram estratégias reformistas. A taxa de crescimento real do PIB para a região foi de apenas 2,3 por cento, de 1980 a 1985, mas, em termos *per capita*, a América Latina experimentou um crescimento negativo de quase 9 por cento. De 1982 a 1985, a América Latina pagou emprésti-

importações) vigente desde os anos de 1950 e que foi adotado pelos militares (1964-1973). O ponto de inflexão histórica é a recessão mundial de 1973-1975, que abriu no núcleo orgânico do capital a grande transição para o capitalismo global (ALVES, 2018) e no Brasil, a longa agonia do modelo desenvolvimentista instaurado nos anos de 1950 (1973-1989).

Foi a disputa por um modelo de integração à mundialização do capital (neoliberalismo e neodesenvolvimentismo) que demarcou incisivamente a conjuntura de 1994 a 2014, tendo em vista que o modelo de desenvolvimento implica alianças de classes e frações de classes internas e externas.

O modelo de desenvolvimento/integração à mundialização do capital adaptou-se ao regime de acumulação flexível e modo de produção capitalista, não o questionando e, pelo contrário, o incorporando como elemento da dinâmica sistêmica – inclusive preservando o Estado neoliberal (no caso do neodesenvolvimentismo).

Apesar das convergências sistêmicas entre neoliberalismo e neodesenvolvimentismo, expressões possíveis de integração à ordem do capitalismo global, no plano do modelo de integração à ordem do capital, temos diferenças significativas no que diz respeito à política de desenvolvimento. No caso do Brasil, principalmente, as diferenças marcantes dizem respeito ao enfrentamento da questão nacional (a política de crescimento com desenvolvimento social, redistribuição de renda, combate à desigualdade social, gasto público,

mos de 108 bilhões de dólares. Em 1989, foi elaborado o *Plano Brady*, geralmente apontado como o que levou ao fim da crise. Durante os anos de 1970, o Brasil, aproveitou a abundância de crédito para realizar um grande plano de investimento. A crença na continuidade das condições favoráveis e no aumento dos fluxos de comércio internacional deixou o País vulnerável. A elevação do serviço da dívida em decorrência do aumento da taxa de juros pelo Federal Reserve, em 1980, e a dificuldade na obtenção de divisas pela diminuição das exportações, levaram a uma séria crise de liquidez que paralisou a economia brasileira nos anos de 1980. O *Plano Brady* e o *Consenso de Washington* se colocaram como as saídas no interior da ordem para a América Latina no cenário de transição para o capitalismo global dos anos de 1990. Adotaram-se nos novos governos eleitos no Continente as ideias que nortearam as políticas de liberalização da economia, elaboradas nos Estados Unidos, por meio de reuniões entre funcionários do governo e de organismos financeiros e de desenvolvimento internacionais (FMI e Bird - o Banco Mundial), e ficaram conhecidas como *Consenso de Washington*. Salientamos que os eventos-chave para a irrupção do capitalismo global nos anos de 1990 foram a Queda do Muro, fim da URSS e *Consenso de Washington/Plano Brady*.

orçamento público, política externa e etc.). Enquanto o neoliberalismo navegou com a corrente hegemônica no capitalismo global sob a dominância do capital financeiro, o neodesenvolvimentismo adotou uma atitude contra-hegemônica no plano da questão nacional, embora se mantivesse – *contraditoriamente* – no leito comum da integração à mundialização do capital, não confrontando a ordem hegemônica burguesa (o lulismo é a expressão maior da estratégia política do neodesenvolvimentismo). A irresolução da questão democrática e a da questão social, em razão da persistência do Estado neoliberal, herdeiro histórico do Estado oligárquico-burguês que caracterizou a formação social brasileira, seriam os limites estruturais do neodesenvolvimentismo (2003-2014).

Um traço característico do consumo da força de trabalho no Brasil é sua flexibilidade estrutural. Desde que se formou como colônia de exploração do circuito do capitalismo comercial, no século XVI, o problema da força de trabalho foi resolvido, primeiro com a escravidão do índio ou aborígine (autóctone) e depois com a escravidão de negros importados da África. A escravidão foi a solução encontrada para viabilizar o negócio da indústria da plantaçaõ de *commodities* para o mercado mundial.

Mesmo com a proibição do tráfico negreiro, a emancipação da escravidão foi lenta para permitir a adequação da demanda à oferta, não prejudicando o negócio capitalista. Com a abolição da escravatura, em 1888, depois de intensiva libertação, gradual e restrita (de 1850 a 1888), as classes dominantes, proprietários de terra, criaram uma política de Estado para suprir o campo da força de trabalho imigrante da Europa. Excluiu-se o negro, não apenas, das fazendas, mas também da indústria nascente.

A abundante oferta de força de trabalho foi produzida como política de Estado para propiciar a superexploração da força de trabalho. Portanto, a flexibilidade estrutural do consumo da força de trabalho da formação social brasileira originou-se do processo de produção da superpopulação relativa, vinculada ao regime de propriedade fundiária, na qual se baseava a classe dominante oligárquica, que excluiu, por um lado, os homens livres da terra (Lei das Terras, 1850) e por outro, promoveu a irresolução da questão social dos escravos libertos, imensa população excluída do modo de produção de vida, desde 1888. Ao chegar, a industrialização hipertardia veio na modalidade da grande indústria, caracterizada pela elevada composição orgânica do capital

(industrialização intensiva em capital), incapaz de absorver a força de trabalho em oferta nas cidades.

Ao mesmo tempo, a flexibilidade estrutural do trabalho foi produzida pela perpetuação (do Império à República) do Estado oligárquico-burguês, que historicamente excluiu os direitos trabalhistas do horizonte das camadas subalternas, principalmente a população de trabalhadores do campo. A CLT, adotada por Vargas em meados do século XX, abrangeu a força de trabalho urbana, excluindo a imensa população rural. Nas cidades, apesar da CLT, impôs-se como traço de consumo da força de trabalho a superexploração da força de trabalho no Brasil, explicada não apenas pela dinâmica da economia do capitalismo dependente, mas também pela vigência do poder político oligárquico da República burguesa.

A oferta abundante de força de trabalho e a frágil regulação política do mercado de trabalho, em decorrência dos interesses dominantes que preservavam o regime da superexploração da força de trabalho, característica necessária do capitalismo dependente, representaram uma flexibilidade estrutural crônica do trabalho no Brasil.

A flexibilidade estrutural do trabalho possui como determinações históricas a irresolução da questão democrática, questão nacional e questão social nos marcos da formação histórica do capitalismo brasileiro (uma questão social que diz respeito ao regime de acumulação flexível do capitalismo global – o que não havia nos marcos da era do capitalismo fordista-keynesiano, onde se colocam no horizonte para os países capitalistas dependentes as “ilusões do desenvolvimentismo” e as promessas da civilização do Estado de Bem-Estar).

Com o capitalismo global, desde 1990, o novo regime de acumulação flexível, característico do capitalismo global, foi posto/reposto sobre a base histórica da flexibilidade estrutural e dominância oligárquico-burguesa no Brasil. O arcaico/moderno incorporou um novo elemento na dialética da sociedade brasileira: o “pós-moderno”. Na verdade, a nova flexibilidade pós-moderna se repõe sobre a flexibilidade crônica do Brasil arcaico e moderno. Com a nova institucionalidade democrática, que se originou com a Constituição de 1988, e a persistência relativa dos direitos trabalhistas na CLT, criou-se outro campo de contradições históricas, que encontrou no neodesenvolvimentismo (2003-2014) seu modo candente (expostos efetivamente nos limites do neodesenvolvimentismo).

O conceito do “lulismo”, utilizado por André Singer, está imbuído do viés “politicista”. A questão não se resume à dimensão política propriamente dita, mas à matéria das próprias determinações objetivas de desenvolvimento do modo de produção do capital numa economia dependente como o Brasil. O conceito de “politicismo” diz respeito às ilusões da política reformista no seio do capitalismo, da sua miséria histórica. A conciliação de classe, que caracterizou o lulismo, é subproduto dos limites do sub-reformismo – politicamente efetivo, mas insustentável na ótica da “lumpen-burguesia” brasileira, limites ocultos pelo fervor quase religioso da crença na vontade política da liderança popular (o alargamento do possível encontra seus limites nos interesses estruturais de classe naquelas condições históricas determinadas).

O que explicou o golpe de 2016 no Brasil não foi o lulismo em crise, mas, sim, os limites estruturais do neodesenvolvimentismo dado pela contradição entre governo de programática neodesenvolvimentista e Estado neoliberal de matriz oligárquico-política. Essa contradição estava no seio do próprio “pacto republicano”, que deu origem à institucionalidade democrática com a Constituição de 1988. Não se alterou o conteúdo oligárquico-burguês do Estado brasileiro, sedimentado na ditadura civil-militar. Com a vitória de Lula, em 2002, e a persistência dos governos democrático-populares do PT, mesmo imbuídos do reformismo fraco, abriu-se um campo de contradições no bloco no poder.

Os limites do neodesenvolvimentismo se explicitaram não apenas pelo anacronismo da fórmula “crescimento com inclusão social”, no seio do capitalismo central, na qual se integrou o Brasil desde 1990 (a longa depressão do capitalismo global obstaculizou a afirmação da inclusão social como programática política, expondo no seio do bloco no poder a disputa pelo orçamento público); mas, pela questão histórica de fundo dada pela irresolução das questões democrática, nacional e social.

A crise profunda do Estado e da economia brasileira que prossegue hoje (2018) – e que *não* deve se resolver com as eleições de outubro de 2018 – expressa não apenas os limites do lulismo como modo de conciliação de classe, mas os limites do próprio neodesenvolvimentismo como estratégia de desenvolvimento do capitalismo periférico numa realidade de depressão da economia global. Ao falarmos “limites”, não queremos dizer falência completa. Pelo contrário, podem ocorrer rearranjos conciliatórios que alonguem por

tempo indeterminado, num patamar superior, a crise social brasileira – crônica e rastejante.

Na melhor das hipóteses, um governo de centro-esquerda que tivesse uma programática neodesenvolvimentista (crescimento com inclusão social) encontraria as dificuldades objetivas postas, primeiro, pela herança maldita da miséria brasileira (Estado oligárquico-burguês) - não enfrentada diretamente pelo lulismo, desde 2002; e a conjuntura de crise estrutural do capitalismo global no qual o Brasil está integrado.

A resolução política da primeira dificuldade objetiva – a maldita herança da “miséria brasileira” - exigiria a refundação democrática do Estado, impossível de ocorrer de “cima para baixo” sob a condução de um líder carismático e sem participação popular organizada. Portanto, a resolução da primeira dificuldade é improvável de ocorrer numa sociedade de tradição bonapartista-autocrática; a segunda dificuldade objetiva – a crise do capitalismo global - exigiria uma nova equação de desenvolvimento do capitalismo global, muito difícil de ocorrer nos marcos da crise estrutural de hegemonia do capitalismo neoliberal sob direção dos EUA (a possível transição do eixo hegemônico dos EUA para a China, caso ocorra, deve ocupar o século XXI, alongando um período histórico de conflitos políticos, geopolíticos e militares).

3. BRASIL: DECIFRA-ME OU DEVORO-TE

O Brasil neoliberal, constituído nos anos de 1990, condensou historicamente os elementos da acumulação flexível, que se tornou padrão hegemônico no capitalismo global. Nos anos de 1990, formou-se o Estado neoliberal, produto de escolhas políticas sob o constrangimento do capitalismo global em expansão. Como salientamos há pouco, a flexibilidade estrutural do mercado de trabalho no Brasil, o predomínio do contrato sem direitos, informal, a imagem da civilização burguesa sem direitos (o capitalismo sem trabalho, de Beck), não constituem o novo na civilização brasileira, mas sim o traço histórico da modernidade do capital no Brasil.

Para espanto (e terror) dos sociólogos burgueses, o modelo brasileiro se disseminou para o mundo do trabalho global. Por exemplo, há vinte anos (1999), outro alemão – o sociólogo Ulrich Beck – publicou o livro *O novo mundo feliz: A precariedade do trabalho na era da globalização*, cujo título do

capítulo 1 é “A brasilianização do Ocidente”. Nos primórdios do capitalismo global, Beck, autor de *A sociedade do risco*, um clássico da Sociologia, de 1985, percebeu a constituição do novo (e precário) mundo do trabalho, embora se confunda, ao dizer que se constitui um “capitalismo sem trabalho” (confundindo trabalho com emprego e emprego no sentido do emprego-padrão da era fordista-keynesiana): um capitalismo sem trabalho – e isso em todas as sociedades “pós-industriais” do Mundo. (BECK, 1997).

Nas suas reflexões sociológicas, Ulrich Beck salientou, em 1999, o desaparecimento na Alemanha e na Inglaterra dos *life-long jobs* (empregos que perduravam por praticamente toda a vida ativa do trabalhador), sendo suplantados por contratos de trabalho menos estáveis, nos quais as habilidades, postos de trabalho ou direitos do trabalho podem ser rapidamente eliminados ou reduzidos. Disse ele: “Uma crescente insegurança na vida dos trabalhadores e a ameaça de exclusão social são as marcas características desse globalismo neoliberal, que tende a conformar uma estrutura social de ambiguidade e atividades múltiplas...”. E arremata: “... típicas dos países em desenvolvimento” - o que leva o autor a caracterizar o fenômeno como uma “brasilianização do Ocidente”. Conforme o autor, se o capitalismo dissolver nos países desenvolvidos o núcleo de valores da sociedade centrada no trabalho, “fundante da democracia e dos direitos de cidadania” (BECK, 1997, p. 35), romper-se-á uma aliança histórica entre o capitalismo, o Estado de Bem-Estar e a democracia, podendo suscitar o ressurgimento de regimes e ideologias de caráter totalitário.

Aquilo que o Sociólogo alemão observou no capitalismo central era característica ontogenética do capitalismo dependente e periférico, como o do Brasil. A “corrosão do caráter” que o Sociólogo estadunidense Richard Sennet verificou no Ocidente mais avançado é um traço atávico da formação social brasileira. Na verdade, o Ocidente periférico continha a maldição dos derrotados: o *De ta fabula narratur* às avessas – a “barbárie” dos colonizados tornou-se o futuro dos colonizadores “civilizados”.

Brasil: um país do futuro (*Brasilien*: Ein Land der Zukunft) é o título de um livro de Stefan Zweig publicado em 1941. Quase oitenta anos depois, o epíteto nacional ufanista de Zweig tornou-se uma verdade às avessas. Ao dizermos que o Brasil é um país do futuro, significa explicar que o seu modo de objetivação do capitalismo de formação colonial-escravista de feição

oligárquica tornou-se “modelo social” de acumulação para o capitalismo global, etapa de desenvolvimento histórico no sistema mundial do capital em sua etapa de crise estrutural. (ALVES, 2018).

É por isso que o conceito de *superexploração da força de trabalho*, que Ruy Mauro Marini aplicou nas economias capitalistas dependentes, está sendo utilizado para explicar as tendências do mundo do trabalho nos países capitalistas centrais, como os EUA. Enfim, éramos modernos e não sabíamos. Podemos dizer que, no caso do Brasil, surgiu com o capitalismo global outro patamar do hibridismo ontogenético, característico do capitalismo dependente, que articulou, desde sempre, o movimento desigual e combinado entre o arcaico e o moderno, incorporando, hoje, para terror da dialética, o “pós-moderno”.

Disse Francisco de Oliveira que com o capitalismo global se transportou para países de capitalismo dependente como o Brasil “[...] uma espécie de dialética negativa: os problemas não eram superados dando lugar a uma nova e superior contradição; os problemas eram rebaixados, utilizando formas arcaicas, precárias, regressivas” – reconheceria o Mestre pernambucano que a “solução” é falsa, pois repõe os problemas num estágio inferior à própria contradição.³

A inserção dependente e subalterna do Brasil no capitalismo global ocorreu com a disrupção da reestruturação produtiva do capital e a reforma do Estado nos anos de 1990, incluindo a reforma da legislação trabalhista

3 Há pouco mais de cinquenta anos, o cineasta Glauber Rocha, nos seus delírios estéticos, expôs no filme *Deus e o Diabo na terra do sol* (1964) uma teoria de *mise-en-scène* que funciona, de início, como literatura de cordel e que pouco a pouco se transforma em ópera, expondo o contraste dialético profundo da tragédia do “subdesenvolvimento”, que observamos no decorrer do filme; teoria de *mise-en-scène* que o próprio Glauber mais tarde chamou de *trialética*; ou seja, a solução dos problemas não aconteceria somente na justaposição dos contrários e sim por via de sínteses, por outros caminhos na busca de uma melhor apreensão da realidade social. O golpe civil-militar de 1964, ruptura histórica da civilização brasileira, demonstrou que a *trialética* do baiano Glauber seria a dialética negativa do pernambucano Chico de Oliveira: não haveria solução para os problemas do “subdesenvolvimento” – nem por uma nova e superior contradição, ou por sínteses “*trialéticas*”, mas pela reposição ou rebaixamento das contradições num estágio inferior – arcaico, precário, regressivo – à própria contradição. Eis o vetor lógico (e ontológico) da “miséria brasileira”.

voltada para a flexibilização da CLT, núcleo orgânico da proteção social do trabalho no Brasil, criado por Vargas, nos anos de 1940, no contexto do projeto de Nação. Apesar de a CLT acolher apenas menos da metade da força de trabalho disponível no mercado de trabalho, pois a informalidade desde sempre caracterizou a oferta do trabalho no País, a política neoliberal, desde os anos de 1990, com FHC, preocupou-se em desmontar a proteção legal dos direitos trabalhistas (Michel Temer, após o golpe de 2016, iria realizá-la efetivamente).

Existe a lógica férrea do capital global: a riqueza capitalista era produzida pelo contingente coberto pela proteção social da CLT. Por isso, para que se diminuísse mais ainda o preço da força de trabalho do núcleo orgânico “moderno” do mundo do trabalho no Brasil, tornou-se necessário flexibilizá-lo. Portanto, o neoliberalismo significou a inversão da perspectiva do Brasil moderno: em vez de ampliar-se a proteção social com direitos num País caracterizado por uma maioria subalterna à mercê do mercado de trabalho, restringia-se o acesso ao direito laboral. Na verdade, o movimento estrutural pelo aumento da taxa de exploração da força de trabalho não diz respeito apenas à formação capitalista no Brasil, mas à própria lógica do capitalismo global. No caso do Brasil, ao inserir-se subalternamente à lógica do capitalismo global dominante, a reestruturação capitalista de viés neoliberal, ao mesmo tempo em que “modernizou” o Brasil, preservou e aprofundou a concentração de renda e a desigualdade social.

O Brasil, ao vincular-se organicamente com a acumulação do capital global e desenvolver a nova precariedade salarial com a acumulação flexível, reeditou a *mise-en-scène* da dança macabra entre o arcaico e o moderno, incorporando o novo polo “pós-moderno”: nem resolvemos (ainda?) as questões da modernidade capitalista e, de um momento para outro, passamos a incorporar as questões da pós-modernidade ou hipermodernidade do capital. O movimento do desigual e combinado acumulou profundas camadas de irresoluções (e contradições) nos espaços periféricos de acumulação do capital, hoje integrados (ou desintegrados) ao capitalismo global. Mesmo com os governos Lula e Dilma, manteve-se (e aprofundou-se) o vínculo orgânico com o capitalismo global, porquanto o problema não era de *governo*, mas sim de *Estado* e *modo de produção*, um modo de produção organicamente integrado no mercado mundial.

A “nova precariedade salarial” que surgiu com o capitalismo global (ALVES, 2013) diz respeito ao regime de acumulação e modo de produção, que não se altera (ou supera) por decisão política de governo, mas de refundação (ou supressão) do Estado político do capital que, no caso do Brasil, pelo contrário, nos governos neodesenvolvimentistas (2003-2014), mantém-se integrado e cada vez mais, à lógica do mercado mundial. É o mais desenvolvido – o capitalismo global de hegemonia neoliberal e a sua crise estrutural - que explica o movimento reestruturativo do núcleo orgânico da produção de mais-valia, vinculado aos oligopólios hegemônicos na economia brasileira e a constituição da nova (e velha) ordem neoliberal no Brasil de Temer e a consolidação do novo (e precário) no Brasil.

4. BRASIL: A DEBACLE DO NEODESENVOLVIMENTISMO E A NOVA OFENSIVA NEOLIBERAL (2016-2018)

Como capitalismo dependente integrado à mundialização do capital, o Brasil foi atingido pelo movimento de crise do capitalismo global e da longa depressão da economia capitalista. As políticas contracíclicas adotadas pelo Governo Lula em 2008 e 2009 impediram que, no primeiro momento, o Brasil caísse em recessão; e depois, em 2010, Lula elegeu sua sucessora: Dilma Rousseff (PT). Mais tarde, entretanto, o Governo Dilma não conseguiu evitar que o efeito retardado da recessão global atingisse as economias ditas emergentes exportadoras de *commodities* e derrubasse o modelo neodesenvolvimentista adotado no País desde 2003. A desaceleração da China e a queda disruptiva dos preços das *commodities*, em razão do ciclo instável da economia global pós-2008, expuseram efetivamente fragilidades macroeconômicas do neodesenvolvimentismo no plano fiscal. A desaceleração da economia, a falta de investimentos privados, as pressões inflacionárias e a nova ofensiva midiática, social e política da direita neoliberal, embora não tenham conseguido derrotar Dilma nas urnas em 2014, conseguiram articular o golpe de Estado em 2016, com o *impeachment* da Presidenta reeleita.

Numa realidade da mais profunda recessão da economia brasileira (2015-2016), aprofundada pela política de ajuste fiscal do ministro da Economia Joaquim Levy, indicado pela própria Dilma logo que assumiu o Governo em 2015, o PT foi derrubado do Poder Executivo por uma complexa articulação

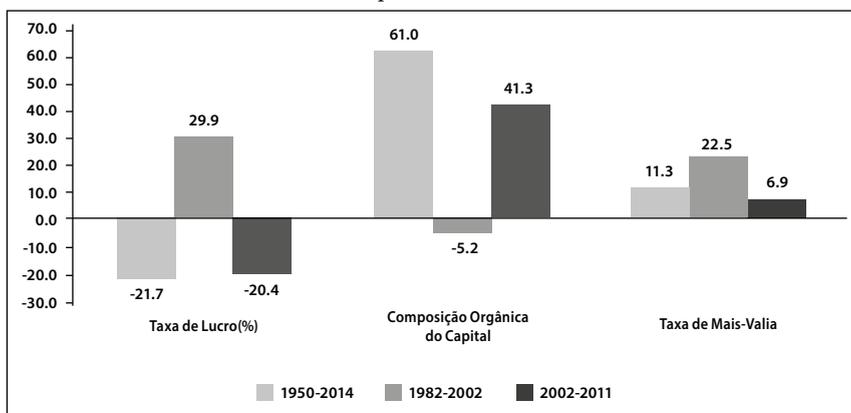
entre poder midiático (TV Globo), movimentos da sociedade civil, setores do Poder Judiciário (STF), Ministério Público Federal e setores parlamentares dissidentes da frente política do neodesenvolvimentismo (sob o comando do PMDB de Michel Temer/Eduardo Cunha).

Depois do *impeachment*, o processo do golpe jurídico-parlamentar prosseguiu em 2017 e 2018 com a pauta reformista do Governo Michel Temer e a “Operação Lava-Jato”, cuja seletividade buscou criminalizar o PT e impedir a candidatura de Lula em 2018. A debacle do neodesenvolvimentismo e o golpe de Estado iniciado em 2016 significaram repor, num patamar superior (de regressividade), a ofensiva neoliberal dos anos de 1990. Indo além do Governo FHC, o Governo Temer não apenas limitou o gasto público, como também impôs a Lei da Terceirização e a Reforma Trabalhista, aprofundando a flexibilização laboral na CLT (o tempo histórico mudou: a ofensiva neoliberal dos anos de 1990 não usufruiu do cenário jurídico-político “de exceção” e de miséria espiritual do Brasil de meados dos anos de 2010).

Na verdade, a ruína do neodesenvolvimentismo foi uma “crônica da morte anunciada”, na medida em que o projeto do lulismo, desde o começo, representou, *de certo modo*, uma força contra a corrente do capitalismo neoliberal num ambiente de longa depressão da economia mundial, desde 2008. Em sua etapa de crise estrutural da lucratividade, tornou-se exigência crucial do capital o aumento da taxa de exploração da força de trabalho ou a redução do custo do trabalho.

Desde a Grande Recessão de 2008, o capitalismo global explicitou a crise estrutural de lucratividade, pressionado pelo aumento histórico da composição orgânica do capital (a maior presença do trabalho morto em detrimento do trabalho vivo nos núcleos de valorização do capital – vide Gráfico 2). O principal movimento contratendencial à queda da taxa de lucro tem sido o aumento da taxa de exploração (o que explica, pelo menos desde a metade dos anos de 1970, o desenvolvimento da precarização estrutural do trabalho).

Gráfico 1 - Taxa de lucro, composição orgânica do capital e taxa de exploração nas 7 principais economias do capitalismo central (1950-2014)

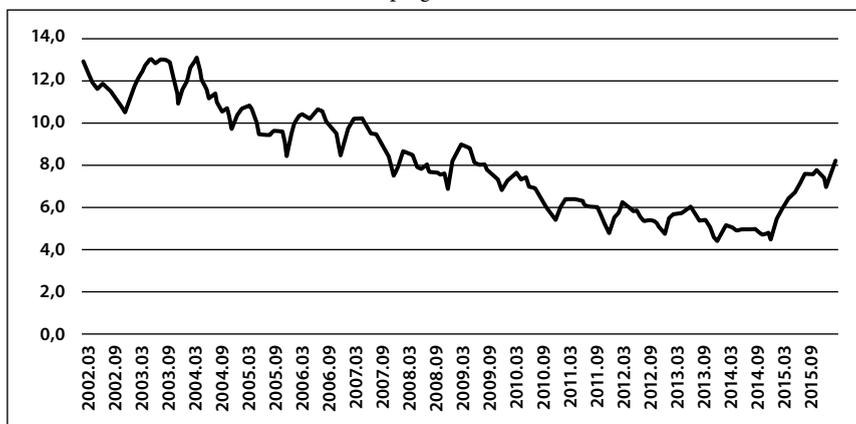


Fonte: Penn World Tables (ROBERTS, 2016)

Sob os governos Lula e Dilma (2003-2014), entretanto, o salário-mínimo cresceu cerca de 70% e os acordos salariais representaram conquistas salariais para os setores organizados. Ao mesmo tempo, verificou-se uma queda significativa na taxa de desemprego aberto nas regiões metropolitanas. Enfim, uma “pedra no meio do caminho” da economia política do capital numa etapa de crise estrutural.

Como observará José Meneleu Neto no capítulo terceiro da presente coletânea, a lei do valor, como lei histórica, operou como a lógica intrínseca do golpe de 2016, realizando o que Michal Kalecki identificara há tempos: “Com efeito, sob um regime de pleno emprego permanente, a demissão deixaria de desempenhar o seu papel enquanto ‘medida disciplinar’. A posição social do patrão seria prejudicada, bem como a autoconfiança e a consciência de classe da classe trabalhadora cresceriam. As greves por aumentos salariais e melhorias nas condições de trabalho criariam tensão política”. (KALECKI, 1990, p. 56, *apud* MENELEU NETO, 2018, p. 86).

Gráfico 2 – Taxa de desemprego – RMs (%) – Brasil: 2002-2015



Fonte: IBGE, *apud* Meneleu Neto (2018, p. 80)

Por outro lado, o compromisso político dos governos neodesenvolvimentistas com o gasto público e a transferência de renda para os pobres incomodavam o bloco no poder da oligarquia burguesa sob a dominância financeira. As políticas de inclusão social ameaçavam a médio e longo prazo a dedicação do fundo público ao pagamento dos dividendos e juros da dívida pública interna. Tornou-se necessário impor um teto para o gasto público com as necessidades sociais.

Numa circunstância de expansão e crescimento cíclico, a lei do valor opera e “permite” o anti-valor como determinação contraditória - conforme ocorreu no pós-segunda guerra nos países capitalistas centrais (1945-1975). Isto não ocorre, entretanto, num cenário de longa depressão (desde 2008). Por isso, o projeto neodesenvolvimentista do lulismo tornou-se a “crônica de uma morte anunciada” desde a *Big Recession* nos EUA, em 2008, pois, naquela inflexão histórica, o capitalismo global (a e geopolítica do imperialismo neoliberal), na qual o Brasil se inseria, projetou-se para um novo patamar histórico. O golpe de 2016 confirmou o dito de Francisco de Oliveira na sua recém-lançada obra *Brasil: Uma biografia não-autorizada*: “[...] É a anatomia do capitalismo mais avançado que explica as infinitas combinações esdrúxulas presentes na economia e na sociedade brasileira”. (OLIVEIRA, 2018).

A globalização, desde os anos de 1990, elevou a concorrência global, com a inserção da China na OMC. A lei do valor passou a operar a todo vapor,

inclusive fazendo com que a lógica da superexploração da força de trabalho se tornasse uma característica do mundo do trabalho no núcleo orgânico do capitalismo global. Ao mesmo tempo, a financeirização do capital propiciou a hipertrofia das finanças (o fenômeno da financeirização opera, não como contratendência, mas como modo de deslocamento de contradições do sistema”. (ALVES, 2018).

No cenário da longa depressão do capitalismo do século XXI, a Quarta Revolução Industrial, sim, tornou-se importante movimento contratendencial, na medida em que contribuiu para a desvalorização do capital constante. No plano da essência do sistema, a utilização da desvalorização do capital variável como mecanismo contratendencial de maior eficácia para reduzir a composição orgânica do capital, principal causa estrutural da queda da lucratividade, possui uma condição *sine qua non*: *a desvalorização do capital constante (capital fixo + capital circulante) deve ocorrer numa velocidade igual ou maior que a desvalorização do capital variável em termos de valor*. (MARX, 2017; ALVES, 2018). Enfim, não basta apenas aumentar a taxa de exploração, mas é preciso “queimar” capital constante – o que torna necessária uma nova Revolução Industrial ou, então...uma guerra mundial.

5. TENDÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO DO NOVO (E PRECÁRIO) MUNDO DO TRABALHO NOS ANOS DE 2020

Primeiro, devemos ter a ampliação e o aprofundamento da lógica do trabalho flexível, com a consolidação da *nova precariedade salarial*, implicando não apenas a proliferação de outras modalidades de contratação precária no mercado de trabalho, mas novos formatos de organização da jornada de trabalho, outros modos de remuneração salarial, formas de gestão e controle do trabalho sob o espírito do toyotismo e a proliferação da outra base técnica informacional-digital nos espaços de trabalho. Pode-se dizer que ocorrem transformações estruturais nos referentes materiais da lógica da exploração capitalista, repostos efetivamente sob novas condições sócio-históricas. Por exemplo, com o movimento de redução do tempo de vida a tempo de trabalho, transfigura-se a categoria *jornada de trabalho*; com as novas modalidades de remuneração flexível, altera-se o modo de ser da categoria *salário*; e, com as novas tecnologias em rede informacional que permitem o teletrabalho,

desterritorializa-se o *local de trabalho*. Os impactos da nova precariedade salarial na consciência de classe são indiscutivelmente candentes.

Na medida em que se amplia no mercado de trabalho a nova precariedade salarial, com o surgimento da “economia de bicos” (“gig economy”), compreendendo, de um lado, trabalhadores temporários e sem vínculo empregatício (*freelancers*, “autônomos”) - ou melhor, vínculos empregatícios ocultos pelo salariato hiperfetichizado e a ideologia do autoempreendedorismo; e, de outro, empresas que contratam estes trabalhadores “independentes”, para serviços intermitentes, altera-se a própria noção de “desemprego”. Por exemplo, para manter um padrão decente de vida (ou “pagar as contas”, como se diz), a pessoa que trabalha é obrigada a ter dois ou três empregos.

Enfim, presenciamos no plano do mercado de trabalho novas modalidades de desemprego oculto, desocupações não apreensíveis pelos indicadores estatísticos. Por exemplo, ante a pequena recuperação da economia, as taxas de desemprego podem até cair, mas tendem a ocultar o desemprego “por desalento” ou, ainda, “por encarceramento” (o aumento da população carcerária é flagrante nas últimas décadas). Enfim, faltam indicadores sociais para evidenciar a profunda e ampla mudança na superpopulação relativa com a nova precariedade salarial.

Por outro lado, a nova morfologia do trabalho flexível, delineada por parte de Ricardo Antunes no seu novo (e interessante) livro (ANTUNES, 2018), tem impactos candentes no *sociometabolismo do trabalho estranhado*, com a complexificação das novas formas de “captura” da subjetividade, na medida em que a “cultura do medo”, sedimentada pela nova precariedade salarial e o espectro do desemprego, são utilizados como afetos disciplinadores das massas (o medo, por exemplo). Enfim, a própria servidão se tornou um privilégio (como disse Mészáros, “barbárie se tivermos sorte”).

Segundo, as dificuldades da economia global, em decorrência da longa depressão resultante da crise de 2008, possuiu como causalidades estruturais a crise estrutural de lucratividade, ocasionada pela pressão histórica do aumento da composição orgânica do capital. A queda tendencial da lucratividade impõe, ao lado de outros movimentos contratendências (por exemplo, principalmente, o aumento da taxa de exploração), a necessidade de “queima” de capital fixo por meio de mudanças técnicas aceleradas - o que significa aumentar as novas tecnologias nos nichos laborais de serviços e indústria.

Por exemplo, a longa depressão de 1873-1895, o imperialismo, a Segunda Revolução Industrial e a longa depressão de 1929 significaram o protecionismo e a Guerra Mundial – meio para queimar capital fixo.

Para que possa operar, entretanto, um alavancamento na renovação tecnológica, o capital vai exigir novo nível de concentração, porquanto o grande endividamento continua elevado nas empresas, com poucas delas tendo condições de acompanhar as circunstâncias de concorrência. Portanto, um salto na oligopolização, renovação técnica e novos mercados de serviços capitalistas podem criar e absorver, com a nova precariedade salarial, novos setores de exploração e acumulação de mais-valor.

Terceiro, com a ampliação e afirmação do regime de acumulação flexível, deve-se aprofundar a *fragmentação do proletariado*: o perfil da força de trabalho será caracterizado pela contingência e intermitência salarial numa realidade de profunda redundância laboral. A “economia de bicos” é expressão do novo e precário mundo do trabalho com influxos na dimensão morfológica e sociometabólica.

A fragmentação do proletariado, no entanto, é um fenômeno político, ideológico e cultural, principalmente em razão do prosseguimento da crise da consciência de classe dada pela crise de partidos e sindicatos. Apesar da velocidade da crise do capital, o mundo do trabalho ainda está paralisado no interior da turbulência da *crise ideológica* e política iniciada com a transição para o capitalismo global no começo dos anos de 1990.

Na medida em que se ampliou a classe social do proletariado, aprofundaram-se suas clivagens internas com o surgimento de frações, camadas e categorias imbuídas de novas qualificações, anseios e valores. Uma delas é o precariado, jovens precários altamente escolarizados imersos em incertezas e insegurança crônica.

Guy Standing equivoca-se ao considerar o precariado como uma nova classe social e não uma camada social da classe do proletariado. De acordo com ele, o precariado - “[...] para se tornar uma classe transformadora [sic] [...] necessita ultrapassar o estágio de rebelião primária manifestado em 2011 e se constituir como uma classe-para-si, capaz de se assumir como força de mudança”. (STANDING, 2014, p. 32). O erro político decorre do equívoco heurístico sobre o proletariado no século XXI. O Economista inglês não percebeu a natureza do “precariado”, que *não* é uma nova classe,

mas, sim, outra camada social do proletariado como classe histórica. (SO-TELO VALENCIA, 2016). A estratégia política do século XXI *não* é afirmar o particularismo do precariado mas construir, política e ideologicamente, a *unidade de classe* do proletariado como sujeito histórico capaz de negação da barbárie social do capital.

No caso do Brasil, a derrota do projeto de esquerda representado pelo Partido dos Trabalhadores, com o golpe de 2016, e a prisão de Lula, em 2018, significaram o encerramento melancólico do ciclo histórico iniciado no decênio 1979-1989, a década de explosão do sindicalismo e organização da sociedade civil cristalizada nas conquistas sociais da “Constituição-Cidadã”, de 1988. É provável que o novo ciclo de luta de classes, que se vai iniciar nos anos de 2020, diante das novas contradições candentes abertas pelo capitalismo global, deva exigir uma nova capacidade política, ideológica e organizacional das esquerdas – existentes hoje – numa realidade de profunda instabilidade da ordem democrática no plano interno; e, no plano externo, o confronto comercial e geopolítico entre os dois “modelos de desenvolvimento” do capital (o decadente EUA *versus* a ascendente China) que percorrerá o século XXI.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. *Trabalho e neodesenvolvimentismo: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil*. Bauru: Projeto editorial Praxis, 2014.

_____. *Dimensões da Precarização do Trabalho: ensaios de sociologia do trabalho*. Bauru: Projeto editorial Praxis, 2013.

_____. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo e o capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo editorial, 2011.

_____. *O duplo negativo do capital: Ensaio sobre a crise do capitalismo global*. Bauru: Projeto editorial Praxis, 2018.

ANTUNES, Ricardo. *O Privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo editorial, 2018.

BECK, Ulrich. *Un nuevo mundo feliz: la precariedad del trabajo en la era de la globalización*. Madri: Editorial Paidós, 2004.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política, Volume 3*. São Paulo: Boitempo editorial, 2017.

MENELEU NETO, José. Crise capitalista, luta de classe e golpe no Brasil. In: MACÁRIO, E. *al* (org.). *Dimensões da crise brasileira: dependência, trabalho e fundo público*.

Fortaleza: EdUece; São Paulo: Praxis, 2018.

OLIVEIRA, Francisco de. *Brasil: Uma biografia não autorizada*. São Paulo: Boitempo editorial, 2018.

ROBERTS, Michael. *The long depression: how it happened, why it happened and what happens next*. Chicago/Illinois: Haymarket books, 2016.

SOTELO VALENCIA, Adrián. *Precariado ou proletariado?* Bauru: Projeto editorial Praxis, 2016.

STANDING, Guy. “O precariado e a luta de classe”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 103, p. 9-24, mai. 2014.



CRISE CAPITALISTA, LUTA DE CLASSE E GOLPE NO BRASIL

José Meneleu Neto*

1. INTRODUÇÃO: ENQUADRAMENTO

A proposta deste ensaio é discutir os elementos econômicos que impulsionaram o golpe parlamentar de 2016 no Brasil. Muitos torcerão o nariz ao que poderá ser considerado um ultrapassado determinismo econômico. Esse, porém, é um risco assumido, com a vantagem de estabelecer um percurso direto e incisivo à questão: *Qui si convien lasciare ogni sospetto. Ogni viltà convien che qui sia morta.*¹

Antes de ir direto ao assunto, convém reaver a abordagem de Marx no prefácio da *Crítica da Economia Política*, de 1859, que esclarece o percurso de amadurecimento teórico e político requerido para desnudar os véus que recobrem a compreensão da sociedade burguesa. Inicialmente preocupado com questões jurídicas e filosóficas, Marx foi levado pela situação concreta dos camponeses do Mosela a se ocupar com questões econômicas. *Da Crítica da Filosofia do Direito*, de Hegel, à *Crítica da Economia Política*, a trajetória da dialética descendente de Marx (1982, p. 25) resulta na compreensão de que “[...] relações jurídicas, tal como formas de Estado, não podem ser compreendidas a partir de si mesmas nem a partir do chamado desenvolvimento geral do espírito humano”.

Para desmistificar o “espírito absoluto” materializado nas instituições burguesas, é necessário mergulhar nos “sujos interesses econômicos” que

* Economista e Professor da Universidade Estadual do Ceará – UECE. E-mail: jmeneleu@gmail.com.

1 Aqui tem de se banir toda a desconfiança. Toda a cobardia tem aqui de ser morta. (Dante Alighieri, *A Divina Comédia*.) Citado por Marx no final do prefácio da *Crítica da Economia Política* de 1859.

brotam no nível da sociedade civil. Só possível realizar, contudo, essa reflexão à medida que as mediações jurídicas que dão suporte à relação de troca estão ali pressupostas. Neste sentido, a troca, momento da aparência do sistema, se exprime no discurso clássico sobre a circulação simples como um “momento econômico” por excelência. Esse momento, entretanto, carrega pressupostos sobre o modo específico da sociabilidade capitalista, incluindo a dimensão jurídica erigida sob a modalidade de contrato. Assim, na moderna sociedade do capital, o momento da troca econômica contém pressuposta a dimensão jurídica, na medida em que ele se expressa como o contrato mais elementar o qual se articulam relações mais complexas. Mais especificamente, é na esfera ruidosa da circulação de mercadorias – aparência do sistema - onde se encontra “em germe” a estrutura da sociabilidade burguesa. É na esfera da circulação e da troca onde a “igualdade”, “liberdade” e, principalmente, a “propriedade”, são estabelecidas como os pressupostos econômicos-jurídicos do liberalismo econômico. É também nessa esfera onde é “encontrada” a mercadoria força de trabalho: condição de possibilidade do capital. E a contradição entre os interesses econômicos de trabalhadores e capitalistas se inicia ali mesmo, no momento de celebração do contrato de compra e venda da força de trabalho. Os contedores são submetidos às leis de intercâmbio da circulação – a troca de equivalentes –, mas numa relação marcada pela contradição. A contradição entre os interesses econômicos de trabalhadores e capitalistas não se “resolve” no interior das condições jurídicas da troca. Surgem contradições aparentemente “insolúveis” para os princípios jurídico-econômicos da igualdade, liberdade e propriedade. Um autêntico choque de direitos econômicos! No choque de direitos contra direitos, prevalece a força!

É neste sentido que os interesses econômicos explicam a anatomia peculiar da sociedade burguesa, ou, dito de outro modo: “[...] a anatomia da sociedade civil se teria de procurar, porém, na economia política”. (MARX, 1982, p. 25). Deixamos claro desde o início que a articulação categorial aqui desenvolvida sobre os acontecimentos de 2016 está centrada na luta entre os interesses de classe no nível das políticas econômicas.

2. CICLOS E A CRISE DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

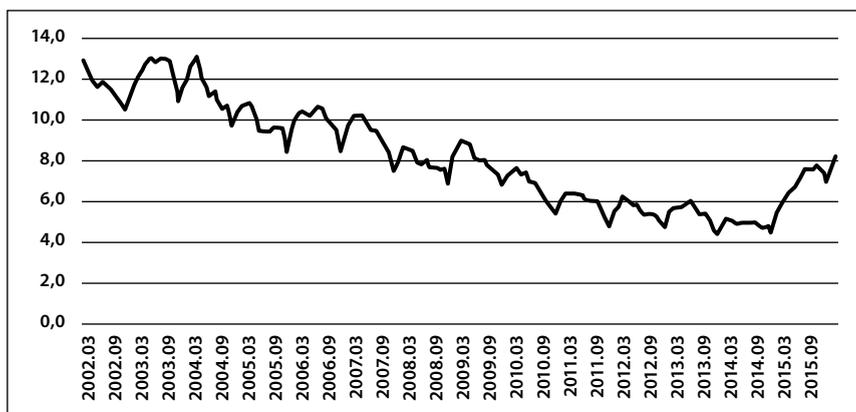
Para realizar a tarefa proposta, inicialmente, temos que considerar a conjuntura global e seus influxos no Brasil. É o primeiro movimento no processo combinatório que entrecruza dois ciclos a considerar: os de acumulação capitalista em nível global, de um lado, e, os de acumulação da economia de outra parte. Implica analisar, por conseguinte, as possibilidades da política econômica “neodesenvolvimentista” iniciada no Brasil, em 2003, no interior das tendências da crise global capitalista pós-2007.²

Há muitas caracterizações sobre o neodesenvolvimentismo recente e seus resultados no Brasil. Alguns consideram os processos de inclusão social ao lado da desigualdade de renda, da redução da pobreza ao lado da tremenda riqueza financeira concentrada etc. As evidências aqui expostas, porém, recaem sobre os ganhos econômicos da massa trabalhadora relacionados ao comportamento do mercado de trabalho.

Grande parte dos resultados positivos nas relações salariais pode ser atribuída ao componente da queda, seguida da taxa de desemprego, no Brasil, desde 2004. O gráfico, com base em dados da PME/IBGE para as principais regiões metropolitanas, mostra o declínio progressivo da taxa de desemprego. Essa tendência só passou a se inverter após o início de 2015.

2 A crise financeira de 2007, também conhecida como a crise do *subprime*, foi provocada por empréstimos hipotecários de alto risco (*subprime loan* ou *subprime mortgage*). Sua peculiaridade foi ter se iniciado no coração do sistema financeiro global – os EUA – arrastando rapidamente bancos e países para uma situação de insolvência. A propagação de ativos “tóxicos” provocou uma reação em cadeia global, iniciada na esfera financeira e se propagando para toda a base produtiva. Era o fim do ciclo de juros baixos do FED (Federal Reserve Board - sistema de bancos centrais estadunidenses) e da expansão da economia estadunidense baseada no capital fictício.

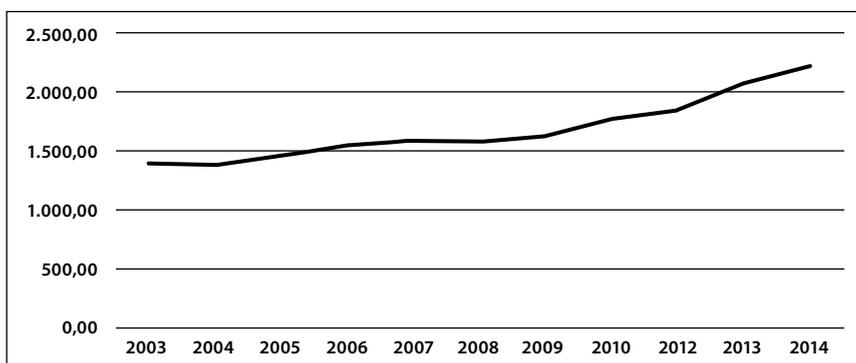
Gráfico 1 – Taxa de desemprego – RMs (%) – Brasil: 2002-2015



Fonte: IBGE

Segundo dados do emprego formal fornecidos pela fonte RAIS/MTE, nos dois governos Lula, foram gerados 14,7 milhões de vagas formais de trabalho e, durante os governos Dilma, mais 4,8 milhões. A taxa de desemprego caiu a níveis muito baixos, criando um ambiente favorável a ganhos salariais nos contratos de trabalho, o que repercutiu na distribuição de renda da base da pirâmide salarial. A queda da taxa de desemprego metropolitano de algo em torno de 13% para pouco mais de 4% foi, sem dúvida, o resultado de maior impacto para a dinâmica da relação capital-trabalho no Brasil no decurso do período considerado, conforme se observa pela evolução da renda média do trabalho nas regiões metropolitanas brasileiras, de 2003 a 2014.

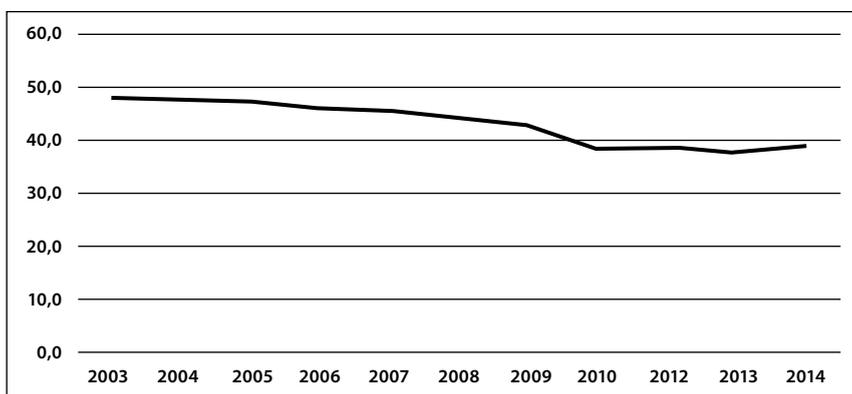
Gráfico 2 – Renda média de todos os trabalhos (R\$) – RM. Brasil: 2003 -2014



Fonte: IBGE

Em consequência, foram observados efeitos colaterais em outros indicadores, como os de pobreza, que chegaram a cair 50,64%, segundo estimativas da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em grande parte, isso decorreu da redução da informalidade e das melhorias na renda da massa assalariada. É o que se pode ver pela evolução do grau de informalidade que cai do patamar próximo de 50% para menos de 40%, no mesmo período (2003-2014). Embora a queda da informalidade expresse menor elasticidade quando comparada à queda do desemprego aberto, ainda assim significou uma redução do trabalho informal em torno de dez pontos percentuais.

Gráfico 3 – Grau de informalidade – RM. Brasil: 2003-2014



Fonte: IBGE

A dinâmica da crise capitalista global de 2007, entretanto, estabeleceu os limites para a retomada do crescimento à escala global, expressando aumento do desemprego estrutural e precarização do trabalho no contexto mundial. Além disso, o ano de 2017 parece ter sido um ponto de inflexão político-estratégico, com o avanço das forças de direita e das políticas econômicas neoliberais em escala global. (ALVES e CORSI, 2018). É nesse ponto de inflexão que se insere o processo do golpe no País. Assim, a agressiva política neoliberal pós-2016 efetuou drásticos cortes de gastos públicos, acelerando ainda mais a proliferação do desemprego em massa e da recessão. Deste ponto no tempo, assistimos à sincronização entre os ciclos da crise global e o ciclo da crise brasileira.

Nos EUA, o presidente Donald Trump deu início à sua política sistemática de perseguição aos migrantes, decretou uma “virada protecionista” em

defesa da indústria estadunidense e, simultaneamente, liquidou o projeto “ObamaCare”, jogando cerca de 21 milhões de americanos na condição de indigentes do direito à saúde. Milhões de universitários dos EUA permanecem endividados e condenados a uma trajetória de “vida a crédito”. O favorecimento aos mais ricos, mediante políticas de tributação e de redução das taxas de juros no País, não deixa dúvidas sobre o caráter conservador da política econômica dos EUA e seu efeito “multiplicador” noutras economias.

Outro componente importante após a crise de 2008 foi a desaceleração do PIB da China: caindo de 10,8% para 7% em 2015. Desde então, a queda na demanda e preços das *commodities* produzidas na América Latina inverteu a tendência de expansão das exportações. O fim do *boom* das *commodities* minou pela base o modelo de crescimento de vários países latino-americanos, incluindo, em certo grau, o Brasil.

Além da própria China, o resto do mundo capitalista permaneceu basicamente estagnado pós-2008 e, portanto, em crise. Neste sentido, a virada neoliberal não deixa de ter conexão com a tentativa de fazer as classes trabalhadoras pagarem o ônus da crise para compensar a queda geral da taxa de lucro e seus impactos nas grandes corporações e no capital financeiro global.

O número absoluto de desempregados cresceu em escala global. Em 2016, foi estimado pela OIT um total de 197,1 milhões de desempregados em todo o mundo. Em 2017, esse fenômeno atingiu 199,4 milhões de pessoas. Isso representa aumentos sucessivos de cerca de 2,3 milhões, em 2016, e 1,1 milhão de desempregados, em 2017.³ A evolução do desemprego nos anos anteriores, desde a crise de 2007 até 2015, acrescentou 27 milhões de trabalhadores ao exército industrial de reserva global!

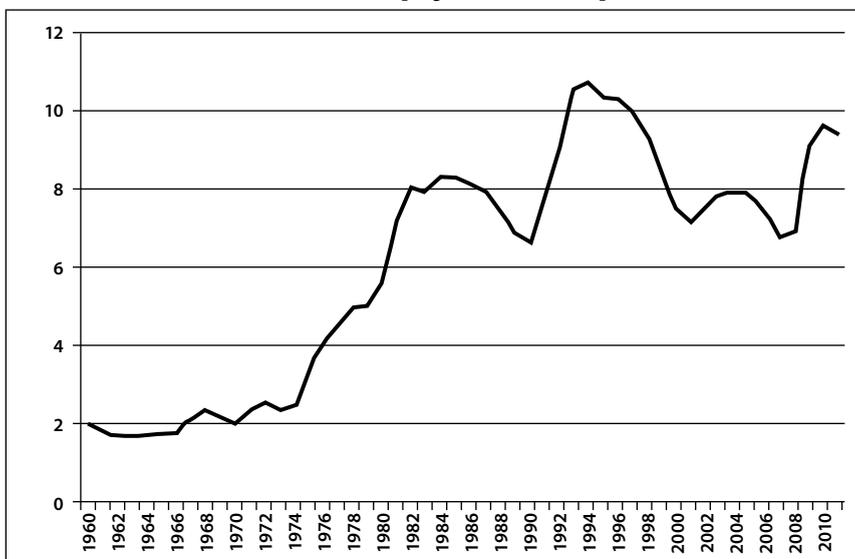
Cabe notar que o desemprego tendeu a recair principalmente nas áreas da periferia do sistema, com a desaceleração das chamadas “economias emergentes”, onde o declínio nos preços das *commodities* impactou terrivelmente o mundo do trabalho.

Como resultado do crescimento do exército industrial de reserva, os trabalhadores estão tendo que aceitar empregos precários mesmo nos países capitalistas centrais e, apesar da queda relativa no número de desempregados em alguns países da União Europeia e nos Estados Unidos, o tamanho

3 OIT. *World Employment and Social Outlook – Trends 2016* (WESO).

do exército industrial de reserva é monstruosamente grande. E esse não é um fenômeno recente. A crise de 2007 apenas aprofundou aquilo que os especialistas em mercado de trabalho chamam de “desemprego estrutural”: a persistência dos elevados patamares de desemprego mesmo nos momentos de retomada do crescimento da economia capitalista. A taxa de desemprego vem subindo na região do euro desde os anos de 1960, tornando-se explosiva em 1974, quando se iniciou a reestruturação produtiva do capital que desestruturou o trabalho organizado sob as formas “flexíveis” do toyotismo globalizado. Notemos no gráfico seguinte que a crise de 2007 representou a retomada rápida de elevadas taxas médias de desemprego, que voltaram a ficar próximas a 10%, em países selecionados da zona do euro.

Gráfico 4 – Taxa de Desemprego Média em oito países da UE



Fonte: AMECO, *European Commission*.

Especificamente, no contexto internacional recente, a taxa de desemprego das economias capitalistas centrais diminuiu de 7,1 por cento, em 2014, para 6,7 por cento, em 2015. Na maioria dos casos, no entanto, estas melhorias não foram suficientes para eliminar a lacuna de empregos que surgiu como resultado da crise financeira global.

O ambiente econômico instável, associado aos fluxos de capital fictício nos mercados financeiros globais e à queda da demanda efetiva global, mostram um quadro de crise que arrasta todas as economias do Planeta e, entre elas, o Brasil.

Quando o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro caiu 3,6% em 2016 com relação a 2015, o sinal de alerta nos mercados financeiros já apontava para a guinada ortodoxa que começou dentro da própria área econômica do governo Dilma, guinada que ganhou força política e cujo objetivo era acabar com as ambiguidades na área econômica e eliminar as últimas políticas de geração de emprego com a ampliação do gasto público. No ambiente dominante, a “re-primarização” da economia brasileira, associada à crise financeira global, fragilizaram os elementos macroeconômicos – expansão do mercado interno e política industrial substitutiva - do velho desenvolvimentismo, deixando pouca margem de manobra ao neodesenvolvimentismo. Em vez de se contrapor à tendência global da crise, assiste-se à sincronização das agendas conservadoras externa e interna. Deste modo, as perspectivas de manutenção das políticas de geração emprego se enfraqueceram nas economias “emergentes” e em desenvolvimento, notadamente no Brasil, na China e países produtores de petróleo, como Venezuela e Rússia.

Observa-se que há uma nova onda neoliberal, na qual o peso da crise passa a ser descarregado progressivamente nos ombros da massa trabalhadora para aliviar a pressão da desvalorização do capital produtivo excedente, que foge em direção à busca de valorização na esfera financeira de títulos públicos. Nesse contexto, Países inteiros foram arrastados por essa nova guinada financeira, que exige terríveis ajustes fiscais nos orçamentos nacionais, apenando os trabalhadores e as parcelas mais fragilizadas da população. Na zona do euro, os casos da Grécia, Espanha e Itália são tristemente exemplares.

No Brasil, esse processo se materializou mediante o arrocho nos gastos sociais com o que ficou conhecido como a “PEC do fim do mundo” e também na velocidade com que foi feita a contrarreforma da CLT, dando maior “flexibilidade” às relações de trabalho. A redução de gastos públicos impactou no nível de demanda efetiva, mas, sobretudo, naquela vinculada a gastos sociais. A maior “flexibilidade” na legislação de proteção ao trabalho se traduziu em maior fragilização dos trabalhadores no processo da compra e venda da força

de trabalho, com crescente precarização econômica e existencial da pessoa que trabalha. (ALVES, 2018).

A convergência das tendências econômicas globais e latino-americanas também pode ser expressa em termos de ciclos. Deste modo, mesmo com um certo lapso, o ciclo político progressista na América Latina praticamente se encerrou com o colapso global de 2008. Foram sucessivas derrotas e/ou tentativas de golpe na região, incluindo o golpe de 2016 no Brasil. Assumir a perspectiva de inflexão nas políticas econômicas na direção do ciclo de políticas conservadoras nos leva a repensar as ideias de Kalecki sobre os ciclos políticos em economias capitalistas. Além disso, principal força da abordagem de Kalecki é que o centro de sua discussão sobre os ciclos é o mercado de trabalho e o comportamento do emprego. Mais especificamente, trata da objeção dos capitalistas às políticas de emprego que reduzem por períodos prolongados o exército industrial de reserva.

Neste sentido, optamos por considerar como as principais características do ciclo neodesenvolvimentista, de 2003-2013, no Brasil, o comportamento do mercado de trabalho e a redução do exército industrial de reserva, manifestados no fenômeno perceptível da redução da taxa de desemprego. Esse fio condutor permanece como termo de comparação para a inflexão neoliberal do ciclo e seus resultados subsequentes.

3. ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E CONTROLE SOBRE A FORÇA DE TRABALHO

Durante as últimas décadas, o incisivo texto de M. Kalecki “sobre os aspectos políticos do pleno emprego”⁴ foi sendo apropriado pelo *mainstream* econômico, tornando-se ponto de partida para uma miscelânea de modelos de comportamentos eleitorais oportunistas sobre gastos do governo. Essa circunstância requer o devido resgate das ideias de Kalecki, retirando-as do atoleiro dos modelos de estelionato eleitoral, no qual foram afundadas pelo individualismo metodológico das “expectativas racionais”. Afinal, o próprio Nordhaus (1975), que formalizou e modelou a ideia de ciclos políticos oportunistas, acentua que a única teoria séria nesse campo é a de Kalecki.

4 O artigo de Kalecki corresponde a uma palestra proferida na Sociedade Marshall, em Cambridge, na primavera de 1942.

Inicialmente, podemos dizer que o núcleo da teoria do ciclo político de Kalecki é a noção de que uma situação prolongada de elevado nível de emprego não é aceita de bom grado pelos capitalistas, que temem perder o controle social sobre os trabalhadores e, por isso, passam a fazer pressão política, mais cedo ou mais tarde, para adoção de políticas econômicas ortodoxas; ou, como disse Kalecki,

Com efeito, sob um regime de pleno emprego permanente, a demissão deixaria de desempenhar o seu papel enquanto ‘medida disciplinar’. A posição social do patrão seria prejudicada, e a autoconfiança e consciência de classe da classe trabalhadora cresceria. As greves por aumentos salariais e melhorias nas condições de trabalho criariam tensão política. (1990, p. 56).

Mesmo que o ritmo de crescimento mantenha a lucratividade média do capital em geral, a redução do exército industrial de reserva aumenta o poder de barganha dos trabalhadores nas negociações coletivas. É o que exemplifica o acompanhamento dessas negociações laborais no Brasil pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Durante os anos de 1990, os trabalhadores brasileiros amargaram perdas salariais seguidas. Já de 2003 a 2013, assistimos a um período de relativas conquistas econômicas para os trabalhadores. A questão dos capitalistas com as políticas de emprego prolongadas é exatamente a de não permitir que os trabalhadores “engrossem o pescoço” nas negociações sobre o preço da força de trabalho:

É verdade que os lucros seriam mais elevados sob um regime de pleno emprego do que são, em média, nos termos do livre mercado, e até mesmo o aumento dos salários decorrente do maior poder de barganha dos trabalhadores é menos propenso a reduzir os lucros do que para aumentar preços, e, portanto, afeta negativamente apenas os interesses rentistas. Mas a ‘disciplina nas fábricas’ e a ‘estabilidade política’ são mais apreciadas do que os lucros pelos líderes empresariais. Seu instinto de classe lhes diz que um pleno emprego duradouro é inaceitável a partir do seu ponto de vista, e que o desemprego é uma parte integrante do sistema capitalista ‘normal’. (KALECKI, 1990, p. 56).

O núcleo das questões de Kalecki nos leva aos porquês fundamentais das objeções dos capitalistas às políticas prolongadas de redução da taxa de desemprego, tais como as que ocorreram em grande escala nos “30 anos gloriosos” ou, em menor, nos anos de 2003 a 2013 no Brasil. A razão disso parece um certo “contrassenso econômico”, mas se revela esclarecedora dos fundamentos do golpe de 2016 e da contrarreforma trabalhista de 2017.

Obviamente, nenhum discurso explícito contra as políticas de emprego é proferido pelos capitalistas e os especialistas econômicos. Em geral, a objeção vem como movimento oblíquo de combate ao *déficit* público e à crise fiscal. O conjunto de objeções dos capitalistas é sintetizado por Kalecki (1990) em três aspectos que deixam explícita a ideologia do “livre mercado” e do controle social sobre a força de trabalho. O que não querem os capitalistas?

- i. não querem a interferência do governo no problema do emprego como tal, sobretudo se isso produzir mais proteção ao trabalho;
- ii. não gostam da direção dos gastos do governo (o investimento público e o consumo subsidiado), que orienta o fundo público numa direção que não seja o subsídio das empresas privadas;
- iii. não gostam sobretudo das mudanças sociais e políticas resultantes da manutenção do pleno emprego, potencialmente transgressoras da ordem econômica geral;

Como se vê, Kalecki tinha perfeita clareza sobre os impasses dos “esquemas de acumulação ampliada do capital”. Ele segue as questões lançadas por meio de Rosa Luxemburgo⁵ a respeito do impasse do capital: entre manter o crescimento numa economia fechada por via do aumento do consumo dos trabalhadores ou exportar capital numa configuração imperialista. Como sabemos, Luxemburgo via a saída do imperialismo como a alternativa histórica do sistema para os limites do capital: a expansão geográfica como meio de afastar a fronteira dos limites da acumulação. Obviamente, as questões de política econômica se revelaram mais complexas e contingentes do que as observações heurísticas de Rosa Luxemburgo a respeito do imperialismo clássico.

A crítica oblíqua dos capitalistas à criação de emprego via gastos públicos levanta sempre a questão do chamado “estado de confiança”. Quando se

5 Kalecki se considerava fortemente influenciado pela obra de Rosa Luxemburgo, notadamente *A acumulação de Capital*.

deteriora esse “estado de confiança”, o investimento privado cai ou estagna. Afinal, não era essa a preocupação da presidenta Dilma em 2012, quando tentou estimular o “*animal spirit*” dos capitalistas brasileiros para o investirem? Naquele momento, já se desenhava a objeção ao seu governo com a perda da “confiança do mercado”. Como dizem os neoliberais, o estado de confiança tem de ser precedido de “finanças públicas saudáveis”. Essa é outra maneira de fazer com que o nível de emprego passe a depender do “estado de confiança” do mercado e não da política autônoma de gastos do governo.

Além disso, a objeção à política de gastos do governo se torna ainda mais aguda quando o orçamento é dirigido para o “investimento público (escolas e hospitais) e, subsídio ao consumo de massas”. Não foi casual a “caixa de maldades” do governo golpista começar pela fixação de teto para gastos do governo e pelos processos de privatização, principalmente da saúde, propondo o fim o SUS e o fortalecimento dos planos privados.

Na verdade, depois da ofensiva do capital pós-1974, a questão do desemprego ganhou outro sentido. Políticas neoliberais não apenas questionaram a eficiência econômica do velho keynesianismo mas, em muitos casos, se basearam numa geração deliberada de desemprego em massa.

Neste sentido, é esclarecedor o fato de que, na Inglaterra de Thatcher, os sindicatos e a classe operária fossem escolhidos como os dois principais empecilhos ao processo de reestruturação capitalista. (MENELEU NETO, 1996). Alan Budd, antigo conselheiro econômico de Margaret Thatcher, deixou claro que, por trás das iniciativas conservadoras na economia, havia uma estratégia muito mais profunda nas políticas anti-inflação dos anos 1980:

Aumentar o desemprego foi uma maneira muito conveniente de reduzir a força da classe operária [...]. O que se procurou forjar – para falar numa linguagem marxista – foi uma crise no capitalismo, que repôs o exército industrial de reserva e permitiu aos capitalistas a obtenção de grandes lucros daí por diante. (BEYNON, 1995, p. 12).

Um ciclo similar ocorreu no Brasil durante os anos 1990, culminando com a estabilização monetária do Plano Real, em 1994. O desemprego cresceu progressivamente na esteira das políticas de estabilização, corroendo o

poder dos sindicatos e estabelecendo novos parâmetros para a contradição capital-trabalho que aceleraram a reestruturação produtiva no País.

Neste sentido, a tendência da taxa de desemprego tem relação direta com o poder de coação do capital sobre o trabalho. O risco do desemprego fragiliza o trabalhador. Se a taxa de desemprego cair, a coação implícita na possibilidade de demissão deixa de desempenhar o seu papel como “medida disciplinar” e a própria demissão perde seu papel de “exemplo corretivo” para os demais trabalhadores. O poder social e a força econômica do capital personificado na figura do “patrão” – cujo ancestral habitou a “Casa Grande” – seriam questionados, e, assim, “[...] cresceria a autoconfiança e consciência de classe da classe trabalhadora”. (KALECKI, 1990, p. 56).

Os efeitos do fortalecimento da classe trabalhadora encontram exemplos históricos no Brasil, como durante as jornadas grevistas do ABC, nos anos de 1970, que ajudaram a desestabilizar o regime militar. As greves por aumentos salariais e melhorias nas condições de trabalho, embora surjam como simples demandas econômicas dentro da ordem do capital, criam tensão política e educam politicamente as massas trabalhadoras.

Por isso a “disciplina nas fábricas” e a “estabilidade política” são objetivos fundamentais no nível da reprodução sistêmica. Assim, Kalecki (1990) conclui que, do ponto de vista de classe, os capitalistas passam a considerar que o desemprego deve ser uma parte integrante do sistema capitalista normal. A normalidade seria um amplo exército industrial de reserva, que não apenas reduz a taxa de salário, mas, sobretudo, possibilita a disciplina férrea que mantém a base das formas de exploração da mais-valia.

Além disso, os ideólogos do mercado querem sempre que o investimento público garanta a rentabilidade do setor privado. Essa é a concepção de investimento público que agrada aos empresários. Não foi o caso da política de preços da Petrobrás, no período pós-golpe de 2016, cujo objetivo foi assegurar os ganhos dos acionistas, apesar de produzir um componente de instabilidade na estrutura de preços?

Todo o apoio do orçamento público às empresas privadas é sempre visto com bons olhos pelos capitalistas, em nome da “eficiência do mercado”. Tudo muda, porém, se fatias do fundo público são direcionadas direta ou indiretamente ao consumo das massas trabalhadoras ou grupos mais fragilizados. A reação em geral é truculenta. Aliás, a grande resistência a qualquer subsídio

ao consumo de massa por meio do fundo público é a marca política das medidas econômicas neoliberais; ou seja: “Os fundamentos da ética capitalista requerem que ‘Você ganhará o seu pão com o suor de seu rosto’ – a menos que você tenha meios privados”. (KALECKI, 1990, p. 56).

A poderosa aliança das grandes corporações com o capital financeiro passou progressivamente a exercer a pressão para o governo Dilma adotar políticas ortodoxas de redução do *déficit* orçamentário, desde que mantidos os subsídios ao capital e a rolagem da dívida financeira com a banca privada. Isso se concretizou na tentativa do governo da presidenta Dilma em agradar o mercado durante os anos 2015 e 2016, mediante uma guinada ortodoxa com a indicação do Ministro Levy. Já não era suficiente, contudo. O golpe estava em marcha para liquidar os últimos redutos da política econômica progressista e o flerte dos golpistas com o autoritarismo não deixou dúvidas, apesar do disfarce parlamentar.

Parece perturbador o fato de as observações kaleckianas terem sido feitas nos anos de 1940 e ainda ecoarem com força na explicação da conjuntura da crise capitalista nos anos 2007 a 2018. A razão dessa atualidade, porém, está, principalmente, na permanência das determinações fundamentais da economia capitalista. A discussão sobre o problema do mercado de trabalho e do desemprego estrutural exposto pela crise do capital põe em pauta aspectos centrais. A retomada contemporânea da crítica de Marx ao pensamento econômico mantém sua força exatamente ao tratar da contradição principal da sociabilidade capitalista. A contradição fundamental que define o mundo do trabalho assalariado mostra-se na luta titânica entre as forças afirmativas do valor de uso, encarnadas pelas massas trabalhadoras, em oposição à lógica da acumulação de capital e do valor de troca, assumida hoje pelo grande capital financeiro e as corporações capitalistas globais.⁶

6 Aliás, a reflexão de pensadores heréticos, como Henri Lefebvre, se conecta com os pontos expressos neste ensaio. Ao tratar do “direito à cidade”, Lefebvre considera o sentido do valor uso - o usufruto e a festa - como contraposições humanas subversivas à lógica abstrata da mercantilização, da valorização e do capital. O tema do dispêndio e do gasto improdutivo, também retomado por G. Bataille, em *A parte Maldita*, um instigante texto no qual o autor se aventura pela discussão econômica, retomando indiretamente as ideias de Marx nos *Grundrisse* sobre o sentido do valor de uso. Isso, porém, é assunto para outro ensaio.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. *A tragédia de Prometeu*. São Paulo: Ed. Praxis, 2016.
- _____; CORSI, F. L.(Org). *A crise do capitalismo global*. O capital e suas contradições. São Paulo: Ed. Praxis, 2018.
- BEYNON, H. A destruição da classe operária inglesa. *Revista brasileira de ciências sociais*. Ano 10, n.27, Fev.1995.
- KALECKI, M. *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 1990.
- MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Ed. Abril, 1982.
- MENELEU NETO, J. Desemprego e luta e classes: novas determinações do exército industrial de reserva. In: TEIXEIRA, F. J. S. e OLIVEIRA, M. A. de. *Neoliberalismo e reestruturação produtiva – as novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo: Ed. Cortez, 1996.
- NORDHAUS, W. D. The Political business cycle. *Review of Economic Studies*, v. 42, n. 2, p. 169-190, 1975.
- OIT, W. *Employment and Social Outlook – Trends 2016* (WESO).
- ROSSO, S. D. *O arдил da flexibilização*. Os trabalhadores e a teoria do valor. São Paulo: Ed. Boitempo, 2017.

IV

SOB O SIGNO DO ATRASO: FIGURAÇÕES DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NO REALISMO CRÍTICO DE GRACILIANO RAMOS

Paulo Massey*

*Para sermos completamente humanos,
necessitamos estudar as coisas nacionais,
estudá-las de baixo para cima.
(Graciliano Ramos)¹*

*Não estamos atrás de novidades, estamos
atrás de descobertas.
(Oduvaldo Vianna Filho)²*

1. INTRODUÇÃO

O processo histórico que eclodiu com a Revolução de 1930 no Brasil ensejou mudanças substantivas, como a maior divisão social do trabalho em função da indústria, a estratificação de classes e a diversificação dos agentes responsáveis pela organização da cultura. Todo esse progresso, no entanto, foi feito sob

* Cientista Social (UECE). Mestre em Geografia (UECE). Professor efetivo do IFCE - *Campus* Baturité. Membro-fundador do CETROS. E-mail: paulomassey@yahoo.com.br.

1 RAMOS, Graciliano. O fator econômico no romance brasileiro [15.07.1945]. In: RAMOS, Graciliano. *Linhas tortas*. 14ª. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1989, p. 252.

2 VIANNA FILHO, Oduvaldo. *Rasga coração* [1974]. Rio de Janeiro: MEC/SEAC, FUNARTE/SNT. 1980, p. 6.

o signo do atraso. A relação entre literatura e elaboração do ideário nacional vivia seu momento propriamente crítico. Em vez de uma consciência amena e confiante quanto ao futuro do País, predominante desde a Independência e no decurso do Romantismo, o Realismo crítico dos romancistas do Nordeste traduziu os anseios de uma consciência catastrófica. Assim, a experiência intelectual de Graciliano Ramos ante a modernização brasileira é mais bem compreendida com esteio na hipótese de que este momento histórico decisivo, de *formação da crítica* como reflexo ideal e adequado das contradições reais, também se expressa dialeticamente como *crítica da formação* social brasileira.

A contribuição do seu pensamento à constituição da autoimagem do País e a trama de relações pessoais, intelectuais e políticas que situam Graciliano na longa tradição cultural e estético-ideológica do nacional-popular, revelam ideias fundamentais acerca da brasilidade, de modo a compor um quadro coerente de reflexão sobre o processo formador da realidade brasileira. O que será feito a seguir, contudo, se limita a interpretar os modos de figuração literária da particularidade do capitalismo no Brasil, em sua modernização conservadora pela via colonial, através do realismo crítico do Escritor alagoano.

2. A FORMAÇÃO DA CRÍTICA E A CRÍTICA DA FORMAÇÃO

Em 1951, Getúlio Vargas retornou ao poder pelas urnas. No discurso de posse, ele fez a seguinte afirmação: “[...] as forças coletivas que provocaram o movimento revolucionário do Modernismo na literatura brasileira, que se iniciou com a Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo, foram as mesmas que precipitaram, no campo social e político, a Revolução de 1930”.³ Ainda segundo ele, essas forças coletivas eram aquelas que compunham a “[...] inquietação brasileira, fatigada do velho regime e das velhas fórmulas” e que “[...] buscavam algo de novo, sinceramente nosso, mas visceralmente brasileiro”. O tom exortativo desta visão retrospectiva, comum ao imaginário varguista, assim como a relação estabelecida entre cultura e política no interior do Estado, com a incorporação de artistas e intelectuais a sua estrutura⁴, produziam

3 VARGAS, Getúlio. *O governo trabalhista do Brasil*. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1952, p. 382.

4 CANDIDO, Antonio. Prefácio à “Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-45)”. In: MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das

intencionalmente uma homogeneidade em torno do ideal nacional de consolidação da brasilidade, apagando, no entanto, certas diferenças históricas importantes.

Se, para o Presidente, as forças sociais que tornaram possível o Modernismo de 1922 foram as mesmas que precipitaram a Revolução de 1930, para um observador crítico como Graciliano Ramos (1892-1953), essas forças continuaram seu curso, tornaram mais evidentes as contradições da modernização sob a égide do atraso e ganharam a devida expressão literária, dando a ver, isto sim, a realidade “visceral” do Nordeste brasileiro nas obras que constituem o chamado “Romance de 30”, com Jorge Amado, José Lins do Rego, Rachel de Queiroz e, sobretudo, com ele mesmo, Graciliano, malgrado sua modéstia injustificada.⁵

Essas forças, em sua diversidade, eram constituídas por oligarquias dissidentes⁶, intelectuais em crise⁷, tenentes positivistas, reformadores sociais, setores das classes médias urbanas, trabalhadores rurais e pelo proletariado formado nos episódios recentes de uma industrialização ainda não consolidada pelo processo de “substituição de importações”⁸, mas que auferiu força com o Estado Novo, em 1937, na fase nacionalista do ciclo desenvolvimentista,

letras, 2001, p. 71-75.

- 5 RAMOS, Graciliano. O romance do Nordeste [10.03.1935]. In: RAMOS, Graciliano. *Garranchos*. Rio de Janeiro: Record, 2013). BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. São Paulo/Campinas: Edusp/Editora da Unicamp, 2015.
- 6 “O papel de classe reinante cabia à oligarquia agrária dissidente, que se soltara de sua antiga solidariedade com o setor agro-exportador. O moderno vinha à luz pelo ventre do arcaico e do tradicional. As elites do latifúndio em dissidência, este ‘Brasil negro’, é que portavam os papeis de condução política da imposição do moderno”. (VIANNA, 1980, p. 8).
- 7 “[...] o impacto provocado pela crise do regime liberal-democrático levou a que se radicalizasse cada vez mais, entre escritores, artistas e outros intelectuais, uma visão trágica do mundo, impondo-lhes uma reflexão sobre o significado e o sentido de sua atividade”. (LAHUERTA, 2014, p. 52).
- 8 TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. ANTUNES, Ricardo. *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe, da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo: Cortez e Ensaio, 1982. FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. 16ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

sucedida pelo período populista nos anos 1950 e pela fase autoritária, depois do golpe militar de 1964.⁹

No início do século XX, os romances escritos sob a influência do Parnasianismo, do Simbolismo e de certo romantismo tardio eram, para a crítica modernista e afim, medíocres e sentimentalistas, quando não repletos de floreios e ideias importadas que cumpriam uma função ornamental e elitista na cultura dominada pelo academicismo. Basta lembrar a ingenuidade do imortal Afrânio Peixoto, ao definir a literatura como “o sorriso da sociedade”. (CONTINHO, 2011a, p. 23). As exceções reconhecidas neste período são Euclides da Cunha e Lima Barreto.¹⁰ Por isso mesmo, ante a esse passado imediato, o Modernismo significou, segundo Graciliano, um “choque libertador”, “a libertação das cadeias do espírito” (RAMOS, 2014, p. 132), destacando seu valor como movimento de destruição dos cânones, mesmo quando seus arautos agiam sem limites, ignorando com desprezo o que deveria ser preservado da tradição.

Para o Escritor alagoano, o Modernismo possibilitou “[...] limpar, preparar o terreno para as gerações vindouras” (Ibidem), pois fazia da liberdade o motivo de uma destruição criadora, que combinava inovação estética influenciada pelas vanguardas europeias e vasta pesquisa sobre a diversidade cultural do País.¹¹ Sobre o interesse modernista pelas matrizes regionais e populares da brasilidade, basta lembrar as viagens de Mário de Andrade pelo Norte e Nordeste, de 1927 a 1929, narradas em *O turista aprendiz* como diário de bordo de suas pesquisas etnográficas, pouco antes de escrever o seu *Macunaíma*, publicado em 1928, – um interesse que Antonio Candido chamou de “desrecalque localista”¹², contra os mimetismos do estrangeiro.

9 BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. *A construção política do Brasil: sociedade, economia e Estado desde a Independência*. São Paulo: Editora 34, 2016.

10 SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

11 “O que caracteriza esta realidade que o movimento modernista impôs, é, a meu ver, a fusão de três princípios fundamentais: o direito permanente à pesquisa estética; a atualização da inteligência artística brasileira; e a estabilização de uma consciência criadora nacional”. (ANDRADE, 1974, p. 242).

12 CANDIDO, Antonio. *Literatura e cultura de 1900 a 1945: panorama para estrangeiros*. In: *Literatura e sociedade*. 8. ed. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 2000. p. 121. Cf. também Moraes (1978) e Duarte (2014).

Afora a polêmica entre o Modernismo e o Regionalismo, entre o *Manifesto antropófago* (1928) de Oswald de Andrade e o *Manifesto regionalista* (1926) de Gilberto Freyre, o fato é que ambos expressavam, cada um ao seu modo, como movimento ou por meio da contribuição individual de seus nomes, esse “sentimento íntimo”¹³ nacional e um interesse ávido pelos infinitos modos de ser do “homem brasileiro”, além dos estereótipos da cultura oficial e das minudências folclóricas. Mais do que redescobrir, o que se queria era reinventar o Brasil.

Herdeiros desse inventário, os romancistas de 30 não deixaram de ver, contudo, os limites do sentimento nacional modernista – fosse ele antropofágico ou macunaímico. Graciliano marcava sem rodeios sua distância em relação aos paulistas: “[...] sempre achei aquilo uma tapeação desonesta. Salvo raríssimas exceções, os modernistas brasileiros eram uns cabotinos”. (RAMOS, 2014, p. 132). Nisto foi seguido por José Lins do Rego, quando o Escritor paraibano anotou suas impressões: “[...] a língua que Mário de Andrade quis introduzir com o seu livro é uma língua de fabricação; mais um arranjo de filólogo erudito do que um instrumento de comunicação oral ou escrito”. (REGO, 2004, p. 42). O baiano Jorge Amado se serviu, como caricatura, da imagem de um gigante, empunhando picaretas, para destruir casas de papelão. Em seguida, concluiu: “[...] os seus grandes nomes não passavam, de certa maneira, de palhaços para uma claqué refinada e esnobe [a elite paulista cafeira]”. (AMADO, 1940 *apud* SALLA, 2016, p. 199). Até mesmo a crítica conservadora, direitista, de Tristão de Athayde, viu no Modernismo um movimento superado pelo Romance de 30.¹⁴

Não por acaso, essa superação é ainda menos questionável quando se tem em vista não a poesia, mas o gênero romance. Para Graciliano (2014, p. 132), a poesia modernista com Manuel Bandeira, por exemplo, “adquiria expressão”; mas o romance “não tinha conteúdo”, disse ele sumariamente, em tom

-
- 13 “O que se deve exigir do escritor antes de tudo é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço” (ASSIS, 1962, p. 803). Roberto Schwarz afirma que nesta exigência está contido o “próprio programa de trabalho” de Machado de Assis, “que pouco depois resultaria nas primeiras obras da literatura brasileira em formação”. (SCHWARZ, 2014, p. 185).
- 14 LAFETÁ, José Luiz Machado. 1930: a crítica e o modernismo. São Paulo: Duas Cidades, 1974, p. 94.

característico, numa entrevista. Isso porque as transformações sociais em curso, na virada dos anos 1930, exigiam outros materiais, temas e meios que não fossem aqueles meramente guiados pela inovação formalista e rotineira das vanguardas. A amplitude da realidade não cabia mais na alegoria. Essa necessidade histórica encontrou no romance a modalidade capaz de apreender e figurar artisticamente a totalidade das relações sociais com base em determinações essenciais, contraditórias e típicas. A verdade, frequentemente referida como “a realidade brasileira”, havia se tornado, portanto, historicamente cotidiana.¹⁵

“Para alguma coisa a Revolução de 30 serviu”, troçou Graciliano; “[...] apareceu o hábito da leitura, de repente ficamos curiosos, às vezes imprudentemente curiosos”. (RAMOS, 2013b, p. 146). De fato, a maior divisão social do trabalho com a indústria, a estratificação de classes e a diversificação dos agentes responsáveis pela organização da cultura (como as editoras, os jornais, revistas, a difusão do rádio e as instituições públicas promotoras das políticas culturais) tornaram a relação entre Estado e sociedade civil mais complexa, mediada e menos amorfa. Todo esse progresso, no entanto, foi feito sob o signo do atraso, mantendo inalteradas as estruturas sociais que reproduziam a dependência externa, a imensa desigualdade econômica entre as classes e as mazelas sociais, como a fome, o mandonismo e as formas

15 Em *A teoria do romance* (1916), o filósofo húngaro György Lukács dizia que “o romance é a epopeia de uma era para a qual a *totalidade* extensiva da vida não é mais dada de modo evidente, [...] mas que ainda assim tem por intenção a totalidade”. (LUKÁCS, 2000, p. 55, grifou-se). Em “O romance como epopeia burguesa” (1935), ele reformulou esta postulação nos termos do materialismo histórico: “o romance é o gênero literário mais típico da sociedade burguesa [...] é no romance que todas as *contradições específicas* desta sociedade são figuradas do modo mais *típico* e adequado”. (LUKÁCS, 2009b, p. 193, grifou-se). Em *O romance histórico* (1937), depois de demonstrar que essa totalidade não é abstrata e idealizada, mas concreta e histórica, plena de determinações, conclui: “figurar a ‘totalidade de objetos’ significa fundamentalmente a exigência de uma representação da sociedade humana tal como ela se produz e reproduz em seu *processo de vida cotidiano*”. (LUKÁCS, 2011, p. 120, grifou-se). Atento a esse processo, Graciliano afirma: “acho que o artista deve procurar dizer a verdade. Não a grande verdade, naturalmente. Pequenas verdades, essas que são nossas conhecidas”. (RAMOS, 1989, p. 252).

compulsórias de trabalho. A relação entre literatura e elaboração do ideário nacional vivia o seu *momento propriamente crítico*.¹⁶

Estavam superadas a ironia de um Machado e a sátira de um Lima Barreto como recursos de criação. Muito menos havia lugar para a euforia de um Oswald ou de um Mário de Andrade. Da crônica, passou-se à história. Em vez de uma consciência amena e confiante quanto ao futuro do País, predominante desde a Independência e ao longo do Romantismo, o Realismo crítico dos romancistas do Nordeste traduziu os anseios de uma “consciência catastrófica do atraso”, e isto porque “[...] o romance adquiriu uma força desmistificadora que precede a tomada de consciência dos economistas e políticos [acerca do subdesenvolvimento nos anos 1950]”. (CANDIDO, 1989, p. 142). O processo histórico inaugurado pela Revolução de 30 oferecia matéria suficiente para a criação artística, dispensando maiores artifícios imaginativos e outras convenções literárias. “Os romancistas não saíram de casa à procura de reformas sociais: a revolução chegou a eles e encontrou-os atentos, observando uma sociedade que se decompõe”, anotou Graciliano (2013a, p. 140).

Os elementos históricos há pouco mostrados ajudam a compreender melhor a experiência intelectual de Graciliano Ramos no interior do processo de modernização brasileira, em estreita relação com as transformações econômicas, políticas e culturais abertas pela Revolução de 30, com base na hipótese de que este momento histórico decisivo, de *formação da crítica* como reflexo ideal e adequado das contradições reais, frente a outros recursos de

16 A ideia de crítica como exposição das contradições constitui o método de Marx, tal como pode ser visto em sua exposição (da) dialética do valor, em *O capital* (1864). Numa carta a Lassalle, de 22 de fevereiro de 1858, ele enuncia essa forma própria de proceder: “o trabalho com que eu estou preocupado atualmente é uma *crítica das categorias econômicas*, ou, se preferir, uma *exposição crítica do sistema da economia burguesa*. It is at once an exposé and, by the same token, a critique of the system. É tanto uma *exposição* do sistema quanto, por meio desta, uma *crítica* do mesmo”. (MARX, 1983, p. 268, grifou-se). Desde a juventude, já em 1843, Marx exhibe a consciência deste propósito: “a crítica verdadeiramente filosófica [...] não indica somente contradições existentes; ela esclarece estas contradições, compreende sua gênese, sua necessidade. Ela as apreende em seu significado específico”. (MARX, 2005, p. 108).

pensamento como a ironia e a sátira¹⁷, também se expressa dialeticamente como *crítica da formação* social brasileira, para a qual o Escritor alagoano contribuiu com sua vasta obra ensaística, ficcional e confessional.¹⁸

É possível identificar na obra de Graciliano ideias fundamentais acerca da brasilidade, de modo a exibir um quadro coerente do processo social de formação da realidade brasileira, por meio da contribuição do seu pensamento à constituição da autoimagem do País.¹⁹ Da mesma maneira, caberia investigar a trama de relações pessoais, intelectuais e políticas que situam Graciliano na longa tradição cultural e estético-ideológica do nacional-popular.²⁰ O que será feito a seguir, no entanto, se limita a interpretar os modos de

-
- 17 SAFATLE, Vladimir. Dialética, ironia e cinismo. In: *Cinismo e falência da crítica*. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 37-66. LUKÁCS, György. A questão da sátira. In: *Arte e Sociedade: escritos estéticos 1932-1967*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 163-192. ARANTES, Paulo. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- 18 CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão: ensaios sobre Graciliano Ramos*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2012.
- 19 LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 6ª. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2002. MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira*. 2ª. ed. São Paulo: Ática, 1977. RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política*. São Paulo: Editora Unesp, 2010. CARDOSO, Fernando Henrique. *Pensadores que inventaram o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- 20 “Para além do movimento em si, em todas as suas variáveis, o modernismo foi um *wishful thinking* de uma parte da elite cultural brasileira, em cujo epicentro estava a vontade de construir um idioma artístico-cultural comum, o nacional-popular”. (NAPOLITANO, 2014, p. XVI). Para Coutinho (2011b, p. 54), “o nacional-popular é essencialmente um modo de articulação entre os intelectuais e o povo”. Por isso mesmo, segundo ele, “o romance nordestino – um grande protesto literário contra o modo ‘prussiano’ de modernizar o país – é um exemplo vivo de que então se tornara possível, e não apenas como exceção que confirma a regra, criar uma cultura não elitista, não intimista, ligada aos problemas do povo e da nação. Uma cultura, em suma, nacional-popular”. (2011a, p. 25). Wisnik (2015, p. 62) observa as “contradições do grande projeto modernista no Brasil, a aliança totalizante e desigual do intelectual com o povo (que se estende de diferentes maneiras de Mário [de Andrade] a Graciliano, a Guimarães Rosa, ao Cinema Novo e à canção popular)”. Em sua retomada, “o *nacional-popular* teve versões diferenciadas nos anos 60, no interior de instituições como o ISEB, o PCB, o CPC, a JUC (e o restante da esquerda católica), embora todos tivessem em comum a valorização

figuração literária da particularidade da formação social do capitalismo no Brasil, em seu processo de modernização conservadora pela via colonial, por meio do realismo crítico de Graciliano.²¹

3. O REALISMO REALMENTE EXISTENTE

Os momentos imediatamente anteriores e posteriores à Revolução de 30 coincidem com o salto observado entre o primeiro romance de Graciliano, *Caetés*, escrito de 1925 a 1928, publicado em 1933, e o segundo, *São Bernardo*, escrito em 1932 e publicado em 1934. Entre um e outro, o Escritor alagoano casou pela segunda vez, foi prefeito de Palmeira dos Índios e passou a assinar suas crônicas com o próprio nome.²² As razões biográficas, no entanto, não bastam para explicar a passagem da descrição à narração, da observação à participação, que distingue os dois romances. Somam-se a isso, certamente, as razões históricas internas e externas que tornaram mais nítidas as forças sociais em conflito. Do mesmo modo, naquele momento, Gilberto Freyre, Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda encontraram na modalidade mais livre do ensaio sociológico um meio de reflexão crítica sobre a presença do passado colonial na nossa vida como nação.

A tarefa do escritor havia se tornado mais difícil, tendo que se deter ao essencial em meio ao turbilhão da vida moderna. Em 1936, o crítico alemão Walter Benjamin registrou seu diagnóstico: “a arte de narrar está em vias de extinção”. (1994, p. 197). Para escapar a isso, seria preciso narrar ações e situações em vez de descrever figuras e paisagens. No mesmo ano, Lukács sentenciou: “a narração distingue e ordena. A descrição nivela todas as coisas” (2010a, p. 165). A seu modo, antes, disse Graciliano: “[...] extraio dos acontecimentos algumas parcelas; o resto é bagaço”. (2009, p. 88). Os romancistas estavam “atentos”, narravam o que viam.

da identidade dos artistas e dos intelectuais com o povo e a nação brasileira”. (RIDENTI, 2000, p. 32). Sobre as funções e os lugares ocupados pelos intelectuais na sociedade e na cultura brasileira, cf. Ortiz (1985), Pécaut (1990), Barbato Jr. (2004) e Souza (2015).

21 Sobre os conceitos de “modernização conservadora” e “via colonial”, cf. Chasin (1978; 2000) e Mazzeo (2015).

22 MORAES, Dênis de. *O velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos*. São Paulo: Boitempo, [1992] 2012.

Ao contrário das vias “clássica” e “prussiana”, no Brasil, o que ocorreu foi a “via colonial” de transição ao capitalismo, com sua industrialização hipertardia, dependente e periférica, combinada à conservação da estrutura fundiária colonial e à superexploração do trabalho que rebaixa os salários e marginaliza a população excedente para o capital.²³ Isso cria uma situação de permanente conflito social, episodicamente explosivo, frente ao qual a burguesia interna²⁴, incapaz de levar adiante um projeto nacional, tende a suspender a frágil e temporária ordem democrática para expor à luz do dia a sua face autocrática, atualizando sua origem escravocrata e seu horror à organização política das massas.²⁵

O próprio Getúlio Vargas compreendeu bem isso. Na sequência daquele mesmo discurso de posse, referido no começo deste ensaio, ele afirmou que a modernização no Brasil ocorreu “[...] num movimento mais amplo, mais geral, mais completo, *simultaneamente reformador e conservador*, onde foram limitados excessos, polidos os extremos sempre cheios de asperezas e harmonizadas as tendências mais radicais e divergentes”.²⁶ A Revolução de 30, para lembrar uma expressão de Antonio Gramsci (1891-1937), foi uma “revolução sem revolução”.²⁷

Esse movimento “simultaneamente reformador e conservador” traduz perfeitamente a personalidade de Paulo Honório. O protagonista de *São*

23 MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. 6ª. ed. Florianópolis: Insular, 2017.

24 BOITO JR., Armando. *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

25 FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5ª. ed. São Paulo: Globo, 2006.

26 VARGAS, Getúlio. *O governo trabalhista do Brasil*, op. cit., p. 382 (grifou-se).

27 VIANNA, Luís Werneck. Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira. In: *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997, p. 13. Em *Pequena história da República*, obra inscrita em 1942 num concurso do MEC, sob a ditadura varguista, Graciliano perguntou com astúcia: “mas como seria possível fazer uma revolução sem programa? [...] Os homens de 1930 não tinham um programa. E justificaram-se. Como teriam podido arranjar isso? Importar?” (RAMOS, 2004, p.187-188). Sobre a terrível particularidade de nossa conformação social, vale lembrar uma poesia de Drummond, “Hino nacional” (1934). Diz o poeta: “Precisamos louvar o Brasil./ Não é só um país sem igual./ Nossas revoluções são bem maiores/ do que quaisquer outras; nossos erros também”.

Bernardo é um empreendedor capitalista que aprimora a produção e busca inovações; ao mesmo tempo, é um coronel severo que se utiliza de velhos expedientes para tratar sua criadagem e seus desafetos. Como empreendedor, faz-se a si mesmo; como coronel, manda que façam – como no caso da morte do Mendonça, encomendada a Casimiro Lopes, seu capanga, com quem se identifica à revelia.

Ignorando a infância e quem eram os pais, Paulo Honório conta que foi criado pela negra Margarida e que trabalhou desde cedo. Foi “guia de cego”²⁸, vendeu doces, gastou muita enxada na roça. Depois esfaqueou um homem e foi preso. Na cadeia, aprendeu a ler, tendo a Bíblia como cartilha. Saiu e teve de se virar: “[...] a princípio o capital se desviava de mim, e o persegui sem descanso. Viajando pelo sertão, negociando com redes, gado, imagens, rosários, miudezas, ganhando aqui, perdendo ali, marchando no fiado, assinando letras, realizando operações embrulhadíssimas”. (SB, p. 17).²⁹ Graciliano também era ciente da existência do capital comercial no sertão, e não de relações feudais de vassalagem - como entendia boa parte da esquerda comunista à época. Nesta passagem, vê-se ainda o desdobramento do capital comercial em capital monetário, em razão das operações “embrulhadíssimas” de empréstimos, juros e capitalização, devidamente aclimatadas ao ambiente sertanejo: “[...] sofri sede e fome, dormi na areia dos rios secos, briguei com gente que fala aos berros e efetuei transações comerciais de armas engatilhadas”. (IBIDEM). A obstinação de Paulo Honório era adquirir a fazenda de São Bernardo, onde antes havia penado como trabalhador alugado. Assim o fez.

Casou-se com Madalena, uma professora. Nasceu o filho. Conviveram por três anos, até que ela cometeu suicídio, não suportando os ciúmes do marido nem a brutalidade e a exploração a que estavam submetidos os moradores da fazenda. Arruinado, ele decidiu escrever suas memórias, na tentativa de compreender como todo o seu esforço terminou em desgraça. Escreveu

28 RAMOS, Graciliano. *S. Bernardo* [1934]. Rio de Janeiro: Record, 2009, p. 135. A seguir, as referências serão feitas com (SB) e o número da página. Esta obra pode ser lida como um “romance de formação” (*Bildungsroman*).

29 A passagem lembra o trocadilho que Marx (1985, p. 99) faz quando compara os valores de mercadorias tão díspares como varas-de-linho, casaco, trigo, bíblia e aguardente. Numa carta a um amigo de 13.02.1914, Graciliano comenta que havia iniciado a leitura d’*A origem das espécies*, de Charles Darwin e d’*O capital*, de Karl Marx. (MORAES, 2012, p. 39).

dois anos após a morte de Madalena, quando muitos dos agregados já tinham ido embora e ele amargava a crise, além do desespero e da raiva que tomavam o lugar da saudade: “Se eu povoasse os currais, teria boas safras, depositaria dinheiro nos bancos, compraria mais terra e construiria novos currais. Para quê? Nada disso me traria satisfação”. (SB, p. 218).

A ruína de Paulo Honório não tem conotação apenas pessoal. É todo um mundo que se esvai, que cai por terra. A preocupação de Graciliano com as forças econômicas que motivam as ações e situações dos personagens é, ao mesmo tempo, uma preocupação com a individualidade em questão, um pressuposto ético de sua criação estética, seu modo de relação à realidade. Por mais embrutecida que seja uma figura humana, há nela algo de revelador, pois, como diz Graciliano, “[no romance] as coisas não nos aparecem como são (e quem sabe lá como são as coisas?), mas como o personagem principal as vê”. (2013, p. 135). Num tom mais biográfico, ele diz algo semelhante: “o mundo exterior não nos surge diretamente, e, observando-o, o que em última análise fazemos é examinarmo-nos”. (2013c, p. 279). Esta defesa da individualidade é a marca do seu realismo, contra a sombra de todo panfletarismo.

Por isso, tem importância para Graciliano aquilo que Lukács definiu como “a fisionomia intelectual do personagem artístico” (2010b, p.188).³⁰ Isso fica evidente quando Paulo Honório, mesmo desorientado, afirma ao final do romance: “o mundo que me cercava ia-se tornando um horrível estrupício. E o outro, o grande, era uma balbúrdia, uma confusão dos demônios, estrupício muito maior”. (SB, p.206). Essa relação de unidade e diferença entre o “pequeno” e o “grande mundo”, presente de modo exemplar no *Fausto*, de Goethe (1749-1832), é própria da alienação moderna, expressão mediada da apropriação privada da riqueza socialmente produzida. O romance, como forma orientada à totalidade, quer restituí-la.

Em *São Bernardo*, o casamento e, por implicância, os ciúmes são “os problemas de seu tempo” vividos “como individualmente seus” por meio dos

30 “O personagem artístico só pode ser típico e significativo quando o autor consegue revelar as múltiplas conexões que relacionam os traços individuais de seus heróis aos problemas gerais da época, quando o personagem vive diante de nós *os problemas de seu tempo*, mesmo os mais abstratos, *como individualmente seus*, como algo que têm para ele uma importância vital”. (LUKÁCS, 2010, p. 192, grifou-se).

quais Graciliano constitui a fisionomia e a tipicidade de seus personagens, sobretudo do narrador. Esses personagens típicos expressam, em sua particularidade concreta, uma síntese entre a universalidade de uma força social que encarnam e a singularidade de um modo de ser, de uma personalidade cujos traços são artisticamente intensificados como forma de evidenciar as relações com a tendência essencial que representam.³¹ É o que acontece com Paulo Honório e Madalena em meio às tormentas do *amor* que une e da *revolução* que separa os seus destinos.

4. PELAS VEREDAS DE GRACILIANO

Pode-se ler o “casamento” como signo da aliança de classes, relacionando metodologicamente História e Literatura. Ainda que não fosse um militante, mas desde sempre um comunista, Graciliano percebeu que a questão das alianças, da coalizão e da conciliação de classes se impusera.³² A mentalidade persecutória e anticomunista da burguesia nacional levou à ruptura trágica da aliança com o proletariado, tal como aconteceu com a morte de Madalena, numa situação em que ela não podia aceitar nem mudar. Por certo, o ciúme de Paulo Honório é expressão de seu “sentimento de propriedade”, de seu “individualismo possessivo” que em tudo vê a ameaça de um inimigo - pior, de um concorrente. Ele mesmo, porém, confessa: “Misturei tudo ao materialismo e ao comunismo de Madalena e comecei a sentir ciúmes”. (SB, p. 155). Para sustentar sua dominação, a burguesia brasileira desenvolveu enormemente sua consciência de classe, antes de quaisquer rudimentos de consciência da

31 Como lembra Lukács (2009, p. 207), “em Balzac, o amor e o casamento da *grand dame* podem ser o eixo em torno do qual se alinham os traços característicos de uma transformação de toda a sociedade”.

32 Em 1928, a posição do Bloco Operário e Camponês (BOC) era de aliança operário-camponesa e com a pequena burguesia tenentista. A partir de 1930, a orientação esquerdista da Internacional Comunista vetou toda aliança como “desvio de direita”. Em 1935, a tática da “Frente Única” propôs a ampla aliança contra o fascismo, desdobrando-se na “Frente Popular” e “Frente Nacional”. O provável prenúncio de Graciliano quanto à impossibilidade do “casamento” ou da aliança entre burguesia nacional e proletariado ficará claramente definido em dois momentos: com a proibição da ANL em 1935 e o golpe de 1937 e com a *Declaração de março* de 1958 do PCB e o golpe de 1964. (SENA JR., 2009).

classe operária ou mesmo da classe média. A rememoração de Paulo Honório é uma espécie de confissão, mas também de autoconsciência: “Creio que nem sempre fui egoísta e brutal. A profissão é que me deu qualidades tão ruins. E a desconfiança terrível que me aponta inimigos em toda parte”. (SB, p. 221).

Como burguês e oligarca decadente, Paulo Honório foi vencido pela Revolução de 30. Como narrador, porém, ele sabe bem que triunfou no fracasso: “[...] coloquei-me acima da minha classe, creio que me elevei bastante [...] não sonhava ser o explorador feroz em que me transformei [...] Não consigo modificar-me, é o que mais me aflige [...] Foi este modo de vida que me inutilizou” (SB, p. 218), conclui como numa catarse.

São Bernardo foi a reposta conservadora, mas nem por isso menos realista e crítica, ao prosaísmo da Revolução burguesa de 1930. Ao contrário do modernismo, do intimismo e da ideologia oficial do imaginário varguista, o realismo de Graciliano foi capaz de expor algo “visceralmente brasileiro”, porque apreendeu a particularidade da formação do capitalismo no Brasil e sua dialética da modernização conservadora, sendo Paulo Honório a expressão disso, mudando a própria estrutura tradicional do romance, ao encarnar em si o representante do mundo convencional e o herói problemático – era oligarca e burguês. (COUTINHO, 2011d, p. 163).

Esta é apenas uma maneira de pensar a dialética entre a formação da crítica e a crítica da formação, na intenção de colaborar com a significativa produção recente sobre a vida e obra de Graciliano.³³ Ainda assim, uma questão incômoda, intuída pelo crítico Roberto Schwarz, talvez permaneça válida, produzindo a inquietação necessária para sua solução adequada: “Se você perguntar qual a posição social da prosa de Graciliano Ramos, ninguém sabe. Afirmer que o autor é comunista não quer dizer nada [...] A crítica literária aqui se vê diante da insuficiência de estudos sociais”. (SCHWARZ, 2014a, p. 288). Será?

33 Cf. Brunacci (2008), Lebensztayn (2010), Alves (2016), Salla (2016) e Pereira (2016).

REFERÊNCIAS

1 Obras de Graciliano Ramos

RAMOS, Graciliano. O fator econômico no romance brasileiro [15.07.1945]. In: *Linhas tortas*. 14ª. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1989, p. 246-252.

_____. Pequena história da República. In: *Alexandre e outros heróis*. 45ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 139-188.

_____. *S. Bernardo* [1934]. 88ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. Um romancista do Nordeste [20.06.1934]. In: RAMOS, Graciliano. *Garranchos*. Rio de Janeiro: Record, 2013, p. 133-137.

_____. O romance do Nordeste [10.03.1935]. In: RAMOS, Graciliano. *Garranchos*. Rio de Janeiro: Record, 2013a, p. 138-142.

_____. A literatura de 30 [1935-1936]. In: RAMOS, Graciliano. *Garranchos*. Rio de Janeiro: Record, 2013b, p. 146-148.

_____. Discurso à célula Teodoro Dreiser I [1946]. In: RAMOS, Graciliano. *Garranchos*. Rio de Janeiro: Record, 2013c, p. 277-284.

_____. O modernismo morreu? [12.12.1942]. In: RAMOS, Graciliano. *Conversas*. Rio de Janeiro: Record, 2014, p. 131-136.

2 Obras sobre Graciliano Ramos

ALVES, Fabio Cesar. *Armas de papel: Graciliano Ramos, Memórias do cárcere e o Partido Comunista Brasileiro*. São Paulo: Editora 34, 2016.

BASTOS, Hermenegildo; ALMEIDA FILHO, Leonardo; BRUNACCI, Maria Izabel (org.). *Catálogo de benefícios: o significado de uma homenagem*. Brasília: Hinterlândia Editorial, 2010.

BRUNACCI, Maria Izabel. *Graciliano Ramos: um escritor personagem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

LEBENSZTAYN, Ieda. *Graciliano Ramos e a Novidade: o astrônomo do inferno e os meninos impossíveis*. São Paulo: Hedra, 2010.

MARQUES, Ivan. *Para amar Graciliano Ramos: como descobrir e apreciar os aspectos mais inovadores da sua obra*. Barueri, SP: Faro Editorial, 2017.

MORAES, Dênis de. *O velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos*. São Paulo: Boitempo, [1992] 2012.

PEREIRA, Marcio Fonseca. *Graciliano Ramos: o intelectual e o político em Memórias do cárcere*. Fortaleza: EdUECE, 2017.

SALLA, Thiago Mio. *Graciliano Ramos e a Cultura Política: mediação editorial e construção do sentido*. São Paulo: Edusp, 2016.

3 Outras obras

AMADO, Jorge. Resposta de Jorge Amado. In: *Revista do Brasil*: Rio de Janeiro, ano III, n. 22, p. 109, abr. 1940.

ANDRADE, Mário de. O movimento modernista. In: *Aspectos da literatura brasileira*. 5ª. ed. São Paulo: Martins, 1974, p. 231-258.

ANTUNES, Ricardo. *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil*: um estudo sobre a consciência de classe, da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. São Paulo: Cortez e Ensaio, 1982.

ARANTES, Paulo. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira*: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ASSIS, Machado de. Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade [1873]. In: *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1962, vol. III, p. 801-809.

BARBATO JR., Roberto. *Missionários de uma utopia nacional-popular*: os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo. São Paulo: Annablume/Fapesp 2004.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Leskok [1936]. In: *Magia e técnica, arte e política*: ensaios sobre literatura e história (Obras escolhidas, v. 1). 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro*: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BOITO JR., Armando. *O golpe de 1954*: a burguesia contra o populismo. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. *A construção política do Brasil*: sociedade, economia e Estado desde a Independência. São Paulo: Editora 34, 2016.

BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. São Paulo/Campinas: Edusp/Editora da Unicamp, 2015.

CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento [1973]. In: *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989, p. 140-162.

_____. Literatura e cultura de 1900 a 1945: panorama para estrangeiros. In: *Literatura e sociedade*. 8ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 2000. p. 109-138.

_____. Prefácio à “Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-45)”. In: MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Pensadores que inventaram o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado*: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

_____. “A via colonial de entificação do capitalismo”. *A miséria brasileira*. Santo

André – São Paulo: Edições Ad Hominem, 2000, p. 37-58.

COUTINHO, Carlos Nelson. Os intelectuais e a organização da cultura [1980-1981]. In: *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. 4ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011a, p. 13-33.

_____. *Cultura e sociedade no Brasil*. In: *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. 4ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011b, p. 35-72.

_____. O significado de Lima Barreto em nossa literatura [1972]. In: *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. 4ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011c, p. 89-139.

_____. Graciliano Ramos [1965]. In: *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. 4ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011d, p.141-194

DUARTE, Pedro. *A palavra modernista: vanguarda e manifesto*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. 16ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5ª. ed. São Paulo: Globo, 2006.

LAFETÁ, José Luiz Machado. *1930: a crítica e o modernismo*. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

LAHUERTA, Milton. *Elitismo, autonomia, populismo: os intelectuais na transição dos anos 1940*. São Paulo: Andreato Comunicação e Cultural, 2014.

LEÃO, Andrea Borges e LIMA, Mariana M. B. Cultura nacional-popular e circulação transnacional. Brasil e Angola no projeto Kalunga. *Repocs*, v. 14, n. 28, p. 131-149, 2017.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 6ª. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

LUKÁCS, György. *Introdução a uma estética marxista*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. [1916] São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2009.

_____. A questão da sátira. In: *Arte e Sociedade: escritos estéticos 1932-1967*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009a, p. 163-192.

_____. O romance como epopeia burguesa [1935]. In: *Arte e Sociedade: escritos estéticos 1932-1967*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009b, p. 193-244.

_____. Narrar ou descrever? [1936]. In: *Marxismo e teoria da literatura*. São Paulo: Expressão Popular: 2010a, p. 149-186.

_____. A fisionomia intelectual dos personagens artísticos [1936]. In: *Marxismo e teoria da literatura*. São Paulo: Expressão Popular: 2010b, p. 187-230.

- LUKÁCS, György. *O romance histórico* [1937]. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. Letters. In: *Marx & Engels Collected Works: Volume 40 (1856-1859)*. Moscou: Progress Publishers, 1983, p. 268. (Acessado em: www.marxists.org).
- _____. *O capital: crítica da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- _____. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e burguesia no Brasil: as origens da autocracia burguesa*. 3ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MORAES, Eduardo Jardim. *A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira*. 2ª. ed. São Paulo: Ática, 1977.
- NAPOLITANO, Marcos. Arte e política no Brasil: história e historiografia. In: EGG, André et al. *Arte e política no Brasil: modernidades*. São Paulo: Perspectiva, 2014, p. XV-XLVI.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 3ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- REGO, José Lins do. Espécie de história literária [1938]. In: *O cravo de Mozart é eterno: crônicas e ensaios*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.
- RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- _____. *Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- SAFATLE, Vladimir. Dialética, ironia e cinismo. In: *Cinismo e falência da crítica*. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 37-66.
- SENA JR., Carlos Zacarias de. *Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil (1936-1948)*. São Paulo: Annablume, 2009.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.
- _____. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. 3ª. ed. São Paulo: Editora 34, 1997.
- _____. Nacional por subtração. In: *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 29-48.
- _____. Cultura e política, 1964-1969 [1970]. In: *O pai de família e outros estudos*: São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- _____. A nota específica. In: *Seqüências brasileira: ensaios*. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 185-189.

- SCHWARZ, Roberto. Conversa sobre *Duas meninas*. In: *Seqüências brasileira: ensaios*. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014a, p. 282-296.
- SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa, 2015.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- VARGAS, Getúlio. *O governo trabalhista do Brasil*. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1952.
- VIANNA, Luís Werneck. Americanismo: da pirataria à modernização autoritária. In: HOLLANDA, Chico Buarque de. *Ópera do malandro* [1978]. 3ª. ed. São Paulo: Livraria Cultura Editora, 1980.
- _____. Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira. In: *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997, p. 12-27.
- VIANNA FILHO, Oduvaldo. *Rasga coração* [1974]. Ministério da Educação e Cultura - SEAC, FUNARTE - Serviço Nacional de Teatro, 1980.
- WISNIK, José Miguel. O que se pode saber de um homem? In: *Revista Piauí*, Rio de Janeiro, n. 109, out. 2015, p. 61-75.

PARTE II

SISTEMA DA DÍVIDA, FUNDO PÚBLICO E
POLÍTICAS SOCIAIS

V

DÍVIDA PÚBLICA, SISTEMA TRIBUTÁRIO E FINANCIAMENTO DE C&T NO BRASIL (2003-2017)

Luiz Fernando Reis*
Epitácio Macário**

[...] Há décadas [o endividamento público] vem operando como um mecanismo de transferência de recursos públicos para o setor financeiro privado. [...]. Ao final, o custo da dívida pública é transferido diretamente para a sociedade, em particular para os mais pobres, tanto por meio do pagamento de elevados tributos incidentes sobre tudo o que consomem, quanto pela ausência ou insuficiência de serviços públicos a que têm direito [...]. (FATORELLI, 2013, p. 3-4).

1. INTRODUÇÃO

Este capítulo trata do financiamento da Ciência e Tecnologia (C&T) no Brasil no período de 2003 a 2017, dos gastos da União com a dívida pública e

-
- * Professor Adjunto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *campus* de Cascavel (Unioeste). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Social (GEPPEs: Unioeste/CNPq) e da Rede de Pesquisas Universitárias/Br. Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana (Universidade do Estado do Rio de Janeiro: UERJ). E-mail: reisluzfernando@gmail.com.
- ** Doutor em Educação pela UFC; professor na área de Economia Política no Curso de Serviço Social da UECE; professor do Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social da UECE; membro fundador do Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (Cetros/Uece); diretor do Andes-SN no período de 2014 a 2018. E-mail: epitacio.macario@gmail.com.

do sistema tributário. Ele resulta da interlocução dos autores, iniciada no Seminário “Universidade e Política de C&T: por uma ciência e tecnologia para o povo”, organizado pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN nos dias 18 e 19 de julho de 2017, na cidade de Belo Horizonte/MG. Eis a oportunidade para os autores sistematizarem o conteúdo dessa interlocução e exporem resultados de estudos realizados, por parte de cada um, nos respectivos grupos de pesquisas e nos movimentos sociais dos quais participam.

A reflexão sobre o financiamento da Ciência e Tecnologia leva em consideração a política econômica que, no Brasil, prioriza o pagamento de juros e encargos da dívida pública, pelo menos desde os anos de 1990. Tal diretriz constitui o modo como a burguesia e o Estado respondem, em escala nacional, à crise estrutural do sistema do capital, iniciada no final dos anos 1960. (MÉSZÁROS, 2009). No contexto dessa crise, a dívida pública converteu-se num potente mecanismo de valorização do capital, especialmente do capital financeiro e de suas gigantescas somas de capital fictício.¹

O padrão de acumulação de capital² instaurado no Brasil, marcadamente desde os anos de 1990, baseia-se fundamentalmente no rentismo, além de

-
- 1 Para Reis (2015), capital fictício, conceito proposto por Marx, diz respeito à multiplicação ilusória da riqueza realmente existente por intermédio dos mecanismos monetários e financeiros. De acordo com Guttmann (2008, p. 99, *apud* REIS, 2015, p. 36-37), Marx estabeleceu uma distinção entre o capital de empréstimo (capital portador de juros), que se amplia com uma parte do lucro obtido pelo capital produtivo, e o capital fictício cuja valorização se dá por conta de expectativas futuras, da capitalização do rendimento antecipado sem qualquer contrapartida direta em capital produtivo. Marx, na sua época, identificou como principais fontes do capital fictício as ações negociadas nas bolsas de valores, os títulos da dívida pública e a moeda de crédito, emitida pelos bancos sem lastro em depósitos respectivos. Para Reis (2015, p. 37), “Além das formas enunciadas por Marx, o capital fictício, atualmente, assumiu a forma de outros títulos negociáveis, especialmente os chamados derivativos de créditos que se expandiram de forma extraordinária com a formação de um mercado internacionalizado de obrigações, a partir dos anos 1980, decorrente do processo de mundialização financeira”.
 - 2 Sobre o conceito de padrão de acumulação de capital, conferir Osório (2005, s/p): “El patrón de reproducción del capital expresa las distinciones como el capital se reproduce en un sistema mundial diferenciado entre centros imperialistas, semiperiferias y periferias dependientes, en las regiones y las formaciones sociales que los caracterizan, y considera las relaciones económicas (particularmente de

reproduzir e aprofundar a histórica dependência técnico-científica do País. No primeiro caso, a acumulação com dominância financeira e rentística exige o rebaixamento dos salários diretos e indiretos³ dos trabalhadores e o deslocamento de parte considerável dos fundos estatais para o financiamento do capital financeiro e fictício. Este último desígnio é cumprido por meio do sistema da dívida pública, dentre outros mecanismos. No segundo caso, a reprimarização da economia, a desnacionalização e a inserção subordinada do País à geopolítica mundial ilustram bem o reforço da dependência. Isto é válido apesar de todo o barulho dos que pensam a “globalização” como processo que tende à horizontalidade ou a uma integração dos lugares e nações às dinâmicas mundiais sem as mediações do Estado e das forças internas que personificam o capital e o trabalho.

Neste estudo, os autores assumem que os elementos mais gerais e abstratos que caracterizam o capitalismo – inclusive em sua atual fase, marcada por uma crise estrutural – se materializam sempre mediados por estruturas, circunstâncias e relações de classes específicas a cada região ou nação. Noutras palavras, a lógica do capital se materializa sempre mediada pelas particularidades que caracterizam cada nação. Por tal contexto, o estudo do financiamento da política de C&T, cotejado com o financiamento da dívida pública, remete, ao mesmo tempo, a categorias abrangentes – relativas à acumulação com dominância financeira – e a categorias que expressam concretamente as particularidades do padrão de acumulação em curso no País. Em instigante

apropiación-expropiación) que en diferentes momentos (y bajo diferentes mecanismos) establecen estas unidades”.

- 3 A Emenda Constitucional nº 95/2016 (Teto dos gastos públicos) e a Lei 13.467/2017 (Reforma Trabalhista) objetivam precisamente comprimir os gastos estatais com políticas sociais (que compõem o que a literatura chama de salários indiretos do trabalho) e impor condições mais rebaixadas do uso da força de trabalho. Ao estabelecer um teto para as despesas primárias, o primeiro instrumento legal constitui um dos incontáveis exemplos de medidas cujo objetivo é garantir fundos estatais suficientes para pagar juros e encargos da dívida pública. Isso revela a direta vinculação da política estatal com os interesses de um restrito grupo de rentistas, em detrimento dos direitos sociais da maioria da população. O segundo instrumento, por seu turno, objetiva nivelar por baixo o nível geral dos salários e direitos derivados, aumentando a taxa de exploração da força de trabalho e, por esta via, inflando os excedentes apropriados pelos capitais investidos nos diversos ramos econômicos.

ensaio, o estudioso egípcio Samir Amin chama atenção para o fato de que “[...] o capitalismo encarado abstratamente como modo de produção se baseia num mercado integrado em suas três dimensões (mercado dos produtos do trabalho social, mercado de capitais, mercado de trabalho)”; todavia, “[...] como sistema mundial realmente existente”, o capitalismo não pode integrar a terceira dimensão (o mercado de trabalho) “[...] em virtude da persistência das fronteiras políticas de Estado, apesar da mundialização econômica”. E completa:

Por essa razão, o capitalismo realmente existente é necessariamente polarizador em escala mundial e o desenvolvimento desigual que ele institui torna-se uma violenta contradição que cresce constantemente e não pode ser superada no quadro da sua própria lógica. (AMIN, 2005, p. 83).

Registre-se, para efeito do que interessa a este capítulo, o fato de que os Estados nacionais permanecem como estruturas fundamentais para a acumulação de capital, porque continuam tendo a função de regular o mercado de trabalho, controlar os conflitos de classe e alocar os fundos públicos.

Essa constatação é de grande valia para o que se pretende demonstrar adiante, porque contradiz, de partida, argumentos utilizados pelos governos e formuladores de política econômica para justificar suas opções, apelando para as pressões e condicionantes advindos do mercado mundial. Trata-se, neste caso, do recurso ideológico do *“there is no alternative”* utilizado por Margaret Thatcher para impor o programa neoliberal na Inglaterra. Na perspectiva dos autores, porém, o direcionamento da política econômica do país pelo princípio da geração de receitas para o pagamento e rolagem da dívida pública constitui uma medida política imposta pelo capital, principalmente o da esfera financeira e fictícia. É, pois, uma medida que responde a necessidades de natureza econômica e política e que, por isto mesmo, conta com o imprescindível protagonismo do Estado – do mesmo modo que a regulação dos padrões de uso da força de trabalho.

É nesse quadro interpretativo que se pode compreender por que, desde os anos de 1970, os Estados nacionais atuam no sentido de garantir a destinação de vultosas somas de recursos públicos para viabilizar a valorização dos capitais investidos na esfera financeira, inclusive os fictícios. Em decorrência

disso, os recursos destinados ao financiamento das políticas sociais são relativamente reduzidos, enquanto crescem e se diversificam os problemas sociais.

Para situar o padrão de financiamento público de C&T no Brasil contemporâneo, cotejando com os gastos governamentais com a dívida pública, os autores recorreram a uma abordagem que vai do contexto geral ao específico. Com efeito, o texto está organizado em cinco seções: na primeira, faz-se esta introdução expressando o que será abordado ao longo do texto. Na segunda, faz-se um estudo teórico cujo objetivo é demonstrar que a dívida pública constitui instrumento privilegiado de saque dos recursos orçamentários dos Estados nacionais para viabilizar a rentabilidade do capital financeiro e fictício. Na terceira seção, discute-se o sistema tributário brasileiro, que constitui um dos mecanismos de extração de renda dos estratos de rendimentos mais baixos da população brasileira, ao mesmo tempo em que poupa as rendas altas e o patrimônio. Na quarta, analisa-se a dívida pública brasileira, expondo a evolução do seu estoque e dos valores desembolsados pela União em juros e amortizações. Na quinta seção, por último, estuda-se o financiamento do complexo público de C&T, lançando mão de dados orçamentários destinados ao setor. É onde se faz o cotejo com as despesas da União com a dívida pública.

Na análise do orçamento executado pela União, consideraram-se as despesas já liquidadas e, para apresentar os dados coletados nos demonstrativos da execução orçamentária da União, realizou-se o ajuste monetário para janeiro de 2018, lançando mão do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desconsiderando a desvalorização da moeda, conforme metodologia indicada por Amaral (2012).

2. Dívida Pública e Valorização do Capital Financeiro: Desvendando os Nexos

A crise estrutural do capitalismo, ainda não superada, implicou a crescente dificuldade de ampliação do processo de valorização do capital na esfera produtiva, desde o final dos anos de 1960. De acordo com Chesnais (1996; 1998; 2005, *apud* REIS, 2016, p. 18), uma massa crescente de capitais que não encontrava a rentabilidade adequada nas condições de produção, vigentes no período fordista, passam a buscar outras modalidades de valorização. Um novo processo de acumulação se consolidou paulatinamente, desde os anos

de 1970, com o crescimento cada vez mais acentuado das operações financeiras em ritmos superiores às atividades na esfera da produção.

Para Chesnais (1998, *apud* REIS, 2016, p. 18-19), as transformações no capitalismo contemporâneo resultaram em um novo padrão de acumulação mundial que permitiu a livre circulação dos capitais em escala planetária. Tal padrão de acumulação, centrado no poder das instituições financeiras, tem como agentes principais os bancos, fundos de pensão, fundos de investimentos, seguradoras e outras empresas financeiras especializadas. Nas condições da acumulação financeirizada⁴, observa-se um crescimento das operações financeiras em ritmos exponencialmente superiores ao Produto Interno Bruto (PIB), aos investimentos produtivos ou às trocas comerciais. Nesse contexto, parcelas cada vez mais significativas do orçamento dos Estados nacionais foram destinadas, por meio do pagamento da dívida pública, à garantia da valorização do capital fictício.

Ora, se esta função da dívida pública é hipertrofiada no quadro do padrão de acumulação financeirizado, isto é, se isto ocorre mais fortemente desde a crise estrutural do capital dos anos 1970, verdade é que ela é parte da estrutura do próprio sistema do capital. Com efeito, ela desempenhou importante papel na dinâmica de acumulação de capital, desde os primórdios do capitalismo. Em trabalho anterior, Reis (2015) demonstrou em detalhes como Marx destacou o papel da referida dívida no período por ele denominado de acumulação primitiva de capital. *In verbis*:

A dívida pública torna-se uma das mais enérgicas alavancas da acumulação primitiva [ao lado da pilhagem colonial, do tráfico de escravos, da apropriação privada de terras comunais e do protecionismo, por exemplo]. Tal como o toque de uma varinha mágica, ela dota o dinheiro improdutivo de força criadora e transforma, desse modo, em capital, sem que tenha necessidade para tanto de se expor ao esforço e perigo inseparáveis da aplicação industrial e mesmo usurária. Os credores do Estado, na

4 Para Chesnais (2005, p. 37), “[...] por acumulação financeira, entende-se a centralização em instituições especializadas de lucros industriais não reinvestidos e de rendas não consumidas, que têm por encargo valorizá-los sob a forma de aplicação em ativos financeiros – divisas, obrigações e ações – mantendo-os fora da produção de bens e serviços”.

realidade, não dão nada, pois a soma emprestada é convertida em títulos da dívida pública, facilmente transferíveis, que continuam a funcionar em suas mãos como se fossem a mesma quantidade de dinheiro sonante. [...] *a dívida do Estado fez prosperar as sociedades por ações, o comércio com títulos negociáveis de toda a espécie, a agiotagem, em uma palavra: o jogo da Bolsa e a moderna bancocracia* [...]. Com as dívidas do Estado surgiu um sistema internacional de crédito [...]. Já no início do século XVIII, as manufaturas da Holanda estavam bastante ultrapassadas e ela havia cessado de ser a nação dominante do comércio e da indústria. Um de seus principais negócios de 1701 a 1776 torna-se, por isso, emprestar enormes capitais⁵, especialmente ao seu poderoso concorrente, a Inglaterra. Uma relação análoga existe hoje⁶ entre a Inglaterra e os Estados Unidos. *Muito capital que aparece hoje nos Estados Unidos, sem certidão de nascimento, é sangue infantil ainda ontem capitalizado na Inglaterra.* (MARX, 1984, p. 288, *apud* REIS, 2015, p. 44-45; grifou-se).

No mesmo estudo, o autor argumenta que a abordagem de Marx identificou a dívida pública como um mecanismo fundamental com vistas a alavancar recursos para o nascente processo de industrialização, no período da acumulação primitiva. Assim, a função da referida dívida ligava-se preferencialmente à alavancagem das atividades econômicas das esferas produtivas, muito diferente do que ocorre hoje. Como já sinalizado, no quadro da crise estrutural que se arrasta desde os anos de 1970, a dívida pública se converteu em instrumento para garantir, principalmente, a rentabilidade dos capitais investidos na esfera financeira.

No mesmo diapasão, a análise marxiana demonstra que, no processo de acumulação primitiva, os recursos manejados pela dívida pública, transacionados no mercado internacional de crédito, tinham origem na esfera da produção. Eles resultavam da extração de mais-valia da classe trabalhadora por meio de processos de exploração e superexploração do trabalho dos adultos

5 Marx identifica que muitas vezes os recursos de atividades produtivas, que não apresentavam o grau de rentabilidade exigido pelos capitalistas, eram convertidos em capital de empréstimo que era direcionado para os países capitalistas em ascensão, em troca de uma certa remuneração (juros).

6 Marx está se referindo às últimas décadas do século XIX.

e até mesmo de crianças em tenra idade. Essa lei, diferente da anterior, tem plena validade nos dias atuais, dada a impossibilidade do “dinheiro fazer dinheiro”, sem passar pela exploração da força de trabalho na esfera da produção. A massa de mais-valia extraída do uso da força de trabalho pelo capital é que fornece a base material da lucratividade de todos os capitais investidos nas atividades produtivas, no comércio, nos serviços e na esfera financeira – inclusive a gigantesca fração fictícia desta última.

O Estado cumpre, pois, sua função no processo de reprodução ampliada do capital, não apenas como instância abrangente de normatização da vida social, mas também por meio da apropriação e alocação de parte da mais-valia gerada pelo trabalho em escala social. Pode-se dizer mesmo que os Estados nacionais são compelidos a desenvolver um sistema tributário que garanta recursos para desenvolver as funções de coerção e de hegemonia, bem como financiar equipamentos, obras públicas e um conjunto mais ou menos abrangente de políticas sociais que, assomando-se às rendas diretas dos trabalhadores, respondem pela reprodução da força de trabalho ao longo do tempo. Dentre as funções financeiras do Estado, sobressaem-se os esforços para constituir fundos necessários ao pagamento da dívida pública.

Como a dívida do Estado se respalda nas receitas do Estado, que precisam cobrir os juros e demais pagamentos anuais, *o moderno sistema tributário tornou-se um complemento necessário do sistema de empréstimos nacionais*. Os empréstimos capacitam o governo a enfrentar despesas extraordinárias, sem que o contribuinte o sinta imediatamente, mas exigem, ainda assim, como consequência, elevação de impostos. Por outro lado, o aumento de impostos causado pela acumulação de dívidas contraídas sucessivamente força o governo a tomar sempre novos empréstimos para fazer face a novos gastos extraordinários. *O regime fiscal moderno, cujo eixo é constituído pelos impostos sobre os meios de subsistência mais necessários* (portanto, encarecendo-os), traz em si mesmo o germe da progressão automática. *A supertributação não é um incidente, porém é muito mais um princípio*. (MARX, 1984, p. 288, *apud* REIS, 2015, p. 45-46; grifou-se).

As conclusões de Marx a respeito do papel da dívida pública como alavanca de acumulação do capital permanecem, em grande medida, válidas no

capitalismo contemporâneo. Evidentemente, ela adquiriu nova configuração no processo de acumulação do capital na atualidade. De acordo com Reis (2015), se durante a chamada acumulação primitiva ela constituiu alavanca para impulsionar especialmente as atividades produtivas, na atualidade, ela se converteu em poderoso instrumento para assegurar a rentabilidade do capital na esfera financeira, inclusive do chamado capital fictício.

Cabe, ainda, explorar outro aspecto concernente ao sistema tributário e à dívida pública, tal como tratado por Marx e devidamente desdobrado em Reis (2015): o fato de que a arrecadação fiscal dos estados nacionais e o pagamento de suas dívidas constituem mecanismos de transferência de riqueza da esfera da produção para a financeira. Como isso se dá? É o que Marx explica na seguinte passagem:

O Estado tem de pagar anualmente a seus credores certo *quantum* de juros pelo capital emprestado. O credor, nesse caso, não pode pedir do devedor o reembolso, mas apenas vender o crédito, ou seja, seu título de propriedade sobre ele. O próprio capital foi consumido, despendido pelo Estado. Ele já não existe. O que o credor do Estado possui é 1) um título da dívida contra o Estado, digamos de 100 libras esterlinas; 2) *esse título de dívida lhe dá o direito sobre as receitas anuais do Estado, isto é, sobre o produto anual dos impostos, em determinado montante [...] a parte que lhe cabe dos impostos anuais representa o juro de seu capital [...]*. (MARX, 1984, p. 10, *apud* REIS, 2015, p. 48).

Ora, se esta função do sistema tributário e da dívida pública de carrear riqueza da esfera produtiva para a financeira era factível no século XIX, hoje, ela ganhou dimensão muito maior. Na sua criativa análise do capitalismo contemporâneo, David Harvey (2009, *apud* REIS, 2015, p. 47) atesta que, nos dias atuais, a acumulação de capital em escala mundial rearticula as modalidades denominadas por Marx de “acumulação primitiva” ou “original”, pois o sistema de crédito e o capital financeiro se tornaram “grandes trampolins de predação, de fraude e roubo”. Com efeito, no contexto da mundialização financeira, a dívida pública passou a ocupar um importante papel no circuito de valorização do capital fictício e as políticas econômicas e sociais dos Estados nacionais assumiram nova configuração para fazer valer tais interesses. Referindo-se à quadra histórica aberta com a crise estrutural dos anos 1970, Brettas (2012) acentua:

A configuração do Estado também se altera, mudando significativamente a condução das políticas econômicas e sociais, fato que tem implicações no perfil do gasto público. *A intervenção direta do Estado na produção, ainda que não desapareça, perde espaço para uma postura que favorece a rentabilidade financeira*, tendo a dívida pública um papel de destaque. (p. 109; grifou-se).

Na mesma direção, Lupatini (2012) argumenta que a explosão das dívidas dos Estados nacionais – em razão, dentre outras coisas, do aumento das taxas de juros imposto pelos EUA em 1979 por meio do Federal Reserve (FED), cujo presidente à época era Paul Volcker – consistiu, em verdade, num esforço de garantia da lucratividade do capital, mormente o financeiro, no contexto de crise do fordismo-keynesianismo. Nessa direção, assinala que “[...] a dívida pública se constitui num espaço importante na reprodução ampliada do capital, sobretudo de valorização do capital fictício”. (LUPATINI, 2012, p. 71). Ainda, de acordo com o autor, “[...] os Estados capitalistas, via ‘crédito público’, agem para evitar a desvalorização da massa de capital fictício e para assegurar a reprodução ampliada do capital”. (p. 73). Sobre a mesma tese, a professora Tatiana Brettas (2012) destaca:

A questão que está posta a partir da década de 1970, com a intensificação dos fluxos financeiros, é a utilização da dívida para alimentar os circuitos de ‘valorização’ do capital portador de juros. Mais especificamente, em 1979, a elevação da taxa de juros estadunidense consistiu num ponto de inflexão na utilização da dívida pública como um importante mecanismo de garantia das margens de rentabilidade do capital e de fortalecimento desses detentores [dos títulos] da dívida, os quais passam a se constituir como parcela significativa da aristocracia financeira que se formou nesse período. (p. 111).

Para Reis (2015), o saque dos recursos orçamentários dos Estados nacionais, por meio do pagamento da dívida pública, é uma das “saídas” utilizada pelo sistema do capital na tentativa de superar a crise de acumulação. De efeito, o montante da dívida pública aumentou significativamente, como decorrência dos “pacotes de salvamento” que os Estados direcionam às grandes instituições financeiras e às grandes empresas privadas, na tentativa de evitar a quebra de tais instituições.

O elevado crescimento do montante e das despesas com a dívida pública dos Estados nacionais passou a “justificar” uma série de ações de tais Estados, que resultaram na privatização do patrimônio público, em “reformas” que casaram direitos e ampliaram a exploração da classe trabalhadora. Como resultado desse processo, os recursos orçamentários destinados ao financiamento das políticas sociais (saúde, previdência, educação, por exemplo) foram redirecionados para o pagamento da dívida pública, prioridade absoluta da política econômica adotada por todos os países devedores, com suporte na orientação dos organismos representativos do capital mundializado (FMI e Banco Mundial).

Para efeito do que se pretende neste segmento do livro, cabe perguntar pelo mecanismo de formação dos fundos estatais, focando no caso brasileiro. Pelo tanto que já se expôs, claro fica que a luta dos trabalhadores em torno do fundo público - para que seja investido em políticas e ações de promoção da justiça social - confronta os interesses do capital, principalmente do financeiro. Cabe aqui, porém, mais um desdobramento antes de passar à análise dos dados sobre o pagamento da dívida pública brasileira e o financiamento de Ciência e Tecnologia (C&T).

Na próxima seção, procede-se a rápida caracterização do sistema tributário brasileiro, que está na base da formação dos fundos destinados aos credores da dívida pública. O intuito é mostrar quem de fato está pagando – e quais os mecanismos – os extorsivos valores na forma de juros, amortizações e rolagem da dívida do Estado brasileiro. Também são acrescentados dados e reflexão sobre a necessidade das forças do trabalho disputarem o fundo público não apenas quanto a sua alocação, mas fundamentalmente pela reforma da estrutura arrecadatória de tributos – um dos mecanismos de reprodução das desigualdades sociais no país.

3. O AVESSE DE ROBIN HOOD: NOTA SOBRE O SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

O tratamento da dívida pública, tal como realizado na seção imediatamente anterior, indicou que o estudo de Marx sobre seus fundamentos e necessidade no processo de reprodução ampliada do capital continua válido hoje. Resta, porém, analisar, mesmo de maneira apenas indicativa, como se processa a formação dos fundos estatais que garantem o pagamento da dívida

e de outros serviços, políticas e programas governamentais. Nesse quadrante, as seminais descobertas do pensador alemão continuam dramaticamente atuais, mormente quanto à crescente necessidade de ampliar a arrecadação de tributos por parte do Estado para responder aos imperativos da valorização do valor e às demandas advindas da luta de classes.

Para efeitos didáticos, firme-se o truísmo: o Estado não produz os próprios fundos. Estes são compostos pelo conjunto dos tributos⁷ (impostos, taxas e contribuições) que perfazem o sistema de arrecadação positivado em leis e exercido por várias instituições. Tomemos a afirmação de Lupatini (2012):

[...] os impostos têm como fonte a riqueza criada na produção, no processo real pelo trabalho vivo. Essa 'riqueza' criada, em termo de renda, se divide em duas partes principais: salários (trabalhadores) e lucros (auferidos pelos capitalistas). Através do sistema tributário drena-se uma parte dessa renda para o Estado. [...] que irá repassar esses valores para determinadas frações do capital. (p. 67; grifou-se).

Importa notar que mesmo os fundos originados na tributação sobre lucros, propriedade e contratação de pessoal pelo capital têm base na exploração do trabalho. Isto porque, como Marx demonstrou cabalmente, o próprio capital, a propriedade do capitalista e os lucros se baseiam na apropriação do trabalho excedente despendido pela classe trabalhadora. Tem, pois, razão, a professora Tatiana Brettas (2012, p. 101), ao acentuar que mesmo a parcela de impostos “paga pelos capitalistas tem sua origem no trabalho e, portanto, na mais-valia extraída por meio da exploração da classe trabalhadora”.

No caso do Brasil, houve pronunciado crescimento da carga tributária nas últimas décadas. Atendendo as necessidades advindas do padrão rentístico de acumulação, o Estado expandiu tributos, impostos e taxas que recaem, principalmente, sobre os que vivem do próprio trabalho. De acordo com informações

7 A antiquíssima lei federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, “Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.” De acordo com o denominado Código Tributário Nacional, instituído pela referida Lei, “Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”. (BRASIL, 1966).

divulgadas pela Secretaria da Receita Federal (1996; 2016), em 1995, a carga tributária bruta no Brasil⁸ equivalia a 26,8% do PIB e foi elevada para 32,6% em 2015, um crescimento real de 22%, em 20 anos. Mesmo com essa elevação, conforme demonstrado à frente, o Brasil não tem a maior carga tributária do mundo como nos querem fazer acreditar os defensores do chamado Estado mínimo para as políticas sociais. Além disso, a carga tributária brasileira é altamente regressiva e castiga, principalmente, a classe trabalhadora.

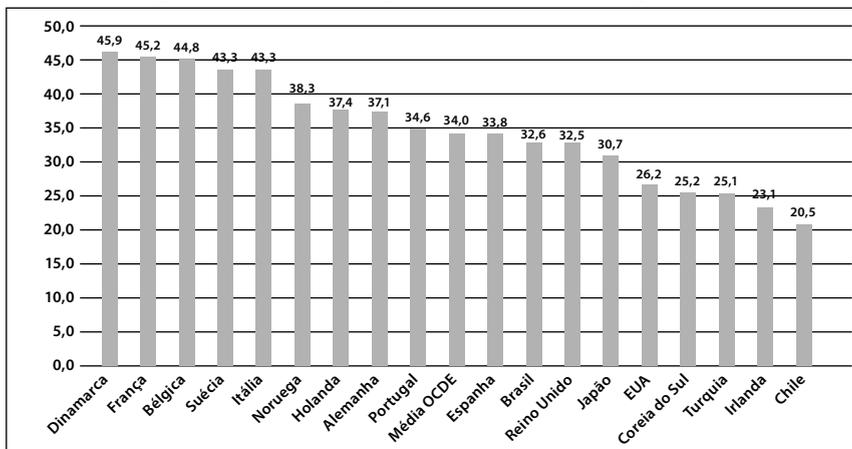
De acordo com a Secretaria da Receita Federal (2016), em 2015, 75,51% da arrecadação tributária incidiram sobre o trabalho e o consumo: 25,83% sobre folha de salários e 49,68% sobre o consumo de bens e serviços. Ao mesmo tempo, os tributos incidentes sobre as transações financeiras e a propriedade representaram, respectivamente, 1,80% e 4,44% do total da arrecadação tributária no País.

Em importante estudo, o pesquisador Fabrício Oliveira (2018) analisa comparativamente o sistema tributário brasileiro com várias experiências internacionais, focando nos países que compõem a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE.⁹ No estudo, o autor demonstra que a carga tributária brasileira era de 32,6% do PIB no ano de 2015, estando abaixo do índice observado em diversos países e da média da OCDE.

8 De acordo com a Secretaria da Receita Federal (1996; 2016) a Carga Tributária Bruta é definida como a razão entre a arrecadação tributária e o PIB (Produto Interno Bruto). Corresponde ao total da arrecadação tributária (impostos, taxas e contribuições) dos quatro entes da Federação (União, Distrito Federal, Estados e Municípios) deduzidas as restituições, retificações de pagamentos e incentivos fiscais, relativos à receita administrada pela Secretaria da Receita Federal, bem como os saques do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

9 Organização fundada em 1960 com o fim de cooperação para o desenvolvimento dos países-membros. Realiza estudos que são publicados em relatórios sobre problemas de ordem econômica, social e educacional, dentre outros. Hoje, é composta por 36 países: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Coreia do Sul, Dinamarca, Eslovênia, Espanha, Estônia, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Japão, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Polônia, Portugal, República Eslováquia, República Tcheca, Romênia, Suécia, Suíça, Turquia.

Gráfico 1 – Carga tributária total como percentual do PIB – 2015 – países selecionados (%)



Fonte: Oliveira (2018). Elaboração própria.

Parte dos dados reunidos por Fabrício Oliveira estão ilustrados no gráfico 1 e confrontam fortemente um dos bordões utilizados pelos ideólogos do neoliberalismo brasileiro – o de que a economia doméstica é asfixiada pela altíssima carga de tributos.

No mesmo diapasão do “custo Brasil”, o suposto gigantismo da carga tributária exerce função ideológica específica: a de justificar e legitimar o ideário neoliberal, para o qual as desigualdades sociais e de renda são funcionais ao desempenho da economia. Assim, ela esconde o essencial e põe em relevo precisamente o que as corporações capitalistas intentam, ansiosas por maiores lucros em menor tempo e com o menor esforço.

Tal ideologia esconde, por exemplo, o fato de que a sociedade brasileira se estrutura sobre a base de uma profunda desigualdade, cujo equacionamento se não é possível nos marcos da nossa formação social, tampouco pode ser mitigada sem o concurso de políticas públicas universais. Estas políticas não têm como se efetivar sem os fundos estatais correspondentes, razão por que o cavalo de batalha contra a tributação contrasta com as pretensões de promoção de direitos de cidadania. A gritaria sobre a carga tributária serve, ainda, para enublar a óptica da população sobre seu inequívoco caráter de Robin Hood às avessas: um mecanismo que subtrai parte substantiva dos rendimentos dos que vivem do seu trabalho em favor da proteção dos lucros, das altas rendas e do patrimônio dos que dominam econômica e politicamente a sociedade brasileira.

A análise comparativa de Oliveira (2018) permite afirmar, ainda, que a estrutura tributária brasileira se localiza entre as mais injustas dos países selecionados, ao recair fortemente sobre o consumo de bens e serviços e ser bastante benevolente com o patrimônio. Na tabela 1, a natureza regressiva da tributação fica bastante evidente, tomando de par o país que fora pioneiro na implementação do projeto neoliberal na América Latina, sob o comando de sanguinária ditadura: o país de Salvador Allende, deposto em 1973 sob chumbo grosso comandado pelo ditador Augusto Pinochet – o Chile.

Tabela 1 - Composição da carga tributária em países selecionados - 2015 (%)

Países	Renda	Patrimônio	Consumo	Outros	Total	Carga Trib. (% PIB)
Dinamarca	63,1	4,1	31,6	1,2	100,0	45,9
França	23,5	9,0	24,3	43,2	100,0	45,2
Bélgica	35,7	7,8	23,8	32,7	100,0	44,8
Suécia	35,9	2,4	28,1	33,6	100,0	43,3
Itália	31,8	6,5	27,3	34,4	100,0	43,3
Noruega	39,4	2,9	30,4	27,3	100,0	38,3
Holanda	27,7	3,8	29,6	38,9	100,0	37,4
Alemanha	31,2	2,9	27,8	38,1	100,0	37,1
Portugal	30,2	3,7	38,4	27,7	100,0	34,6
Média OCDE	34,1	5,5	32,4	28,0	100,0	34,0
Espanha	28,3	7,7	29,7	34,3	100,0	33,8
Brasil	21,0	4,4	49,7	24,9	100,0	32,6
Reino Unido	35,3	12,6	32,9	19,2	100,0	32,5
Japão	31,2	8,2	21,0	39,6	100,0	30,7
EUA	49,1	10,3	17,0	23,6	100,0	26,2
Coreia Sul	30,3	12,4	28,0	29,3	100,0	25,2
Turquia	20,3	4,9	44,3	30,5	100,0	25,1
Irlanda	43,0	6,4	32,6	18,0	100,0	23,1
Chile	36,4	4,4	54,1	5,1	100,0	20,5

Fonte: Oliveira (2018)

Assume-se, pois, neste capítulo que a discussão sobre a disputa do fundo público tem que levar em consideração não apenas a sua alocação por meio dos orçamentos dos diversos entes federados – que são objeto da disputa das classes sociais, como já bastante assentado na teoria social crítica. A própria

estrutura do sistema de arrecadação tributária deve ser questionada, esclarecida e analisada, pois nela já está embutida sua natureza social e política, isto é, se de combate ou reprodução das desigualdades sociais. Uma rápida visada na composição da carga tributária e nas práticas de isenção de impostos para o capital, dentre outras práticas tão corriqueiras do neoliberalismo brasileiro, comprova que

[...] o sistema tributário brasileiro é uma das instituições responsáveis pela desigualdade de renda no Brasil e extremamente funcional à sua manutenção. Dentre os mecanismos difusores da desigualdade estão a centralidade dos impostos indiretos na carga tributária, a isenção na tributação de algumas rendas do capital e a baixa tributação da propriedade, herança e outras formas de riqueza. (FAGNANI e ROSSI, 2018, p. 147).

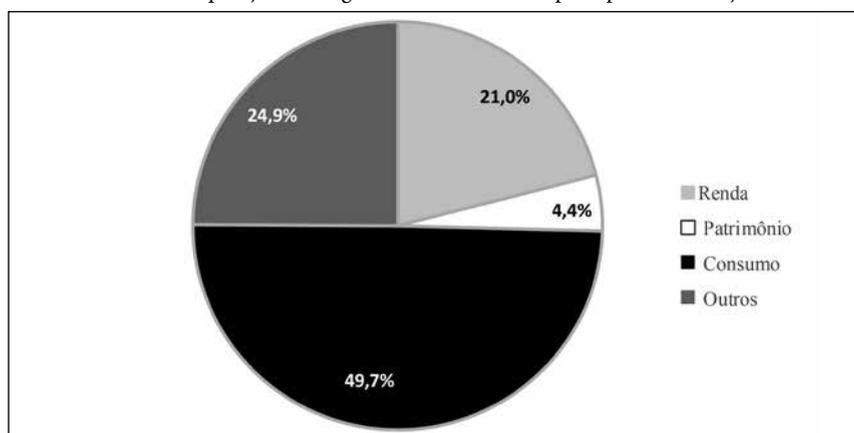
A pergunta, pois, sobre quais estratos da população sustêm os fundos governamentais e, também, sobre como se alocam os recursos orçamentários se reveste de grande importância. O esclarecimento dessa questão constitui importante ingrediente para a luta das forças do trabalho em face da necessária reforma do sistema tributário e da alocação de mais recursos orçamentários para o financiamento das políticas públicas. A reivindicação de mais investimentos dos entes federados em políticas de promoção da Ciência e Tecnologia no Brasil, por exemplo, remete, necessariamente, a questões estruturais relativas ao sistema tributário regressivo e à imperiosa necessidade de reformá-lo, bem como ao estabelecimento de prioridades sociais na alocação dos recursos orçamentários.

Fora desse diapasão, as demandas das comunidades científicas, por exemplo, rodam em falso e, via de regra, engendram ou legitimam práticas de “canibalismo orçamentário”, caracterizadas pelo remanejamento dos poucos recursos de outras políticas sociais para o setor. Mais cedo ou mais tarde, porém, o fosso para onde o setor foi empurrado no lastro da Emenda Constitucional 95/2016 obrigará, mesmo os cientistas, a reconhecerem a necessidade do enfrentamento de aspectos estruturais da sociedade brasileira – dentre elas a referida EC, a iníqua concentração de renda, a política tributária regressiva e o sistema da dívida pública. Se isto acontecer, ter-se-á um caso de encontro da ciência com suas determinações políticas e o postulado segundo

o qual “não é possível fazer omelete sem quebrar os ovos” será assumido pelas comunidades acadêmicas e de pesquisa.

O gráfico 2 foi produzido com base na tabela 1 e tem por objetivo abrir caminhos para a resposta ao problema suscitado. Observa-se que, por sua estrutura arrecadatória, o sistema tributário brasileiro reproduz, reforça e aprofunda a desigualdade de renda existente na sociedade, pois a maior parte dos tributos recai sobre parcela significativa do salário recebido pela classe trabalhadora, por meio de impostos indiretos que incidem sobre o consumo de bens e serviços e pesam, sobretudo, no orçamento das famílias que detêm os níveis de renda mais baixos.

Gráfico 2 – Composição da carga tributária brasileira por tipo de tributação - 2015



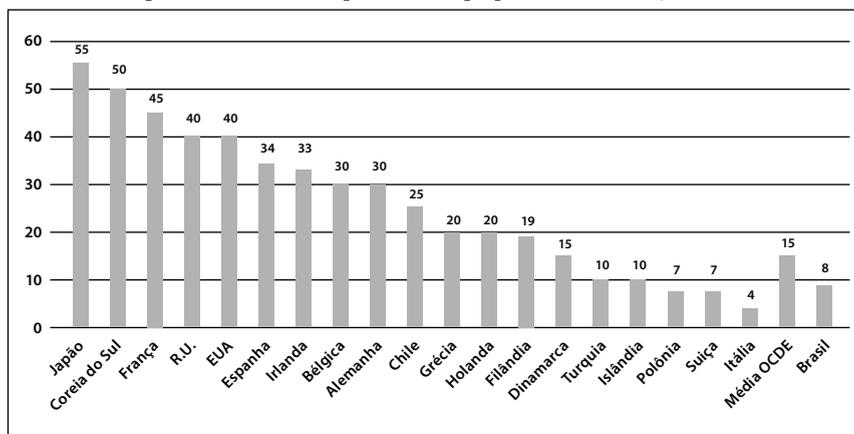
Fonte: Oliveira (2018). Elaboração própria

O gráfico 2 demonstra que praticamente 50% da carga tributária brasileira advém da taxação do consumo, que atinge todos os consumidores, independentemente de seus rendimentos ou riqueza acumulada. Ocorre que, quando se compara o impacto de tais tributos relativamente à renda auferida, os estratos mais pobres da população – a grande massa da classe trabalhadora – são mais penalizados do que os de melhores rendimentos e ricos. Destaque-se, também, o fato de que o tamanho e a composição da carga tributária não são homogêneos a nível internacional, porque são alvos de determinações do jogo de forças políticas e das particularidades do padrão de acumulação de capital em cada País. Na tabela 1, observou-se que Brasil e Chile são os países com maior participação do consumo na composição da carga tributária, além

de exibirem baixo índice de taxaço do patrimônio, o que refora a regressividade de seus sistemas tributários.

Em face desses dados, não   mais possível olvidar que o sistema tributário brasileiro constitui mecanismo sofisticado de espolia o dos estratos da popula o com rendas mais baixas para garantir o patrimônio e a riqueza dos mais ricos, bem como para sustentar a engorda dos capitais dos credores da dívida pública. Assim, além da explora o direta de sobretrabalho – que fornece a base para a valoriza o do capital – articulam-se mecanismos de espolia o – que drenam parte da renda do trabalho para o capital. A regressividade do sistema tributário brasileiro está ligada umbilicalmente a essa última fun o e atua mantendo a estrutura de propriedade extremamente concentrada e o patrimônio nababesco das famílias ricas. O gráfico 3 expressa o que aqui se afirma de maneira ainda mais eloquente.

Gráfico 3 - Alíquotas máximas do imposto sobre a propriedade e a herana - OCDE e Brasil (%)



Fonte: Oliveira (2018). Elabora o própria

A par desses dados o autor do estudo conclui, corretamente:

O fato inegável   que, assim como tem acontecido com o imposto sobre a renda, também o imposto sobre o patrimônio vem-se enfraquecendo, de modo geral, nestes tempos de globaliza o, como instrumento colocado   disposi o do Estado para corrigir um dos defeitos cong nitos do capitalismo, qual seja, a tendência do sistema de aumentar, no tempo, a concentra o

da renda e da riqueza, colocando sérios riscos para a própria reprodução. (OLIVEIRA, 2018, p. 56).

Feito esse parêntese sobre o sistema tributário, é necessário voltar à abordagem de Marx que, já em sua época, percebeu o quanto a reprodução ampliada do capital põe, para os governos, a crescente necessidade de “[...] *tomarem sempre novos empréstimos para fazer frente a novos gastos extraordinários*”. Atualmente, a necessidade de empréstimos decorre da incapacidade, também crescente, de os Estados nacionais pagarem integralmente as despesas com juros e amortizações da dívida pública. Por tal motivo, vários governos contratam novas dívidas para pagar débitos antigos. Isso ocorre por meio do chamado refinanciamento (rolagem) da dívida. Os governos emitem títulos da dívida pública no mercado, oferecendo altas taxas de juros, para atrair novos empréstimos que utilizam para pagar empréstimos antigos. Tal expediente conduz a um crescimento exponencial das dívidas de muitos países de todos os continentes, inclusive do Brasil, como se verá a seguir.

4. EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA NO BRASIL (2003-2017)

No período de 1995 a 2017, em consonância com a política econômica adotada, o Ministério da Fazenda determinou que os recursos orçamentários da União deveriam ser destinados prioritariamente para o pagamento do serviço da dívida pública. Nesse período, o governo federal (FHC, Lula, Dilma e Temer) destinou, cumulativamente, R\$ 23,100 trilhões para o pagamento de juros, amortizações e refinanciamento. Deste total, nada menos do que R\$ 8,724 trilhões foram destinados ao pagamento de juros e amortizações. Em termos relativos, os valores pagos em juros e amortizações no período corresponderam, em média, a 18,20% do Orçamento da União e a 7,85% do Produto Interno Bruto (PIB). Apesar disso, o estoque da dívida interna e externa¹⁰ quase quin-

10 A referência é ao estoque da dívida bruta. A imprensa e o governo federal, na maioria dos casos, divulgam o montante da dívida líquida (diferença entre o passivo total e os ativos financeiros do governo, como o montante das reservas internacionais). O conceito de dívida líquida é bastante polêmico, pois pode distorcer ou ocultar o montante efetivo da dívida pública. É sobre o montante efetivo da dívida pública que são pagos os juros, encargos e amortizações, independentemente do montante das reservas internacionais do País, por exemplo. De acordo com Fato-

tuplicou em pouco mais de 20 anos: de R\$ 1,512 trilhão, em 31 de dezembro de 1994, evoluiu para R\$ 7,017 trilhões em 31 de dezembro de 2017, perfazendo um crescimento, em termos reais, de 364%. O quadro seguinte resume esse crescimento no período de dezembro de 2002 a dezembro de 2017.

Quadro – evolução do estoque da dívida pública: 2003-2017
(Valores atualizados pelo IPCA para jan./2018)

Estoque da dívida interna e externa em 31 dezembro 2002	R\$ 4,448 trilhões
Despesas da União com a dívida pública: 2003-2017 (Juros, amortizações e refinanciamento)	R\$ 16,552 trilhões
Despesas da união com a dívida pública: 2003-2017 Juros e amortizações	R\$ 7,046 trilhões
Estoque da dívida interna e externa 31 dezembro 2017	R\$ 7,034 trilhões
Δ 2003-2017 (estoque da dívida)	58,13%

Fonte: Senado Federal, 2018a; 2018b. Banco Central do Brasil, 2018b. Elaboração própria.

No quadro, fica evidente que o governo federal aportou significativo montante de recursos orçamentários para o pagamento da dívida pública. O estoque da dívida (interna e externa), entretanto, cresceu exponencialmente. No período de 2003 a 2017, a União destinou, cumulativamente, R\$ 16,552 trilhões para o pagamento de juros, amortizações e o refinanciamento da dívida e, destes, R\$ 7,046 trilhões somente para o pagamento de juros e amortizações. O estoque da dívida interna e externa, no entanto, que era R\$ 4,448 trilhões, em 31 de dezembro de 2002, evoluiu para R\$ 7,034 trilhões, em 31 de dezembro de 2017, um crescimento em termos reais (acima da inflação) de 58% em 15 anos.¹¹

relli (2013, p. 47-48; grifou-se) a dívida bruta “corresponde à totalidade das obrigações assumidas pelo Estado, sob forma de endividamento público direto e indireto, interno ou externo. *É sobre a dívida bruta que são calculados os juros nominais, amortizações e demais custos.* [...] É importante ressaltar que o FMI recomenda o uso da dívida bruta para fins de comparação entre diferentes países.”

- 11 No cálculo da evolução do estoque da dívida pública (interna e externa) adotaram-se os seguintes procedimentos: 1. o montante da dívida pública interna e externa, em 31 dezembro de 2002 e em 31 de dezembro de 2017, foi colhido na página do Banco Central do Brasil: Notas Econômico-financeiras para a imprensa. Política Fiscal (Dívida Interna); Setor Externo (Dívida Externa). Disponíveis em: <<http://www>

Tabela 2 - Despesas da União com juros e amortizações da dívida pública, como percentual das despesas da União em todas as funções e como percentual do Produto Interno Bruto (PIB) - 2003-2017. Valores (R\$ 1,00), a preços de janeiro de 2018 (IPCA)

ANO	DESPESAS DA UNIÃO (A)	PIB (B)	DESPESAS COM JUROS E AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA (C)	(C)/(A) %	(C)/(B) %
2003	1.987.216.461.482	3.895.160.472.325	349.047.168.470	17,56	8,96
2004	1.931.703.196.210	4.164.156.407.484	326.586.576.432	16,91	7,84
2005	2.202.834.524.412	4.320.092.624.505	285.347.346.656	12,95	6,61
2006	2.261.326.345.532	4.602.940.881.878	527.239.520.156	23,32	11,45
2007	2.255.765.314.817	5.014.124.645.723	437.913.709.857	19,41	8,73
2008	2.195.670.869.725	5.424.118.567.020	493.382.506.479	22,47	9,10
2009	2.355.312.350.742	5.542.577.795.902	633.424.542.543	26,89	11,43
2010	2.382.563.437.881	6.151.878.678.050	420.324.983.617	17,64	6,83
2011	2.489.457.324.531	6.497.264.244.840	357.270.716.541	14,35	5,50
2012	2.438.436.631.627	6.781.637.607.600	642.078.834.268	26,33	9,47
2013	2.398.427.683.244	7.070.953.066.370	629.974.043.654	26,27	8,91
2014	2.741.096.560.692	7.208.030.287.370	452.849.587.125	16,52	6,28
2015	2.636.033.375.876	6.859.120.370.130	449.424.051.817	17,05	6,55
2016	2.724.285.351.166	6.585.020.596.386	504.550.651.408	18,52	7,66
2017	2.548.170.051.268	6.671.459.244.167	536.674.391.531	21,06	8,04
Δ 2003-2017	28,23%	71,28%	53,75%		
MÉDIA % 2003-2017				19,82	8,22

Fonte: Senado Federal (2018a). Demonstrativos da Execução Orçamentária por Grupo Natureza da Despesa (GND); Senado Federal (2018b). Demonstrativos da Execução Orçamentária por Órgãos e Unidades Orçamentárias. Elaboração de Luiz Fernando Reis. Elaboração própria.

bc.gov.br/htms/infecon/notas.asp?idioma=p> 2. Para a elaboração do Quadro: a) no caso da Dívida Interna, atualizou-se o valor do montante em 2002 e em 2013 para janeiro de 2018 (IPCA), desconsiderando a desvalorização da moeda. b) no caso da Dívida Externa, tendo em vista que o montante publicado pelo Banco Central do Brasil é expresso em Dólar dos EUA: primeiramente, converteu-se o montante em Dólares para Reais, adotando a seguinte equivalência: US\$ 1,00 foi convertido para R\$ 3,5325 (31/12/2002); US\$ 1,00 foi convertido para R\$ 3,3074 (31/12/2017). Para realizar tal procedimento utilizamos as informações publicadas pelo Banco Central do Brasil. Câmbio e Capitais Internacionais. Taxas de câmbio. Cotações e boletins. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/port/ptaxnpesq.asp?id=txcotacao&id=txcotacao>>. Depois de converter o montante da dívida externa em reais, atualizou-se tais valores em reais para janeiro de 2018 (IPCA).

A tabela 2 mostra que, no período de 2003 a 2017 (governos Lula, Dilma e Temer), foram destinados, cumulativamente, por meio do Orçamento da União, R\$ 16,552 trilhões para a dívida pública (juros, amortizações e refinanciamento). Esse montante representou, em média, quase metade (46,56%) dos recursos orçamentários da União destinados para todas as áreas de atuação governamental (R\$ 35,548 trilhões). As despesas da União com juros e amortizações da dívida pública (excluídas as despesas com o refinanciamento), no período de 2003 a 2017, totalizaram R\$ 7,046 trilhões e representaram, em média, 19,82% das despesas da União.

O total de recursos destinados cumulativamente ao pagamento dos juros e amortizações da dívida pública (R\$ 7,046 trilhões), no período de 2003 a 2017, representou praticamente sete vezes mais do que os recursos destinados para a função educação (R\$ 1,033 trilhão), cinco vezes mais do que os recursos destinados à saúde (R\$ 1,386 trilhão), oito vezes mais do que os gastos destinados para a assistência social (R\$ 896,607 bilhões) e cinquenta e oito vezes mais do que os destinados para a ciência e tecnologia (R\$ 122,123 bilhões).

Os dados exibem inequívoca continuidade da diretriz neoliberal na política econômica adotada desde a era FHC, passando pelos governos petistas e aprofundando-se com o governo de Michel Temer. Com efeito, no reconhecimento de que houve maior preocupação com a questão social no curso dos governos de Lula da Silva e de Dilma Rousseff, não se deve olvidar que esta preocupação fora subsumida aos imperativos do sistema da dívida pública, que sangraram a renda e os orçamentos públicos e que determinaram os estreitos limites das políticas sociais. A tabela 2 não deixa margem para dúvidas quanto a isto.

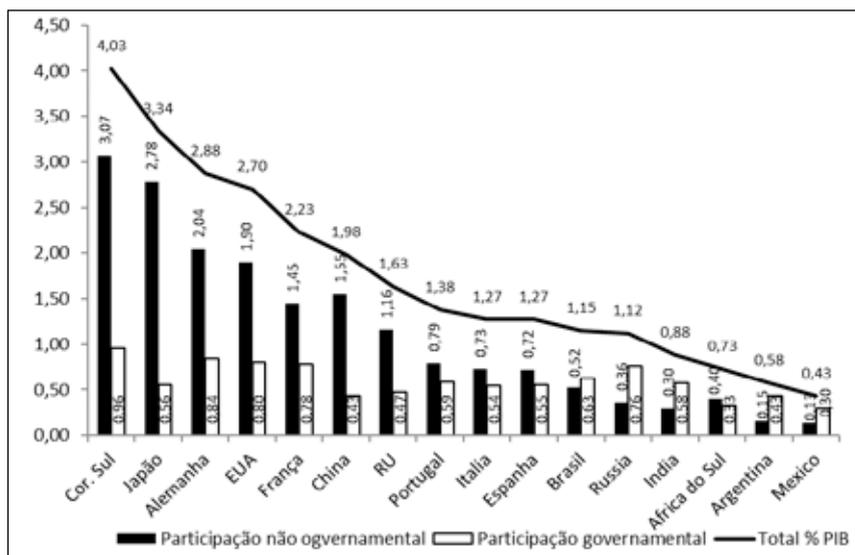
5. A CRISE DE FINANCIAMENTO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL: EVIDÊNCIAS COM BASE NOS GASTOS DA UNIÃO (2003-2017)

O aferimento dos índices de investimentos em Ciência e Tecnologia (C&T) e em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) denota dificuldades, as quais residem, fundamentalmente, na diversidade de gastos governamentais e não governamentais contabilizados nas rubricas acima. Existe, pois, importante variação de país para país quanto às atividades, programas e políticas consideradas da seara da C&T e da P&D. Não obstante, organismos internacionais

produzem estudos comparativos que fornecem informações largamente aceitas pela comunidade de pesquisadores e pelos órgãos responsáveis pelo setor. É o caso dos dados disponibilizados pelo Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC) do Brasil e pela Unesco. Com base nesses indicadores, elaborou-se o gráfico 4 com o objetivo de situar o financiamento de C&T no Brasil em comparação com a realidade internacional.

O gráfico é bastante ilustrativo quanto ao protagonismo no investimento em C&T em nações do capitalismo central (Japão, Alemanha, Estados Unidos, França, Reino Unido, por exemplo). Ilustra, ainda, que, algumas nações com menor grau de desenvolvimento industrial e tecnológico, como nos casos de Portugal, Itália e Espanha, concentram esforços nesse tipo de financiamento. Merecem destaques, ainda, os casos da Coreia do Sul e da China, que são formações hipertardias e periféricas, mas que, dados o lugar e a função que ocupam na divisão internacional do trabalho na era da acumulação com dominância financeira, destinam recursos muito maiores em relação ao PIB do que o Brasil.

Gráfico 4 – Investimento total, governamental e empresarial em C&T como percentual do PIB – Países selecionados, 2012



Fonte: base na Unesco, 2015. Elaboração própria.

Este *ranking*, malgrado suas imprecisões, sinaliza a importância atribuída pelas burguesias e estados nacionais dos países centrais, e de alguns periféricos, à produção de conhecimentos científicos e tecnológicos aplicáveis às atividades econômicas. Isto é mesmo uma necessidade imposta pelo processo de reprodução do capital no contexto do capitalismo contemporâneo. Para o eminente economista marxista Ernest Mandel, no “capitalismo tardio”, há uma “[...] pressão permanente para acelerar a inovação tecnológica” na medida em que os diferenciais de lucratividade dos diversos capitais advêm, geralmente, das rendas tecnológicas, que ele conceituou do seguinte modo:

As rendas tecnológicas são superlucros derivados da monopolização do progresso técnico – isto é, de descobertas e inovações que baixam o preço de custo de mercadorias mas não podem (pelo menos a médio prazo) ser generalizados a determinado ramo da produção e aplicadas por todos os concorrentes devido à própria estrutura do capital monopolista: dificuldades de entrada, dimensões do investimento mínimo, controle de patentes, medidas cartelizadoras, e assim por diante. (1985, p. 135).

A este imperativo, as burguesias e Estados nacionais respondem de modos bastante desiguais, consoante a lei do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. No caso brasileiro, como se pode notar, são os entes governamentais que investem maior parcela de recursos em C&T, a exemplo do que ocorre na Rússia, Índia, África do Sul, Argentina e México. Os demais países contam com maior protagonismo das empresas não governamentais. Ora, no lastro da agenda regressiva imposta pelo governo de Michel Temer, esses indicadores poderão ser objeto de alterações restritivas graves, ocasionadas pelos drásticos cortes realizados no orçamento do complexo público de C&T.

As razões do investimento total rebaixado e do pequeno protagonismo das empresas na aplicação em C&T deitam raízes profundas nas condições histórico-estruturais da formação capitalista brasileira.¹² Embora alcançan-

12 Neves e Pronko (2008, p. 144 e ss) afirmam, com base em escritos do historiador britânico Eric Hobsbawm, que, em fins dos anos de 1980, havia cerca de cinco milhões de cientistas e engenheiros empenhados em pesquisa e desenvolvimento experimentais em todo o mundo. Desse total, somente os Estados Unidos concentravam cerca de um milhão e os Estados europeus número um pouco supe-

do o estágio do monopólio e, inclusive, se impondo como potência subimperialista, o capitalismo brasileiro se caracteriza pela combinação do que há de mais avançado com o que existe de mais atrasado.¹³ Para fazer frente à concorrência doméstica e internacional, as corporações impõem – com o adjutório do Estado – padrões sempre muito rebaixados de uso da força de trabalho, o que é facilitado pelo imenso contingente de mão de obra que perambula às bordas do mercado formal de trabalho. Ademais, elas contam com a disponibilidade de grande extensão territorial, com um extraordinário manancial de matérias-primas e produtos naturais, que viabilizam o investimento lucrativo em áreas decisivas da economia doméstica, como o agronegócio, sem necessariamente recorrer às tecnologias mais avançadas; e quando os processos requerem intensidade tecnológica, as empresas optam, na maior parte das vezes, por comprar pacotes prontos no mercado externo – uma vez que, em curto prazo, é mais vantajosa a aquisição do que desenvolvê-los por sua conta.

É nesse quadro estrutural, do qual se destacou apenas alguns elementos, que está situada a atual crise de financiamento do complexo público de C&T. Isto já é suficiente para indicar que o enfrentamento consequente dos elementos conjunturais da atual crise remete, mesmo que não se saiba ou não

rior. Na mesma direção, “[...] o Banco Mundial destaca que, no final do século XX, 80% da P&D mundial e proporção semelhante das publicações científicas provinham das nações mais industrializadas”. Dados de uma pesquisa realizada pelo governo britânico, publicada na Revista *Em Discussão* número 12 (2012, p. 33) do Senado Federal brasileiro, mostram as dez empresas que mais investiram em P&D no mundo no ano de 2009, valores em bilhões de reais. É sintomático o fato de que nenhuma delas seja sediada em países periféricos como visto a seguir: Toyota 19,2 (Japão, automotivo), Roche 18,2 (Suíça, farmacêutico), Microsoft 17,3 (EUA, informática), Volkswagen 16,5 (Alemanha, automotivo), Pfizer 15,4 (EUA, farmacêutico), Novartis 14,6 (Suíça, farmacêutico), Nokia 14,2 (Finlândia, eletrônico), Johnson & Johnson 13,8 (EUA, farmacêutico), Sanofi Aventis 13,0 (França, farmacêutico), Panasonic Electronics 12,8 (Coreia do Sul, eletrônico).

- 13 Francisco de Oliveira diz que o chamado “subdesenvolvimento” não é um estágio em desaparecimento nas sociedades industriais modernas, como se faz crer nas teorias desenvolvimentistas/evolucionistas. Essas postulações esquecem, diz o eminente sociólogo, “[...] que o ‘subdesenvolvimento’ é precisamente uma ‘produção’ do capitalismo” e que, no caso brasileiro, há uma “simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’”. (OLIVEIRA, 2003, p. 32-33).

se queira, a lutas muito mais abrangentes por transformações substantivas da sociedade brasileira – notadamente o padrão rentístico de acumulação de capital, a dívida pública e o sistema tributário que mantêm relações íntimas com o subfinanciamento das políticas sociais, em geral, e da política de C&T, em particular.

Com o objetivo de ilustrar a gravidade dos elementos conjunturais, aprofundada pelos cortes orçamentários, são trazidos a seguir dados sobre os investimentos da União na função Ciência e Tecnologia, na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Tabela 3 – Recursos destinados à função Ciência e Tecnologia como percentual do PIB e das despesas da União (todas as funções) - 2003-2017. Valores (R\$ 1,00), a preços de janeiro de 2018 (IPCA)

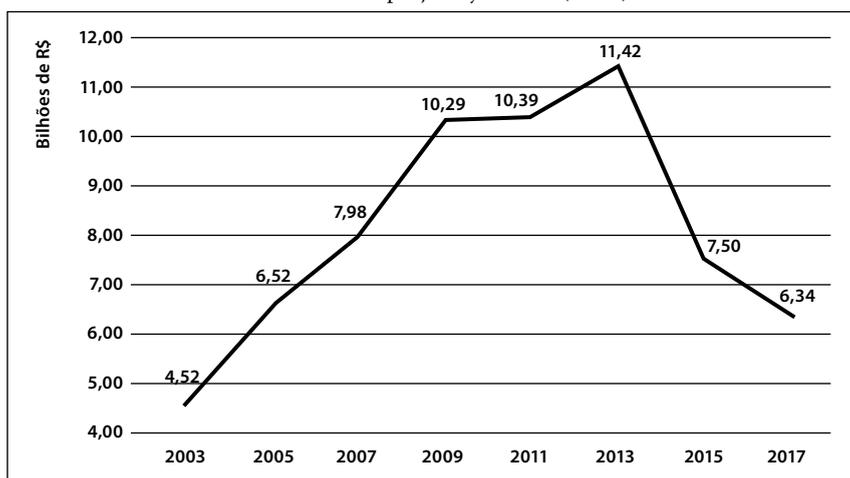
ANO	PIB (A)	DESPESAS DA UNIÃO (TODAS AS FUNÇÕES) (B)	DESPESAS COM CIÊNCIA E TECNOLOGIA		
			R\$ (C)	% C/A	% C/B
2003	3.895.160.472.325	1.987.216.461.482	4.519.234.007	0,12	0,23
2004	4.164.156.407.484	1.931.703.196.210	5.545.286.801	0,13	0,29
2005	4.320.092.624.505	2.202.834.524.412	6.517.129.748	0,15	0,30
2006	4.602.940.881.878	2.261.326.345.532	7.293.822.040	0,16	0,32
2007	5.014.124.645.723	2.255.765.314.817	7.977.093.444	0,16	0,35
2008	5.424.118.567.020	2.195.670.869.725	9.113.013.880	0,17	0,42
2009	5.542.577.795.902	2.355.312.350.742	10.293.508.941	0,19	0,44
2010	6.151.878.678.050	2.382.563.437.881	11.944.500.124	0,19	0,50
2011	6.497.264.244.840	2.489.457.324.531	10.392.725.217	0,16	0,42
2012	6.781.637.607.600	2.438.436.631.627	8.715.532.183	0,13	0,36
2013	7.070.953.066.370	2.398.427.683.244	11.421.456.334	0,16	0,48
2014	7.208.030.287.370	2.741.096.560.692	8.000.509.359	0,11	0,29
2015	6.859.120.370.130	2.636.033.375.876	7.499.730.384	0,11	0,28
2016	6.585.020.596.386	2.724.285.351.166	6.545.318.872	0,10	0,24
2017	6.671.459.244.167	2.548.170.051.268	6.343.999.026	0,10	0,25
Δ 2003- 2017	71,28%	28,23%	40,38%		
\bar{x} 2003- 2017				0,14	0,34

Fonte: Banco Central do Brasil (2018a); Senado Federal (2018b). Demonstrativos da Execução Orçamentária por Órgãos e Unidades Orçamentárias. Elaboração própria.

A comparação entre os valores pagos em juros/amortizações da dívida pública (tabela 2) e os valores investidos em C&T pela União (tabela 3) indica um gargalo estrutural que precisa ser enfrentado se se pretende aumentar investimentos em políticas sociais e de produção do conhecimento científico e tecnológico. Com efeito, enquanto no período de 2003 a 2017 destinaram-se, em média, 19,82% das despesas da União e 8,22% do PIB para a despesa financeira citada (juros e amortizações), os gastos em C&T alcançaram a ínfima cifra de 0,34% das despesas totais da União e 0,14% do PIB.

A análise, ano a ano, da evolução dos gastos da União em C&T permite um prognóstico nada alentador para os próximos anos. Com efeito, se no período analisado tais despesas foram elevadas de R\$ 4,519 bilhões, em 2003, para R\$ 6,344 bilhões, em 2017 – o que representa um crescimento da ordem de 40,38% - também é fato que desde 2014 se registra queda significativa nos investimentos. Sob os grilhões do ajuste fiscal, implementado desde Dilma Rousseff e aprofundado por Michel Temer, e da famigerada EC 95/16, é possível vislumbrar um quadro de penúria financeira para as atividades de prospecção de conhecimentos, grupos e projetos de pesquisa que se criaram e/ou fortaleceram no período analisado. O gráfico 5 ilustra a dinâmica dos investimentos da União que desembestou ladeira abaixo após o ano de 2013.

Gráfico 5 – Recursos Orçamentários da União destinados à função Ciência e Tecnologia – 2003 – 2017 – preço de jan./2018 (IPCA)



Fonte: Senado Federal (2018b). Demonstrativos da Execução Orçamentária por Órgãos e Unidades Orçamentárias. Elaboração própria.

A crise de financiamento pode também ser observada no caso do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Este importante órgão de fomento da C&T é alvo de ataques até mais graves, como se pode observar na tabela 4 e no gráfico 6.

Tabela 4 - Despesas da União com o CNPq como percentual do PIB e das despesas da União (todas as funções) - 2003-2017. Valores (R\$ 1,00), a preços de janeiro de 2018 (IPCA)

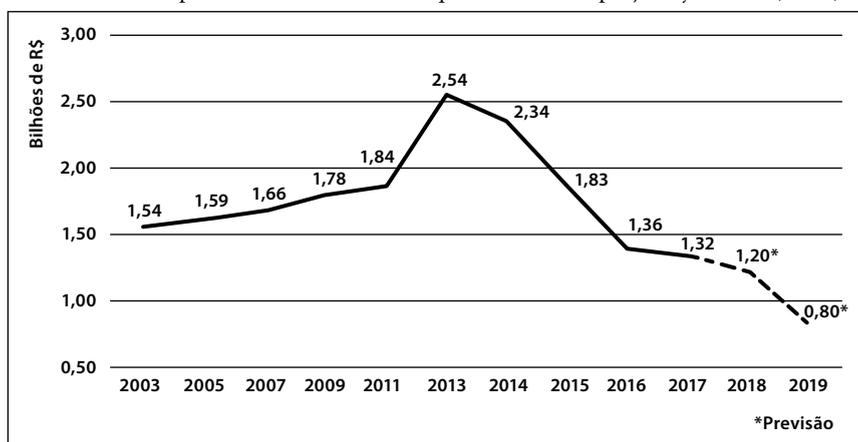
ANO	PIB (A)	DESPESAS DA UNIÃO (TODAS AS FUNÇÕES) (B)	DESPESAS COM O CNPQ	
			R\$ (C)	% B/A % C/A
2003	3.895.160.472.325	1.987.216.461.482	1.539.287.580	0,04 0,08
2004	4.164.156.407.484	1.931.703.196.210	1.579.136.800	0,04 0,08
2005	4.320.092.624.505	2.202.834.524.412	1.592.411.401	0,04 0,07
2006	4.602.940.881.878	2.261.326.345.532	1.700.945.866	0,04 0,08
2007	5.014.124.645.723	2.255.765.314.817	1.662.183.571	0,03 0,07
2008	5.424.118.567.020	2.195.670.869.725	1.445.669.321	0,03 0,07
2009	5.542.577.795.902	2.355.312.350.742	1.779.020.440	0,03 0,08
2010	6.151.878.678.050	2.382.563.437.881	1.855.095.767	0,03 0,08
2011	6.497.264.244.840	2.489.457.324.531	1.838.928.859	0,03 0,07
2012	6.781.637.607.600	2.438.436.631.627	1.951.392.640	0,03 0,08
2013	7.070.953.066.370	2.398.427.683.244	2.537.868.592	0,04 0,11
2014	7.208.030.287.370	2.741.096.560.692	2.344.128.052	0,03 0,09
2015	6.859.120.370.130	2.636.033.375.876	1.834.940.026	0,03 0,07
2016	6.585.020.596.386	2.724.285.351.166	1.362.385.866	0,02 0,05
2017	6.671.459.244.167	2.548.170.051.268	1.318.479.380	0,02 0,05
Δ 2003-2016	71,28%	28,23%	-14,34%	
\bar{x} 2003-2016				0,03 0,07

Fonte: Banco Central do Brasil (2018a); senado Federal (2018b). Demonstrativos da Execução Orçamentária por Órgãos e Unidades Orçamentárias (2003-2017). Elaboração própria.

Os ataques contra o CNPq levaram-no ao solo, como é anunciado amplamente pelos meios de comunicação e, inclusive, por iniciativas do seu corpo diretor. A crise chegou ao ponto de as verbas destinadas pela União, em 2017, estarem abaixo do valor gasto em 2003 – como se expõe na tabela. Com efeito, em valores atualizados pelo IPCA para janeiro de 2018, o órgão recebeu

1,539 bilhão de reais em 2003 e apenas 1,318 bilhão de reais em 2017 – o que representa decréscimo de -14,34%. Em 2003, os recursos destinados ao CNPq representavam, proporcionalmente, 0,04% do PIB e 0,08% das despesas totais da União. Em 2017, os valores passaram a representar 0,02% do PIB e 0,05% das despesas da União. No período de 2003 a 2017, foi destinado, em média, 0,03% do PIB e 0,07% do orçamento da União para o CNPq, contrastando com os 19,82% e os 8,22% gastos com juros e amortizações da dívida pública. A análise ano a ano demonstra que, desde 2013, houve decréscimo constante dos recursos destinados ao CNPq: em 2013, foram destinados R\$ 2,538 bilhões e em 2017 R\$ 1,318 bilhão, o que corresponde a uma redução de -48,07% no período. A gravidade da crise orçamentária do órgão está ilustrada no gráfico 6.

Gráfico 6 – Despesas da União com o CNPq – 2003 – 2019 – preço de jan./2018 (IPCA)



Fonte: Senado Federal (2018b). Demonstrativos da Execução Orçamentária por Órgãos e Unidades Orçamentárias. Elaboração própria.

* A previsão é de conformidade com ofícios do CNPq e notícias veiculadas na mídia.

Enquanto se produzia este capítulo, o governo federal anunciava mais cortes no orçamento do CNPq para 2019. Se cumprido o que foi previsto para o ano corrente e o corte anunciado pelo governo Temer para o próximo ano, uma das mais importantes agências de fomento da produção de C&T no País poderá ter seu funcionamento inviabilizado, pois suas verbas regredirão a valores muito aquém dos investimentos realizados em 2003. Isto representará o desmantelamento da estrutura de pesquisa apoiada pelo órgão, o alargamento dos cortes de bolsas e auxílios, a descontinuidade de projetos de pesquisa

em andamento. O País andará para trás em termos de produção de C&T, dado que não é plausível esperar que as empresas assumam o financiamento do setor, pelas razões já referidas.

A seguir, traz-se a evolução do montante de recursos destinado pelo governo federal à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), no período de 2003 a 2017.

Tabela 5 - Despesas da União com a CAPES como percentual do PIB e das despesas da União (todas as funções) - 2003-2017. Valores (R\$ 1,00), a preços de janeiro de 2018 (IPCA)

ANO	PIB (A)	DESPESAS DA UNIÃO (TODAS AS FUNÇÕES) (B)	DESPESAS COM A CAPES		
			R\$ (C)	% B/A	% C/A
2003	3.895.160.472.325	1.987.216.461.482	1.214.627.343	0,03	0,06
2004	4.164.156.407.484	1.931.703.196.210	1.204.371.923	0,03	0,06
2005	4.320.092.624.505	2.202.834.524.412	1.308.747.794	0,03	0,06
2006	4.602.940.881.878	2.261.326.345.532	1.403.623.307	0,03	0,06
2007	5.014.124.645.723	2.255.765.314.817	1.439.677.070	0,03	0,06
2008	5.424.118.567.020	2.195.670.869.725	2.198.745.914	0,04	0,10
2009	5.542.577.795.902	2.355.312.350.742	2.698.522.166	0,05	0,11
2010	6.151.878.678.050	2.382.563.437.881	3.164.679.784	0,05	0,13
2011	6.497.264.244.840	2.489.457.324.531	4.082.415.339	0,06	0,16
2012	6.781.637.607.600	2.438.436.631.627	4.037.361.694	0,06	0,17
2013	7.070.953.066.370	2.398.427.683.244	5.679.880.442	0,08	0,24
2014	7.208.030.287.370	2.741.096.560.692	6.759.453.323	0,09	0,25
2015	6.859.120.370.130	2.636.033.375.876	8.757.417.507	0,13	0,33
2016	6.585.020.596.386	2.724.285.351.166	5.327.390.956	0,08	0,20
2017	6.671.459.244.167	2.548.170.051.268	4.006.127.800	0,06	0,16
Δ 2003-2017	71,28%	28,23%	229,82%		
\bar{x} 2003-2017				0,06%	0,15%

Fonte: Banco Central do Brasil (2018a); Senado Federal (2018b). Demonstrativos da Execução Orçamentária por Órgãos e Unidades Orçamentárias (2003-2017). Elaboração própria.

Em 2003, os recursos destinados à Capes representavam, proporcionalmente, 0,03% do PIB e 0,06% do orçamento da União. Em 2017, passaram a

representar 0,06% do PIB e 0,016% das despesas da União. No período de 2003 a 2017, foram destinados, em média, 0,06% do PIB e 0,15% do orçamento da União para a Capes, enquanto para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública destinaram-se, em média, 19,82% e 8,22%, respectivamente.

Os recursos destinados pelo governo federal à Capes foram ampliados de R\$ 1,215 bilhão, em 2003, para R\$ 4,006 bilhões, em 2017, um crescimento, em termos financeiros, de 229,82%; entretanto, desde 2015, nota-se um decréscimo dos recursos destinados à Capes: em 2015 foram destinados R\$ 8,757 bilhões e em 2017 R\$ 4,006 bilhões, uma redução de -54,25%.

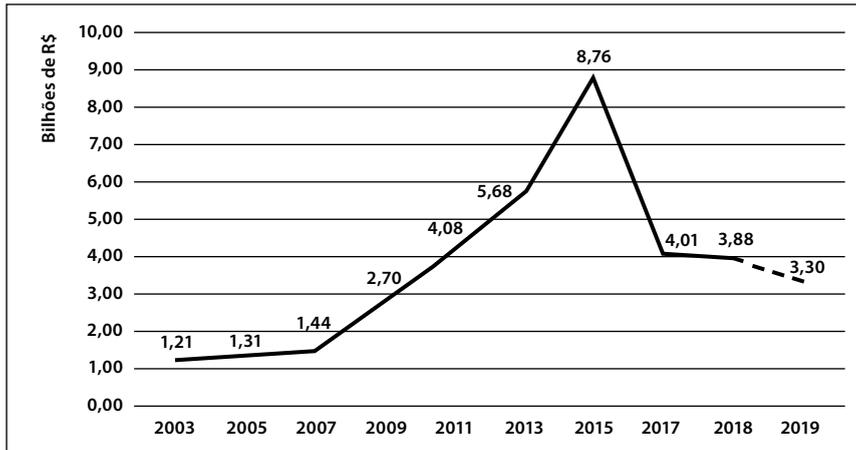
A crise do órgão chegou ao ponto de seu Conselho Superior dirigir nota¹⁴ ao Ministério da Educação (MEC), em primeiro de agosto de 2018, na qual afirma que “[...] foi repassado à CAPES um teto limitando seu orçamento para 2019 que representa um corte significativo em relação ao próprio orçamento de 2018, fixando um patamar muito inferior ao estabelecido pela LDO”. O documento expressa, ainda, que, se o teto previsto para o próximo ano se mantiver, em agosto vindouro, a CAPES será obrigada a suspender todas as bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, atingindo mais de 93 mil docentes, estudantes e pesquisadores; serão suspensas 105 mil bolsas destinadas aos programas de formação de profissionais da Educação Básica (PIBID, PARFOR, Residência Pedagógica); haverá a interrupção do sistema Universidade Aberta do Brasil (UaB) e de mestrados profissionais voltados para a qualificação de professores da rede pública de Educação Básica (ProEB); serão suspensos, também, todos os programas de fomento destinados ao Exterior.

O Conselho Superior da CAPES, como quase toda a comunidade científica, reagiu tardiamente aos ataques desferidos desde pelo menos 2014 e que agora assumem caráter dramático para as agências de fomento. Além do retardo, o ofício retrocitado parece se tratar de escaramuças com motivos políticos específicos relacionados a intrigas no *staff* de um governo ilegítimo. É, ademais, uma ação que vislumbra apenas a ponta do *iceberg*, pois não enfrenta, nem cita, sequer, as questões estruturais que estão na base do subfinanciamento histórico, do corte de gastos primários e da baixa produção científica e técnica do País. Mesmo assim, a publicação do ofício subscrito pelo diretor da CAPES ilustra a gravidade da crise imposta sobre os órgãos de fomento da

14 Ver Ofício nº 245/2018-GAB/PR/CAPES, acessado no dia 11 de setembro de 2018.

pesquisa, da pós-graduação e da ciência e tecnologia no País – que é parte de uma agenda regressiva de conjunto, que condena o Brasil ao atraso. O drama vivido pelo órgão é bem ilustrado no gráfico 7.

Gráfico 7 – Despesas da União com a CAPES – 2003-2019 preço de jan./2018 (IPCA)



Fonte: Banco Central do Brasil (2018a); senado Federal (2018b). Demonstrativos da Execução Orçamentária por Órgãos e Unidades Orçamentárias (2003-2017). Elaboração própria.

A restrição dos recursos destinados ao financiamento da ciência e tecnologia, ao CNPq e à Capes foi acentuada em 2014, com a emergência da crise que ora se desdobra no País. O aprofundamento da crise política, que levou ao golpe contra Dilma Rousseff, constitui um agravante na derrocada dos orçamentos destinados ao complexo público de C&T. Isto expressa que os problemas enfrentados na seara do financiamento e da produção de conhecimentos no País deitam raízes na estrutura do padrão de acumulação de capital rentístico, na política de cariz neoliberal e na crise econômica e política agravada com o golpe de 2016. Não são, pois, traços isolados da conjuntura, passíveis de resolução contingencial.

A crise do complexo público de C&T é parte da alternativa empunhada pela burguesia e pelo Estado brasileiro em face do fim de um ciclo de crescimento econômico – ciclo que fora secundado por um acordo político entre classes antagônicas (a chamada conciliação de classe liderada pelos governos petistas), que fora explodido pela burguesia e frações mais conservadoras da política nacional. Aliás, trata-se de um mal-amanhado e tenebroso projeto

que exorta o Estado brasileiro a “[...] cooperar com o setor privado na abertura dos mercados externos” e a “[...] nos preparar rapidamente para uma abertura comercial que *torne nosso setor produtivo mais competitivo, graças ao acesso a bens de capital, tecnologia e insumos importados*”. (PMDB, 2015, p. 17; grifou-se). Esta perspectiva aprofunda a dependência científica, técnica e cultural do País; reforça os óbices estruturais à promoção de políticas de fomento e apoio às universidades públicas, empresas e institutos estatais que acumularam alguma expertise na prospecção de conhecimentos.

Nesse diapasão neoliberal, é uma grande estultice pretender saídas contingentes – como a recomposição dos orçamentos para o complexo de C&T – sem mirar os problemas advindos da política econômica e, no limite, os condicionantes de ordem estrutural, dos quais se destacaram apenas alguns neste capítulo.

O enfrentamento consequente da crise que acomete a C&T brasileira inscreve-se nas lutas mais gerais contra a agenda regressiva em curso. Por via de consequência, somente as forças sociais e políticas que encarnam o trabalho – na dialética de suas dinâmicas espontâneas e organizadas – são capazes de assumir essa tarefa. As comunidades acadêmicas e sociedades científicas podem – e devem! – encontrar as mediações programáticas e práticas que as situem em unidade com os movimentos sociais e sindicais dos trabalhadores. Uma dessas mediações, sem dúvida, é interverter o horizonte orientador da produção científica e técnica no Brasil, colocando-o a serviço da pesquisa e da busca de soluções dos problemas que afligem a maioria da sociedade – a classe trabalhadora brasileira.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Nelson Cardoso. *Para compreender o financiamento da educação básica no Brasil*. Brasília: Liber Livro, 2012.

AMIN, S. O imperialismo, passado e presente. *Revista Tempo*, Niterói/RJ, v. 9, n. 18, Jan./Jun. 2005.

AMORIM, Daniela. País tem 13 milhões de desempregados e 37 milhões na informalidade, aponta IBGE. *O Estado de S. Paulo*. 2018. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,taxa-de-desemprego-recua-para-12-4-no-2-trimestre-aponta-ibge,70002423459>> Acesso em: 9 set. 2018.

ANDES-SN. Neoliberalismo e política de C&T no Brasil: um balanço crítico (1995-2016). *Caderno nº 28*, Brasília: ANDES-SN, 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Produto Interno Bruto: 2003-2017*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/Indeco/Port/indeco.asp>>. Acesso em: 20 mar. 2018a.

_____. *Notas Econômico-financeiras para a imprensa*. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/htms/infecon/notas.asp?idioma=p>>. Acesso em: 6 set. 2018b.

BRASIL. Senado Federal. *Revista em discussão*, ano 3, número 12. Brasília: Senado Federal, setembro de 2012.

_____. *Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966*. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5172.htm>. Acesso em 6 set. 2018b.

BRETTAS, Tatiana. Dívida pública: uma varinha de condão sobre os recursos do fundo público. In: SALVADOR, Evilásio *et al.* (Org.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012. p.93-120.

CHESNAIS, François. *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração e consequências*. Tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005.

FAGNANI, E. e ROSSI, P. Desenvolvimento, desigualdade e reforma tributária no Brasil. In: FAGNANI, E. (org.). *A reforma tributária necessária: diagnóstico e premissas*. Brasília: Anfip; Fenafisco; São Paulo: Plataforma Política e Social, 2018.

FATORELLI, Maria Lúcia. *Auditoria Cidadã da Dívida Pública: experiências e métodos*. Brasília: Inove, 2013.

LUPATINI, Márcio. Crise do capital e dívida pública. In: SALVADOR, Evilásio *et al.* (Org.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012. p.59-91.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva (cap. XXIV). In: _____. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. v. I, t. 2.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2009.

NASSIF, Luis. Balanço do desemprego foi de 12,3 milhões em 2016, mostra IBGE. *Jornal GGN*. 2017. Disponível em: <<https://jornalggm.com.br/noticia/balanco-do-desemprego-foi-de-123-milhoes-em-2016-mostra-ibge>>. Acesso em: 8 set. 2018.

NEVES, L. M. W. e PRONKO, M. A. *O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado – da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. As reformas tributárias no plano internacional: a marcha da insensatez. In: FAGNANI, Eduardo (org.). *A reforma tributária necessária: diagnóstico e premissas*. ANFIP/FENAFISCO. São Paulo: Plataforma Política Social, 2018.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista – o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

OSORIO, J. Patrón de reproducción del capital, crisis y mundialización. In: *Seminário Internacional REG GEN: Alternativas Globalização* (8 al 13 de Octubre de 2005, Hotel Gloria, Rio de Janeiro, Brasil). Rio de Janeiro, Brasil: UNESCO, Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 2005. Disponible en la World Wide Web: < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/reggen/pp17.pdf>>.

PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). *Uma ponte para o Futuro*. Fundação Ulysses Guimarães. Brasília, 2015.

REIS, Luiz Fernando. Autonomia e financiamento das universidades estaduais do Paraná: a agenda regressiva do governo Beto Richa. *Revista Universidade e Sociedade*, n. 61, jan. 2018.

_____. Dívida pública, política econômica e o financiamento das universidades federais nos governos Lula e Dilma (2003-2014). *Revista Universidade e Sociedade*, n. 57, jan. 2016.

_____. *Dívida pública, política econômica e o financiamento das universidades federais nos governos Lula e Dilma (2003-2014)*. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana). Centro de Educação e Humanidades. Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2015.

ROSAS, Rafael. Taxa de Desemprego alcança 8,5% em 2015, a mais alta nos últimos três anos. *Valor Econômico*. 2016. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/brasil/4481626/taxa-de-desemprego-alcanca-85-em-2015-mais-alta-em-tres-anos>> Acesso em: 7 set. 2018.

SALES; Robson. Desemprego no Brasil atinge a maior taxa desde 2012. *Valor Econômico*. 2017. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/brasil/4853298/desemprego-no-brasil-atinge-maior-taxa-desde-2012>> Acesso em: 8 set. 2018.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL. *Carga Tributária no Brasil – 2015* (Análise por tributo e base de incidência). 2016. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/carga-tributaria-no-brasil/ctb-2015.pdf/view>> Acesso em: 7 set. 2018

_____. *Carga Fiscal no Brasil – 1995* (Análise por tributo e base de incidência). 1996. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/carga-tributaria-no-brasil/carga-tributaria-1995/view>> Acesso em 7 set. 2018

SENADO FEDERAL. *Demonstrativos da Execução Orçamentária por Grupo Natureza da Despesa (GND)*. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrazil>>. Acesso em: 24 fev. 2018a.

_____. *Demonstrativos da Execução Orçamentária por Órgãos e Unidades Orçamentárias*. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrazil>>. Acesso em: 24 fev. 2018b.

_____. *Demonstrativos da Execução Orçamentária por Função e por Subfunção*. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrazil>>. Acesso em: 24 fev. 2018c.

EDUCAÇÃO SUPERIOR E TRABALHO DOCENTE NA LÓGICA CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA

Francisca Rejane Bezerra Andrade*
Mônica Duarte Cavaignac**

1. INTRODUÇÃO

Este capítulo foi produzido num momento de instabilidade democrática no Brasil, que traz em seu cerne um crescente pessimismo em relação às instituições democráticas, abrindo espaço para uma polarização política e o crescimento de tendências autoritárias, ao passo que, nesse mesmo processo, se questiona o papel político do sistema judiciário. Às vésperas das eleições de 2018, vivencia-se uma crise na estrutura do sistema político brasileiro, restando cristalina a ideia de que o resultado desse certame trará consequências relevantes para as políticas sociais e, particularmente, àquelas direcionadas à educação.

* Doutora em Educação. Professora Adjunta do Curso de Serviço Social, do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Exclusão Social (GEPPE/UECE). E-mail: rejanemarkert@yahoo.com.br.

** Doutora em Sociologia. Professora Adjunta do Curso de Serviço Social e do Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (MASS) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Exclusão Social (GEPPE/UECE). E-mail: monica.cavaignac@uece.br.

A ruptura democrática estabelecida com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff coloca à frente da presidência do Brasil Michel Temer, que delinea um governo cujas medidas em torno das políticas sociais

[...] comprometem as conquistas civilizatórias presentes na Constituição de 1988, e tudo isso com uma velocidade que só a ruptura democrática possibilita. Com o argumento da necessidade de equilibrar as contas federais, Temer se apressou em fazer uma reforma administrativa, que extinguiu pastas e fundiu áreas do governo. [...]

No desmonte anunciado das políticas sociais voltadas aos setores populares, antecipa-se a drástica redução de recursos voltados ao Sistema Único de Saúde (SUS) e à Educação, e a ampliação das desvinculações de receitas para 30%, passando a alcançar estados, municípios e o Distrito Federal, com graves consequências para saúde e a escolarização da população brasileira, excluída do direito democrático de acesso à educação, e prováveis retrocessos para a valorização dos profissionais, em processo de construção. Mais graves são as medidas contidas na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) [...] com o propósito de reduzir os gastos sociais durante os próximos 20 anos. A limitação de gastos impedirá o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE). [...]

Diante disso tudo, são muito preocupantes as perspectivas para o futuro da Educação do País. (EDITORIAL, 2016, p. 329-330).

A complexidade dessa realidade repercute em nossas reflexões e posicionamentos sobre a política educacional brasileira. Abordar temas como democratização de acesso, estratégias de permanência e qualidade do ensino, independentemente do nível ou modalidade, torna-se grande desafio.

Com base numa avaliação em larga escala da educação nacional, pode-se dizer que é relativamente recente a coleta de dados empíricos no País sobre tais temas, ocorrendo em paralelo ao crescimento de pesquisas no campo da educação, entre as quais muitas apresentam críticas sobre as possibilidades e limites das técnicas de avaliação empregadas pelo governo brasileiro. É importante ressaltar que a dinâmica interna da sociedade nacional, claramente cindida pela divisão social do trabalho, contribuiu eficazmente para consolidar esse contexto. Por outro lado, o fato de um maior número

de pesquisadores da classe trabalhadora ter ingressado na educação superior nos últimos 20 anos, e por lutarem por uma educação ampla e de qualidade, acessível a todos, também pode ser um elemento positivo.

Nessa perspectiva, o capítulo procura refletir sobre a educação superior como política pública, destacando os problemas e desafios que lhe são impostos pela crise estrutural do capital e, particularmente, pelo atual contexto de crise econômica e política que atinge a sociedade brasileira, com influxos no trabalho docente.

2. A LÓGICA CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA E A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

O capital, conforme analisa Mészáros (2002), é um sistema de sociometabolismo essencialmente expansionista, incontrolável e destrutivo, que submete aos seus imperativos todas as esferas da vida social, tendo como núcleo constitutivo três dimensões fundamentais inter-relacionadas: capital, trabalho e Estado.

Assim, compreender a articulação entre estas três dimensões é fundamental para analisar a lógica capitalista contemporânea e suas influências na educação superior, a qual não pode ser pensada fora do cenário de crise estrutural do capital, mercado, entre outros fatores, pelo retrocesso das políticas públicas ante o avanço do neoliberalismo e pela precarização das relações e condições laborais da classe trabalhadora como um todo, incluindo os profissionais da educação. Estes fatores refletem um quadro mais amplo do capitalismo atual, entre cujos traços Chauí (2001) destaca: desemprego estrutural, aumento da pobreza absoluta, perda de poder dos sindicatos, transnacionalização da economia, financeirização do capital, privatização de empresas e de serviços públicos e conversão da ciência e da tecnologia em agentes de acumulação do capital.

É em meio a reestruturação econômica, política e ideológica do capital nas últimas décadas que ocorre a expansão da educação superior, não como um direito social universal garantido pelo Estado a toda a sociedade, mas como um conjunto de serviços ofertados no “mercado educacional”, tanto no âmbito da iniciativa privada, como na esfera pública. Conforme ressalta Lima (2013), referida expansão se expressa não só no aumento do número de

instituições de ensino superior (IES) privadas, mas também na privatização interna das IES públicas, por meio da oferta de cursos pagos, como os cursos de especialização e os mestrados profissionais; no financiamento público indireto para o setor privado, via Programa de Financiamento Estudantil (Fies) e Programa Universidade para Todos (ProUni), por exemplo; na certificação em larga escala, por meio de ações como a ampliação do ensino à distância (EaD); no produtivismo que atravessa e condiciona a política de pesquisa e de pós-graduação; e, conseqüentemente, na intensificação do trabalho docente.

Desse modo, a garantia da educação como “direito de todos e dever do Estado”, conforme previsto no artigo 205 da Constituição Federal de 1988 – a qual legitima conquistas democráticas após vinte anos de ditadura militar – é posta em xeque pelas diretrizes neoliberais implantadas no Brasil nos anos de 1990, transformando a educação, assim como outros bens antes considerados direitos sociais, num negócio bastante lucrativo, principalmente quando se trata do ensino superior.

Segundo o artigo 21 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), a educação superior e a educação básica compõem os níveis de ensino da educação brasileira, sendo esta última desenvolvida por meio de uma série de medidas governamentais definidas como políticas educacionais.

Compreendida como uma política social, a educação superior é aqui analisada sob uma perspectiva crítico-dialética, ou seja,

[...] como processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo, nos seus grandes ciclos de expansão e estagnação, [...] com a perspectiva de demonstrar seus limites e possibilidades. (BEHRING, 2009, p. 304).

Nesse sentido, a política de educação superior, considerada como um direito de todos os cidadãos, deve ter como princípio a formação integral dos sujeitos sociais envolvidos, de modo a contemplar aspectos profissionais, científicos e éticos. Esse princípio, todavia se torna cada vez mais distante de uma realidade em que as desigualdades sociais não param de crescer, ante o aumento da concentração de renda e a perda de autonomia dos Estados-nação, decorrentes da mundialização do capital e da predominância do capital financeiro em

detrimento do capital produtivo, elevando o desemprego estrutural, a precarização do trabalho e a marginalização social.

Essa realidade traz como consequência

[...] uma crescente polarização. Os contrastes sociais são cada vez maiores: de um lado emergem enormes contingentes de desamparados, sem moradia e condições mínimas de sobrevivência e, de outro, os guetos da opulência e o luxo supérfluo dos condomínios fechados e mansões. Formam-se dois extremos: pólos de riqueza, concentrados em poucas mãos e, ao mesmo tempo, imensos pólos de pobreza.

Essa dinâmica não se manifesta somente entre países, [...] ela também ocorre entre classes sociais de um mesmo país, determinando profundas desigualdades entre classes sociais e regiões. [...]. (SANTOS, 2001, p. 181).

Segundo Santos (2001), a chamada globalização agudiza o processo de exclusão das classes subalternas da riqueza socialmente produzida, ao passo que as impossibilita de acessarem os espaços de decisão política e, conseqüentemente, amplia os “[...] problemas estruturais e conjunturais do mundo atual”. (p. 184).

Na relação direta entre luta de classes, política econômica nacional/internacional e políticas sociais, o Estado, como instrumento de dominação política do capital, é o responsável por conduzir as políticas públicas. Ao descartar modos de regulação social como aquelas vigentes nos países capitalistas centrais durante os anos gloriosos do capitalismo, de meados dos anos de 1940 ao final dos anos de 1960 – as quais deram origem a variados modelos de Estado de Bem-Estar social – o Estado passa a reduzir sua intervenção aos limites estabelecidos pelos organismos transnacionais do capital. No Brasil – cujo processo de industrialização se deu de maneira tardia, se comparado ao dos países desenvolvidos, com os quais mantém até hoje uma relação de dependência econômica – a implantação do neoliberalismo como modelo de intervenção estatal começou a se observar nos anos de 1990, quando os governos federais passaram a adotar medidas de liberalização econômica, desregulamentação do mercado, privatização de empresas estatais e focalização de políticas sociais.

Na seara da educação brasileira, Araújo (2011) destaca:

[...] o que se assiste é um atrofiamento do Estado quanto às suas responsabilidades com a educação [...]. Esse atrofiamento do Estado se opõe fortemente ao modelo intervencionista e desenvolvimentista que o País vinha adotando desde 1930, gerando uma nova forma de regulação estatal que se dá não mais pela execução direta, mas pela transferência de encargos, gastos e responsabilidades para outras instâncias administrativas subnacionais, para as escolas e mesmo para as famílias, ao mesmo tempo em que os marcos regulatórios do Estado são redefinidos a partir da lógica típica do mercado de prescrição de metas, objetivos e controle de produtos e resultado. (p. 286).

Com esse novo papel do Estado, as desigualdades sociais se tornam ainda mais aparentes. Dados do IBGE sobre a concentração de renda no País mostram que

Em 2017, uma minoria mais rica formada por 10% dos brasileiros detinha 43,3% da renda total do país. Na outra ponta, os 10% mais pobres detinham apenas 0,7% da renda total.

Considerando apenas os 1% que ficam no topo, a renda média foi de R\$ 27.213 por mês - 36,1 vezes a média recebida pela metade mais pobre da população, que ganhava R\$ 754 por mês. A desigualdade é maior na região Nordeste, onde a razão foi de 44,9 vezes, e menor na Sul. (UOL, 2017).

A escolarização das juventudes se revela, portanto, um desafio diante das desigualdades sociais enfrentadas por esse segmento e suas famílias. O acesso, a permanência e a oferta de educação de qualidade para a população jovem pobre se torna algo improvável diante de sua realidade.

Consoante a opinião de Antunes (2011), as transformações no mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo resultam em desemprego estrutural, e a população jovem é a mais atingida por esse processo. Assim, compreende-se que os jovens que têm acesso à educação de qualidade expressam melhores condições de inserção no mercado de trabalho, enquanto os possuidores de pouca ou nenhuma escolarização vivenciam o trabalho informal e precário.

As desigualdades ora expostas são reflexos das relações capitalistas de classes historicamente estabelecidas no Brasil, que influenciam diretamente no acesso da população brasileira aos bens socialmente produzidos. A expansão do ensino superior também está atrelada a essas relações. Se é o sistema capitalista que impõe a subordinação da ciência à lógica mercantil, um consenso em torno do projeto liberal de sociabilidade e a formação de novos campos lucrativos para o capital, é o Estado que, nessa mesma direção, cria o arcabouço jurídico que reconfigura a política de educação superior. Por outro lado, o desafio que se expressa aos movimentos sociais, especialmente ao movimento estudantil e ao sindical é pautar a expansão da educação superior na defesa intransigente da educação pública e gratuita e do financiamento público exclusivamente para as universidades públicas. (LIMA, 2013).

3. A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA COMO REFLEXO DE UMA SOCIEDADE DESIGUAL

A LDB (BRASIL, 1996), em seu art. 7º, determina que: “o ensino é livre à iniciativa privada [...]” e será ministrado, dentre outros, através da “coexistência de instituições públicas e privadas de ensino”. (Art. 3º, V). Segundo Andrade e Lopes (2017):

Essa coexistência entre o poder público e a iniciativa privada na execução da política de educação irá perpassar todos os níveis e em cada um deles apresentará diferentes formas de atuação de organizações privadas com fins lucrativos. Essa dimensão mercadológica da educação se torna bem visível quando analisamos a Educação Superior no Brasil e seu processo de expansão nas últimas décadas. (p. 296).

Os dados do Censo da Educação Superior (2017) reforçam a ideia de que esse processo persiste, ao revelarem que 87,9% das Instituições de Ensino Superior (IES) são privadas; 12,1% são públicas e, destas, 4,5% são federais, 5,1% estaduais e 2,6% municipais.

Vale ressaltar as dificuldades de acesso ao ensino superior dos estudantes pertencentes à classe trabalhadora com baixa renda e provenientes de escolas públicas, sejam aquelas enfrentadas para ingressar em IES públicas, onde

concorrem a um reduzido número de vagas com estudantes provenientes do ensino médio da rede de ensino privada – os quais geralmente apresentam melhor desempenho escolar e conseguem obter melhores rendimentos no vestibular e em outras modalidades de seleção, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) –; sejam as dificuldades financeiras para arcar com os custos que o estudo em IES privadas exige, mesmo com financiamento estudantil, dadas as precárias condições socioeconômicas em que vivem.

A tabela seguinte, por sua vez, traz informações relevantes do INEP (2017) sobre o quantitativo de matrículas no ensino superior:

Tabela – Número de Instituições de Educação Superior, por Organização Acadêmica - 2017

Organização Acadêmica	Instituições		Matrículas	
	Total	%	Total	%
Total	2.448	100	8.290.911	100
Universidades	199	8,1	4.443.601	53,6
Centros Universitários	189	7,7	1.594.378	19,2
Faculdades	2.020	82,5	2.070.747	25
IFs e Cefets	40	1,6	182.185	2,2

Fonte: INEP (2017).

Apesar de as faculdades representarem 82,5% das IES brasileiras em 2017, as universidades, que representam apenas 8,1% dessas IES, tinham mais de 50% do número de matrículas, totalizando 4.443.601 estudantes matriculados nessa organização acadêmica.

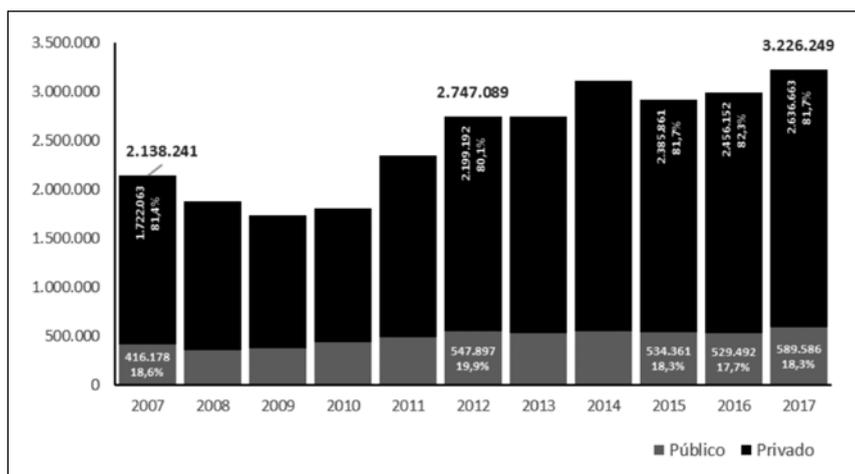
Observa-se, de um lado, uma política de redução dos investimentos na ampliação de IES públicas e, de outro, a probabilidade de um número considerável de matrículas nas faculdades ser resultante de financiamento governamental aos estudantes matriculados por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), o que pode ser considerado uma estratégia de privatização da educação superior no Brasil. Para Chaves (2010),

A privatização vem sendo utilizada com a finalidade de reduzir a presença do Estado tanto na área produtiva, quanto na área social. Como consequência, as políticas sociais têm sido direcionadas à população de baixa renda, aliviando a miséria dos excluídos,

mantendo, entretanto, a desigualdade social e a pobreza. Na área educacional, a política de focalização se manifesta [...] pela redução dos investimentos públicos nas instituições de ensino superior (IES) públicas, induzindo-as à captação de recursos no mercado capitalista (Chaves, 2006). Assim, a educação superior deixa de ser direito social, transformando-se em mercadoria. A tese é de que o sistema de ensino superior deve se tornar mais diversificado e flexível, objetivando uma expansão com contenção nos gastos públicos. Dando curso a essa política, as instituições privadas de ensino superior foram estimuladas, pelos governos, a se expandir, por meio da liberalização dos serviços educacionais e da isenção fiscal, em especial, da oferta de cursos aligeirados, voltados apenas para o ensino desvinculado da pesquisa. (p. 482-483).

As considerações de Chaves são pertinentes quando se observa, ainda, que, segundo o Censo 2017, de 2007 a 2017, ocorreu um crescimento significativo do número de ingressantes em cursos de graduação em IES privadas, visto que esse quantitativo quase triplicou em dez anos. Enquanto isto, no mesmo período, as IES públicas passaram de um total de 416.178 ingressos em cursos de graduação em 2007 para 589.586 ingressos em 2017. Vejamos o gráfico abaixo:

Gráfico – Número de Ingressos em Cursos de Graduação, por Categoria Administrativa – 2007-2017



Fonte: BRASIL (2017).

Essa realidade tem influxos na profissão docente sob diversos aspectos, dentre os quais se destaca a redução do número de professores efetivos e com dedicação exclusiva nas IES públicas, ao passo em que ocorre a ampliação do número de professores em regime de trabalho em tempo parcial nas IES privadas, por meio de contrato de trabalho temporário, sem estabilidade funcional. A mercantilização da educação pública e a transferência de recursos públicos para as IES privadas, nos últimos anos, intensificaram e precarizaram o trabalho docente no Brasil. Enfrentar essa realidade é um grande desafio.

4. EDUCAÇÃO SUPERIOR E TRABALHO DOCENTE: DESAFIOS A CONSIDERAR

Atualmente, são muitos os desafios ao exercício da docência no ensino superior, sobretudo no que diz respeito à complexidade da carga de trabalho dos professores ante às relações e condições de trabalho impostas pela lógica neoliberal em tempos de crise do capital.

Tardif e Lessard (2014), ao ressaltarem a natureza da docência como profissão de interações humanas, apontam os principais fatores que devem ser considerados na determinação da carga de trabalho dos professores, entre os quais se destacam: fatores materiais e ambientais, relacionados aos locais de trabalho e à disponibilidade de recursos materiais para realização do trabalho; fatores sociais, como a situação socioeconômica dos estudantes e de suas famílias; fatores ligados ao próprio “objeto de trabalho”, como o tamanho das turmas e a diversidade destas, incluindo estudantes com deficiência e dificuldades de aprendizagem; fatores relacionados à organização do trabalho, como o tipo de vínculo empregatício, o número de matérias a ensinar, o tempo de trabalho, a diversidade de tarefas, além do ensino e a realização de atividades fora dos horários normais de trabalho; fatores ligados às exigências formais e burocráticas, como observância de horários, reuniões obrigatórias e tarefas administrativas; e, ainda, aqueles referentes à maneira como os professores lidam com todas essas tarefas e suas estratégias para assumi-las ou evitá-las, em que pesam, por exemplo, a idade, o sexo, o tempo de profissão, a experiência e o modo como os professores enxergam sua missão.

De acordo com os autores,

esses fatores não somam-se, simplesmente. *Eles também atuam em sinergia, para criar uma carga de trabalho complexa, variada e portadora de tensões diversas.* Além disso, constata-se que vários desses fatores remetem a tarefas invisíveis que demandam igualmente a afetividade e o pensamento dos professores. [...] Diante dessas realidades com que os professores se defrontam, pode-se falar ainda de ‘carga mental’ de trabalho: resultado de dois fatores complementares: a natureza das exigências objetivamente exercidas pela tarefa e as estratégias adotadas pelos atores para adaptar-se a elas. Essas estratégias podem gerar um esgotamento quando os professores não controlam seu ambiente de trabalho e se veem submetidos, por exemplo, a mudanças repentinas no número de alunos, uma redução de recursos disponíveis etc. (TARDIF; LESSARD, 2014, p. 114).

De fato, conforme assinala Alves (2013), numa perspectiva sócio-histórica trabalhista, o trabalho do professor é definido como ideológico-produtivo, na medida em que tem como base espiritual-estruturante a ação do homem sobre outros homens e incorpora, sob o modo de produção capitalista, a lógica do trabalho assalariado, podendo ser trocado por capital para produzir mais-valia. Imerso na condição de “proletariado”, este trabalho é hoje impregnado de alienação/estranhamento e, como tal, está sujeito a situações de adoecimentos, como a síndrome de “burn-out”, ou seja, “combustão completa”, a qual se caracteriza “[...] pelo esgotamento emocional, despersonalização e baixa realização pessoal”, disseminando-se “[...] não apenas entre trabalhadores da educação, mas entre todas as categorias profissionais assalariadas que exercem o ‘trabalho ideológico’, isto é, a modalidade de trabalho humano que implica por completo a subjetividade humana”. (ALVES, 2013, p. 189).

No âmbito da docência no ensino superior, particularmente nas universidades, a carga de trabalho docente envolve, além de atividades de ensino em aulas, orientações, atividades de pesquisa, extensão e gestão acadêmica e administrativa, nas quais os professores interagem com alunos, colegas, gestores, servidores, comunidade etc. e lidam com demandas cada vez mais complexas, associadas não só à diversidade (sexual, geracional, étnico-racial, de gênero, de classe etc.) que envolve estes agentes, mas também às condições de trabalho e de vida por eles vivenciadas, bem como à situação da

instituição de ensino no cenário local e nacional e ao papel social que esta assume na sociedade.

A universidade, por exemplo, como instituição social, tem como objetivo efetivar os princípios de formação, criação, reflexão e crítica da autonomia do saber e de sua legitimidade, ao mesmo tempo em que busca formar gerações de profissionais para o mercado de trabalho, em diversas áreas de atuação, assumindo o compromisso não apenas de criar possibilidades de intervenção no contexto vigente, mas também de criticá-lo e de transformá-lo. (ANASTASIOU, 2006). Nesse sentido, os professores assumem um papel fundamental na efetivação do projeto político-pedagógico da instituição, o qual, pelo fato de escolhas e tomada de decisões quanto à organização do processo de ensino-aprendizagem, deve ser construído com base nas necessidades, prioridades e problemas expressos pelo Colegiado. Logo, a formulação coletiva desse projeto é expressa como primeiro grande desafio à docência no ensino superior.

Conforme enfatiza Isaia (2006), a docência superior é um processo complexo que ocorre na articulação de várias dimensões, espaços e agentes, bem como na confluência das trajetórias formativas individuais, grupais e institucionais. Desse modo, o segundo desafio que se coloca ao trabalho docente é a criação de uma realidade formativa ligada ao exercício da profissão, tornando-se necessárias políticas voltadas para o desenvolvimento profissional docente de maneira sistematizada e contínua. Com efeito, segundo a autora, as instituições têm o relevante papel de abrir espaços de prática profissional aliados a uma orientação consistente dos professores e a uma infraestrutura adequada para o exercício da docência. Outro importante desafio está em valorizar a dimensão profissional da docência referente a direitos e deveres dos professores em seus locais de trabalho, devendo-se considerar as especificidades da carreira universitária, que, antes de tudo, precisam ser investigadas. (ISAIA, 2006).

As bases para o enfrentamento deste último desafio pressupõem iniciativas conjuntas, que articulem a luta de professores em busca de autonomia e melhores condições de trabalho, por exemplo, lutas sociais do conjunto da classe trabalhadora, em torno da defesa dos direitos sociais e das políticas públicas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão da educação superior no Brasil, impulsionada em grande medida pela lógica expansionista do capital com o aparato político-jurídico do Estado, ao mesmo tempo em que amplia significativamente o ingresso de estudantes – inclusive de baixa renda – no ensino superior e faz crescer um mercado de trabalho para profissionais de diversas áreas do conhecimento, traz uma série de desafios à qualidade da formação profissional e ao exercício da docência nesse nível de ensino.

A diversificação das instituições de ensino superior (IES), a diversidade do corpo discente que ingressa nestas instituições, o aumento do número de estudantes por turma, a flexibilização das modalidades de contratação dos professores, a ampliação das atividades docentes para além da sala de aula e dos horários convencionais de trabalho, entre outros fatores, influenciam sobremaneira o trabalho docente, tanto nas IES privadas como nas IES públicas, onde é possível observar, ainda que de maneiras diferentes, expressões da mercantilização da educação e da precarização do trabalho e do próprio ensino.

Na atual conjuntura socioeconômica que atravessa a realidade das IES públicas, por exemplo, especialmente as universidades, apresentam-se diversos problemas e dificuldades à valorização profissional docente, entre os quais se destacam a insuficiência de investimentos estatais na educação superior pública e o aumento da contratação de professores substitutos e temporários, em detrimento da realização de concursos públicos para professores efetivos, o que aumenta a rotatividade, gera condições de trabalho desiguais entre profissionais com as mesmas qualificações e atribuições, e intensifica o trabalho docente, limitando o tempo e atingindo a motivação dos professores para a formação profissional contínua, além de reforçar a prática da docência com base apenas na experiência, sem a necessária reflexão sobre esta prática.

Nessa conjuntura, em que a formação acadêmico-profissional tende a se tornar aligeirada e alienante, fragilizam-se, por conseguinte, a ciência e a tecnologia nacionais, o que contribui para a perpetuação de uma sociedade economicamente dependente. Ademais, o produtivismo acadêmico em expansão no Brasil enseja uma volatilidade do conhecimento com severas consequências para a sociabilidade.

Desse modo, faz-se necessário associar, cada vez mais, a luta pelo direito à educação pública, gratuita e de qualidade à luta por melhores condições de trabalho e de vida para a classe trabalhadora, de que fazem parte professores e estudantes.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovani. *Dimensões da precarização do trabalho*. Ensaios de Sociologia do Trabalho. Bauru: Canal 6, 2013.

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. Docência na educação superior. In: *Educação Superior em debate*. V. 5. Docência na educação superior. Brasília, DF: INEP, 2006.

ANDRADE, Francisca R. B; LOPES, Ludimila Façanha. Assistência Estudantil e Formação de Professores no IFCE: um elo possível. *Revista Teias*. v. 18, n. 50, 2017 (Jul./Set.): (Conversas sobre formação de professores, práticas e currículos).

ARAÚJO, Gilda Cardoso de. Estado, política educacional e direito à educação no Brasil: “O problema maior é o de estudar”. *Educar em Revista*. Curitiba, n. 39, p. 279-292, jan./abr. 2011. Editora UFPR.

BEHRING, Elaine R. Política Social no contexto da crise capitalista. *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BRASIL. *Censo da Educação Superior – Notas Estatísticas 2017*. Ministério da Educação. Brasília: INEP, 2017.

_____. Ministério de Educação e Cultura. LDB - *Lei nº 9394/96*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

CHAUÍ, Marilena. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Editora da Unesp, 2001.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 111, p. 481-500, abr.-jun. 2010.

EDITORIAL. O Contexto Político e a Educação Nacional. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 37, nº. 135, p.329-334, abr.-jun., 2016.

ISAIA, Sílvia Maria de Aguiar. Desafios à docência superior: pressupostos a considerar. In: *Educação Superior em debate*. V. 5. Docência na educação superior. Brasília, DF: INEP, 2006.

LIMA, Kátia. Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século. In: Pereira, Larissa Dhamer; Almeida, Ney Luiz Teixeira de (orgs.). *Serviço Social e educação*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. (Coletânea Nova de Serviço Social).

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Pulo: Boitempo Editorial, 2002.

SANTOS, Tânia Steren dos. Globalização e Exclusão: a dialética da mundialização do capital. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 3, n. 6, p.170-198, jul/dez. 2001.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. *O trabalho docente*. Elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Tradução de João Batista Kreuch. 9ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

UOL. *10% da população concentrava 43,3% da renda do país em 2017, diz IBGE*. – Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2018/04/11/concentracao-renda-ibge.htm?cmpid=copiaecolaem>> Acesso em: 21 set. 2018.

VII

O FINANCIAMENTO DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO CEARÁ

Flávia Rebecca Fernandes Rocha*

1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo estão os resultados de uma pesquisa encomendada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), a fim de analisar a execução orçamentária das três Universidades Estaduais do nosso Estado – quais sejam: Fundação Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fundação Universidade Vale do Acaraú (UVA) e Fundação Universidade Regional do Cariri (URCA), nos anos de 2012 a 2017.

Compreendemos que o orçamento é precipuamente determinado pelas demandas do seu tempo histórico e, portanto, assumiu muitos papéis no tempo. Para as finanças públicas, o orçamento constitui a peça mediante a qual se administram as receitas, as despesas e a dívida dos poderes públicos. Entendemos, contudo, que orçamento público é bem mais do que isso, pois ele funciona como arena política na qual se manifestam e se expressam os interesses das forças que atuam para defender e negociar as decisões de seus gastos, ou seja, é um espaço para disputa e uma expressão da luta entre as classes sociais.

Expresso de outro modo, verificamos que a execução orçamentária é o *locus* privilegiado de evidenciação dos esforços de um governante para a efetivação de uma política social como a educação. Ou bem uma política é contemplada nas peças orçamentárias, ou ela mantém-se limitada à agenda formal.

* Assistente Social; mestra em Serviço Social, Trabalho e Questão Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); conselheira estadual de Assistência Social do Ceará (Biênio 2018 – 2020). E-mail: rebeccarocha.as@gmail.com.

Assim, sua análise pode ser utilizada para demonstrar não somente o que um governo decidiu fazer, mas também aquilo que ele optou por não fazer, bem como discutir o custo dessa escolha, conforme veremos mais à frente.

Assim, é fundamental compreender preliminarmente como essa disputa entre as classes – intrínseca ao capitalismo – é estabelecida na realidade brasileira por meio do orçamento.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA REALIDADE SOCIOECONÔMICA BRASILEIRA

No Brasil, o orçamento público foi e continua sendo amplamente utilizado para atender aos interesses da burguesia nacional e internacional; isso não é novidade! A inovação do momento atual consiste no modo escancarado como isso ocorre após a alteração do regime fiscal do País – por meio da Emenda Constitucional nº 95/2016, aprovada durante o governo ilegítimo de Michel Temer (2016 – 2018) – o que já começou a trazer efeitos devastadores para as políticas sociais, demonstrando que, infelizmente, a correlação de forças parece não ter sido favorável para a classe trabalhadora nos últimos tempos.

A Emenda à Constituição (EC) nº 95/2016, que alterou os Art. nº 102 a 105 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) para instituir um novo regime fiscal, alcançou todos os poderes da União e os órgãos federais com autonomia administrativa e financeira integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social. A ideia era limitar os gastos das despesas primárias de um exercício ao valor do ano anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Esse novo regime fiscal terá duração de 20 anos, contados de 2017, com a possibilidade de alteração – pelo Executivo – no método de correção dos limites desde o décimo exercício de vigência.

Releva destacar o fato de que o governo faz dois tipos de gastos: os primários e o pagamento de juros e amortização da dívida pública. Os primários são os gastos com saúde, educação, previdência, assistência social, cultura, defesa nacional, pagamento de servidores etc. A mencionada EC, formulada pela equipe do então ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, apenas considera como variável de ajuste as despesas primárias. O gasto com pagamento dos juros e amortização da dívida pública ficaram fora desse “teto”, que, no curso do tempo, sufocará o orçamento brasileiro. (a este respeito, conferir o capítulo V que abre a segunda parte desta coletânea).

Similar à alteração do regime fiscal federal, realizada pela EC nº 95/2016, a Assembleia Legislativa do Ceará aprovou a EC nº 88, em 21 de dezembro de 2016, que alterou os Art. 43 a 49 do ADCT da Constituição Estadual do Ceará e promoveu as mesmas mudanças no regime fiscal do Estado, impondo limites para as despesas primárias correntes, que serão atualizadas pelo orçamento do ano anterior corrigido pelo IPCA, porém, com validade menor – de dez anos. O texto é explícito ao vedar a abertura de créditos suplementares para as referidas despesas durante a vigência da emenda.

Cabe expressar que a EC nº 88/2016 estabeleceu como exceções as despesas relativas à saúde e à educação, o que em tese deveria resguardar o orçamento das universidades estaduais do Ceará, entretanto, estas fazem parte da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia (SECITECE), e não da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), sendo, portanto, influenciadas negativamente pela contenção de gastos a fim de submeterem-se ao teto imposto pela referida EC.

Como se vê, em poucas linhas, é possível demonstrar a quem interessou a aprovação da EC nº 95/2016 no plano federal e da EC nº 88/2016 no contexto estadual. Destinadas a impor um limite nas despesas primárias, essas emendas têm como propósito garrotear as verbas destinadas aos serviços de interesse das camadas mais vulneráveis da população com o propósito de garantir recursos para o pagamento de juros da dívida, que, por sinal, é a verdadeira origem do *déficit* orçamentário brasileiro. Estas medidas caminham de par com a manutenção de uma das maiores taxas de juros do mundo – que favorece o setor financeiro e, principalmente, os detentores de títulos da dívida pública.

Esse processo de priorização do pagamento de juros da dívida não é recente. O professor Evilásio Salvador (2011) alerta sobre como historicamente o fundo público passou a ser ajustado para abrigar os interesses dominantes nessa etapa de desenvolvimento do capitalismo, visando a garantir sustentabilidade da dívida pública e o pagamento de seus encargos ou a preservação da riqueza financeira. Nas suas palavras,

Com a financeirização da riqueza, os mercados financeiros passam a disputar cada vez mais recursos dos fundos públicos, pressionados por destinação cada vez mais elevada de recursos para a esfera financeira, que passa pela remuneração dos títulos públicos emitidos pelas autoridades monetárias e negociados no mercado financeiro, os quais se constituem importante fonte de

rendimentos para os investidores institucionais. É a transferência de recursos do orçamento público para o pagamento de juros da dívida pública, combustível alimentador da remuneração dos rentistas. Nesse bojo, também se encontram generosos incentivos fiscais e isenção de tributos para o mercado financeiro à custa do fundo público. (SALVADOR, 2011, p. 114).

Na mesma direção, o sociólogo Francisco de Oliveira (1998) acentua que o fundo público recebe pressões e funciona como um elemento fundamental para a reprodução do capital e também para reproduzir a força de trabalho. A alocação de recursos ao financiamento indireto da reprodução da força de trabalho – por meio das políticas públicas, por exemplo – ou para o financiamento direto da acumulação de capital – inclusive por meio da destinação de pomposa parcela do orçamento para o pagamento de juros, amortizações e serviços da dívida pública – depende da correlação de forças dessas classes fundamentais na sociedade. Para o autor, o fundo público reflete as disputas na sociedade de classes, onde a mobilização dos trabalhadores procura garantir o uso da verba pública para o financiamento de suas necessidades, expressas em políticas públicas. Já o capital, com sua força hegemônica, consegue assegurar a participação do Estado em sua reprodução por meio de políticas de subsídios econômicos, com destaque para os gastos com a dívida pública. Isto porque, para que a política econômica de um país tenha credibilidade e ganhe reputação, convalidando as expectativas dos agentes econômicos, é necessário que a política fiscal seja confiável e que o Estado, além de conseguir se manter aos seus olhos, como bom pagador, contendo a relação dívida/PIB em parâmetros “sustentáveis”, administre bem os fluxos anuais de suas receitas e gastos, de acordo com a situação apresentada por aquela relação. Caso elevada, a política fiscal deve estabelecer e perseguir metas de contenção fiscal, ou de geração de *superávits* fiscais, que reduzam a níveis confiáveis para os agentes econômicos. Os resultados dos fluxos anuais (*déficit* ou *superávit*) transformam-se, assim, no farol que ilumina, no presente, a trajetória futura da dívida, sendo determinante para o sucesso ou insucesso da política econômica. (OLIVEIRA, 2012, p. 253).

Segundo a perspectiva do economista Fabrício Augusto de Oliveira (2012), o Estado desempenha papel fundamental no processo de acumulação de capital na atualidade: o de garantir alta rentabilidade dos títulos públicos

como espaço de valorização do capital e o de salvaguardar os bancos e empresas nos momentos de crises.

Isso resta evidente ao consultar os Balanços Patrimoniais do Estado do Ceará, disponibilizados no *site* da Secretaria da Fazenda (SEFAZ) e compilados na Tabela 1, abaixo, que demonstram a execução orçamentária do Estado nos anos de 2012 a 2017.

Tabela 1 - Execução Orçamentária do Estado do Ceará - 2012 a 2017

Descrição	Valores em R\$ 1,00					
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Receita Orçamentária	16.476.719.324	18.903.261.676	21.065.609.482	21.307.607.794	24.282.256.626	25.408.954.804
Despesa Liquidada	16.084.317.308	17.769.709.008	21.348.219.610	21.139.260.895	22.865.889.317	23.963.058.063
<i>Superávit</i> oficial	392.402.016	1.133.552.668		168.346.899	1.416.367.309	1.445.896.741
<i>Déficit</i> oficial			282.610.128			

Fonte: Balanços Patrimoniais do Estado do Ceará, disponibilizados no site da SE FAZ-CE .

Elaboração própria.

Ao comparar as Receitas Orçamentárias¹ com as Despesas Liquidadas² do Estado do Ceará – com exceção de 2014, ano da Copa do Mundo – em todos os anos no período de 2012 a 2017, foi registrado *superávit* oficial nos Balanços Patrimoniais.

Em 2014, o Ceará obteve um *déficit* de mais de R\$ 282 milhões, não por coincidência, no mesmo ano em que o Brasil sediou a Copa do Mundo. Cremos ser redundante afirmar que o legado que esses megaeventos nos

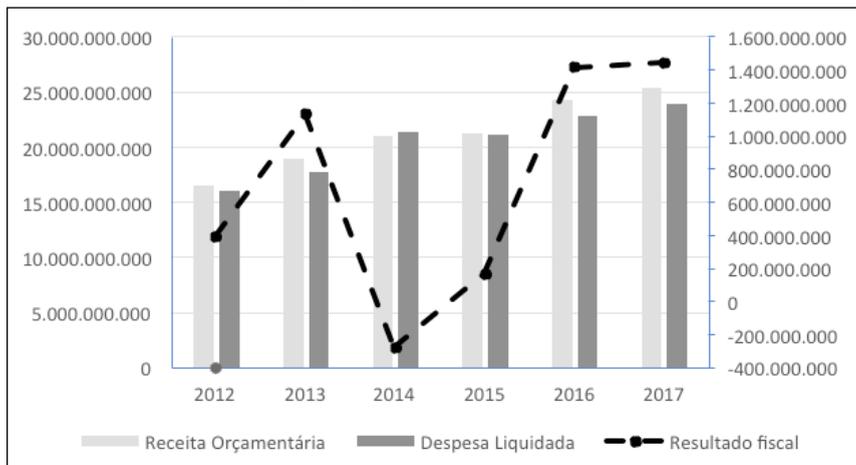
- 1 A Receita Orçamentária é composta de toda a arrecadação ocorrida durante o exercício orçamentário – inclusive aquelas originadas de operações de crédito – menos as deduções da receita bruta, ou seja, recursos destinados ao FUNDEB, o que corresponde à fonte de recursos utilizados pelo Estado em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade.
- 2 A despesa orçamentária é efetivada por meio do cumprimento de três estágios: empenho, liquidação e pagamento. A liquidação é o segundo, após o empenho da despesa e da entrega do bem ou a prestação do serviço. Consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tomando-se por base os títulos e documentos que comprovam o respectivo crédito.

deixaram foram grandes estádios vazios, obras inacabadas, e, ainda por cima, empréstimos que contribuíram para a ampliação da dívida pública – uma socialização dos custos com uma população que nem ao menos teve condições de comprar um ingresso para assistir aos jogos em razão dos preços abusivos.

A consequência dessa socialização de custos, associada à crise política instaurada no País em 2015, por um conjunto de forças reacionárias e conservadoras que não reconheceram o resultado das eleições presidenciais de 2014³, culminaram em módica retomada do superávit em 2015, quando alcançou mais de R\$ 168 milhões.

Nos anos de 2016 e 2017, o governo do Estado do Ceará utilizou-se do discurso da crise para realizar cortes em inúmeras áreas; inclusive para não conceder aumento salarial para servidores, conforme demonstraremos mais à frente. Nos referidos anos, no entanto, houve um aumento considerável do *superávit* no Balanço Patrimonial do Estado do Ceará, de R\$ 1,41 bilhão, em 2016, e R\$ 1,44 bilhão, em 2017.

Gráfico 1 - Execução Orçamentária do Estado Ceará - 2012 a 2017



Fonte: Balanços Patrimoniais do Estado do Ceará, disponibilizados no site da SEFAZ-CE. Elaboração própria.

- 3 Reelegera a Presidenta Dilma Rousseff, cujo mandato foi interrompido em 2 de dezembro de 2015, no início do processo do *impeachment*, que foi finalizado em 31 de agosto de 2016, com a cassação do mandato sob a acusação das chamadas “pedaladas fiscais”, um suposto desrespeito à Lei Orçamentária e à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Isso fica mais evidente ao se avaliar o Gráfico 1, em que é possível observar o comportamento do *superávit* oficial do Ceará no anos de 2012 a 2017. O resultado fiscal, entre receitas e despesas do governo – expresso pela linha tracejada – entra em uma ascendência de 2012 a 2013, quando em 2014 registra um considerável declínio, e, a partir de 2015, retoma o crescimento e chega a seu ponto máximo nos anos de 2016 e 2017.

A análise desses dados, associada à investigação da evolução do Produto Interno Bruto (PIB), permite visualizar a realidade econômica cearense. O PIB representa o somatório dos valores adicionados dos setores da Agropecuária, Indústria e Serviços, acrescidos dos impostos líquidos dos subsídios. A Tabela 2 – elaborada com dados extraídos do “Boletim da Conjuntura Econômica Cearense” e “Indicadores Econômicos”, publicados pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) – apresenta o PIB do Ceará e do Brasil em valores e percentuais de crescimento entre os anos de 2012 a 2017.

Tabela 2 - PIB do Ceará e do Brasil - 2012 a 2017

Indicadores	2012		2013		2014		2015		2016		2017	
	Ceará	Brasil	Ceará	Brasil	Ceará	Brasil	Ceará	Brasil	Ceará	Brasil	Ceará	Brasil
PIB (em milhões)	96.973	4.814.760	109.036	5.331.619	126.054	5.778.953	130.620	5.995.787	131.431	6.259.228	137.110	6.504.237
Crescimento do PIB (%)	3,65%	0,90%	3,44%	2,33%	4,36%	0,10%	-3,48%	-3,80%	-5,33%	-3,60%	1,50%	0,98%

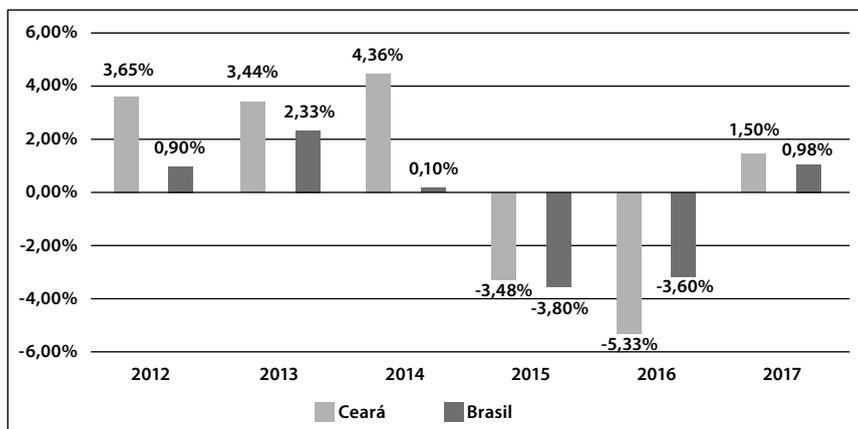
Fonte: site do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

Segundo dados do IPECE, o PIB do Ceará passou de R\$ 96,9 bilhões em 2012 para o valor de aproximadamente R\$ 137,11 bilhões em 2017, enquanto o PIB do Brasil explicitou evolução de aproximadamente R\$ 4,81 trilhões em 2012 para um valor perto de R\$ 6,5 trilhões em 2017.

Em uma análise do Gráfico 2 e da Tabela 2, é possível perceber que a economia cearense conseguiu alcançar melhores índices do que a brasileira no período de 2012 a 2017. O percentual de crescimento do PIB do Ceará mostrou-se superior ao do Brasil em quase todos os anos.

Alertamos, porém, para o fato de que os índices dos anos de 2015 e 2016 apontam retração, em ambas as economias. Em 2015, o PIB do Ceará diminuiu -3,48% e o do Brasil, -3,80%; já em 2016 o Ceará retraiu -5,33% e o Brasil, -3,60%, conforme demonstrado no Gráfico 2.

Gráfico 2 - PIB do Ceará x PIB do Brasil - 2012 a 2017



Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). Elaboração própria.

Sobre esse contexto de crise, o Tribunal de Contas do Estado do Ceará afirmou na sua avaliação de 2016 que,

Nesta conjuntura, durante o período de 2012 a 2016, a carga tributária sobre o Produto Interno Bruto apresentou o maior impacto no ano de 2016, atingindo o percentual de 9,98%, reflexo da diminuição do PIB cearense. Além disso, confirma-se os efeitos da crise econômica durante ano de 2016 ao verificar que, no mercado de trabalho local, foi registrado um fechamento de aproximadamente 37 mil postos de trabalho acompanhando assim a tendência nacional do aumento do número de desempregados, que teve como resultado a perda de mais de 1,37 milhão de postos. (TCE, 2016, p. 30).

A análise da Tabela 2 também permite verificar que somente em 2017 essa realidade começou a registrar tímida melhora – em razão de manobras pontuais, como a liberação das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) por parte do Governo Federal. Assim, o Ceará finalizou o ano com o percentual de crescimento do PIB de 1,50% e o Brasil de 0,98%. Esses índices levaram, inclusive, o ministro da Fazenda – Henrique Meirelles – a dar entrevistas coletivas para comemorar a “excelente marca” de “retomada da economia”.

A averiguação de um dado isoladamente, no entanto, não oferece subsídios suficientes para compreender a totalidade da realidade, em suas múltiplas nuances. Portanto, na Tabela 3 compararemos os índices do percentual de crescimento do PIB do Ceará; da inflação; do percentual de pagamento de juros e amortização da dívida pública no orçamento do Estado do Ceará; com o percentual de reajuste dado aos servidores do Ceará – todos no período de 2012 a 2017.

Tabela 3 - Reajuste dos servidores do Estado do Ceará x Inflação (IPCA) x PIB (%) x Pagamento de Juros do Ceará - 2012 a 2017

Índice	2012	2013	2014	2015	2016	2017
I - Percentual de Reajuste dos Servidores do Estado do Ceará	7%	5,58%	5,70%	6,45%	0%	2%
II - Inflação - IPCA Brasil	5,84%	5,91%	6,40%	10,67%	6,28%	2,94%
III - Crescimento do PIB (%)	3,65%	3,65%	4,36%	-3,48%	-5,33%	1,50%
IV - (%) Pagamento de Juros no Orçamento do Estado do Ceará	5,81%	4,36%	4,19%	5,22%	5,65%	6,01%
Reajuste - Inflação (I - II)	1,16%	-0,33%	-0,70%	-4,22%	-6,28%	-0,94%
Reajuste - PIB (I - III)	3,35%	1,93%	1,34%	9,93%	5,33%	0,50%
Reajuste - Pag. Juros (I - IV)	1,19%	1,22%	1,51%	1,23%	-5,65%	-4,01%

Fonte: Site do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), Diário Oficial do Estado do Ceará e Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

Em 2012, os servidores do Estado do Ceará conquistaram um reajuste salarial de 7%. Naquele mesmo ano, a inflação – medida pelo índice oficial do IPCA Brasil – ficou em 5,84%; ou seja, se considerarmos o valor da inflação a fim de obter o ganho real, o reajuste diminuiu para 1,16%. Esse, contudo, foi o único ano em que a comparação entre o “I – Percentual de Reajuste dos Servidores do Estado” com a “II – Inflação” registrou resultado positivo.

No período de 2013 a 2017 os servidores, em vez de reajuste, obtiveram uma retração em seus salários, pois mesmo nos anos em que o governo do Estado concedeu os índices de reajuste de 5,58% em 2013; 5,70% em 2014; 6,45% em 2015; 0% em 2016; e 2% em 2017; a inflação dos respectivos anos foi superior, o que o que não apenas impediu um aumento real, mas resultou em perdas salariais para os servidores públicos, conforme demonstrado na Tabela 3.

Essa crise do Estado – apontada pelos percentuais de crescimento do PIB de 2015 e 2016, em que foram registradas retrações de -3,48% e -5,33%, respectivamente – foi a justificativa utilizada pelo governo do Ceará para, em 2016, não reajustar os salários dos servidores. Cabe ressaltar, que em 2015 foi registrada a maior inflação do período – de 10,67%. Em 2017, o percentual de reajuste concedido fora de míseros 2%, enquanto a inflação do ano anterior fora de 6,28%.

Se compararmos o somatório do percentual de reajuste concedido pelo governo do Ceará de 2012 a 2017, com a inflação acumulada do período – calculada pelo Banco Central do Brasil por meio do índice do IPCA, no valor de 44,44% – *teremos uma perda salarial dos servidores cearenses de -17,71%*, conforme apontado na Tabela 4.

Tabela 4 - Perda salarial dos Servidores do Ceará - 2012 a 2017

Índice	2012	2013	2014	2015	2016	2017	% de Reajuste - Inflação acumulada*
I - Percentual de Reajuste dos Servidores do Estado do Ceará	7%	5,58%	5,70%	6,45%	0%	2%	27%
II - Inflação - IPCA Brasil	5,84%	5,91%	6,40%	10,67%	6,28%	2,94%	44,44%
Reajuste - Inflação (I - II)	1,16%	-0,33%	-0,70%	-4,22%	-6,28%	-0,94%	-17,71%

Fonte: Diário Oficial do Estado do Ceará; e Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

* Inflação acumulada calculada pelo Banco Central do Brasil

A retórica da “crise”, no entanto, não se mantém quando analisamos a evolução do percentual de pagamento de juros e amortização da dívida pública no orçamento do Estado do Ceará. Em 2012, o percentual pago foi de 5,81%, reduziu um pouco nos anos de 2013 e 2014, mas, contraditoriamente, nos anos de “retração da economia”, de 2015 a 2017, só aumentou!

Em 2015, o Estado do Ceará pagou o percentual de 5,22% de juros e amortização da dívida pública sobre o seu orçamento; em 2016 foi de 5,65% e em 2017 foi de 6,01%. É importante ressaltar que esses índices não estão desconectados do aumento dos *superávits* gerados em 2015 e 2016, que alcançaram a marca de R\$ 1,4 bilhão, conforme apontado na Tabela 1 deste trabalho.

A manutenção do pagamento de juros e amortização da dívida pública no Ceará, também está em conformidade com a lógica da Emenda Constitucional nº 88/2016 – já mencionada.

Assim, com base na análise do fundo público, é possível perceber como o governo do Estado se comporta de maneira diferente em face da mesma variável, na medida que lhe convém. A “crise” serve de retórica para justificar a retirada de direitos e o aprofundamento da espoliação da classe trabalhadora. Já para o capital, a mesma economia e o mesmo Estado, que não suportaram socializar os custos de manutenção da população, o fazem para arcar com as demandas do capital, que na atual conjuntura de disputa do fundo público, infelizmente, vem ganhando. O maior retrato desta luta fora expresso na Emenda Constitucional nº 88/2016, aprovada pela Assembleia Legislativa do Ceará, conforme já explicado.

Ante a compreensão dessa realidade marcada por contradições, é que apreciaremos no tópico seguinte o financiamento das universidades estaduais do Ceará.

3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO CEARÁ

A educação é um direito social previsto no Art. 6º da Constituição Federal de 1988, cuja responsabilidade foi compartilhada pelos entes federados. Sob a incumbência dos Estados, foram designados o ensino fundamental e o médio – que correspondem ao período de 12 anos de escolaridade básica. Para o seu financiamento, o Art. 212 da Constituição Federal determinou a obrigatoriedade de aplicar anualmente, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências e excluídos os valores repassados constitucionalmente aos municípios.

Como não há, porém, qualquer proibição legal à oferta da educação superior, é possível destinar parte da arrecadação de impostos e transferências a este nível educacional, desde que obedecida a vinculação mínima de 20% para a educação básica, conforme definido pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (FUNDEB), instituído em 2006.

No caso do Ceará, a Constituição Estadual determinou no Art. 216 que “[...] as verbas a serem aplicadas com a educação não devem ser inferiores a 25% da arrecadação” e que 5% dessa parcela deveriam ser destinados ao ensino superior público, conforme Art. 224:

Governo Estadual aplicará, mensalmente, *nunca menos de um quinto da parcela a que se refere o art. 212 da Constituição Federal*⁴ para despesas de capital do sistema de ensino superior público do Estado do Ceará. Parágrafo único. *Ficam as universidades públicas estaduais autorizadas, para fins de assegurar a autonomia da gestão financeira, a transferir e utilizar, na medida de suas necessidades, os recursos estabelecidos neste artigo, para despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, remuneração de serviços pessoais, outros serviços e encargos, diversas despesas de custeio, despesas de exercícios anteriores e vice-versa.* (CEARÁ, Constituição Estadual, Art. 224, grifo nosso).

Mediante essa informação, a primeira averiguação realizada neste tópico, por meio da Tabela 5, foi a consulta aos Balanços Patrimoniais do Ceará, a fim de verificar se este princípio constitucional expresso no Art. 224 foi respeitado; ou seja, se o governo do Ceará destinou (no mínimo) 5% da arrecadação da receita resultante de impostos – compreendidas as transferências e excluídos os valores repassados constitucionalmente aos municípios – para o orçamento das universidades estaduais. A resposta é não!

Tabela 5 - Aplicação de percentual constitucional obrigatório para Educação no Ceará 2012 a 2017

Despesas com Educação	2012	2013	2014	2015	2016	2017
I - Receita Líquida de Impostos e Transferências	11.243.112.324	12.528.224.130	13.637.173.597	14.404.574.171	16.268.947.551	16.318.324.309
II - Despesas com Educação	3.090.731.578	3.479.087.841	3.765.223.630	3.857.544.963	4.335.674.522	4.549.548.817
% Despesas com Educação	27,49%	27,77%	27,61%	26,78%	26,65%	27,88%
III - Despesas com as Universidades	273.811.494	294.471.250	323.375.045	341.911.529	349.106.560	377.696.714
% Despesas com as Universidades	2,44%	2,35%	2,37%	2,37%	2,15%	2,31%

Fonte: balanços patrimoniais do Estado do Ceará - disponíveis no site da SEFAZ. Elaboração própria.

4 Art. 212: A União aplicará, anualmente, nunca menos de 18%, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

A Tabela 5 traz o valor da receita líquida de impostos e transferências (excluídas as transferências constitucionais municipais) do Ceará no período de 2012 a 2017, e compara com o valor gasto na função Educação no mesmo período. Em todos os anos, o governo cearense aplicou um percentual maior do que os 25% previstos no Art. 216 da Constituição Estadual, equivalente a uma média de 27,36%.

Em contrapartida, o valor gasto com as três universidades estaduais juntas, em nenhum ano, atingiu a previsão constitucional estadual estabelecida no Art. 224 (de 5%), conforme explicado nas linhas acima. Ao contrário, manteve-se bem abaixo, com uma média de 2,33%. É um dado alarmante e que demonstra o baixo investimento que o Ceará tem feito no ensino superior do Estado.

Cabe ressaltar que este mínimo constitucional de um quinto da parcela prevista no Art. 212 da CF e 216 da CE⁵ não exime o Estado de ampliar esse percentual destinado para a educação superior. A ideia (em tese) é de que ele não seja um “teto” dos gastos com o ensino superior, mas um “piso”. Essa ampliação orçamentária poderia ser feita com ou sem vinculação a alguma receita específica.

No caso do financiamento das universidades estaduais do Ceará, não existe previsão legal de vinculação orçamentária a nenhuma receita do Estado com a finalidade de custeá-las. Segundo a Secretaria de Planejamento e Gestão do Ceará (SEPLAG), os recursos aprovados na Lei Orçamentária Anual (LOA) são alocados no caixa único do Estado e repassados para as universidades por meio de duodécimos.⁶

Ressaltamos que o Art. 219 da Constituição Estadual do Ceará garante às universidades estaduais autonomia “didático-científica, administrativa, financeira, patrimonial e de gestão democrática”. E essa autonomia da gestão financeira foi reiterada pelo Art. 224, conforme já mencionado, ao garantir que os 5% da arrecadação da receita resultante de impostos do Estado não fossem utilizados apenas para executar despesas de capital, mas também gastos correntes, como a remuneração de pessoal, dentre outras.

5 CF: Constituição Federal e CE: Constituição Estadual.

6 A despesa será empenhada globalmente pelo total do período, e mensalmente far-se-á o pagamento correspondente.

Isto posto, para continuar a análise da execução orçamentária das universidades estaduais, consideramos ser necessário avaliar não somente os órgãos executores das despesas – as universidades – mas também o órgão gestor, que, no caso, é a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SECITECE).

Assim, na Tabela 6, demonstramos o orçamento executado para os órgãos da SECITECE nos anos de 2012 a 2017, com dados retirados do Sistema Integrado Orçamentário e Financeiro (SIOF), consultado na página da *internet* mantida pela SEPLAG.

Tabela 6 - Orçamento executado para os órgãos da SECITECE - 2012 a 2017

Órgão	2012	2013	2014	2015	2016	2017	% Cresci.	% com IPCA
SECITECE	71.630.773	114.139.941	136.829.603	36.327.547	39.323.113	96.557.723	34,80%	-9,64%
UECE	162.479.639	171.912.752	191.473.137	197.222.199	199.458.603	218.202.293	34,30%	-10,14%
UVA	49.474.064	54.514.410	56.947.497	65.340.071	60.798.856	67.965.558	37,38%	-7,06%
URCA	61.857.791	68.044.087	74.954.410	79.349.258	88.849.101	91.528.862	47,97%	3,53%
FUNCAP	38.000.165	42.967.010	35.837.350	38.285.245	46.510.473	54.741.453	44,06%	-0,38%
TOTAL	383.442.431	451.578.201	496.041.997	416.524.322	434.940.146	528.995.890	37,96%	-6,48%
IPCA BRASIL*	5,84%	5,91%	6,40%	10,67%	6,28%	2,94%		44,44%

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária da SEPLAG-CE. Elaboração própria.

*Correção da inflação realizada pelo IPCA. Fonte: Banco Central do Brasil

As duas últimas colunas da Tabela 6 expressam o percentual de crescimento nominal e também real. Para aferir o crescimento real, foi considerada a inflação acumulada no período, por meio do índice oficial de 44,44% do IPCA, consultado no *site* do Banco Central do Brasil.

Em uma análise do crescimento nominal das verbas destinadas às universidades, todas registraram aumento em seus orçamentos: a UECE obteve um percentual de 34,30%, a UVA 37,38% e a URCA 47,94%. A FUNCAP e a SECITECE, também, evoluíram 44,06% e 34,80%, respectivamente. Ao considerar a inflação do período, aferida pelo IPCA – no valor de 44,44%, na verdade, os valores reais do orçamento da UECE e da UVA sofreram regressão da ordem de -10,14% e -7,06%, respectivamente. Já a da URCA, mesmo descontado o IPCA, se manteve positivo em 3,53%.

A FUNCAP e a SECITECE também registraram regressão orçamentária de -0,38% e -9,64%, respectivamente, ao se considerar o valor da inflação do período. No caso da FUNCAP, o Art. 258 da Constituição Estadual do Ceará determina que “o Estado manterá uma Fundação de Amparo à Pesquisa, para fomento das atividades de pesquisa científica e tecnológica, a qual será atribuída dotação mínima correspondente a 2% (dois por cento) da receita tributária como renda de sua administração privada”.

Vale ressaltar que a base de cálculo para o cômputo desse percentual se baseia na Receita Tributária Líquida do Tesouro Estadual, sem considerar as deduções do FUNDEB.

Tabela 7 - Aplicação de percentual constitucional obrigatório para Pesquisa no Ceará
2012 a 2017

Despesas com Educação	2012	2013	2014	2015	2016	2017
I - Receita Líquida de Impostos e Transferências	11.243.112.324	12.528.224.130	13.637.173.597	14.404.574.171	16.268.947.551	16.318.324.309
II - Despesas com FUNCAP	38.000.165	42.967.010	35.837.350	38.285.245	46.510.473	54.741.453
% Despesas com a FUNCAP	0,34%	0,34%	0,26%	0,27%	0,29%	0,34%
Previsão Constitucional (art. 258)	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%

Fonte: Balanços Patrimoniais do Estado do Ceará - Disponíveis no site da SEFAZ/ SIOF. Elaboração própria.

Nesse sentido, a Tabela 7 trouxe esses dados a fim de comparar a Receita Tributária Líquida do Ceará nos anos de 2012 a 2017 com os valores repassados para a FUNCAP no mesmo período. Verificamos que, em nenhum ano, a previsão constitucional do Art. 258 foi cumprida. A média percentual de repasse orçamentário no período foi de apenas 0,31%, portanto, bem inferior aos 2% fixados pela Constituição Estadual, o que infelizmente demonstra o grau de “prioridade” dado pelo governo no investimento em pesquisa no Estado.

Assim como na pesquisa, também diagnosticamos baixo investimento nas universidades estaduais, ao detalhar seus orçamentos por Despesa de Capital e Despesa Corrente, conforme demonstrado na Tabela 8.

Tabela 8 - Orçamento das Universidades - Despesa corrente x Despesa de capital - 2012 a 2017

Órgão	Valores em R\$ 1,00							% de Cresc.	% com IPCA
	2012	2013	2014	2015	2016	2017			
UECE	162.479.639	171.912.752	191.473.137	197.222.199	199.458.603	218.202.293	34,30%	-10,14%	
Despesa Corrente	155.566.942	166.126.984	183.139.307	190.236.728	196.673.903	209.817.772	34,87%	-9,57%	
Despesa de Capital	6.912.697	5.785.768	8.333.831	6.985.471	2.784.700	8.384.522	21,29%	-23,15%	
UVA	49.474.064	54.514.410	56.947.497	65.340.071	60.798.856	67.965.558	37,38%	-7,06%	
Despesa Corrente	47.990.691	51.991.482	55.256.569	56.710.622	59.386.896	65.506.734	36,50%	-7,94%	
Despesa de Capital	1.483.373	2.522.928	1.690.929	8.629.449	1.411.960	2.458.824	65,76%	21,32%	
URCA	61.857.791	68.044.087	74.954.410	79.349.258	88.849.101	91.528.862	47,97%	3,53%	
Despesa Corrente	59.248.104	65.274.649	71.530.587	77.275.976	86.342.961	87.968.367	48,47%	4,03%	
Despesa de Capital	2.609.687	2.769.439	3.423.823	2.073.282	2.506.140	3.560.494	36,43%	-8,01%	
TOTAL	273.811.494	294.471.250	323.375.045	341.911.529	349.106.560	377.696.714	37,94%	-6,50%	
IPCA BRASIL*	5,84%	5,91%	6,40%	10,67%	6,28%	2,94%		44,44%	

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária da SEPLAG CE. Elaboração própria.

*Correção da inflação realizada pelo IPCA. Fonte: Banco Central do Brasil

A principal observação realizada é que, em média, 96% do orçamento das três universidades são executados com despesas correntes – o que inclui pagamento de pessoal, compra de material de uso continuado, enfim, as despesas de custeio. Somente 4% são executados com despesas de capital, o que retrata a ausência de investimentos nas universidades – como obras, aquisição de equipamentos e instalações, compra de material permanente. Esses números demonstram, em parte, o que visualizamos nos prédios e estruturas físicas dos *campi* universitários.

Ante o exposto, para melhor compreender a realidade vivenciada pelas universidades, decidimos confrontar seus gastos com algumas despesas do governo do Estado, como publicidade – cujos lançamentos no orçamento estão identificados como “Comunicação Institucional” – e “Pagamento de Juros e Amortização da Dívida Pública”.

Tabela 9 - Execução Orçamentária das Universidades x Juros e Amortização da dívida pública - 2012 a 2017

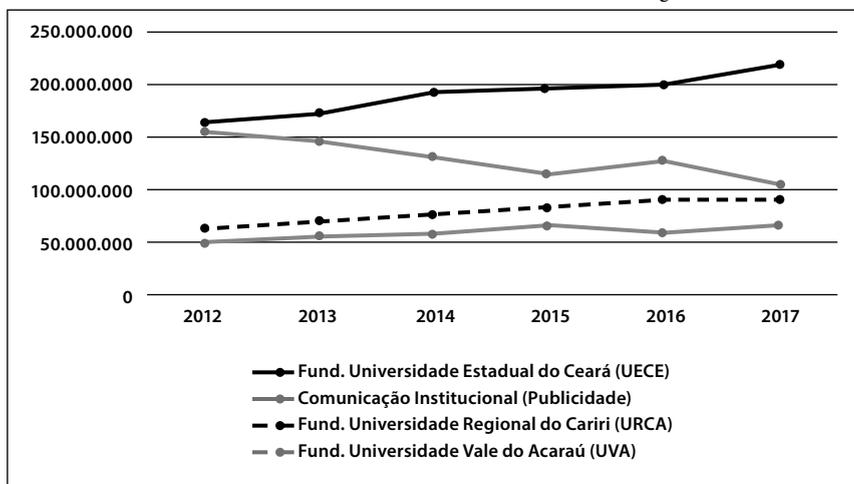
Órgão / Despesa	Valores em R\$ 1,00					
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
I - UECE	162.479.639	171.912.752	191.473.137	197.222.199	199.458.603	218.202.293
II - UVA	49.474.064	54.514.410	56.947.497	65.340.071	60.798.856	67.965.558
III - URCA	61.857.791	68.044.087	74.954.410	79.349.258	88.849.101	91.528.862
IV - Comunicação Institucional (Publicidade)	155.908.870	147.002.323	132.381.889	115.451.081	127.135.574	105.701.013
V - Pagamento de Juros e Amortização da Dívida	934.139.717	774.153.506	893.479.271	1.103.908.212	1.292.853.379	1.440.671.062
Juros e Encargos da Dívida Pública	247.099.325	246.480.196	297.663.291	414.556.094	446.076.327	452.097.969
Amortização da Dívida Pública	687.040.392	527.673.310	595.815.981	689.352.118	846.777.052	988.573.093
ORÇAMENTO DO ESTADO DO CEARÁ (A)	16.084.317.308	17.769.709.008	21.348.219.610	21.139.260.895	22.865.889.317	23.963.058.063

Fonte: SIOF - consulta execução orçamentária da SEPLAG-CE e balanços patrimoniais - disponibilizados no site da SEFAZ-CE. Elaboração própria.

Essa comparação, realizada na Tabela 9, evidenciou que o gasto com publicidade (uma despesa totalmente irrelevante), apesar de estar em declínio, é superior ao orçamento da UVA e da URCA em todos os anos no período de 2012 a 2017. Em 2012, o gasto com publicidade fora de R\$ 155,9 milhões, já em 2017 foi de R\$ 105,7 milhões.

Para a UVA e para a URCA, em 2012, seus orçamentos eram de R\$ 49,4 milhões e R\$ 61,8 milhões, ou seja, o equivalente a 1/3 e 1/2, respectivamente, do valor gasto com publicidade naquele ano. Tal realidade também pode ser visualizada no Gráfico 3 em que se demonstra o comportamento da publicidade nos anos de 2012 a 2017.

Gráfico 3 - Universidades Estaduais x Gastos com Publicidade do governo do Ceará



Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária da SEPLAG-CE. Elaboração própria.

O Gráfico 3 aponta evidentemente o quanto a despesa com publicidade é superior ao orçamento da UVA (linha tracejada) e da URCA (linha pontilhada), ficando abaixo apenas do orçamento da UECE (primeira linha contada de cima para baixo).

A Tabela 9 também demonstra que, em 2012, foram executados R\$ 934 milhões com Pagamento de Juros e Amortização da Dívida pelo governo do Ceará. Em 2013, houve uma queda, mas, desde 2014 essa despesa voltou a crescer, mesmo nos supostos anos de crise (2015 e 2016). Em 2017, o pagamento de juros e amortização da dívida chegou ao valor de R\$ 1,44 bilhão.

Tabela 10 - Percentual de despesas executadas sobre o Orçamento do Governo do Ceará 2012 a 2017

Despesas executadas	Valores em %						% de Crescimento
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
I - UECE	1,01%	0,97%	0,90%	0,93%	0,87%	0,91%	-10,99%
II - UVA	0,31%	0,31%	0,27%	0,31%	0,27%	0,28%	-10,71%
III - URCA	0,38%	0,38%	0,35%	0,38%	0,39%	0,38%	0,00%
IV - Pagamento de Juros e Amortização da Dívida	5,81%	4,36%	4,19%	5,22%	5,65%	6,01%	3,40%

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária da SEPLAG-CE. Elaboração própria.

A análise da Tabela 10 reitera a explicação acima ao apresentar os valores executados com as três universidades estaduais e com pagamento de juros e amortização da dívida em percentuais sobre o valor total do orçamento do Estado do Ceará, nos anos de 2012 a 2017. Nesse período, a UECE obteve um decréscimo de -10,99% e a UVA de -10,71%, ao passo que o percentual de crescimento do Pagamento de Juros e Amortização da Dívida foi de 3,40%.

Esses números revelam que o discurso de crise do Estado é utilizado pelo governo quando convém justificar os ajustes fiscais e a espoliação de direitos da classe trabalhadora. Quando se trata, no entanto, de aumentar o pagamento para os credores da dívida pública, ou seja, os donos do capital, aqueles que realmente mandam no País, aí não há crise!

Ao contrário, gera-se uma receita para não deixar de honrar essas despesas consideradas prioritárias – conforme estabelecido nas Emendas Constitucionais nºs 95/2016 e 88/2016, que modificaram as Constituições Federal e Estadual, respectivamente – a fim de manter a adimplência do pagamento de juros e da rolagem da dívida, indefinidamente.

A referida EC nº 88/2016 é expressão cabal da tese já anunciada, segundo a qual a apropriação do fundo público é uma pilastra da valorização do capital, ainda mais no atual padrão de acumulação com dominância financeira.

O descaso, todavia, em relação à educação superior no Ceará é anterior a esta emenda constitucional. A situação em que atualmente se encontra o corpo docente das universidades estaduais também é crítica. A Tabela 11 demonstra que 27%, em média, dos docentes das universidades estaduais são professores substitutos. Quando analisamos individualmente a situação de cada universidade, o quadro torna-se mais alarmante. No caso da UECE, dos 1.107 professores, 761 são efetivos – o que representa 69% do total, e 341 são substitutos; ou seja, 31% do quadro têm um vínculo precário de contratação e remuneração muito inferior à dos efetivos.

Tabela 11 - Quantidade de Professores nas Universidades Estaduais do Ceará

Universidade	Professor Efetivo	%	Professor Substituto	%	Professor Visitante	%	TOTAL
I - UECE	761	69%	341	31%	5	0,5%	1107
II - UVA	350	90%	37	10%	-	0%	387
III - URCA	388	60%	256	40%	-	0%	644

Fonte: Portal da transparência do Governo do Ceará, dados de maio de 2018. Elaboração própria.

No caso da URCA, esse número é ainda maior, pois, dos 644 professores, 256 são substitutos, isto é, 40% do total. Apenas 388 são efetivos – o equivalente a 60%. Já a UVA, diferentemente das duas, expressa o menor quadro de professores substitutos, apenas 37 docentes – equivalente a 10% do total de 387 – os outros 350 professores são efetivos.

Esses dados deixam claro que, mesmo com a realização recente de concurso público, ainda há uma imensa quantidade de cargos ocupados por professores substitutos, o que demonstra a necessidade de mais nomeações para recompor o quadro docente das universidades, especialmente da UECE e da URCA.

Em contrapartida a esse desmonte da educação superior por parte do Estado, o capital oferece como solução a mercantilização de direitos constitucionalmente “garantidos”, como a venda da educação em instituições privadas.

Conforme dados do Censo da Educação Superior divulgado pelo INEP, em 2016, das 2.407 instituições de ensino superior no Brasil, 2.111 eram privadas, isto é, 87,7%. A maior parte dessa valiosa fatia do mercado brasileiro atualmente está concentrada nas mãos de um só grupo financeiro: A Kroton Educacional que é a maior empresa privada do ramo educacional no mundo. Ela foi fundada em 1996 em Belo Horizonte, procedente de uma empresa de cursos de pré-vestibular e hoje atua em todos os segmentos da educação brasileira, desde a educação básica à pós-graduação.

Após a fusão com a sua maior rival, Anhanguera Educacional, em 2014, tornou-se a maior empresa do mundo no segmento do ensino superior privado, tanto em número de alunos como de receita, conforme dados da CM Consultoria Educacional. São exemplos de empresas que fazem parte da Kroton: a Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), Universidade de Cuiabá (UNIC), Faculdade de Macapá (Fama), LFG, Universidade Anhanguera-UNIDERP,

União Metropolitana de Educação e Cultura (UNIME), Leonardo da Vinci, dentre outras.

A fundação da Kroton surgiu quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, passou a permitir o modelo institucional de estabelecimentos educacionais lucrativos. Conforme consta do texto da LDB,

Art. 20. As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias:

I – Particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;

II – Comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos, que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;

III – Confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior;

IV – Filantrópicas, na forma da lei. (BRASIL, LDB, 1996).

Antes dessa possibilidade de educação em instituições lucrativas, a educação privada era restrita a instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas – conceitualmente definidas no Art. 20 da LDB, as últimas com imunidade fiscal.

É importante salientar que, embora a imunidade fiscal não tenha sido garantida para as instituições privadas com fins lucrativos, a elas foi reservado o acesso ao fundo público por meio de dois programas governamentais: o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), criado em 1999, durante o governo Fernando Henrique Cardoso (ampliado durante os governos do Partido dos Trabalhadores), e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado em 2005, durante o governo Lula.

Além do FIES, a formulação do PROUNI atendeu às demandas mais urgentes da iniciativa privada, que conseguiu mercantilizar com verba pública o acesso à educação superior. Isto é, na medida em que os estabelecimentos

mercantis aderiram voluntariamente ao PROUNI, garantiram a isenção do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e de três contribuições: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS).

Cabe ressaltar que as isenções são sempre de contribuições sociais vinculadas ao orçamento da seguridade social, que financia as políticas de previdência, saúde e assistência social; ou seja, o ataque aos direitos da classe trabalhadora é perverso e ocorre em várias frentes de atuação, não somente na educação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é possível perceber, evidentemente, um duplo movimento na educação brasileira: o sucateamento proposital do ensino em instituições públicas, para, em contrapartida, vendê-lo em instituições privadas com financiamento público!

Os dados aqui expressos demonstram que em nenhum ano no período de 2012 a 2017 o Estado do Ceará aplicou o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) da Receita Tributária Líquida previsto no Art. 224 da Constituição Estadual. Também não o fez com a pesquisa, com o percentual mínimo de 2% (dois por cento) da Receita Tributária Líquida, conforme previsto no Art. 258 da mesma Constituição.

O resultado disso é que, das sessenta e cinco instituições de educação superior no Ceará, cinquenta e oito são privadas e apenas sete são públicas – sendo quatro federais e três estaduais. Dos 289.276 alunos matriculados em cursos de graduação, 198.112 são de instituições privadas e 91.164 de instituições públicas (46.579 nas federais e 44.585 nas estaduais). Isto é, dos 32% de alunos matriculados em instituições públicas, 16% estudavam em universidades federais e 15% nas estaduais. Os demais 68% frequentavam as instituições privadas, conforme dados divulgados pelo INEP, em 2016, no Censo da Educação Superior.

Como se não bastasse, a mercadoria vendida para essa maioria de alunos por essas instituições – que cobram muito mais caro do que o serviço prestado diretamente pelo Estado, visto que elas visam à obtenção do lucro – não oferece garantia de qualidade e a maior salvaguarda do Estado, nestes casos, é a estabelecida no Código de Defesa do Consumidor.

Nesse sentido, a alternativa que resta à classe trabalhadora – seja na figura de estudante, professor ou cidadão – é a resistência! Apesar de a realidade não ser favorável, a nós cabe a luta pela defesa intransigente dos nossos direitos, por uma educação pública, gratuita e de qualidade.

REFERÊNCIAS

- ANFIP. *Orçamento e políticas públicas: condicionantes e externalidades*. Brasília: ANFIP, 2011.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988.
- _____. Presidência da República. *Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e as bases da educação nacional.
- CEARÁ. *Constituição Estadual do Ceará*. 1989.
- GIACOMONI, James. *Orçamento público*. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Sinopse Estatística da Educação Superior 2016*. Brasília: INEP, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>.
- IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. *Boletim da Conjuntura Econômica Cearense – 4º trimestre de 2017*. Fortaleza: IPECE, 2018.
- _____. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. *Indicadores Econômicos do Ceará 2015*. Fortaleza: IPECE, 2016.
- OLIVEIRA, Fabrício. *Economia e política das finanças públicas no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 2012.
- OLIVEIRA, Francisco. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- ROCHA, Flávia Rebecca. *A unidade contraditória da assistência e da previdência social: Uma análise política da execução orçamentária no governo Lula*. Fortaleza: EdUECE, 2016.
- SALVADOR, Evilásio. *Fundo público e seguridade social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.
- _____. Fundo público e o financiamento das políticas sociais no Brasil. *Serviço Social em Revista [Online]*, v. 14, p. 4-22, 2012.
- _____. Privatização da previdência do servidor público: a FUNPRESP e a financeirização das aposentadorias e pensões. *Cadernos Aslegis*, v. 43, p. 107-128, 2011.
- TCE. Tribunal de Contas do Estado do Ceará. *Relatório anual das contas do governador do Estado do Ceará – Exercício 2016*. Fortaleza: TCE, 2016.

VIII

NORDESTE DO BRASIL: A DISPUTA ENTRE O CAPITAL E O TRABALHO PELOS RECURSOS DO FUNDO PÚBLICO ESTADUAL

Osmar Gomes de Alencar Júnior*

1. INTRODUÇÃO

Em tempos de crise estrutural do capital, acirrada em 2007 nos países centrais e com repercussões nos países da periferia capitalista, o fundo público é instado a cumprir sua função contraditória de reprodução do capital e da força de trabalho, tendo a primeira como prioridade.

Esta priorização está vinculada à necessidade de combater a queda da taxa média de lucros dos capitalistas. Por isso, nesse momento, é exigido que o fundo público promova o socorro às instituições financeiras, mediante a compra de títulos depreciados, emissão de vultosas somas de dinheiro e liberação de bilhões em créditos para as maiores corporações capitalistas.

Segundo Fatorelli (2013), o salvamento bancário – via ajuda financeira na Europa – em 2010, deslocou a crise financeira que estava instalada no setor financeiro privado para o Estado, aumentando a dívida pública dos países.

No Brasil, durante o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), foi realizado na esfera federal um programa de salvamento bancário, o Programa de Estímulo à Recuperação e Fortalecimento do Sistema Financeiro (PROER) e na esfera estadual, o programa de privatização dos bancos estaduais,

* Osmar Gomes de Alencar Júnior, economista, mestre e doutor em políticas públicas e professor do Departamento de Ciências Econômicas e Quantitativas do CMRV-UFPI. E-mail: alencarjr94@gmail.com.

denominado Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES).

Estima-se que o primeiro tenha transferido 40 bilhões de dólares para os bancos, enquanto o PROES tenha destinado 69 bilhões. Significa dizer que o setor público brasileiro, nestes dois programas, transferiu 109 bilhões de dólares para o setor financeiro privado da economia, ampliando a dívida pública brasileira. (FATORELLI, 2013).

No governo Lula, além da transferência de massivos recursos públicos para o capital portador de juros via dívida pública, a estratégia do governo para combater a crise internacional de 2008 foi a de aplicar desonerações tributárias, principalmente sobre a folha de pagamento das empresas. Este gasto tributário específico alcançou R\$ 24 bilhões em 2014, representando mais da metade das desonerações alocadas na função trabalho e 9,64% dos gastos tributários previstos no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2014. (ALENCAR JÚNIOR; SALVADOR, 2015, p. 246).

Portanto, o fundo público passou a desempenhar papel estratégico no atual processo de acumulação capitalista, transferindo cada vez mais recursos extraídos da sociedade, via tributação, para o capital financeiro ou capital portador de juros (CHESNAIS, 2005), o que implica recursos orçamentários destinados ao financiamento das políticas sociais brasileiras desviados de suas funções, principalmente para o pagamento do serviço da dívida (juros e amortizações), sob a alegação de cumprimento da meta de *superávit* fiscal e, por consequência, de manutenção do equilíbrio macroeconômico brasileiro.

Ora, se o fundo público tem um papel estratégico no capitalismo contemporâneo, tanto na acumulação do capital como na reprodução da força de trabalho, – e é disputado politicamente nos orçamentos públicos – conhecer a fonte e a destinação das despesas orçamentárias revelará quais classes ou frações são beneficiárias e financiadoras dos gastos sociais e dos gastos financeiros.

De efeito, é relevante entender como os governos estaduais situados na periferia (região Nordeste) da periferia (Brasil) do capital mobilizaram os recursos financeiros – próprios dos Estados e descentralizados pelo governo federal – e os direcionaram para os gastos social e financeiro, no período de 2007 a 2014.

Em relação à lógica da formação do fundo público, ou seja, da origem dos recursos públicos e como estes são apropriados pelos estados do Nordeste

para financiar suas políticas públicas, a pesquisa baseou-se em duas dimensões: a tributária, com o objetivo de verificar o caráter progressivo ou regressivo das fontes de financiamento; e a financeira, visando a observar a participação das receitas financeiras com operações de crédito no total da receita pública.

No que diz respeito à destinação, isto é, ao montante, a direção e a relevância dos gastos social e financeiro no Nordeste, a pesquisa priorizou a análise da despesa orçamentária empenhada pelos estados, com esteio em quatro dimensões: a) o montante do gasto público e a participação da Despesa Não Financeira (DNF) e da Despesa Financeira (DF) no gasto orçamentário total; b) a participação do gasto social na DNF; c) a direção dos gastos social e financeiro; e d) a relevância do gasto social e do gasto financeiro na agenda governamental da região Nordeste.

As informações orçamentárias consolidadas para a região Nordeste abrangeram o período de 2007 a 2014 e foram retiradas das leis orçamentárias aprovadas pelos legislativos e executadas pelos executivos estaduais. Os valores nominais disponíveis da execução orçamentária foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), tendo 2014 como ano-base. Enquanto isso, as despesas analisadas foram restritas às empenhadas pelos estados nos seus respectivos balanços orçamentários.

As principais fontes documentais para a pesquisa empírica foram as peças orçamentárias – Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) – da União e dos estados do Nordeste; a base de dados do Sistema de Informações sobre o Orçamento Público Federal (SIGA Brasil), desenvolvido pelo Senado Federal; sítios eletrônicos do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), das secretarias de planejamento, de fazenda e Tribunais de Contas dos estados do Nordeste.

2. A ORIGEM DA DISPUTA: QUEM FINANCIA?

Em 2007, o panorama mundial era de bastante turbulência, principalmente nos países do centro, com a crise financeira dos títulos hipotecários *subprimes* nos EUA, gerando uma falência generalizada de instituições financeiras, irradiada para o setor financeiro global. Mais tarde, porém, foi

estatizada e trazida para os governos capitalistas centrais, como expansão dos *déficits* e dívidas públicas.

O influxo da crise mundial foi sentido no Brasil no início do segundo governo de Lula e minimizado pela equipe econômica, sob a alegação de que a economia brasileira estava preparada para responder de modo equilibrado às possíveis ameaças de restrição externa.

Até então, a economia mundial era um fator positivo para as contas nacionais, com os preços das *commodities* em alta, o que favorecia a pauta de exportações brasileiras e o balanço de transações correntes, apesar de uma desconfortável política de sobrevalorização do real que dificultava melhores resultados nas contas externas.

Internamente, a política macroeconômica gerou, do ponto de vista fiscal, um *superávit* médio de 3,41% do PIB, no período de 2003 a 2008, o equivalente a R\$ 70 bilhões ao ano; enquanto a política monetária reduziu a taxa de juros real e manteve a inflação abaixo do limite superior da meta de 6,5% ao ano, entre 2004 e 2008. (MARQUES; ANDRADE, 2016).

O PIB teve um crescimento médio de 3,5% no período de 2003 a 2006, sustentado pela expansão do consumo das famílias e das exportações, e a formação bruta de capital elevou sua participação no PIB, de 16,2% em 2002 para 20,2% em 2010.

A taxa de desemprego foi reduzida de 10,5% para 5,3%, no período de dezembro de 2002 a dezembro de 2010. O rendimento médio real da população ocupada cresceu 19% e o salário-mínimo foi valorizado em termos reais, em 54%. Ademais, a participação do trabalho formal no total dos ocupados com 16 anos ou mais cresceu de 44,6%, em 2002, para 51,3%, em 2009. (MARQUES; ANDRADE, 2016).

A situação econômica nacional seria favorável à arrecadação tributária e, conseqüentemente, ao crescimento dos gastos públicos, principalmente à expansão dos dispêndios sociais, como compromisso de campanha do Partido dos Trabalhadores (PT) e da coalizão política que o elegeu e lhe dava sustentação política no Congresso Nacional.

Por outro lado, a política monetária de juros reais elevados, que situava o patamar da inflação próximo à meta, era a mesma que fazia explodir o *déficit* e a dívida dos governos estaduais, comprometendo a capacidade deles em financiar os gastos sociais com recursos próprios.

Esse conflito com os estados fragilizava as relações intergovernamentais e poderia enfraquecer o apoio político ao PT para as eleições de 2006, malgrado os índices elevados de aprovação da sociedade durante o primeiro governo Lula.

Portanto, as eleições majoritárias estaduais, que seriam importantes para a continuidade da implementação de políticas macroeconômicas neoliberais do governo Lula, conformaram um quadro de alianças e coalizões políticas de amplo espectro ideológico.

Estas alianças constituíram um bloco no poder, com a hegemonia de um núcleo que, geralmente, era composto pelo partido do governador e do vice-governador, que indicavam para as secretarias estratégicas e de maior volume de recursos ou de articulação política estratégicas membros da sua agremiação política ou de pessoas “técnicas” de confiança para implementar políticas públicas específicas, com base nos interesses da fração hegemônica que financiou a coligação vencedora nas eleições.

Aparentemente, a formação do fundo público nos países capitalistas é resultado do esforço coletivo de todas as classes e frações de classes, quando permitem a extração, por parte do Estado, de uma parcela da renda produzida pelo trabalho ou pelo capital, como receitas tributárias, receitas de capital ou outras modalidades de receitas, uma vez que o somatório dos esforços de contribuições de todos constitui as receitas orçamentárias do Estado.

O esforço coletivo das classes e frações de classes para a composição das receitas tributárias não se dá, no entanto, de modo equânime nas formações sociais capitalistas, principalmente nas periféricas e dependentes, como nos casos do Brasil e da região Nordeste.

Nestas, o modo de produção capitalista engendrou uma maneira específica de conformar as receitas do fundo público, baseada na superexploração da classe trabalhadora e da sua fração de renda mais baixa, mediante um sistema tributário regressivo, o qual, por um lado, desonera as classes e frações da burguesia capitalista de renda mais elevada, o bloco no poder e sua fração hegemônica, reduzindo o peso das contribuições tributárias e a participação das suas rendas nas receitas públicas e, por outro lado, sobrecarrega a fração dos trabalhadores de renda mais baixa, aumentando a tributação e a contribuição das suas rendas na formação do fundo público dos estados.

Essa artimanha capitalista nos países dependentes é uma realidade que deve se apresentar com muito mais perversidade em áreas periféricas de países periféricos, como na região Nordeste do Brasil, e pode ser esclarecida por meio da análise das contas públicas estaduais, em especial, as que dizem respeito à origem das receitas públicas; e, no caso desta pesquisa, às receitas orçamentárias dos estados do Nordeste do Brasil.

Do ponto de vista da formação do fundo público estadual, isto é, da origem dos recursos públicos, as receitas orçamentárias originárias da natureza das atividades econômicas no Nordeste cresceram no período de 2007 a 2010, acompanhando a tendência de crescimento das receitas públicas da União nesse mesmo período.

A receita orçamentária total do Nordeste elevou-se de R\$ 62,9 bilhões para R\$ 93,3 bilhões, exprimindo crescimento real de 48,2% no período analisado, de modo que todos os estados expandiram suas receitas. (ALENCAR JÚNIOR, 2018).

A receita total, segundo a natureza econômica, é composta de receitas correntes e receita de capital; por outro lado, as receitas correntes são constituídas por várias fontes, dentre as quais as mais expressivas, em termos de volume de recursos no Nordeste, foram as tributárias e as de transferências correntes.

Em média, as receitas tributárias representaram 47% e as transferências correntes alcançaram 44% do total da receita da região, no período de 2007 a 2010; assim, estas, somadas, participaram com valor maior do que 90% das receitas constituintes do fundo público estadual nordestino. (ALENCAR JÚNIOR, 2018).

A receita tributária, composta por impostos, taxas e contribuições de melhorias, era de R\$ 29,5 bilhões em 2007 e alcançou R\$ 42 bilhões em 2010, denotando um crescimento real de 42,8% na Região. (ALENCAR JÚNIOR, 2018).

Os impostos são os tributos que mais contribuíram para a receita tributária do fundo público estadual no Nordeste, alcançando R\$ 28,6 bilhões em 2007 e R\$ 40,8 bilhões em 2010, e registrando um crescimento de 42% durante o período. Estes representaram, em média, 96,6% da receita tributária da região. (ALENCAR JÚNIOR, 2018).

A distribuição da receita de impostos entre estados e Distrito Federal, no âmbito do federalismo fiscal brasileiro, institucionalizado na Constituição Federal de 1988, é composta pelo imposto sobre doação e herança (ITCD),

pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e pelo Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Além disso, na repartição federativa, os estados têm direito a receber da União 20% do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF); esses quatro impostos representam quase a totalidade das receitas tributárias dos estados no Nordeste do Brasil.

O ICMS e o IPVA têm características de impostos indiretos e regressivos, enquanto o ITCD e o IRRF têm cunho direto e progressivo. Nesse sentido, a relação quantitativa entre os impostos indiretos e diretos nos estados é favorável aos impostos indiretos. Esta é uma clara demonstração do desequilíbrio na equidade da tributação, em que os tributos indiretos sobre consumo e produção têm maior peso na arrecadação do que os tributos diretos sobre a renda e o patrimônio.

Outro elemento que prejudica a equidade do sistema tributário brasileiro, em especial no âmbito estadual, é o peso do ICMS nas receitas orçamentárias. O ICMS é um imposto indireto, pois os empresários repassam o seu ônus tributário aos consumidores, quando o incorporam ao preço dos bens e serviços. Por se tratar de um imposto indireto, a regressividade é sua característica fundamental, haja vista que, independentemente da renda do consumidor, a alíquota aplicada pelo estado na produção e circulação de mercadorias permanece igual, o que onera mais o consumidor de menor renda.

No Nordeste, por exemplo, as receitas realizadas com o ICMS eram de R\$ 25,8 bilhões, em 2007, e passaram para R\$ 36,2 bilhões, em 2010, apresentando um crescimento de 40%, com uma participação média de 89% no total das receitas de impostos no período. (ALENCAR JÚNIOR, 2018).

Portanto, não obstante as diferenças na capacidade de arrecadação de impostos, em face das desigualdades regionais, e, de certo modo, agravadas pela crise financeira mundial que atingiu o Brasil em 2008, todos os estados tiveram um crescimento real das receitas orçamentárias totais, causado pela expansão das receitas tributárias impulsionadas pelas receitas de impostos, em especial, pelo crescimento real do ICMS em todos os estados do Nordeste, no período de 2007 a 2010.

Outras fontes importantes da receita corrente para os estados do Nordeste, principalmente para aqueles com menor capacidade de arrecadação, foram as provenientes de “recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinada a atender a despesas

classificadas em Despesas Correntes”, classificadas como receitas de transferências correntes. (PISCITELI; TIMBÓ, 2014, p. 144).

As receitas de transferência correntes têm no Fundo de Participação dos Estados (FPE) sua fonte de recursos mais representativa; este, segundo a Constituição Federal de 1988, no seu Art. 159, é constituído do montante de receitas do Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) arrecadadas pela União e repartidas no percentual de 47% com os outros entes federados: os estados recebem 21,5%, por intermédio do FPE, os municípios recebem 22,5%, por via do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), e os 3% restantes são aplicados em programas de financiamento de áreas produtivas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Os recursos financeiros transferidos pelo governo federal aos estados e municípios têm o objetivo de equalizar a capacidade financeira entre os entes que têm maior e menor potencial de arrecadação tributária, em virtude das desigualdades regionais.

No Nordeste, as transferências da União via FPE somaram, em 2007, o montante de R\$ 19,4 bilhões e foram incrementadas para R\$ 23,2 bilhões em 2010, apontando um crescimento real de 19,6% e uma participação média de 66,9% nas receitas de transferências correntes. (ALENCAR JÚNIOR, 2018).

Portanto, no Nordeste, as receitas de transferências correntes elevaram-se, em parte, alavancadas pelo crescimento real das receitas do FPE, no período de 2007 a 2010; porém, houve uma desaceleração deste, reduzindo sua importância nas transferências correntes dos estados.

Tal redução mantém relação com a política macroeconômica brasileira, que, no manejo da política fiscal para combater os efeitos negativos da crise financeira global sobre a demanda interna, a partir de 2008, promoveu medidas fiscais expansionistas (anticíclicas) para estimular o consumo mediante renúncia fiscal, desonerações tributárias nas cadeias produtivas automobilística, de eletrodomésticos e eletrônicos, via redução do IPI.

Por outro lado, as receitas de capital, segundo a natureza econômica, compõem, juntamente com as receitas correntes, a totalidade das receitas orçamentárias dos estados. Suas principais fontes de receitas são as operações de crédito e as transferências de capital; a primeira, envolve a “[...] captação de recursos para atender a desequilíbrios orçamentários ou, ainda, financiar empreendimentos públicos”. (GIACOMONI, 2010, p. 147). Visa a ajustar os

desequilíbrios orçamentários, seus *déficits*, mediante a formação da dívida pública. A segunda, é similar às transferências correntes, porém seus recursos devem ser aplicados em despesa de capital.

No Nordeste, as receitas com operações de crédito dos estados somaram, em 2007, o montante de R\$ 535 milhões e foram incrementadas para R\$ 3,6 bilhões, em 2010, apontando um crescimento real de 576% no período. As operações de crédito representaram, em média, 46% do total das receitas de capital e apenas 2,45% das receitas orçamentárias totais realizadas no período de 2007 a 2010. (ALENCAR JÚNIOR, 2018).

Outras fontes representativas nas receitas de capital são as transferências de capital e as outras receitas de capital. Elas têm crescido, haja vista a expansão das receitas financeiras, provenientes, principalmente, da dívida ativa (amortização de empréstimos e financiamentos) e do resgate de títulos públicos, e aumentado sua importância nas receitas dos estados nessa realidade de financeirização do capitalismo.

Apesar do crescimento das operações de crédito e das receitas financeiras estaduais, no entanto, quando comparadas com as fontes da receita tributária e de transferências correntes, aquelas são pouco representativas em relação à receita orçamentária total nos estados do Nordeste.

Em síntese, verificou-se que o fundo público estadual na região Nordeste teve seus recursos orçamentários aumentados no período de 2007 a 2010. Tal expansão é relacionada, por um lado, ao crescimento real das receitas do ICMS – imposto indireto – e, por outro, das receitas do FPE, composto por impostos direto e indireto, fato que ocorreu em todos os estados.

A desoneração federal sobre o IPI, contudo, reduziu a arrecadação federal e desacelerou o crescimento do repasse do FPE aos estados, aumentando a importância do ICMS no *mix* de impostos e obrigando a balança arrecadatória a pender, mais ainda, para o lado da extração de tributos indiretos. Isso permite afirmar que os trabalhadores, principalmente em sua fração de mais baixa renda, foram os principais financiadores do fundo público estadual na região Nordeste, no período 2007 a 2010.

Nesse panorama de acirramento da crise global, queda da produção e do consumo das famílias, combinado com desonerações sobre as contribuições sociais e redução da arrecadação tributária federal, como foram afetadas as receitas do fundo público dos estados no Nordeste do Brasil?

O ano de 2011 iniciou no Brasil com a posse da Presidenta Dilma Rousseff, eleita pelo PT, que assumiu o cargo com o compromisso de dar prosseguimento às políticas macroeconômicas neoliberais e às políticas sociais compensatórias, praticadas por seu antecessor, em meio a uma recessão mundial.

Tratada como a “única” saída para debelar a crise, a adoção de políticas neoliberais foi mantida pela nova equipe econômica, que continuou a executar o tripé macroeconômico de *superávit* fiscal, taxa de juros elevadas e câmbio flexível adotado no governo anterior; porém, o manejo da política econômica ortodoxa, mediante o emprego de políticas fiscal e monetária restritivas, em uma realidade de crise e recessão econômica mundial, elevou, em potência máxima, a deterioração da economia e das contas públicas do governo federal nos anos subsequentes.

Em relação à política monetária, o governo Dilma iniciou majorando a taxa de juros, que alcançou 12,42%, em julho, e 12,5%, no final de 2011, o que visava à contenção do crédito fortemente expandido durante os últimos anos do governo Lula. Com o agravamento da crise na ambiência internacional, no entanto, e a desaceleração do PIB, em 2011, o governo alterou o viés de alta da taxa Selic, atingindo 7,25% em outubro de 2012. Essa ação foi rapidamente revertida e, em dezembro de 2014, a taxa atingiu 11,65%. (MARQUES; ANDRADE, 2016; BARBOSA, 2013).

Na perspectiva da política fiscal, houve drástico crescimento do *superávit*, que somou R\$ 120 bilhões e representou 2,94% do PIB, no ano de 2011; promoveu uma política de desonerações sobre a folha de pagamentos para “ampliar” a competitividade e “garantir” emprego à custa da redução das contribuições sociais, que constituem a principal fonte do orçamento federal da seguridade social. A combinação dessas políticas ortodoxas, segundo os governistas, destinava-se a combater a inflação e levá-la suavemente à meta de 4% ou 5% ao ano. (MARQUES; ANDRADE, 2016; BARBOSA, 2013).

Nem os juros elevados, entretanto, tampouco os sucessivos *superávits* primários, foram suficientes para conduzir a inflação ao centro da meta e evitar o descontrole fiscal do governo federal, cujo *déficit* foi de 0,59% do PIB, em 2014. Tais medidas restritivas, contudo, conduziram o PIB a um estado de estagnação, mostrando uma taxa de crescimento de 0,1%, em 2014. (MARQUES; ANDRADE, 2016).

A política cambial tinha como objetivo reduzir a apreciação cambial realizada no governo Lula, que restringia a competitividade das exportações brasileiras e afetava o balanço de transações correntes do País. Nesse sentido, a taxa de câmbio (em termos de dólares), foi desvalorizada em 60%, no período de 2011 a 2014, e passou de R\$ 1,666, em dezembro de 2010, para R\$ 2,659, em dezembro de 2014. Não obstante a brutal desvalorização cambial, as exportações não reagiram na mesma proporção e tiveram pequena redução, agravando a situação fiscal brasileira. (MARQUES; ANDRADE, 2016).

Para compensar a política macroeconômica restritiva, o governo Dilma manteve a política de valorização real do salário-mínimo do governo Lula, com incremento de 18,74%, no período de 2011 a 2014; assim, considerando-se os governos Lula e Dilma (2003-2014), a valorização real acumulada atingiu 72,75%. Ademais, expandiu os gastos com as políticas compensatórias de renda e de combate à pobreza: ampliou-se a cobertura do Bolsa-Família, com a incorporação de famílias pobres e muito pobres com filhos adolescentes, e iniciou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), com a distribuição de bolsas de estudos e auxílio financeiro aos estudantes, para qualificação de mão de obra.

As políticas neoliberais, tanto as macroeconômicas como as compensatórias, não conseguiram reverter a queda de demanda no País, ampliaram muito discretamente o consumo das famílias e os gastos do governo, e o resultado foi um baixo crescimento do PIB, que em média atingiu 2,1%, no período de 2011 a 2014.

Nos estados, o ano de 2011 iniciou também com a posse de governadores, senadores e deputados federais, apoiados por uma coalizão de forças que emergiu sob a hegemonia de um núcleo partidário vinculado, na maioria das vezes, à fração da elite dominante.

Em razão dessas forças políticas eleitas e hegemônicas nos estados, da situação econômica e da deterioração da receita pública federal, como ocorreu a disputa entre as classes e frações de classes na formação do fundo público estadual no Nordeste, no período de 2011 a 2014?

No que diz respeito ao montante dos recursos arrecadados pelo fundo público do Nordeste, as receitas orçamentárias eram de R\$ 106,2 bilhões, em 2011, e passaram para R\$ 145 bilhões, em 2014, registrando um crescimento real de 36,4% nas receitas totais da região. (ALENCAR JÚNIOR, 2018).

O crescimento da receita orçamentária dos estados foi determinado, principalmente, pela expansão da receita tributária e da receita de transferências correntes, as quais representaram, em média, 48% e 40,8%, respectivamente, do total da receita da região e corresponderam a quase 90% da arrecadação do fundo público estadual nordestino, no período analisado. (ALENCAR JÚNIOR, 2018).

As receitas tributárias foram de R\$ 51,4 bilhões, em 2011, e alcançaram R\$ 70,2 bilhões, em 2014, apresentando um crescimento real de 36,6% para a região. Os impostos são os tributos que mais contribuíram para a receita tributária do fundo público estadual no Nordeste, no período: R\$ 49 bilhões, em 2011, e atingiram R\$ 67,5 bilhões em 2014, registrando um crescimento de 37,7% nas receitas realizadas e representando, em média, 96,2% da receita tributária da região. (ALENCAR JÚNIOR, 2018).

No Nordeste, as receitas realizadas com o ICMS eram de R\$ 43,3 bilhões, em 2011, e passaram para R\$ 60,3 bilhões, em 2014, registrando um crescimento de 39,4% e uma participação média de 89,2% no total das receitas de impostos da região, no período. (ALENCAR JÚNIOR, 2018).

Além das receitas tributárias nas receitas correntes, as transferências correntes complementam a importância estratégica dessa categoria econômica na receita total dos estados, e sua fonte de recursos mais representativa é o fundo de participação dos estados formado do IR e do IPI.

No Nordeste, as receitas do FPE somaram, em 2011, o montante de R\$ 31,8 bilhões e foram incrementadas para R\$ 37 bilhões, em 2014, registrando um crescimento real de 17,6% e uma participação média de 66,39% nas receitas de transferências correntes. (ALENCAR JÚNIOR, 2018).

Na região, a receita de transferências correntes cresceu, em parte, impulsionada pelo crescimento real das receitas do fundo de participação dos estados, no período de 2011 a 2014; porém, não em montante suficiente para reverter a tendência de queda da participação do FPE nas transferências correntes em três (Bahia, Pernambuco e Paraíba) dos nove estados da Região.

No que diz respeito às receitas de capital, as operações de crédito constituem uma das principais fontes de recursos. Têm como objetivo reestabelecer o “equilíbrio” das contas públicas, com base no endividamento do estado, e são muito utilizadas pelos governos estaduais para realização de investimentos e amortização da dívida pública.

No Nordeste, a receita com operações de crédito dos estados somou, em 2011, o montante de R\$ 2.893 milhões e foi incrementada para R\$ 7.267 milhões, em 2014, indicando um crescimento real de 151% no período. As operações de crédito representaram, em média, 68% do total das receitas de capital e 5,5% das receitas orçamentárias totais realizadas no período. (ALENCAR JÚNIOR, 2018).

Comparando a participação média da receita de operações de crédito nas receitas de capital e nas receitas totais entre os dois períodos analisados, conclui-se que houve crescimento de 47% e de 129% na participação média desta fonte nas respectivas receitas da região Nordeste. (ALENCAR JÚNIOR, 2018).

Portanto, exceto o Rio Grande do Norte, todos os estados do Nordeste expressam incrementos expressivos na participação média das operações de crédito nas receitas de capital e nas receitas totais, nos períodos 2007-2010 e 2011-2014, o que significa dizer que os estados ampliaram seu endividamento para assegurar recursos para o financiamento dos seus gastos públicos, inclusive para os dispêndios social e financeiro.

Assim, o fundo público estadual na região Nordeste teve seus recursos orçamentários aumentados no período de 2011 a 2014, e a origem dessa expansão está relacionada, principalmente, ao crescimento real da receita do ICMS, do FPE e das operações de crédito.

Comparando-se, porém, os crescimentos médios da receita de ICMS (39%), do FPE (18%) e das operações de crédito (151%), observou-se que a receita de ICMS cresceu numa proporção 2,2 vezes maior do que a do FPE e 3,8 vezes inferior às operações de crédito, as quais participaram, em média, com valor menor do que 4% na composição da receita total no período. (ALENCAR JÚNIOR, 2018).

Isso denota que o crescimento da receita orçamentária dos estados do Nordeste, malgrado uma melhora da participação do FPE nas transferências correntes, foi assegurado, preferencialmente, pela expansão das receitas de operações de crédito e do ICMS.

Neste sentido, o fundo público estadual, abastecido pela crescente extração de impostos indiretos em relação aos impostos diretos, assumiu o caráter de classe e, independentemente do espectro ideológico dos governos, transferiu para os trabalhadores, em suas frações de renda mais baixa, o ônus da

maior parcela do financiamento dos gastos públicos, sejam dos gastos financeiros, sejam dos não financeiros, nos dois períodos analisados.

3. O DESTINO DA DISPUTA: A QUEM FAVORECE?

O objetivo deste item é verificar a distribuição dos gastos do governo, entre as áreas social e financeira, pois refletiram a prioridade orçamentária adotada pelos estados do Nordeste, após a crise do capitalismo global de 2007.

A área social dos estados foi representada pelos gastos sociais em Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Comunicações e Desporto e Lazer. A área financeira é composta pelos gastos financeiros com o serviço da dívida pública interna e externa, excluídas as despesas com o refinanciamento da dívida pública estadual.

Ciente de que o orçamento é uma arena para disputa política entre as classes e frações de classes pelos recursos do fundo público, quais foram as destinações dos recursos orçamentários arrecadados pelos estados da região Nordeste?

A destinação está relacionada ao montante do gasto orçamentário expresso nas despesas não financeiras (DNF) – gastos dos governos estaduais com o custeio da máquina pública, com a reprodução da força de trabalho como salários indiretos pagos pelo estado aos trabalhadores e com o capital, além dos subsídios e renúncias fiscais para as empresas – e nas despesas financeiras (DF) – com juros e amortizações da dívida pública interna e externa.

As renúncias tributárias não estão inclusas nessa análise. Nesta pesquisa, enfatizaram-se os gastos com a ordem social e com o serviço da dívida pública, excluído o valor do seu refinanciamento.

Assim, não obstante a crise do capitalismo global em curso, a política macroeconômica neoliberal adotada pelo governo federal, que afetou as contas públicas dos estados, e o espectro ideológico do bloco no poder, o gasto público cresceu em todos os estados do Nordeste, e na sua repartição, os gastos não financeiros foram priorizados por todos os estados, no período 2007-2010.

O crescimento do gasto público em todos os estados fez o montante da despesa orçamentária empenhada no Nordeste passar de R\$ 61,2 bilhões (6,1% em DF e 93,9% DNF), em 2007, para R\$ 91,4 bilhões (3,4% em DF e 96,5% DNF), em 2010; portanto, durante quatro anos de governos dos mais diferentes espectros ideológicos no Nordeste, os gastos reais da região elevaram-se 49,1%, influenciados pelo crescimento real de 53,4% das DNF e de redução de 16,1% das DF. (ALENCAR JÚNIOR, 2018).

No período de 2011-2014, com outras forças políticas eleitas e hegemônicas nos estados do Nordeste, como a despesa orçamentária dos Estados foi distribuída entre os gastos financeiros e os não financeiros?

O crescimento do gasto público em todos os estados fez o montante da despesa orçamentária empenhada no Nordeste passar de R\$ 103,7 bilhões (3,6% em DF e 96,4% DNF), em 2011, para R\$ 144,3 bilhões (3,3% em DF e 96,7% DNF), em 2014; portanto, no período, os gastos reais da região cresceram 39,1%, influenciados pelo crescimento real de 28,3% das DF e de 39,5% das DNF. (ALENCAR JÚNIOR, 2018).

Assim, em relação ao montante do gasto e sua distribuição entre as despesas financeiras e não financeiras, na região Nordeste (2007-2014), ficaram evidentes o crescimento do gasto público (135,5%) e a expansão mais acentuada das DNF (142,5%) em relação às DF (27,5%); em consequência, a participação das DF no total das despesas orçamentárias foi reduzida de 6,1% em 2007 para 3,3%, em 2014; no entanto, os gastos financeiros médios de R\$ 3,5 bilhões, no primeiro período, passaram para R\$ 4,7 bilhões, no segundo. (ALENCAR JÚNIOR, 2018).

A utilização do fundo público pelos governos estaduais para incrementar tanto os gastos não financeiros como os financeiros, no período 2007-2014, corroborou com o mesmo movimento realizado pelo governo federal, de 2003 a 2010 (Lula), quando incrementou em 116% as DNF e em 57% as DF, assim como reduziu a participação das DF no total das despesas orçamentárias de 32%, em 2003, para 25%, em 2010. Os gastos financeiros médios, no entanto, de R\$ 179,5 bilhões, no primeiro governo, foram elevados para R\$ 285,8 bilhões, no segundo, depois de ter atingido o patamar financeiro de R\$ 400,1 bilhões, no penúltimo ano de governo Lula. (ALENCAR JÚNIOR, 2018).

Com efeito, seja no governo central, seja nos governos subnacionais da periferia, o fundo público cumpriu sua dupla função: de reproduzir o

capital e a força de trabalho, pendendo para um lado ou outro, de acordo com os interesses do bloco no poder e da luta política entre as classes e frações de classes naquele momento histórico.

Enquanto a totalidade da DF foi alocada no gasto financeiro com o serviço da dívida pública interna e externa, no entanto, apenas parte da DNF – a mais relevante para os estados do Nordeste – foi destinada à reprodução da força de trabalho, ao gasto social.

Neste sentido, qual foi a participação do gasto social no total da despesa não financeira dos estados da região Nordeste, no período de 2007 a 2014?

A participação do gasto social nas DNF ampliou-se na região Nordeste: era de 47,1%, em 2007, e passou para 48,8%, em 2010, correspondendo a um crescimento de 3,7%; no período seguinte, a participação de 49,6%, em 2011, passou para 48,9%, em 2014, equivalendo a uma redução de 1,3%. No entanto, apesar dessa oscilação, a participação do gasto social cresceu 4% na região, no período de 2007 a 2014. (ALENCAR JÚNIOR, 2018).

Evidenciada a importância do gasto social nas DNF e do gasto com o serviço da dívida pública nas DF, qual a direção dada aos gastos orçamentários, em termos de favorecimento ou não à classe trabalhadora e à classe dominante, pelos governos estaduais do Nordeste, no período de 2007 a 2014?

Para demonstrar quais os interesses políticos que prevaleceram nas decisões de gastos dos governos estaduais, a análise das despesas por função e subfunção no balanço geral dos estados mostrou a real direção do gasto orçamentário, apontando as áreas sociais e financeiras que registraram as maiores taxas de crescimento, como também evidenciou a magnitude do gasto social e do gasto financeiro na totalidade da intervenção do Estado, isto é, a relevância dos gastos na agenda estatal do Nordeste.

A participação do gasto social nas despesas totais da região Nordeste iniciou o período com 44,19% e finalizou com 47,13%, acumulando um crescimento de 6,66%, de acordo com a Tabela (à frente).

Nesse sentido, as áreas sociais mais favorecidas na região foram: Desporto e Lazer, com uma expansão de 97,34% na sua participação, Gestão Ambiental, com 48,1%, Ciência e Tecnologia, com 28,21%, e Comunicações, com 26,56%, todas pouco representativas no gasto total do Nordeste.

Por outro lado, as áreas sociais mais prejudicadas na região foram: Direitos da Cidadania e Previdência Social, com reduções, respectivamente, de

4,23% e de 0,25%, no período; esta última, pelo fato de representar 26,57% do gasto social da região, qualquer desaceleração no seu gasto tem influência imediata sobre os benefícios sociais prestados à população, principalmente a idosa e de mais baixa renda.

Tabela - Participação dos gastos social e financeiro na despesa total da região Nordeste, por função e subfunção orçamentária, no período de 2007 a 2014

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Assistência Social	0,95%	0,87%	0,99%	1,13%	1,02%	1,03%	0,88%	0,93%
Previdência Social	12,55%	11,05%	12,75%	12,52%	12,78%	12,56%	12,74%	13,35%
Saúde	13,12%	12,08%	14,17%	14,33%	14,23%	14,24%	13,97%	14,91%
Educação	14,99%	13,58%	15,61%	16,11%	16,56%	14,66%	14,06%	13,95%
Cultura	0,46%	0,49%	0,59%	0,54%	0,48%	0,48%	0,41%	0,44%
Direitos da Cidadania	1,13%	1,01%	1,17%	1,09%	1,27%	1,63%	1,63%	1,89%
Gestão Ambiental	0,45%	0,48%	0,64%	0,67%	0,48%	0,59%	0,93%	0,79%
Ciência e Tecnologia	0,29%	0,27%	0,30%	0,37%	0,32%	0,31%	0,31%	0,36%
Comunicações	0,13%	0,17%	0,19%	0,16%	0,15%	0,22%	0,22%	0,21%
Desporto e Lazer	0,11%	0,12%	0,13%	0,21%	0,51%	0,43%	0,86%	0,48%
Gasto Social	44,19%	40,12%	46,56%	47,13%	47,80%	46,16%	46,00%	47,31%
Serviço da Dívida Interna	4,89%	4,20%	3,63%	3,06%	3,23%	3,61%	4,25%	2,82%
Serviço da Dívida Externa	1,31%	0,95%	0,64%	0,45%	0,37%	0,40%	0,40%	0,49%
Gasto Financeiro	6,20%	5,15%	4,28%	3,51%	3,60%	4,01%	4,65%	3,30%
GASTO TOTAL	50,39%	45,27%	50,83%	50,64%	51,40%	50,17%	50,66%	50,62%

Fonte: Alencar Jr. (2018).

Outras despesas, contudo, obtiveram incrementos menores na participação da despesa orçamentária da Região, tais como: Saúde com 2,22% e Educação com 7,46%; porém, tais incrementos se revelaram pouco efetivos na melhoria da posição relativa dessas áreas em relação ao gasto social.

No que diz respeito ao gasto social *per capita* da região, este passou de R\$ 518, em 2007, para R\$ 812, em 2010, registrando um crescimento de 56,79%, o que significa dizer que a região incrementou em mais da metade o valor dos benefícios sociais prestados a cada nordestino no período. (ALENCAR JÚNIOR, 2018).

Por outro lado, a participação das despesas com o serviço da dívida, pública no orçamento total da região, era de 6,20%, em 2007, e passou para 3,51%, em 2010, correspondendo a uma redução de 43,31%, influenciada pela queda na participação do pagamento de juros e amortizações das dívidas públicas interna e externa, com prevalência para a redução da segunda, de acordo com a Tabela.

Nessa perspectiva, o gasto financeiro *per capita* era de R\$ 71 e recuou para R\$ 59, exprimindo uma redução de 17,37%, no período. Assim, a transferência da riqueza produzida pelos nordestinos ao capital financeiro foi reduzida em quase 1/6 por habitante, em quatro anos. (ALENCAR JÚNIOR, 2018).

Na região Nordeste, em razão do crescimento da participação do gasto social no orçamento, este foi direcionado, principalmente, para Desporto e Lazer, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia e Comunicações; enquanto o gasto financeiro, que teve sua participação reduzida nas despesas orçamentárias, foi mobilizado para o pagamento do serviço da dívida pública interna, no período de 2007 a 2010.

No segundo período (2011-2014), o gasto social era de R\$ 49,5 bilhões e, após incrementos sucessivos, alcançou R\$ 68,2 bilhões, em 2014; ao passo que o pagamento do serviço da dívida pública era de R\$ 3,7 bilhões, em 2011, atingiu o patamar de R\$ 6 bilhões, em 2013, e reduziu para R\$ 4,7 bilhões, em 2014. Assim, os gastos social e financeiro cresceram, respectivamente, 37,6% e 28,3% na região. (ALENCAR JÚNIOR, 2018).

No Nordeste, 50% a 51% dos recursos orçamentários foram direcionados aos gastos social e financeiro, no período de 2011 a 2014; o gasto com a ordem social obteve participação média de 46,8% no total do gasto orçamentário; enquanto isso, o gasto com o serviço da dívida pública correspondeu a 3,9%, de acordo com a Tabela.

A participação do gasto social na despesa total regional iniciou o período com 47,8% e finalizou com 47,31%, acumulando uma redução de 1%. As áreas sociais mais afetadas na distribuição do gasto foram: Educação, com uma redução de 15,79% na sua participação, Assistência Social, com 8,48%, e Cultura, com 7,9%.

Por outro lado, as áreas sociais mais favorecidas foram: Gestão Ambiental, com um incremento de 65,34%, Direitos da Cidadania, com 48,95%,

Comunicações, com 38,47%, e Ciência e Tecnologia, com 12,78%, as quais têm uma participação residual na composição do gasto social na Região.

Outras despesas, no entanto, tiveram incrementos menores na participação da despesa orçamentária regional, tais como Saúde, com 4,8%, e Previdência Social, com 4,43%. Estes foram, porém, superados pelos de outras áreas sociais, que repercutiram na distribuição do gasto social e evidenciaram menor dinâmica no crescimento das suas participações em relação a outros gastos sociais.

No que diz respeito ao gasto social *per capita*, este passou de R\$ 914, em 2011, para R\$ 1.213, em 2014, registrando um crescimento de 32,69% no período, o que significa dizer que os governos dos estados do Nordeste, em conjunto, ampliaram o gasto social por habitante, de tal modo que os benefícios sociais prestados pelo estado foram ampliados em quase 1/3 para cada nordestino, no período. (ALENCAR JÚNIOR, 2018).

Por outro lado, a participação das despesas com o serviço da dívida pública no orçamento total da região era de 3,6%, em 2011, e passou para 3,3% em 2014, acumulando uma redução de 7,8%, influenciada por um crescimento de 31,57% na participação do serviço da dívida externa e uma redução de 12,6% na participação do serviço da dívida interna, a qual representava a maior parte na composição do serviço da dívida pública da região, em 2014. Nessa perspectiva, o gasto financeiro *per capita* era de R\$ 69 e passou para R\$ 85, destacando um aumento de 23,66%, no período. (ALENCAR JÚNIOR, 2018).

Na região Nordeste, em virtude da redução da participação do gasto social no orçamento, as despesas com a ordem social foram direcionadas, principalmente, para Gestão Ambiental, Direitos da Cidadania, Comunicações e Ciência e Tecnologia; já as despesas financeiras, que tiveram sua participação reduzida nas despesas orçamentárias, foram mobilizadas para o pagamento do serviço da dívida pública externa, no período de 2011 a 2014.

Os dois períodos analisados foram marcados, no primeiro momento, pelo direcionamento do gasto social para Desporto e Lazer, Gestão Ambiental e Ciência e Tecnologia; e, no segundo, para Gestão Ambiental, Direitos da Cidadania e Comunicações. Por outro lado, o gasto financeiro foi mobilizado, no primeiro período, para o pagamento do serviço da dívida interna, e, no segundo, para o pagamento do serviço da dívida externa.

No tocante à relevância do gasto, nos dois períodos, os interesses do trabalho foram priorizados no Nordeste do Brasil; no primeiro período, a participação do gasto social aumentou e a do gasto financeiro foi reduzida em relação à despesa orçamentária total, paralelamente ao crescimento do gasto social *per capita* e à queda do gasto financeiro *per capita*; no segundo período, a redução da participação relativa do gasto social foi inferior à do gasto financeiro, associada a um aumento do gasto social *per capita* superior ao do gasto financeiro *per capita*.

Na disputa pelos recursos do fundo público, a prevalência do trabalho foi reforçada, quando observado o período sem fracionamentos (2007-2014), em que se percebeu a expansão de 7,1% da participação do gasto social contra a redução de 45,9% na participação do gasto financeiro em relação à despesa orçamentária, corroborado pelo crescimento do gasto social *per capita* bem acima do gasto financeiro *per capita*; portanto, o fundo público estadual na região Nordeste cumpriu mais a função de legitimação do que a de acumulação. (ALENCAR JÚNIOR, 2018).

Considerando a região Nordeste em seu conjunto de administrações públicas de variados espectros ideológicos, as decisões tomadas pelos governos estaduais, do ponto de vista do montante, da direção e da relevância, direcionaram o gasto orçamentário para o gasto social e o tornaram mais relevante na agenda estatal da Região, no período de 2007 a 2010.

No período seguinte, a relevância foi para o gasto social, porém com menor intensidade em relação ao período anterior; o gasto financeiro *per capita* cresceu proporcionalmente mais do que o gasto social por habitante, em cinco dos nove estados da região, elevando sua importância no Nordeste nos anos de 2011 a 2014.

Nesse sentido, o fundo público estadual, ao expandir os gastos com a ordem social e com o pagamento do serviço da dívida pública, elevando suas participações na despesa orçamentária, bem como incrementando o gasto social e financeiro por habitante na Região, cumpriu, com maestria, a função de legitimação e de acumulação no Estado capitalista.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tempos de crise conjuntural do capitalismo global em que o fundo público é instado a cumprir sua função contraditória de reprodução do capital e da força de trabalho, tendo a primeira como sua prioridade, esta pesquisa identificou como a repartição dos recursos do fundo público entre os gastos social e financeiro foi conduzida pelos governos estaduais, identificando as classes e frações mais oneradas e favorecidas na formação e na destinação dos recursos do fundo público nos estados da região Nordeste, nos períodos de 2007 a 2010 e de 2011 a 2014.

A matriz comparativa da execução do gasto público pelos governos estaduais, nos dois períodos estabelecidos pela pesquisa, considerando a realidade econômico-financeira e política executada na Região, possibilitou as seguintes constatações: a primeira, a despeito do bloco no poder e da fração que hegemoniza as decisões dos governos estaduais, a formação do fundo público estadual, na Região Nordeste, baseou-se em impostos regressivos, os quais, prioritariamente, atingem a classe trabalhadora e sua fração de renda mais baixa, evidenciando o seu papel de principal financiadora do gasto público, por consequência, dos gastos sociais e dos gastos financeiros dos estados da região Nordeste.

A segunda constatação foi a de que as despesas não financeiras foram ampliadas em relação às despesas financeiras no primeiro período, enquanto no segundo as despesas financeiras cresceram mais na Região.

A terceira constatação foi a de que o gasto público foi direcionado para o gasto social, apesar do crescimento do gasto financeiro em quatro dos nove estados da Região no primeiro período; enquanto isso, no segundo, os gastos financeiros cresceram mais em 2/3 dos estados.

A quarta constatação foi de que o gasto social foi direcionado, prioritariamente, para as áreas de Desporto e Lazer, Gestão Ambiental e Ciência e Tecnologia, enquanto os gastos financeiros concentraram-se no serviço da dívida pública interna, no primeiro período na região Nordeste; ao passo que, no segundo, foram orientados para Gestão Ambiental, Direitos da Cidadania, Comunicações e para o serviço da dívida pública externa.

A quinta constatação foi a de que a relevância dos gastos social e financeiro na agenda estatal foi ampliada, a pender para o gasto social em todos os

estados no primeiro período analisado, e para o gasto financeiro em 2/3 dos estados, no período seguinte.

Conclui-se, pois, que, nos estados do Nordeste, de 2007 a 2014, a classe trabalhadora, em sua fração de renda mais baixa, foi a principal financiadora do fundo público, isto é, dos gastos social e financeiro; entretanto, se beneficiou menos das políticas públicas sustentadas pelos gastos sociais, do que a burguesia financeira se apropriou dos rendimentos oriundos do serviço da dívida pública estadual.

REFERÊNCIAS

ALENCAR JÚNIOR, O. G. de. *Estado e fundo público: a disputa entre o capital e o trabalho pelos recursos orçamentários no Nordeste do Brasil de 2007 a 2014*. 280f. Tese de Doutorado (Políticas Públicas). São Luís, Universidade Federal do Maranhão, 2018.

_____; SALVADOR, E. Finanças, fundo público e financiamento da seguridade social no Brasil. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v.18, n.2, p.239-248, jul./dez. 2015.

BARBOSA, N. Dez anos de política econômica. In: SADER, E. (org.). *10 anos de governo pós-neoliberal no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo. Rio de Janeiro: FLAC-SO Brasil, 2013.

CHESNAIS, F. *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.

FATORELLI, M. L. (org.). *Auditoria cidadã da dívida pública: experiências e métodos*. Brasília: Inove Editora, 2013.

GIACOMONI, J. *Orçamento público*. 15.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARQUES, R. M.; ANDRADE, P. R. Brasil 2003 – 2015: balanço de uma experiência “popular”. *Encuentro de la Sociedad Latinoamericana de Economía Política y Pensamiento Crítico (SEPLA)*. “Diez años de SEPLA-México: Crisis y desafíos para la clase trabajadora en Nuestra América”. *Anais...* Cidade do México, 2016.

PISCITELI, R.; TIMBÓ, M. *Contabilidade pública*. 13.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PARTE III

CONSERVADORISMO,
QUESTÃO URBANA E RURAL

RACISMO ESTRUTURAL E DESAFIOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NEGROS NA CONTEMPORANEIDADE

Maria Zelma de Araújo Madeira*
Richelly Barbosa de Medeiros**

1. INTRODUÇÃO

Este capítulo discute o racismo como realidade estrutural e superestrutural na sociedade brasileira, ao investigar as desigualdades raciais nos planos econômico e ideológico-cultural à luz do marxismo. Nessa perspectiva analítica, tratou-se da herança da escravidão moderna, das especificidades que toma o racismo nas relações sociais brasileiras, demonstradas pelas persistentes desigualdades sociorraciais. Parte-se da necessidade de conhecer a história que constitui o Brasil, na certeza de que a utopia da liberdade sempre fez parte das práticas da população negra desde a sua escravização, reeditando-se ante as contradições expressas com o pós-abolição, no contexto capitalista. Apreende-se, assim, a politização das narrativas que tratam das

* Professora do Curso de Graduação em Serviço Social e do Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: zelmadeira@yahoo.com.br.

** Mestra em Serviço Social, Trabalho e Questão Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Assistente Social da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: richellybarbosa@ufc.br.

resistências e dos agenciamentos plurais inscritos nos movimentos e no ativismo de negros/as no País.

Tratar do tema da escravidão no Brasil, no dizer de Clóvis Moura (2004), não é tarefa simples. Vale, então, pontuar as contradições e os conflitos de interesses entre as concepções do Brasil escravista e do Brasil escravizado. Esta nação, com seu arcabouço jurídico-legal, legitimou o escravismo e suas passagens históricas, por um lado, perpassado pelo esquema de poder senhorial hegemônico descrito quase sempre como mundo dos brancos. E, de outra parte, fundado como Brasil escravizado, constituído de negros/as que edificaram o desenvolvimento econômico mediante trabalho forçado e que historicamente lutaram pela sua emancipação, afrontando de vários modos o regime servil, mediante a criação e recriação de elementos culturais e de práticas políticas.

A escravização no Brasil se configurou como por demais violenta, ao mesmo tempo em que foi marcada por agenciamentos, negociações, resistências plurais dos/as escravizados/as. Daí a relevância de dar voz e visibilidade a tais agentes tão apagados/as, discriminados/as, negados/as de sua história nesta sociedade que reimprimiu o preconceito, a discriminação e o racismo. É possível, assim, ratificar a defesa de que se atuaram no enfrentamento daquele sistema econômico opressor e violento – o escravismo, também persistiram nesse enfrentamento quando diante das desigualdades raciais no capitalismo.

Confrontar essa herança da escravidão nos leva necessariamente a refletir sobre o caráter contraditório desse modo de produção e reprodução da sociedade, apontar certamente as vulnerabilidades, mas também as lutas travadas nesse momento histórico e suas repercussões no tempo corrente. Esse debate é importante e oportuno, porque traz para os dias atuais as especificidades da escravidão que vigorou por quase 400 anos no Brasil e as consequências que deixou e como temos nos debatido com ela – as repercussões, os rebatimentos nas trajetórias individuais e coletivas da população negra.

O Brasil atual prossegue com as ideias e práticas racistas, apropriadas e funcionais à reprodução do sistema capitalista, com seus traços gritantes de desigualdade de classe, que afetam majoritária e profundamente homens negros e mulheres negras. Para muitos/as, o racismo aqui é leve, pois não vigorou o *apartheid*. Nessa lógica, quando acontece, e se acontece, interpreta-se como fato isolado, um problema psicológico, um fenômeno ético de caráter

individual. Temos um racismo sem agentes e uma “autoconcepção de que não é violento”. (SCHWARCZ; GOMES, 2018).

A verdade é que o País não superou a escravidão, que se realimenta sem sistema formal, nutrindo o racismo na estrutura social, mantenedor do modo de produção e como prática entranhada nas relações políticas, econômicas, jurídicas, culturais e familiares, definindo os lugares sociais como regra e não como exceção. (ALMEIDA, 2017). Como salienta Almeida (2017, p. 07), convive-se com suas vastas expressões - ele se efetiva por meio das piadas ofensivas, narrativas sutis e perversas de atos cotidianos, que, inclusive, não são mensuráveis pela estatística (racismo interpessoal); reproduz-se quando é visto como “patologia” social, de caráter individual - *não haveria sociedades ou instituições racistas, mas indivíduos racistas, que agem isoladamente ou em grupo* (concepção individualista), sendo exigida correção somente no campo jurídico; e quando do *mau funcionamento* das instituições, mediante desvantagens e privilégios de raça, somando-se à baixa representatividade nesses lugares das minorias raciais (racismo institucional).

A concepção, aqui, compreendida, em consonância com Almeida (2016, p. 23), é a de que, “[...] Ao contrário do que apreçoam as leituras liberais, racismo não é apenas um problema ético, uma categoria jurídica ou um dado psicológico, ele é uma relação social, que se estrutura política e economicamente”. Ele é estrutural e se alicerça no modo “normal” como se fundam relações raciais desiguais na política, na economia, no jurídico e até nas famílias, não sendo uma patologia social nem um desarranjo institucional. Logo, além de medidas que o coíbam individual e institucionalmente, torna-se imperativo pensar sobre mudanças profundas nesta sociabilidade, alinhadas à reivindicação ampla de superação do capital e de outras opressões, como as de gênero.

À luz da teoria marxista, procura-se deslindar as raízes do racismo na dimensão material (estruturante no campo econômico, das opressões de classe - capital x trabalho) e na superestrutura (campo ideológico e cultural) da sociedade brasileira, tendo por base as particularidades da formação social e histórica nacional. Para tanto, será analisado o modo como o escravismo, sistema econômico da superexploração “desumana” e violenta de negros/as, manteve traços de continuidade no sistema capitalista brasileiro. Em seguida, serão discutidas as desigualdades raciais, o aviltamento e rebaixamento das

condições de vida e de trabalho da população negra, bem como as suas maneiras de enfrentar e lutar.

2. HERANÇA E RECRIAÇÃO DA ESCRAVIZAÇÃO DE NEGROS/AS NO BRASIL

A escravidão no Brasil foi um sistema cujo modo de produzir colonial permitia o tratamento de negros/as como objetos, tendo sido a sua superexploração do trabalho marcada por uma desumanização jamais conhecida na história da humanidade. Como último país a abolir a escravidão mercantil, contou com escravizados/as por todo o imenso território, fazendo uso da violência extrema e da perversidade.

O escravismo não se tornou apenas um sistema econômico, mas também forjou mentalidades, afetou conceitos, moldou “jeitos” de ser e existir na sociedade por meio dos significados, símbolos e linguagens, subalternizando até hoje os/as descendentes dos/as escravizados/as. Essa formação econômica, social, cultural e política nunca foi desestruturada, perpetua-se de várias maneiras, retratada pelas persistentes desigualdades sociorraciais e por atitudes naturalizadas do racismo, estruturante da sociedade brasileira, persistente na modernidade e obstáculo à igualdade.

A escravização nas Américas e o tráfico transatlântico de negros/as se efetivaram nas quase 36 mil viagens de navios negreiros, o que se faz imaginar como foram essas travessias do oceano, o sofrimento que acompanharam os longos dias no mar, as mortes, as doenças, os constrangimentos, os maus-tratos até a chegada nos leilões de gente, o que dá seguimento à vida a ser enfrentada como cativos/as. Como cativos/as em terras brasileiras, despatriados, foram sendo tecidos, certamente, os mais variados processos de aceitação, de recusa da escravização, acomodação, rebeldia direta e indireta, velada e sutil.

Com as primeiras levas chegando em 1550 e as últimas nos anos de 1860, conta-se que mais de 4,8 milhões de africanos tenham desembarcado no Brasil. No total, mais de 12 milhões e meio de mulheres, homens e crianças foram arrancados/as à força da África e deportados/as para as Américas e para o Caribe. Estima-se que mais de um milhão e meio dessas pessoas morreram durante a travessia. (SCHWARZ; GOMES, 2018).

Perdurou no Brasil, no primeiro momento, a escravidão indígena e depois a escravidão africana, alimentando o sistema colonial (moderno) – modo de produção que surgiu com o mercantilismo, e a expansão capitalista. Para a análise da escravização de pessoas como ação humana e do modo como isso interage com o capitalismo, dialoga-se com o paradigma marxista, estabelecendo, no mínimo, três apontamentos relevantes:

1) entende-se que, no exercício da práxis social, homens e mulheres tornaram-se cada vez mais humanos e mais diversos - por serem gênero (congregando um vasto campo que os unem em *si e para si*) e por carregarem singularidades (características naturais ou biológicas) e individualidades (criadas por meio das relações sociais) - de gênero, raça, etnia, orientação sexual etc. (LUKÁCS, 2010). Essa diversidade sócio-humana foi, todavia, negativizada, apropriada como instrumento de reprodução de desigualdades – alienações humanas. O escravismo moderno, portanto, “desumanizando” a cor negra, transformou algo positivo em justificativa de violência brutal e expropriação do trabalho;

2) o escravismo em países da América Latina e Antilhas, como analisa Marx (2011), foi funcional à estruturação do sistema capitalista europeu, dando-lhe base no processo de acumulação de capital para o desenvolvimento das suas forças produtivas. Assim como o tráfico negreiro e seu sistema de lucros altíssimos, à época, o escravismo, a violência e a brutalidade de algo criado pelo ser humano contra o próprio ser humano - alienação; escoaram recursos para a concentração de riquezas na origem e para a consolidação do capitalismo central. Esse resgate em Marx possibilita compreender que a dívida com a população negra não é só dos países colonizados, é transnacional, ligada ao capitalismo;

3) outra questão, por fim, acerca da sociedade brasileira, é que a legalidade da liberdade adquirida por negros/as manteve as heranças do escravismo; um sistema talvez ainda mais violento, pois tudo se tornara menos aparente na sua forma material. Nessa sua lógica, o capitalismo torna abstratas as alienações, que se ampliam e se universalizam (e por isso mesmo) por meio da *reprodução ideal de um processo real*. (ARAÚJO, 2003, p. 259). Cria-se a distância entre o legal e o real, por mais direitos que se possa conquistar, e a *igualdade* assume a dimensão de legalidade, enquanto se adensam as desigualdades.

A exemplo, como herança desse escravismo, cita-se a divisão racial do trabalho, em que negros e negras foram ligados, historicamente, aos trabalhos braçais, de menor prestígio e de baixa valorização, que requeriam pouca escolarização. Além disso, há a *estereotipização* e a desqualificação do “ser e existir negro”, interligando-o com *sujeira, pecado, castigo, tragédia, feiura* etc.; e a sua negação e a forte defesa da miscigenação. (MADEIRA, 2014). Essas e outras práticas, ancoradas nas amarras do escravismo, no capitalismo foram reeditadas no bojo da reprodução do *projeto de nação brasileiro anti-negro*, que ergueu privilégios aos/às não-negros/as, solapando a cidadania do povo negro.

Para Jessé Souza (2017), a escravidão define o Brasil, pois o pacto estabelecido e sedimentado pelos donos do poder para perpetuar uma sociedade excludente e perversa tem sua origem ainda na escravidão. O autor fala, por meio do que ele denomina culturalismo racista, que o escravismo norteou as mentalidades e atitudes no Brasil, erigindo um passado criminoso que deixou marcas perversas e profundas na atualidade, presente nas instituições fundamentais que moldam e direcionam os comportamentos (família, escola, mercado de trabalho, política e justiça foram baseados na escravidão). O que define o Brasil não é a herança maldita luso-brasileira para a corrupção, mas o abandono da classe dos/as ex-escravizados/as, o abandono dos/as libertos/as à própria sorte/azar.

Essa linha argumentativa tem sustentação ao se voltar o olhar para o processo de abolição inacabada, determinada por um modelo gradualista de libertação dos/as escravizados/as, tendo tido as legislações o fim de garantir indenizações aos senhores, no momento em que a massa de cativos/as se tornou custo e não mais lucro. Foram normas jurídicas conservadoras, sem previsão de qualquer inclusão social, como a Lei Eusébio de Queiroz (1850); a Lei do Ventre Livre (1871) e, a última delas, a Lei Áurea (1888).

Heringer (2002) contextualiza que a *abolição da escravidão* no Brasil foi tardia em comparação ao ocorrido nos demais países e aponta que, após esse momento, mesmo sem o discurso oficial da segregação, a população outra escravizada foi *marginalizada*, desprovida de competitividade com os/as imigrantes europeus/ias, cujo estímulo ao aportarem no País, como salienta o historiador (2002), representava uma tentativa de *branquear* a população nacional, sob a ideologia do racismo à brasileira.

Uma das falas mais correntes para marginalizar a mão de obra negra foi a de que não eram capacitados/as, porém, para Hasenbalg (1979 *apud* THEODORO, 2008) isso consistia em mais uma reprodução do racismo, pois, salvo exceções, os/as imigrantes, que tomaram os postos de trabalho que deveriam ter sido de negros/as quando da libertação, também não possuíam qualquer tipo de especialização profissional. Foi-se atribuindo, assim, aos/às brancos/as maior aptidão, inteligência, disciplina, energia e racionalidade para o trabalho. E, ao mesmo tempo, “[...] as próprias dificuldades de inserção no mercado de trabalho do ex-escravo foram interpretadas como prova de sua incapacidade e de sua inferioridade racial”. (COSTA, 1999 *apud* THEODORO, 2008, p. 37).

O fim da escravidão deu-se sem políticas de reparação e, sem, tampouco, inclusão, acrescido da criminalização dos modos de vida dos/as escravizados/as, associando-os/as, mormente, à vadiagem e à mendicância. Azevedo (2004), na sua obra *Onda negra, Medo Branco: o Negro no Imaginário das Elites do Século XIX*, expõe que a população negra já põe os pés na rua no pós-abolição como *classe perigosa*, inspirando medo em uma minoria de proprietários/as ricos/as e brancos/as, que a associou a uma vida sem regras, inclusive sem moral e sem ética para o trabalho.

Juremir Machado da Silva (2018) ilustra bem esse medo quando resgata as manchetes de jornais publicadas um dia após a abolição, em que a preocupação versava sobre o que fazer com essa tida massa *despreparada, sem humanidade, infantilizada*, com traços fortes da vagabundagem. Em um dos jornais citados pelo autor, o Diário do Maranhão, cobrava-se programa governamental contra os/as novos/as cidadãos/ãs livres do Império, exigindo leis que reprimissem a sua ociosidade, pela via da disciplina, de um rigoroso regime policial. Como é possível notar, não houve quaisquer tipos de agradecimentos pelos trabalhos gratuitamente prestados (forçados), pelos séculos da geração de riquezas que consolidou o Brasil como nação. Não houve nenhum pedido de desculpas, mas, sim, medidas contra a “vagabundagem dos libertos”.

Em meio a décadas de debates entre teóricos do assunto, remanesce uma certeza: a de que o pensamento racista e as práticas discriminatórias que sustentaram o sistema escravista até 1888 atravessaram os mais de 130 anos seguintes sob novas modalidades.

3. O RACISMO NA ESTRUTURA ECONÔMICA BRASILEIRA: AS PERSISTENTES DESIGUALDADES SOCIORACIAIS

Para Gramsci (2002, p. 26), bloco histórico “[...] é unidade entre a natureza e o espírito (estrutura/superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos”. Concebe-se a distância de quaisquer visões mecanicistas/estruturalistas acerca da dialética entre economia e relações sociais, a serem tratadas em sua reciprocidade.

O entendimento, aqui, é o de que, no bloco histórico brasileiro, o racismo se efetiva no padrão de acumulação primitiva de capital (com sua história marcada pelo escravismo moderno), nas questões que permeiam a relação capital-trabalho e, em outras, existentes no terreno da história ético-política e também moral-prática. Portanto,

[...] É preciso evitar que a questão [dialética estrutura-superestrutura] seja colocada em termos ‘intelectualistas’ e não ‘histórico-políticos’. [...] Pode-se dizer que o fator econômico (entendido no sentido imediato e judaico próprio do economicismo histórico) é tão-somente um dos muitos modos sob os quais se apresenta o processo histórico mais profundo (fator raça, religião, etc.) [...]. (GRAMSCI, 1977 *apud* COSPITO, 2017, p. 272).

O racismo determina a estrutura desta sociabilidade desde o colonialismo, tendo sido pautado pelo escravismo moderno, que se ancorou na cor dos sujeitos como justificativa para a usurpação da sua força de trabalho e de negação do seu acesso à riqueza socialmente produzida. O que foi o escravismo senão um sistema particular de produção e geração de riquezas? No sistema capitalista lança-se mão de outro tipo de relações de trabalho, mas ele não rompe, no Brasil, com o sistema anterior, acolhe suas determinações de modo pacífico, mantendo o racismo como parte do seu metabolismo e aprofundando uma *racialização* da superexploração do trabalho.

Oliveira (2016) aponta como particularidades da formação brasileira três matrizes de opressão, todas com forte relação com o que foi exposto há pouco: a primeira, *o racismo como elemento estruturante da divisão de classes*, tendo a transição do escravismo ao capitalismo se dado de modo conciliador, mantendo aspectos do período anterior. A segunda, *a concentração de riquezas*,

mediante manutenção da dependência brasileira de economias externas, a concentração da propriedade privada, da terra e da renda; e a máxima exploração do trabalho. E, por fim, *a violência como prática política permanente e não episódica*, criminalizando práticas e demandas sociais e políticas.

O escravismo e, em extensão mais ampla, a colonização das Américas e das Antilhas erigiram as protoformas, em seus elementos basilares, de consolidação do capitalismo. Como este processo se deu, primordialmente, na Europa, não são imediatas as conexões que colocam o escravismo moderno no diâmetro dessa totalidade social. Marx (2011) trata do tema no volume 1, tomo II - de “O Capital”, capítulo XXIV, na *A assim chamada acumulação primitiva*.

No plano econômico, o escravismo, mediante total usurpação do trabalho da população negra e por intermédio de uma verdadeira caça aos/às negros/as africanos/as, foi fonte de lucro para o enriquecimento dos Estados absolutistas europeus. O colonialismo fundou, por via da falsa negatificação racial, a “escravidão de negros – uma escravidão puramente industrial”. (MARX, 2011, p. 249). Cria-se, pois, assim, uma divisão racial do trabalho por meio de alienações, da negatificação da diversidade sociocultural humana, espraiando-se material e simbolicamente na sociabilidade.

Nessa práxis, “[...] a conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência são os elementos que ‘desempenham o principal papel’ no nascimento do sistema sociometabólico do capital”. (MARX, 2013, p. 786). Coexistiram brutalidades na conversão dos/as trabalhadores/as europeus/ias da gleba ou grêmio em trabalhadores/as livres, jogados/as à própria sorte no sistema de compra e venda da força de trabalho na Europa; e, na transformação dos/as livres, das Antilhas e das Américas, em escravizados/as. Neste caso, a exportação de bens primários para a Europa se sustentou na escravização pela cor da pele negra, tendo a África como fonte e o tráfico como outro grande mercado.

Forjaram-se, com efeito, os *grilhões* do escravismo e da truculenta expropriação do trabalho, vitimando negros/as pelo aviltamento do trabalho e pelo cerceamento do seu direito humano à liberdade, à dignidade, à educação, aos costumes e às crenças, pela negatificação total do *existir negro*. O racismo foi repondo, na dinâmica do *complexo de complexos* que envolve as relações humanas, no esteio dos processos socioeconômicos do escravismo, mecanismos

de superexpropriação de negros/as, tornando-os/as *coisas, irracionais*, dentro do seu sistema de criação de valor, prática *humana desumanizadora*.

A superexploração do trabalho permanece sob nova roupagem na transição ao capitalismo no Brasil, repondo o racismo no contexto das relações sociais. Se antes o racismo envolvia a crença expressa na ideia de inferioridade espiritual¹, no capitalismo, essa crença perdeu o lugar diante do desenvolvimento científico e da centralidade dada ao homem na reprodução social.² O que possibilitaria, de modo material e racional, dirimir estereótipos, preconceitos e discriminações, foi ressignificado em virtude da recomposição dos modos de dominação e de exploração - na dialética capital x trabalho.

A população negra, como *classe trabalhadora livre*, no exercício *abstrato* dessa *liberdade*, na dinâmica do capitalismo tardio brasileiro, foi lançada na ocupação dos piores empregos e no adensamento do *exército de mão de obra* de reserva nacional. O que ocorreu, nesse esteio, foi a subalternização econômica de negros/as, cuja força de trabalho retroalimentou esse sistema e a sua Lei de Acumulação, erigindo um lugar para eles/as ainda mais subalterno dentre os *inúteis para o capital*, expressão defendida por Yamamoto (2008). Dadas as amarras racistas, imigrantes, por exemplo, ocuparam postos de trabalho, no início do século XX, que poderiam ter sido dos/as ex-escravizados/as.

A nomeada *libertação* da população negra do escravismo manteve, dentro do sistema capitalista, a distância de oportunidades e de igualdade (real) entre negros/as e não negros/as. O que houve, não obstante, foi o acirramento, em países como o Brasil, de uma distribuição racial desigual do trabalho e dos seus produtos, tendo o racismo, nas particularidades dessa formação

1 Como analisa Guimarães (2012), a concepção difundida pelo cristianismo ocidental, desde os primeiros encontros com negros/as africanos/as, foi a da negatividade simbólica da cor. Destaca o autor (2012, p. 12): “[...] brota um primeiro sentimento negativo, ou preconceito, pois no simbolismo das cores, no Ocidente Cristão, o negro significava a derrota, a morte, o pecado, enquanto o branco significa o sucesso, a pureza e a sabedoria [...]”.

2 A ciência moderna, no bojo da emergência do capitalismo europeu, no século XIX, foi responsável por difundir as teorias raciais ou racismo científico, tornando, sob base pseudocientífica, a inferiorização da raça negra como uma questão biológica. Ainda que refutado, posteriormente, no âmbito da própria ciência, ele estruturou, também, modos de ser e pensar a raça negra, acrescentando novo significado racial nas relações entre brancos/as e negros/as no mundo e no Brasil. (GUIMARÃES, 2012).

social e histórica, abrasado as *marcas vis* da questão racial na estrutura econômica nacional.

Suas repercussões – do racismo – reeditaram-se no contexto da reestruturação produtiva (MADEIRA, 2014), agravadas pelas crises econômicas do capital. Não por acaso, os censos e levantamentos estatísticos nacionais exibem que a população negra é, e sempre foi, a mais afetada pela dinâmica destrutiva do capital. O racismo potencializou a escassez de oportunidade de crescimento social e de acesso ao trabalho pelas famílias negras. O que houve foi o empobrecimento dos seus membros por meio, entre outros, da ocupação naturalizada de lugares sociais subalternos no mercado de trabalho, baixos salários e, quase sempre, reduzida proteção social e trabalhista.

Não à toa, mas assentado, também, na herança escravista, o trabalho doméstico foi assumido, historicamente, pelas mulheres negras, com dupla ou tripla jornada. Somente em 2015, a Lei Complementar nº 150 veio garantir direitos dessas trabalhadoras sobre os contratos de trabalho domésticos, nunca então regulamentados na história do Brasil; um trabalho secular, historicamente mantido por mulheres negras, que o capitalismo lançou na conta da herança recebida do servilismo e do escravismo. Pinheiro e Madsen (2011) expressam que o emprego doméstico se interliga fortemente às mulheres negras em virtude da sua baixa escolarização e dos seus altos níveis de pobreza.

São as mulheres negras, ademais, que mais sofrem violência doméstica no País. Segundo o *Mapa da Violência Brasileiro*, a violência contra esse segmento cresceu 190,9% de 2003 a 2013. (WAISELFISZ, 2015). Nesse período, os homicídios contra elas aumentaram 54,2%, tendo recuado em 9,8% no que tange às mulheres brancas. Do total de agressões, 33,2% foram praticadas por parceiros ou ex-parceiros das vítimas e 50,3% das mortes foram executadas por pessoas com vínculo de parentesco (Ibidem).

Vive-se uma reatualização da violência que já sofriam nas senzalas. Agora, nesta sociedade, mesmo que mediante o poder legal da *liberdade capitalista*, essas mulheres ainda são as que mais morrem e sofrem violência no seio de suas residências. Se antes a situação de escravizadas naturalizava os abusos e as agressões senhoriais, neste novo contexto, as relações sociais também não romperam com essa brutal origem patriarcal.

Na questão do trabalho, segundo o IBGE (2017), das 13 milhões de pessoas desempregadas no Brasil, 8,3 milhões (63,7%) eram negras. O documento

Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2017, do IBGE (2017), registra, ainda, que o mercado formal foi muito mais ocupado pela população branca (68,6%) do que pela população negra (54,6%) - esta, mais suscetível à desproteção social no trabalho e aos menores salários. De 2015-2016, o seu rendimento médio passou de 58,9% para 55,3% do rendimento médio dos/as trabalhadores/as brancos/as.

Outra questão consistiu na pobreza multidimensional, tendo a população negra sido identificada no grupo dos mais vulneráveis (com direitos violados). (IBGE, 2017). Dados do Instituto de Segurança Pública, de 2017, mostraram que, no Rio de Janeiro, nove em cada dez pessoas mortas pela polícia são negras e elas formam 67% da população carcerária no Brasil. Associam-se a isso muitas dimensões, afinal de contas, em diversas áreas são gritantes as desvantagens que vivenciam negros/as, entre elas, como se viu, o desemprego, o subemprego, a baixa remuneração, além do pouco acesso à educação (nível médio e superior, principalmente); alta incidência de famílias (de baixa renda) chefiadas somente por mulheres negras, pouca representação política etc.

No atual panorama político e de crise econômica, se sobressai no Brasil o aumento das históricas desigualdades sociorraciais, com sérios desdobramentos desde a decisão do atual governo, Michel Temer, de cortar recursos destinados à efetivação de políticas sociais. Nessa retomada da postura neoliberal clássico-ortodoxa do Estado, as classes que vivem do trabalho se veem desafiadas na sua capacidade de sobrevivência. Como sujeitos mais suscetíveis aos processos de exclusão e à pobreza multidimensional, a população negra torna-se um dos segmentos mais afetados pelas contrarreformas do Estado, pela sua desproteção social e trabalhista.

A lei da terceirização, a contrarreforma trabalhista, a Emenda Constitucional nº 95/2016, que congela os gastos da administração pública federal por 20 anos nas áreas da saúde, educação, assistência social etc., entre outros, lançam bases para a formulação de um novo mapa da exclusão social, com o qual se terá de lidar por longos anos no Brasil. Isso, não há dúvida, afeta diretamente a melhoria da qualidade de vida da população negra e, até, põe em xeque a possibilidade de manutenção das suas necessidades básicas.

Além de agravar a precarização do trabalho, fragilizar sindicatos e promover uma ampla desproteção trabalhista, as medidas comprometem programas sociais de transferência de renda, como o Bolsa Família, o Minha

Casa Minha Vida, o Farmácia Popular, entre outros dessa natureza, bem como tem influência negativa sobre a educação básica, as políticas de acesso e permanência universitárias, inviabilizando a política de cotas etc.

Nesse contexto, acirra-se o acesso desigual a direitos e fomentam-se, ainda mais, a naturalização do racismo e o silenciamento das desigualdades advindas do racismo e das práticas discriminatórias, eixos estruturantes da maneira como a sociedade brasileira se organiza para produzir e se reproduzir. A crise econômica, todavia, não atinge a todos, indistintamente. Além dos condicionantes da atual conjuntura, é preciso entender que o País falha, historicamente, na disposição de garantir direitos à população negra.

4. MOVIMENTOS NEGROS: AS LUTAS E RESISTÊNCIAS ANTE AS OPRESSÕES

Dos 4,8 milhões de africanos/as que aqui desembarcaram durante a escravidão mercantil, é possível dizer que trouxeram consigo modos de ser e viver, e que, ancorados/as nesses legados, construíram distintas maneiras de resistir. Desde o final do século XX e início do XXI, a população negra, em movimento pela reivindicação de melhores condições de vida e pelo direito à diferença e à diversidade étnico-racial, vem propondo novo pacto civilizatório, ações de reparação pelo crime que foi a escravidão e por outro projeto societário voltado ao bem viver, igualdade de direitos e oportunidades, vislumbrando que os sujeitos saiam da ação individual e adotem uma atuação universal, com direção voltada para a emancipação humana. (MADEIRA, 2017, p. 25).

Petrônio Domingues (2018), ao tratar do associativismo negro, afirma que os/as negros/as desenvolveram, desde o período colonial, intensa vida associativa, marcada pela reunião com seus pares. Isso, por meio das maltas de capoeira, terreiros de candomblé, perseguidos/as, mas também por via das irmandades religiosas, muitas vezes, protegidas em nome da Igreja Católica, e as agremiações de ajuda mútua, assistencialistas, marcadas pela benemerência, com o propósito de satisfazer necessidades sociais, econômicas, culturais, religiosas e humanas de um segmento populacional que vivia e sobrevivia em meio a muitas vulnerabilidades.

Foram muitas as maneiras de resistir e, embora a abolição da escravidão não tenha resolvido todas as necessidades dos/as ex-escravizados/as, ela

“[...] abriu aos negros a possibilidade de se organizar sob condições diferentes daquelas do regime de cativo, com mais margens de liberdade”. (DOMINGUES, 2018, p.113).

A República (1898) despertou expectativas de expansão dos direitos políticos e de novos direitos sociais. Nesse contexto, grupos de negros/as aproveitaram para criar outras associações, ampliando suas ações coletivas, como explicita Domingues:

[...] Algumas buscavam proporcionar amparo social, prestando serviços de cunho previdenciário: assistência médica, farmacêutica, e jurídica, pensão por invalidez do associado ou de seus dependentes em caso de morte, auxílio-funeral. Essas eram, pois, associações beneficentes de auxílio mútuo, como bem mostram os exemplos da Sociedade Beneficente dos Homens de cor (1906), da Associação Beneficente Amigos da Pátria (1908), em São Paulo; da Sociedade Cooperativa Filho do Trabalho (1890), no Rio Grande (RS); e da Sociedade Progresso da Raça Africana (1891), em Pelotas (RS). (2018, p. 114).

Outras associações concentraram atividades no campo cultural e educacional, por via dos investimentos na formação de grêmios literários, corpos cênicos, grupos musicais e escolas. Ainda foram criados com o objetivo de proporcionar lazer, como as sociedades recreativas e dançantes, os clubes de negros, as sociedades carnavalescas, as sociedades que primavam pelas práticas esportivas etc.

A população negra, ao denunciar os problemas provocados pelo racismo, sempre foi propositiva, apontando soluções com base em algo de que nunca abriu mão, que foi a união como pré-requisito para o seu fortalecimento, além do incentivo à ocupação de outros lugares na vida política e profissional, e do estímulo para o alcance de uma vida de qualidade.

A função dos movimentos sociais é revelar os projetos societários, anunciar à sociedade que existe um problema fundamental em uma determinada área. Como ação coletiva, os movimentos sociais dependem grande parte de seus recursos, tentando manter unidade e certa homogeneidade baseada na solidariedade, pois se desenvolvem em torno de um conflito para romper os limites do sistema onde ocorre a ação. (MELUCCI, 2001).

O movimento negro é, na verdade, uma série de movimentos com o compromisso ideológico e com estratégias políticas diferentes. Como movimentos, não possuem a unidade que proclamam, mas estabelecem tensões em torno do que defendem. No caso, contra o padrão desigual das relações raciais que perduram no Brasil - os preconceitos e as discriminações raciais, que impedem a mobilidade social e a ascensão política dos conflitos.

A luta pela afirmação dos/a negros/as no Brasil tem duplo movimento, tradição e passado, com iniciativas que remontam à Primeira República; a multiplicidade e a diversidade de associações e organizações do movimento negro, existentes há muito tempo, contam com visões diferenciadas sobre o que deve ser e fazer um movimento negro, seus objetivos e modos de atuação, como assim o é o movimento sindical – são plurais e contam com aproximações e distanciamentos.

Nos anos 1931 e 1943 foram criadas, respectivamente, a Frente Negra Brasileira (FNB) e a União dos Homens de Cor (UHC), que tinham por finalidade estimular a elevação do nível econômico e intelectual da população negra em todo o Território Nacional, contribuindo para o seu fortalecimento na vida social e administrativa do País. A atuação, em cerca de 50 municípios, era marcada pela promoção de palestras, cursos de alfabetização, serviços de assistência jurídica e médica, ações beneficentes, publicação de jornais e participação em campanhas político-eleitorais. Em 1944, no Rio de Janeiro, foi criado o Teatro Experimental do Negro (TEN), com o propósito inicial de estimular a atuação de atores/as negros/as, depois se tornando um importante grupo de pressão política. (DOMINGUES, 2018, p. 117).

Nos anos de 1950, foi de grande relevância o incentivo da UNESCO para os estudos e pesquisas que contestaram as teses de que no Brasil havia uma ausência de “consciência racial”, e que o critério racial não determinava o destino social de negros/as, como assim afirmaram Donald Pierson e Thales Azevedo.³ Verifica-se a dificuldade de o movimento negro ser avistado, quando se partia de um pressuposto da inexistência do problema racial e do racismo; e não se destacavam as especificidades das formas de ativismo da

3 O artigo de Flávia Mateus Rios - Movimento negro brasileiro nas Ciências Sociais (1950-2000), *Soc. e Cult.*, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 263-274, jul./dez. 2009, trata das abordagens teóricas e explicações do movimento negro no século XX.

população negra pelas variadas associações – de lazer, religiosas, recreativas, culturais, políticas etc.

Com a ditadura, em 1964, silenciou-se boa parte da discussão pública acerca do problema racial, provocando um refluxo no movimento associativo. As entidades ficaram na mira dos órgãos de repressão, tendo de se reinventarem quando possível. Muitas delas, inclusive, suspenderam as atividades.

Nos anos de 1970 e início dos anos de 1980, com a abertura política, o movimento negro se recompôs em patamares diferentes, com a formação do Movimento Negro Unificado contra a discriminação racial, depois denominado, na cidade de São Paulo, MNU, no ano de 1978. O MNU se caracterizou pela contestação da ordem vigente e pela denúncia do racismo, demarcando as situações de desigualdade e violência que atingiam a população negra.

É importante notar a maneira enviesada da esquerda em entender as desigualdades raciais e as ações coletivas exercidas pela população negra à parte dos antagonismos de classe, fazendo com que as alianças firmadas fossem frágeis e precárias com a esquerda branca hegemônica em muitos sindicatos e nos partidos políticos. Nesse sentido, são elucidativas as palavras de Hanchard:

Assim, para o movimento negro do Rio de Janeiro e São Paulo, organizar os brasileiros não-brancos e educar a elite branca sobre o racismo em sua sociedade tem sido um processo difícil, bloqueado pela negação da existência de preconceito e pela relutância generalizada de muitos não-brancos em reconhecer sua descendência africana, motivados sem dúvida pelas associações negativas que acompanham os negros. (1996, p. 228).

Pode-se afirmar que, nas últimas décadas do século XX e no início do XXI, organizações do movimento negro diretamente demonstraram os fatos que comprovam o tratamento diferenciado e negativo dispensado à população afrodescendente. Nesse sentido, essas organizações contribuíram decisivamente para a destituição da ideia generalizada de que o Brasil constituía uma democracia racial e da cristalização na mídia da mulher negra em posições de inferioridade e associadas a aspectos negativos e excludentes.

Nesse contexto, tem destaque o ativismo político das mulheres negras, pela sua inserção nos diversos movimentos sociais, porém com maior

participação nos movimentos negro e feminista, cuja intervenção pautou-se no rompimento do silêncio e da invisibilidade que as atingia e nas questões específicas de gênero, raça e lesbianidade. A constituição desse movimento tornou-se possível quando suas integrantes perceberam que suas trajetórias, vivências, experiências cotidianas não estavam nas avaliações e bandeiras de luta dos movimentos sociais.

Na realidade contemporânea, é possível verificar o ativismo da mulher negra em diversos espaços, como nos conselhos das políticas sociais setoriais e nas conferências que tratam dos temas centrais que lhes afetam em âmbito nacional e internacional. Em 2015, essas mulheres organizaram a *Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver*, em que reivindicaram o direito à vida e à liberdade, à promoção da igualdade racial, direito ao trabalho, ao emprego e à proteção das trabalhadoras negras em todas as atividades, direito à terra, território e moradia, direito à cidade, justiça ambiental, defesa dos bens comuns e a não mercantilização da vida, direito à seguridade social (saúde, assistência social e previdência social), direito à educação e à justiça.

Assim, o movimento negro deve ser visto como indispensável para o processo democrático e participativo no Brasil, pela sua contribuição para o entendimento da dimensão cultural como estratégia política e não como esfera de alienação. O ativismo negro como *locus* de resistência vem tentando desnaturalizar as hierarquias raciais, efetivar políticas de reconhecimento identitário e de redistribuição econômica e, acima de tudo, objetiva estabelecer um novo pacto civilizatório, outro projeto de nação - antirracista.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema do racismo, no contexto brasileiro, aponta para a necessidade de situar as expressões da questão social ante as particularidades da formação social e histórica nacional. Entende-se que as suas repercussões na sociedade brasileira trouxeram à tona desigualdades raciais no plano econômico e ideológico-simbólico, requerendo um olhar reflexivo sobre suas origens e desenvolvimento. Tais pontos se espalharam sobre a vida cotidiana, demarcando um lugar de subalternização de negros/as, tanto no mercado de trabalho

como nas esferas que envolvem o imaginário social, retraindo suas oportunidades de melhores condições de vida.

O racismo, na superestrutura brasileira, se reproduziu, coisificando negros/as no modo de produção escravista, *animalizando-os/as* e os/as *desumanizando*, a fim de justificar esse sistema de expropriação da sua força de trabalho. Quando do capitalismo, esse racismo se reeditou mediante as exigências do seu modo de produção e em meio a ideologias de inferiorização da população negra, reforçando sobre ela imagens sociais negativas e estereotipadas.

Na prática social, o que se tem é um conservadorismo violento inerente ao racismo, reproduzido por um projeto de nação antinegro, (negativação da diversidade humana), em confronto com um projeto de nação antirracista, em que são desenvolvidos processos políticos de resistência e de oposição com forte defesa dos valores fundamentais - liberdade, igualdade, democracia, justiça social, pluralismo e direitos sociais e humanos.

Como movimento associativo ou movimento negro, os grupos políticos organizados impulsionaram o sentimento de pertença, construíram e preservaram laços de solidariedade racial e contribuíram para dar visibilidade às desigualdades e discriminações raciais em nossa sociedade, reivindicando direitos e a ampliação do exercício da cidadania. Assim, colaboraram para manter vivas experiências plurais de resistências e ação coletiva, desde o período da escravidão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo. In: CAMPILONGO, Celso Fernandes; GONZAGA, Alvaro; FREIRE, André Luiz (Coords.). *Enciclopédia Jurídica da PUCSP, tomo I (recurso eletrônico): Teoria Geral e Filosofia do Direito*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. p. 02-26. Disponível em: < <https://bit.ly/2ONOCln>>. Acesso em: 09 out. 2018.

_____. Dossiê: Marxismo e questão racial. *Margem Esquerda*. São Paulo: Boitempo, n. 27, 2º sem. 2016.

ARAÚJO, L. B. C. A questão do método em Marx e Lukács: o desafio da reprodução ideal de um processo real. In: MENEZES, A. M. D; FIGUEREDO, F. F. *Trabalho, Educação e Sociabilidade: uma crítica à ordem do capital*. Fortaleza: UFC, 2003.

AZEVEDO, Célia M. Marinho. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Annablume, 2004.

COSPITO, Giuseppe. Estrutura. In: LIGUORI, Guido; PASQUALE, Voza (Orgs.). *Dicionário Gramsciano (1926-1937)*. São Paulo: Boitempo, 2017. p.271-272.

DOMINGUES, Petrônio. Associativismo negro. SCHWARCZ, Lília Moritz e GOMES, Flávio Santos (Orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*, volume 3. Antônio Gramsci; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira – 3. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Preconceito racial: modos, temas e tempos*. São Paulo, Cortez, 2012.

HANCHARD, Michael. Resposta a Luiza Bairro. *Revista Afro-Ásia*, 18 (1996), 227-233.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 18, p. 57-65, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/csp/v18s0/13793.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2018.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2017*. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/vHys83>>. Acesso em: 09 out. 2018.

LUCKÁCS, G. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MADEIRA, M. Z. de A.; GOMES, D. D. de O. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 133, p. 463-479, set. 2018.

_____. Questão racial e opressão: desigualdades raciais e as resistências plurais na sociedade capitalista. *Revista Argumentum*, Vitória, v. 9, n. 1, p. 21-31, jan./abr. 2017.

_____. Desigualdades raciais como expressão da questão social no Ceará. In: CUNHA, A.; SILVEIRA, I. M. M. (Orgs.). *Expressão da Questão no Ceará*. Fortaleza: Eduece, 2014.

MARX, Karl. *Capital: Crítica da Economia Política*. Livro I: o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *Manuscritos econômicos de 1857-1858*: São Paulo: Boitempo, 2011.

MELUCCI, Alberto. Para uma teoria dos movimentos sociais. In: *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MOURA, Clóvis. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

OLIVEIRA, Dennis de. Dilemas da luta contra o racismo no Brasil. *Dossiê: Marxismo e Questão Racial*. São Paulo: Boitempo, 2016.

PINHEIRO Luana; MADSEN, Nina. As mulheres negras no trabalho doméstico remunerado. In: *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. 2011. Ano 8. Edição 70 - 29/12/2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2684:catid=28&Itemid=2> Acesso em: 25 ago. 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio Santos (Orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Juremir Machado da. *Raízes do Conservadorismo Brasileiro: A abolição na imprensa e no imaginário Social*. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

SOUZA, Jessé. *Elite do Atraso: da Escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

THEODORO, Mário. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: THEODORO, Mário (Org.); JACCOUD, Luciana; OSÓRIO, Rafael; SERGEI, Soares. *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília: Ipea, 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/2IKuwde>>. Acesso em: 28 set. 2018.

WAISELFSZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência Brasileiro: homicídio de mulheres no Brasil*. Brasília: Flacso Brasil, 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2018.

X

RECRUDESCIMENTO DO CONSERVADORISMO E A LUTA DAS MULHERES: CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE

Teresa Cristina Esmeraldo Bezerra*

O genocídio indígena, o massacre racista e classista contra jovens negros e pobres nas periferias das grandes cidades, a violência doméstica e o assassinato de mulheres, a homofobia, a manipulação das crianças, em palavras simples, o ódio ao outro cresce em uma sociedade em que está em jogo também o extermínio da política. [...] Para destruir o outro é preciso destruir a política. Para destruir a política é preciso destruir o outro. Destruir o outro garante o fim de sujeitos de direitos e o fim do direito dos sujeitos. É preciso humilhar e aviltar as pessoas e populações evitando assim a realização da democracia [...].

Márcia Tiburi, Como conversar com um fascista, 2017.

1. INTRODUÇÃO

Antes de adentrarmos a exposição do tema proposto neste capítulo – *Recrudescimento do conservadorismo e a luta das mulheres* – esclarecemos que a nossa contribuição ao debate decorre mais de uma vivência afetiva e política

* Professora adjunta do Curso de Serviço Social e assessora técnica do Núcleo de Acolhimento Humanizado às Mulheres em Situação de Violência da Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: tecaesmeraldo@gmail.com.

no movimento feminista, iniciada nos anos de 1980, cuja diversidade de sujeitos, experiências, organizações e pautas contemporâneas nos desafiam ao diálogo e ao aprendizado cotidiano, sobretudo após a entrada no NAH (Núcleo de Acolhimento Humanizado às Mulheres em Situação de Violência da UECE) e a convivência com jovens militantes feministas de coletivos plurais, dentro e fora do espaço acadêmico. Nesse sentido, a reflexão aqui proposta busca desenvolver algumas ideias, mais próximas ao estilo de um *ensaio* (LARROSA, 2004), de caráter híbrido e parcial, mediadas por aproximações diversas a autoras e autores do terreno das teorias críticas e dos estudos de gênero, sob uma perspectiva interseccional, no sentido de contribuímos para pensar esses tempos difíceis.

Como aporte metodológico, adotamos a premissa sustentada pelo filósofo italiano Pietro Barcellona (2011), na obra *Il Sapere Affetivo*, ao argumentar que o discurso lógico-científico, atualmente hegemônico, que reduz a racionalidade à razão instrumental e cínica, deixa fora de seu horizonte tudo aquilo que remete à experiência vivida da afetividade, sem a qual não é possível a atribuição de sentido ao mundo e o exercício do pensar, indispensáveis à nossa ação ética e política. Ora,

Se a linguagem não é uma relação imediata do sujeito consigo mesmo e com o mundo, mas resulta da mediação simbólica e linguística originária da experiência vivida da afetividade, da qual depende a 'pré-compreensão' do mundo circundante, [tal experiência] se constitui não apenas como base da atividade cognitiva, mas a precede e a ultrapassa.¹ (BARCELLONA, 2011, p. 59).

Considerando esse pressuposto mais amplo, propomos aqui algumas indagações de partida, que podem orientar uma reflexão sobre o tema, embora não tenhamos a pretensão de respondê-las inteiramente, em razão da

1 [Il discorso logico, e in particolare quello logico-scientifico, lascia di fuori di sé tutto ciò che caratterizza l'esperienza vissuta dell'affettività. Se Il linguaggio non è rapporto immediato del soggetto con se stesso e col mondo, ma risultato della mediazione simbolica e linguistica dell' originario vissuto affettivo, próprio dall'originario dipenderà la 'precomprensione' del mondo circostante, Che non solo costituisce La base dell'attività cognitiva, ma la precede e la oltrepassa] . Cf. BARCELLONA, Pietro. *Il sapere affetivo*. Parma, Edizioni Diabasis, 2011, p. 59.

diversidade e complexidade de articulações em jogo neste debate, e que ultrapassam os limites deste breve ensaio: quando nos reportamos ao recrudescimento do conservadorismo no Brasil contemporâneo, o que estamos querendo dizer? O que compreendemos por conservadorismo? Quais as suas raízes e como este se exprime na atualidade? Que desafios o avanço do conservadorismo e de tendências profascistas exprimem para as lutas das mulheres?

2. APROXIMAÇÕES AO DEBATE SOBRE O AVANÇO DO CONSERVADORISMO E SUAS RAÍZES HISTÓRICAS NO BRASIL

Responder a estas perguntas não é uma tarefa simples sobretudo porque o debate sobre o avanço do *conservadorismo*, das forças de direita e até mesmo de tendências *semi* ou *profascistas* no Brasil contemporâneo, mobiliza discursos de vários autores/as, em múltiplos campos do saber (Filosofia, História, Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Psicanálise, Serviço Social, Educação, Direito, dentre outros), e sob os mais diversos recortes e abordagens teóricas e metodológicas. Desde as abordagens oriundas da seara teórico-conservadora², em ascensão no panorama atual, com o crescente

2 Cunha (2017, p. 3) identifica o crescimento de um *conservadorismo difuso* no Brasil contemporâneo, o qual se exprime como defensor de *causas morais e econômicas*, que é *integrado pelo ódio ao PT e por uma forte carga emocional*. Tal conservadorismo se mostra na retórica de *personagens diversos*, todos com *forte presença midiática: o deputado Jair Bolsonaro, o músico Lobão, o filósofo autodidata Olavo de Carvalho e a jornalista Raquel Sherazade, só para ficarmos aqui em suas expressões “mais estridentes”*. A difusão de uma *retórica conservadora* no Brasil é acompanhada, também, pelo crescente interesse por autores, que são também colunistas em veículos da grande imprensa, a exemplo de João Pereira Coutinho, Luiz Felipe Pondé e Rodrigo Constantino, pela visibilidade do Instituto Ludwig Von Mises Brasil, e de sites como *o Selva Brasilis, Mídia sem Máscara e Portal Libertarianismo*. O autor destaca como parte deste fenômeno o crescente interesse do mercado editorial brasileiro na publicação de obras de autores da tradição conservadora anglo-saxônica e estadunidense. Segundo Cunha (2017), a literatura conservadora publicada no Brasil de 2008 a 2015 não se restringe apenas à publicação de obras de autores canônicos (Friedrich Hayek, Milton Friedman, Russell Kirk, T. S Eliot, Edmund Burke e Ludvik Von Misses...), pois o mercado editorial brasileiro também se interessa cada vez mais por uma “literatura explicitamente propagandista, produzida com o intuito de divulgar algumas das ideias mais caras ao conservadorismo, normalmente apresentadas numa chave polêmica com as ideias que são consideradas pernicioso-

interesse do mercado editorial brasileiro pela publicação de obras de pensadores situados nesta seara, até as análises clássicas e contemporâneas sobre o tema do conservadorismo³ e do fascismo na área das teorias críticas e de uma “historiografia emancipada”. (FLORES, 2017). A apreensão e a análise crítica desses discursos e das categorias utilizadas para interpretar o tema do conservadorismo demandam tempo e, sobretudo, distanciamento crítico, para desvendarmos sua *semântica histórica*⁴: daí os limites deste ensaio e das escolhas aqui realizadas.

Ademais, não podemos desconsiderar o fato de que a retomada do debate sobre o conservadorismo no Brasil acontece em meio ao clima de desorientação, instabilidade e incerteza em que vivemos, fruto da crise econômica, política e cultural, aprofundada pelo *Golpe parlamentar, jurídico e midiático*, que destituiu do poder Dilma Rousseff (PT), a primeira mulher eleita Presidenta da República na história do País, e que teve seu ápice na prisão arbitrária do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT), primeira liderança popular forjada nas lutas das classes trabalhadoras a chegar à Presidência, após mais de um século de República.

Nesse sentido, quando nos reportamos ao *recrudescimento* do conservadorismo em nosso País, a primeira dimensão que salta aos olhos no debate, se considerarmos que nossa história política é marcada por uma sucessão de

sas e que conformam diferentes vertentes do pensamento progressista”. (CUNHA, 2017, p. 13). Cf. CUNHA, Luís Henrique. *A retórica conservadora no Brasil contemporâneo e a produção de identidades políticas*. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/281272779>>. Acesso em: 01 jul. 2018.

- 3 Sobre o tema do conservadorismo clássico, do pensamento de direita e do fascismo clássico, a partir de uma leitura crítica, ver aqui: NETTO, Leila Escorsim. *O conservadorismo clássico: elementos de caracterização crítica*. São Paulo, Cortez, 2011; BEAUVOIR, Simone de. *O pensamento de direita hoje*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967. MANDEL, Ernest (1969). *El Fascismo*. Disponível em: <<https://www.marxists.org/espanol/mandel/1969/fascismo>>. Acesso em: 01 jul. 2018.
- 4 Compreendemos *semântica histórica* no sentido proposto por Williams (2007), ou seja, a tarefa de reconstruir os sentidos que determinadas palavras-chave adquirem ao longo do tempo. Em particular, quando o autor destaca, na pesquisa histórica, a necessidade de se considerar os conceitos como problemas, remetendo sua gênese e desenvolvimento aos movimentos e processos históricos mais amplos e não resolvidos da sociedade. Fazer a história desses processos implica, pois, fazer a história das categorias com as quais interpretamos esses processos e das palavras que utilizamos para nomeá-los.

golpes de Estado⁵, é o “[...] profundo desprezo das classes dominantes brasileiras pela democracia e pela vontade popular”. (LOWY, 2016, p. 392). E quando nos referimos às palavras democracia e vontade popular, não desconsideramos aqui o *caráter polissêmico* e os limites dos seus significados na *versão liberal-burguesa*. (WILLIAMS, 2007, p. 125-130). Também não podemos nos esquecer, entretanto, no âmbito da democracia socialista, o alerta de Agnes Heller (1982, p. 137): “[...] onde não há democracia formal, os movimentos que expressam carecimentos radicais não têm sequer a possibilidade de se constituírem”.

Com efeito, conforme argumenta Jessé de Souza (2017), há uma longa tradição de golpes de Estado contra a soberania popular, impostos pelas *elites do atraso* no Brasil, e que sempre contaram com o apoio de setores conservadores e também moralistas da classe média, da imprensa e de interventores da ordem constitucional de plantão, para impedirem quaisquer tentativas, por mínimas que fossem, de instituir governos democráticos. Em sua análise sobre o Golpe *classista, racista e patriarcal* ora em curso, e que contou com o apoio da mídia, da classe média e até mesmo de setores populares, o autor nos dá pistas para compreendermos o pacto das elites conservadoras do Brasil, para manterem intocável um passado que nos domina e nos assombra até hoje: o escravismo.

Aprendemos com Jessé que é do escravismo, reproduzido até hoje sob o formato de uma *abolição inacabada*, o qual manteve os ex-escravos e seus descendentes em uma condição de miséria permanente e secular, que “herdamos o desprezo e o ódio covarde pelas classes populares”, tornando “impossível uma sociedade minimamente igualitária”. (SOUZA, 2017, p. 151). O desprezo, o ódio racial de classe, o machismo, a misoginia e a lgbtfofia, que vêm de longe, agora se manifestam sem pudor, sem máscaras e disfarces,

5 Em 126 anos de República, o Brasil teve 36 governantes, dos quais apenas 1/3 deles (12) foi eleito democraticamente e terminou o mandato. Para lembrarmos aqui alguns episódios de nossa história moderna: Getúlio Vargas assumiu o poder, em 1930, fechou o Congresso Nacional em 1937, foi afastado por um golpe, em 1945, e voltou ao poder, em 1950, pelo voto direto, enfrentando uma forte desestabilização, que o levou ao suicídio, em 1954. Juscelino Kubitschek foi eleito pelo voto direto, em 1955, mas enfrentou severa oposição de setores reacionários, que tentaram impedir sua posse, e só assumiu a Presidência após a intervenção do ministro da Guerra, Marechal Lott, e durante seu mandato ainda sofreu duas tentativas de golpe pelas forças armadas. Janio Quadros foi eleito em 1961, e, após sete meses renunciou. João Goulart, seu vice, assumiu a Presidência, após sofrer a tentativa de impedimento de sua posse, sendo destituído, posteriormente, pelo golpe militar de 1964.

conforme pudemos perceber tanto nas manifestações de rua, que antecederam o Golpe de 2016, no espetáculo de horror durante a votação do *impeachment* da Presidenta Dilma, na condução coercitiva do ex-presidente Lula, em sua prisão arbitrária, quanto nas relações cotidianas, nas imagens e nos discursos de ódio às minorias sexuais que circulam na mídia e nas redes sociais.

Nesse sentido, para adensarmos uma análise sobre o pacto de dominação classista, racista e patriarcal, que sustenta há séculos a (re) produção da *questão social* no Brasil, o qual se (re) atualiza sempre que se tenta alterar minimamente as regras desse jogo desigual a favor dos/as oprimidos/as, “[...] temos que acrescentar à hierarquia social compartilhada pelo capitalismo moderno, a nossa história singular escravocrata” (SOUZA, 2017, p. 154) e patriarcal (SAFFIOTI, 2004; CASTRO, 2018).

Juremir Machado da Silva (2018), em sua recente pesquisa sobre a abolição da escravatura na imprensa brasileira, complementa a tese de Jessé de Souza (2017), ao argumentar que o que se aprende ao percorrer os subterrâneos da história da escravatura no Brasil é

Nada mais do que as raízes daquilo que o país continua a ser. Se hoje a Justiça ainda é acusada de privilegiar os brancos ricos, ontem ela servia abertamente aos interesses dos brancos proprietários de escravos. Se atualmente a polícia é suspeita de discriminar os negros, ontem ela era o capitão do mato caçando escravos fugitivos e cumprindo o papel de garantir pela força a ordem da escravidão, a permanência em cativeiro, sob sequestro permanente, de seres humanos traficados da África ou de alguma província do Brasil para outras. Se hoje a mídia é vista como reprodutora da ideologia conservadora, que legitima a desigualdade social, ontem a imprensa era veículo de disseminação de teorias racistas e de ideologias de dominação. O parlamento foi, durante muito tempo, a caixa de ressonância sem estática dos interesses das elites escravistas em que liberais e conservadores distinguiam-se quase tanto quanto gêmeos univitelinos. (DA SILVA, 2018, p. 417)

Para Juremir Machado, é no *holocausto negro*, vivenciado durante a experiência do *escravismo* no Brasil, que devemos buscar as raízes do racismo e do conservadorismo brasileiros. (DA SILVA, 2018). Tal conservadorismo se perpetua na dinâmica política brasileira, e tende a se agravar sobremaneira na

atualidade, revelando sua face *protofascista* nas chacinas, no extermínio e encarceramento em massa da juventude negra, entregue à mercê da truculência da polícia, do crime organizado e das milícias nas periferias de nossas cidades; nos feminicídios, estupros coletivos e tráfico de mulheres; na criminalização e mortalidade de mulheres, em particular, negras e pobres, em decorrência do aborto clandestino; nos crimes de ódio, motivados pela lgbtfobia, pelo racismo e pela xenofobia; no ódio ressentido às esquerdas, nas intimidações, ameaças, perseguições e assassinatos de lideranças defensoras dos direitos humanos; na criminalização dos movimentos sociais; e nas tantas outras expressões das violências físicas e simbólicas desses tempos sombrios que fazem sangrar, cotidianamente, a nossa frágil e breve experiência democrática.

Com efeito, em uma *situação de exceção*⁶, legitimada pelo Golpe Branco, a minimização do Estado, a desconstrução dos direitos sociais, o esvaziamento e a perda da eficácia simbólica das instâncias democráticas de mediação política e institucional na vida cotidiana só tendem a exacerbar o *mal-estar presente na tradição brasileira*, pois este agora se torna livre para assumir, cada vez mais, uma *direção marcadamente perversa*. (BIRMAN, 2017, p. 53). Conforme o psicanalista Joel Birman (2017, p. 73-75), em um contexto de intensificação do neoliberalismo e de minimização do Estado, “[...] parcelas significativas da população brasileira são lançadas no mais completo abandono, fadadas à morte”, e o “desamparo atinge”, então, “níveis espetaculares, diante da ausência do Estado e do genocídio de suas políticas voltadas para o capital financeiro”.

Ademais, em um ambiente social de crescente deslegitimação e esvaziamento das instâncias simbólicas de mediação institucional e política, no qual os sujeitos têm reduzidas as suas possibilidades de enfrentar a dor do desamparo, pois são abandonados à própria sorte, em uma lógica do salve-se quem puder, aumentam as condições de produção daquilo que Birman (2017) denomina de “pacto masoquista” nas relações intersubjetivas.

Parafraseando o autor, é uma *solução imediata*, na qual o sujeito, *diante da impossibilidade de afrontar a dor produzida pelo desamparo*, se submete ao

6 Sobre a manutenção de uma *situação de exceção* em contextos aparentemente democráticos, compreendida como novo *modus operandi* das forças do privilégio econômico na Europa e no Brasil, ver aqui: BAYLOS, Antonio. *Excepcionalidade e neoliberalismo na Europa e Brasil*, p. 96-97.

outro, *considerado poderoso e do qual espera proteção para seus infortúnios*, mesmo que isso *custe uma imensa humilhação*. (BIRMAN, 2017, p. 52). Em suas diversas versões, o pacto masoquista, expresso na atualidade em novas modalidades de *servidão voluntária e involuntária* das pessoas a figuras, grupos e/ou instituições supostamente poderosos, revela uma *relação sadomasoquista*, que pressupõe *uma violência originária*, na qual *a figura onipotente do protetor violenta e goza com a fragilidade do outro, alimentando-se disso e engrandecendo sua imagem narcísica*. (BIRMAN, 2017, p. 53).

Em um contexto de crise econômica, deslegitimação das instituições sociais e expansão do desalento, essas figuras supostamente “poderosas” podem ainda “agenciar outras formas de violência” (BIRMAN 2017), a exemplo da disseminação de uma cultura do ódio, do medo e da suspeita, catalisada por líderes carismáticos de uma massa humilhada de pessoas, que direcionam o potencial de violência dessa massa, para outros, postos na posição de *bodes expiatórios* de suas misérias, como aconteceu com judeus, ciganos, comunistas e homossexuais nas experiências nazifascistas. Por isso, não podemos nos esquecer do cenário em que se desenvolveram tais experiências, refletidas por Theodor Adorno (1995; 2015), Wilhelm Reich (1988) Hanna Arendt (1999; 2008), Michel Foucault (1977), dentre tantos outros pensadores/as, retomados/as no contexto atual por Cristian Dunker, Joel Birman, Márcia Tiburi dentre outros, para interpretar esses tempos sombrios em que vivemos.

Parafraseando Dunker (2017) e Birman (2017), podemos argumentar que hoje *a cultura do ódio, do medo e da suspeita*, canalizada por determinadas lideranças e figuras midiáticas fascistas para a “*ralé brasileira*” (SOUZA, 2017), para as mulheres e as minorias sexuais, estendendo-se a todos/as identificados/as à defesa dessas lutas, se alimentam do ressentimento e de novas modalidades de *servidão voluntária e involuntária*, produzidas e reproduzidas em um contexto no qual as elites do dinheiro se aproveitam da crise econômica, para fazerem passar *leis cada vez mais restritivas e segregacionistas*.

3. AVANÇO DO CONSERVADORISMO E DESAFIOS ÀS LUTAS DAS MULHERES

Neste sentido, quando nos reportamos ao recrudescimento do conservadorismo e às lutas das mulheres, consideramos, com Benjamin (1987), que é preciso “*escovar a história a contrapelo*”, para desvendarmos por trás da

história dos que venceram com o Golpe de 2016 e da ascensão de um governo abertamente de direita, todo um ambiente social protofascista, que tende a acirrar “[...] antagonismos naturais, criar antagonismos artificiais, formar grupos nocivos ou de elite e jogar uns contra os outros”. (BERALDT, *apud* DUNKER, 2017, p. 20).

Nesse ambiente adverso, os retrocessos, as contrarreformas e as pautas restritivas de direito, que atingem trabalhadoras e trabalhadores, em especial, negras e pobres, e a comunidade LGBTTT, desafiam os movimentos feministas e as feministas ao diálogo entre si e com outros movimentos sociais que lutam por direitos, para inventarem e reinventarem, cotidianamente, as lutas de resistência às opressões de gênero, raça, sexualidades e classe.

Como nos lembra Marcia Tiburi,

Diálogo é um movimento entre presenças que diferem entre si. E o feminismo é, nesse sentido, uma utopia concreta, em que o enlace entre política e ética orienta-se em defesa da singularidade das pessoas. O feminismo é a própria democracia que queremos, mas uma democracia profunda, que começa colocando os direitos das mulheres e avança, interrogando a urgência dos direitos de todos que sofrem sob jugos diversos, em cenários nos quais o poder do capital estabelece toda forma de violência, das mais sutis às mais brutais. (2018, p. 46).

Compreendemos, com a autora, que luta é a ação do desejo que nos instiga, mobiliza e politiza. Com os movimentos feministas, aprendemos que o pessoal é político, e que é na luta que politizamos as opressões, sujeições e dores que vivemos no dia a dia. Parafraseando Tiburi (2018), acreditamos que o *feminismo interseccional*,⁷ pelo fato de reunir as lutas contra as opressões de raça, gênero, sexualidade e classe social, *sem cair na armadilha de estabelecer uma hierarquia entre as opressões, como se o sofrimento fosse um capital*, mas

7 Conforme Akotirene (2018, p. 13), interseccionalidade é uma “sensibilidade analítica”, criada pelas feministas negras, e que visa dar “instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteronormatividade – produtores de avenidas identitárias onde mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais”.

sem esquecer também das marcas acumuladas e das dores vividas pelas pessoas, potencializa as nossas lutas contra opressões na realidade atual.

A poetisa negra Audré Lorde, citada por Tiburi (2018), nos ajuda a compreender a dimensão dialógica do feminismo interseccional e a solidariedade entre os movimentos que lutam por direitos, que se torna uma exigência e um dos maiores desafios no contexto atual; algo que só a linguagem poética é capaz de expressar, pois nunca foi tão necessário compreendermos que:

Lutar pelos direitos das mulheres é lutar pelos direitos dos negros; lutar pelos direitos dos negros é lutar pelos direitos das mulheres e dos índios, das pessoas trans e dos trabalhadores; lutar pelos direitos dos trabalhadores é lutar pelos direitos das mulheres que são trabalhadoras. E quando lutamos por um lugar de fala estamos lutando pelo lugar de todos. (TIBURI, 2018, p. 55).

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista. In: *Ensaios sobre psicologia social e psicanálise*. Tradução: Verlaine Freitas. São Paulo: Editora UNESP, 2015, p. 153-189.

_____. Educação após Auschwitz. In: *Educação e Emancipação*. Tradução: Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p. 119-138.

AKOTIRENE, C. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte, Letramento: Justificando, 2018.

ARENDT, H. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. *Eichman em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BAYLOS, A. Excepcionalidade e neoliberalismo na Europa e Brasil. In: PRONER, C. Et al (org). *A resistência internacional ao Golpe de 2016*. Bauru: Canal 6, 2016, p. 96-97.

BARCELONA, P. *Il sapere affetivo*. Parma/Italia: Edizioni Diabasis, 2011.

BEAUVOIR, S. *O pensamento de direita, hoje*. Tradução: Manuel Sarmiento Barata. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

BENJAMIN, W. Obras Escolhidas. V.1. *Magia e técnica, arte e política*. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BIRMAN, J. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CASTRO, M. G. O golpe de 2016 e a demonização de gênero. In: RUBIM, L & ARGOLLO, F. (org). *O Golpe na Perspectiva de Gênero*. Salvador: EDUFBA, 2018, p. 127-145.

CUNHA, L. H. *A retórica conservadora no Brasil contemporâneo e a produção de identidades políticas (2017)*. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/281272779>>. Acesso em: 01 jul. 2018.

DUNKER, C. O sonho como ficção e o despertar do pesadelo. Apresentação. In: BERADT, C. *Sonhos no Terceiro Reich: com o que sonhavam os alemães depois da ascensão de Hitler*. Tradução: Silvia Bittencourt. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

FLORES, E. C. *Brasil, presente: política, ódio de classe e golpe racializado (2012-2017)*. Disponível em: <[http://uece.br/eventos/gthpanpuh/anais/trabalhos_complexos/298-44708-26042017-165029](http://uece.br/eventos/gthpanpuh/anais/trabalhos_complexos/298-44708-26042017-165029.pdf)>.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2108.

FOUCAULT, M. O Anti-Édipo: uma introdução à vida não fascista. In: *Cadernos de Subjetividade / Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP. – v. 1, n. 1 (1993) – São Paulo, 1993 [páginas 197 a 200]*. Disponível em: <<http://letraefilosofia.com.br/wp-content/uploads/2015/03/foucault-prefacio-a-vida-nao-facista.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

HELLER, A. *Para mudar a vida: felicidade, liberdade e democracia*. Entrevista a Ferdinando Adornato. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

LARROSA, J. A operação ensaio: sobre o ensaiar e o ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida. In: *Educação e Realidade*. v.29, n.1. 2004. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/25417>> Acesso em: 02 jun. 2018.

LOWY, M. O Golpe de Estado de 2016 no Brasil. In: PRONER, C. *et al* (org). *A resistência internacional ao Golpe de 2016*. Bauru: Canal 6, 2016, p.392-393.

_____. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses 'Sobre o conceito de história'*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MANDEL, E. *El Fascismo*. 1969. Disponível em: <<https://www.marxists.org/espanol/mandel/1969/fascismo>>. Acesso em: 01 jul. 2018.

NETTO, Leila Escorsim. *O conservadorismo clássico: elementos de caracterização crítica*. São Paulo, Cortez, 2011.

PRONER, C. *et al* (org). *A resistência internacional ao Golpe de 2016*. Bauru: Canal 6, 2016.

REICH, W. *Psicologia de Massas e Fascismo*. Tradução: Maria da Graça M. Macedo. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA, J. M. *Raízes do conservadorismo brasileiro: a abolição na imprensa e no imaginário social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

- SOUZA, J. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.
- _____. *A tolice da inteligência brasileira: ou como um país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: Leya, 2015.
- TIBURI, M. *Como conversar com um fascista: reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2017.
- _____. *Feminismo em comum: para todas, todes e todos*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.
- WILLIAMS, R. *Palavras-Chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. Tradução: Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.

XI

TRAÇOS DA ESPOLIAÇÃO URBANA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E A QUESTÃO DA MORADIA

David Moreno Montenegro*

1. INTRODUÇÃO

A ascensão ao poder do Partido dos Trabalhadores (PT) representou a subida ao Planalto de um governo com enraizamento popular. O *Lulismo*, entretanto, assumiu feição conservadora na perspectiva de sua plataforma política. Do ponto de vista institucional, já nos governos petistas, houve forte bloqueio de qualquer ensaio progressista mais consistente, seja no campo das políticas sociais ou econômico, o que impediu que se operasse verdadeira ruptura com as forças do atraso. Com efeito, os momentos de “retardamento” se exprimem como majoritários na história brasileira, relegando as forças transformadoras ou mesmo reformadoras a segundo plano. Foi assim que as forças estruturais arcaicas enraizaram seu poder, dominando e exercendo sua dominação com suporte em variadas modalidades de controle social, político e econômico.¹

* David Moreno Montenegro é cientista social (UECE) e doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Professor de Sociologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, *Campus Fortaleza*. E-mail: davidmmontenegro@hotmail.com.

1 De acordo com Francisco de Oliveira, os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) mantiveram intacto o poder das elites econômicas em subsumir as aspirações

Importante é notar que, ao contrário do que possa parecer, no Brasil, a estabilidade institucional (sobretudo financeira e econômica) se mostra em contraposição às instabilidades governamentais e políticas, estas últimas conjunturais, cuja força não se expressa suficiente para alterar os rumos da sociedade brasileira. Disso resulta que “[...] as forças de resistência à mudança no Brasil são tradicionais e nelas se destacam a resistência jurídica e parlamentar, expressões intelectuais da estrutura econômico-social arcaica”. (RODRIGUES, 1965, p. 12).

Recentemente, o Brasil tem passado por profundas alterações nas orientações de suas políticas de governo, entre elas o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Isto dá ensejo a abalos que impedem qualquer tipo de garantia da sustentabilidade econômica, bem como a continuidade das políticas sociais no País. Encontra-se em marcha uma agenda política e econômica de caráter neoliberal de profunda intervenção nas estruturas fiscal, trabalhista e previdenciária do Estado brasileiro. Se, de um lado, se paga alto preço pela não capacidade dos governos progressistas de enfrentarem o desafio de realizar reformas estruturais, por outra parte, as forças do atraso ameaçam não somente uma nova desertificação neoliberal, mas também salgar a terra por onde fizer girar seu moinho satânico.

Investigar as raízes da debacle brasileira, analisando os atuais contornos do nosso capitalismo, com destaque central para a ideia de *espoliação* que nos marca historicamente, é o objetivo deste texto. Assim, pretendemos contribuir para a compreensão do retorno fantasmático do neoliberalismo que

verdadeiramente populares por mudanças estruturais, movimento aliado ao engodo do discurso de formação de um *pacto social* pelo País de modo a amortizar as contradições historicamente arraigadas. Esses seriam os elementos que forjariam uma suposta sensação de paz social, porém às custas da manutenção de estruturas espoliadoras dos mais frágeis socialmente e manutenção dos privilégios dos segmentos de classes superiores. Consolidou-se, no Brasil, um modelo de dominação política que se ancora em alianças partidárias precárias e marcadas pelo fisiologismo e conservadorismo, sem ideologia ou proposições programáticas quanto aos rumos do País, em que antigas políticas pautadas em programas de transferência de renda aliam-se a sofisticadas estruturas financeiras que asseguram os ganhos do capital aqui investidos. A respeito desta discussão, ver: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (orgs.). *Hegemonia às Avessas*. Economia, Política e Cultura na Era da Servidão Financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

insiste em rondar a realidade brasileira, ameaçando a consolidação de programas como o PMCMV, aspecto que trataremos na parte final do escrito.

Gabriel García Márquez, em seu discurso ao receber o Prêmio Nobel de Literatura, em 1982, fez a academia sueca conhecer a “realidade descomunal” latino-americana, cuja realidade não é a do papel. Aqui, poetas e mendigos, músicos e profetas, guerreiros e malandros, muito pouco pediram à imaginação, uma vez que nosso maior desafio sempre foi “[...] a insuficiência dos recursos convencionais para tornar nossa vida acreditável”.² Em certa medida, é disto que cuida este capítulo, uma busca por identificar processos históricos geradores de trajetórias marcadas pela espoliação que nega a dignidade e autoafirmação de todo um País.

2. ESPOLIAÇÃO, EXPROPRIAÇÃO E FINANCEIRIZAÇÃO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

A acumulação por espoliação consiste numa recorrente prática predatória que David Harvey assinala, seguindo os passos de Rosa Luxemburgo, como de caráter permanente. O esforço é apreender a lógica do desenvolvimento capitalista e, portanto, a reprodução da ordem social com suporte na relação contraditória estabelecida entre as lógicas de reprodução do capital e do território, considerando, para tanto, em cada momento histórico-geográfico, a predominância de uma ou de outra dessas lógicas. (ALMEIDA FILHO; PAULANI, 2011). Importante é notar que, para isso, Harvey (2004) desenvolveu relevantes considerações sobre o papel do Estado no atual estágio de desenvolvimento capitalista, sobretudo ao analisar a lógica territorial como imbricada no “poder político”, exercido, por sua vez, no âmbito do Estado capitalista, cujo poder se exerce sobre os territórios de sua influência e alcance, para lembrar a perspectiva de Wood (2011).

O poder político, no entanto, “[...] é sempre constituído por alguma combinação instável de coerções, emulações e exercício da liderança mediante o desenvolvimento do consentimento” (HARVEY, 2004, p. 43), cuja base material é constituída pelo dinheiro, capacidade produtiva e força militar, compondo-se como os “[...] três pilares em que se apoia a hegemonia no âmbito

2 MÁRQUEZ, Gabriel García. *Cem Anos de Solidão*. Rio de Janeiro: Record, 2012, p. 9.

do capitalismo”. (HARVEY, 2004, p. 43). Nesse sentido, o Estado passa a ser uma espécie de arcabouço territorializado no interior do qual ocorrem os processos moleculares de acumulação do capital.

A proposta de Harvey é instigante e desafiadora: verificar de que maneira, nas contemporâneas modalidades de expansão e reprodução do capital, é possível entrever a persistência de práticas predatórias – ancoradas em procedimentos fraudulentos e, não raros casos, violentos – característica do que fora analisado e denominado por Marx de acumulação primitiva ou “original”. Mais do que isso: trata-se de demonstrar, na melhor tradição dialética, a “*relação orgânica*” entre reprodução expandida e os violentos processos de espoliação como práticas reiteradas e ressignificadas, no decorrer da geografia histórica do capitalismo, de processos predatórios, “[...] que caracterizaram sua pré-história externa – das guerras mercantilistas ao esbulho das *enclosures*, passando pelo sistema colonial e pela instituição do milagre perene da dívida pública”. (ARANTES, 2007, p. 185). Isso posto, é conferida à acumulação primitiva um *status* de processo contínuo e historicamente determinado, ao contrário de análises que a enxergam tão somente como uma etapa já superada do desenvolvimento histórico do capitalismo (passando, então, a denominar tal processo de acumulação por espoliação).³

No desenvolvimento histórico-geográfico do capitalismo, o controle territorial assume importância fundamental para a expansão dos processos de acumulação, embora isso não envolva, necessariamente, a apropriação concreta dos territórios. É então que o capital passa a comandar, inclusive, as dinâmicas de investimentos do Estado, que direciona fundos públicos para construir infraestrutura por meio de seu aparato administrativo, utilizando, para tanto, sua prerrogativa de formulação de leis e a capacidade de impô-las.

Os anos de 1970 foram decisivos para as novas conformações das ordenações espaçotemporais que se verificaram. Os investimentos e tentativas de abertura de mercados não foram suficientes para proporcionar a superação da crônica e persistente crise de sobreacumulação que se abateu sobre as economias do centro capitalista desde então. É assim que essas ordenações exprimem sua face destrutiva, tornando-se expediente comum à “exportação”,

3 “Como parece estranho qualificar de *primitiva* ou *original* um processo em andamento, substituirei a seguir esses termos pelo conceito de acumulação por espoliação.” (HARVEY, 2004, p. 121).

para a periferia do capitalismo, dos processos de desvalorização daí decorrentes. Essa foi a causa, para Harvey, da crise que se abateu, nos anos de 1980, sobre a economia latino-americana como um todo.

Nesse contexto, Harvey expõe sua chave analítica para a compreensão das atuais configurações dos processos de expansão do capital sobre o território. O argumento central é que a dinâmica de acumulação do capital é atingida constantemente por crises que não podem ser debeladas apenas mediante processos de concentração e depreciação do capital. É necessário buscar saídas “fora de si” para lidar com os excedentes de capital. De modo geral, esses excedentes são absorvidos nos movimentos das ordenações espaçotemporais usuais, tornando-se investimentos que, frequentemente, se materializam nos territórios, ativando a demanda efetiva. Caso isso não ocorra, entretanto, as novas utilizações desses excedentes passam a obedecer aos processos de acumulação por espoliação que se apropriam e os tornam novamente lucrativos, porém cobrando seu preço.

Vejamos como Harvey (2004) constrói seu argumento. Partindo de uma cuidadosa leitura dos escritos de Marx no que tange à caracterização e à descrição da acumulação primitiva, o autor destaca vários processos no texto, entre eles: a “mercadificação” e a privatização da terra com violenta expulsão de populações camponesas; a conversão de vários tipos de direitos (antes considerados comuns, coletivos ou do Estado) em direitos exclusivos da esfera privada; a supressão de direitos dos camponeses; mercantilização da força de trabalho e eliminação de modos alternativos de organização da produção e do consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive, nesses casos, os recursos naturais); bem como a dívida nacional e o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva.

De maneira precisa, o autor observa a atualidade desses processos na geografia histórica do capitalismo moderno: destaca, por exemplo, processos contemporâneos de expulsão de populações camponesas, com a consequente formação de um proletariado sem-terra, fenômeno que se acentua muito em países de economia periférica; privatizações de bens antes partilhados (como a água), promovidos por organismos internacionais como o Banco Mundial, que passam a se submeter à lógica da acumulação capitalista; expansão do agronegócio em detrimento da agricultura familiar; privatização de indústrias nacionais e modalidades de trabalho escravo em diversos setores produtivos.

Essas constatações, no entanto, não são feitas sem a proposição de uma necessária exploração sistemática dos relatos feitos por Marx, de modo a promover um preenchimento das possíveis lacunas deixadas pelo Pensador alemão. Nesse sentido, Harvey (2004) destaca as particularidades acerca da proletarianização contemporânea, na medida em que envolve um

[...] conjunto de coerções e apropriações de capacidades, relações sociais, conhecimentos, hábitos de pensamentos e crenças pré-capitalistas da parte dos que são proletarianizados. Estruturas de parentesco, organizações familiares e domésticas, relações de gênero e autoridade (incluindo as exercidas por meio da religião e de suas instituições). (p. 122).

Eis, portanto, a dupla dimensão da acumulação primitiva: por um lado, envolve a apropriação e a cooptação de realizações culturais e sociais preexistentes; por outro, o confronto e a supressão de dimensões fundamentais da vida das coletividades. Assim, Harvey (2004) observa o aprofundamento de muitos dos mecanismos da acumulação primitiva enfatizados por Marx, sobretudo com origem na consolidação da era da mundialização do capital, sob a dominância do capital financeiro, em que processos envolvendo predação, fraude e roubo podem ser compreendidos como a vanguarda da acumulação por espoliação em épocas recentes.

Marx aponta, ainda, o surgimento de mecanismos inteiramente novos de acumulação por espoliação. Entre esses processos, cita o caso da opressão de populações inteiras mediante a usurpação, o licenciamento e o patenteamento de materiais genéticos de todo tipo, do plasma de sementes e outros materiais cujas práticas dessas populações tiveram participação ativa em seu desenvolvimento, opressão viabilizada pela ênfase conferida aos *direitos de propriedade intelectual*. A *biopirataria* a serviço das grandes companhias farmacêuticas que buscam o controle de recursos genéticos do Planeta, a destruição sem precedentes dos recursos naturais mediante a *mercaderização por atacado da natureza em todas as suas formas*, viabilizando a exploração e degradação intensiva de *habitats* e nichos ecológicos antes intocados pelo capital. A *corporativização e as privatizações de bens até então considerados públicos* – como as universidades – e a conversão em mercadorias de processos

culturais e históricos da criatividade humana, fenômeno patente no universo das produções musicais e audiovisuais.

Por fim, aponta a *regressão dos estatutos regulatórios destinados a resguardar e assegurar direitos aos trabalhadores*, a proteger o trabalho e o meio ambiente, relegando ao ostracismo anos de dura luta de classes para constituir um arcabouço jurídico mínimo de proteção social do trabalho e consolidar direitos comuns de propriedade, dilapidados pelas privatizações e políticas de espoliação implantadas em nome da ortodoxia neoliberal. Não por acaso, Harvey identifica o surgimento da ideologia neoliberal e a política de privatização a ela associada desde os anos de 1970 como a vanguarda do atual processo de acumulação por espoliação. (ARRIGHI, 2008).

A todas essas constatações analíticas, entretanto, se impõe a seguinte indagação: ante a dificuldade crônica de sobreacumulação vivenciada pelo sistema capitalista desde os anos de 1970, que papel cumpriria a acumulação por espoliação num contexto de crise provocada pelo excedente de capitais ociosos [acompanhados, por vezes, por excedentes de força de trabalho]? Nas palavras de Harvey, o que faz a acumulação por espoliação é “[...] liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo”. (HARVEY, 2004, p. 124). Apor-se, no entanto, de novos espaços que pudessem proporcionar ao capital dar sequência ao seu processo de expansão significou transformar áreas anteriormente fechadas à especulação e interferências do mercado em zonas de alto potencial de valorização. Para fechar tal ciclo, foram imprescindíveis as privatizações de vastos setores econômicos antes dominados pelo setor público, o que proporcionou intensiva ampliação de campos a serem apropriados pelo capital sobreacumulado.

Além desta, existem outras estratégias para debelar a sobreacumulação de capitais – razão maior da acumulação via espoliação – como a desvalorização de ativos de capital e da força de trabalho. Uma vez desvalorizados, podem ser vendidos a preços baixos e transformados em lucro no circuito de circulação do capital por intermédio do capital sobreacumulado, o que pressupõe, por outro lado, uma crise de alguma natureza, sendo que as crises

Podem ser orquestradas, administradas e controladas para racionalizar o sistema [...]. Pode-se impor pela força externa crises limitadas a um setor, a um território ou a todo um complexo territorial de atividade capitalista [...]. O resultado é a criação periódica de um estoque de ativos desvalorizados, e em muitos casos subvalorizados, em alguma parte do mundo, estoque que pode receber um uso lucrativo da parte de excedentes de capital a que faltam oportunidades em outros lugares. (HARVEY, 2004, p. 125).

Seria equivocado pensar que a acumulação por espoliação constitui uma face intersticial, marginal ou excepcional do processo de reprodução expandida do capital. Nesse sentido, Harvey adverte para a ideia de que a espoliação passa a ser o modo predominante do desenvolvimento capitalista contemporâneo desde o momento em que passa a refletir

[...] tentativas de empreendedores determinados e Estados desenvolvimentistas no sentido de integrar-se ao sistema e buscar diretamente os benefícios da acumulação do capital [...]. Toda formação social, ou território, que é inserida ou se insere na lógica do desenvolvimento capitalista tem de passar por amplas mudanças legais, institucionais, e estruturais do tipo descrito por Marx sob a rubrica da acumulação primitiva. (HARVEY, 2004, p. 127).

Desse modo,

A acumulação por espoliação pode ser aqui interpretada como o custo necessário de uma ruptura bem-sucedida rumo ao desenvolvimento capitalista com o forte apoio dos poderes do Estado. As motivações podem ser internas (como no caso da China) ou impostas a partir de fora (como no caso do desenvolvimento neocolonial em zonas de exportações no Sudeste asiático ou da abordagem de reformas estruturais que o governo Bush hoje propõe como cláusula das concessões de ajuda externa e nações pobres). (HARVEY, 2004, p. 128).

O caso brasileiro também é emblemático, sobretudo quando se analisam os anos 1990 e as reformas institucionais e econômicas pelas quais passou a sociedade brasileira no sentido de adequá-la aos novos expedientes da economia financeirizada, no contexto das economias periféricas latino-americanas. Dentre os principais processos postos em curso no Brasil, sob a égide das políticas neoliberais, encontram-se as privatizações, que consistiram, no Brasil – assim como em outros países da periferia do capitalismo –, numa transferência de ativos produtivos pertencentes ao Estado para o controle privado de poucas empresas capazes de operar em âmbito global.

Assim, os processos de privatizações, aliados às políticas neoliberais e às profundas modificações do papel das instituições do Estado, proporcionaram ao capital novas possibilidades de apropriação de campos anteriormente estéreis em termos de acumulação, possuindo como

[...] veículo primário da acumulação por espoliação [...] a abertura forçada de mercados em todo o mundo mediante pressões institucionais exercidas por meio do FMI e da OMC, apoiados pelo poder dos Estados Unidos (e, em menor grau, pela Europa) de negar acesso ao seu próprio mercado interno aos países que se recusam a desmantelar suas proteções. (HARVEY, 2004, p. 147).

Os efeitos danosos de tais expedientes econômicos penetram praticamente todos os poros do Estado, orientando diversas concepções de políticas públicas e suas aplicabilidades. Assim, de modo geral, é possível afirmar que faz parte da fantasia neoliberal disseminar a ideologia de que as políticas sociais representam “gastos” que podem comprometer o bom funcionamento do Estado, visando a alçar a economia a um patamar de suposta neutralidade em relação às questões políticas que afetam os debates em torno das modalidades de atuação e intervenção por meio das políticas públicas – essas, muitas vezes, voltadas para os grupos sociais mais vulneráveis socialmente. Na América Latina, as políticas ligadas aos setores mais vulneráveis da população demonstram sua profunda importância em nossa história, sobretudo ao atuarem como contrapostas aos avanços das políticas liberalizantes e privatizantes que campeiam desde os anos de 1980.

Importante é destacar o fato de que os países latino-americanos não passaram pela experiência de constituição de um Estado de Bem-Estar capaz de assegurar uma situação social de maior igualdade. Não por outro motivo, as políticas sociais de modo geral sempre tiveram enormes dificuldades em se consolidar, enfrentando diversas oposições e ataques sistemáticos, principalmente de setores ligados aos interesses do grande capital. Se, por um lado, as políticas anticíclicas capitaneadas pelo Estado adquiriram papel importante no combate à pobreza e na busca de constituir sociedades mais igualitárias em nosso Continente, por outro, é fundamental não esquecer que este mesmo Estado possui um papel especial sob o neoliberalismo – o de agente de políticas redistributivas que podem ser capazes de reverter o fluxo típico até mesmo das economias de bem-estar (redistribuição de cima para baixo). Nas palavras de Harvey (2004),

Ele o faz antes de tudo promovendo esquemas de privatização e cortes de gastos públicos que sustentam o salário social. Mesmo quando a privatização parece favorável às classes baixas, seus efeitos de longo prazo podem ser negativos. Por exemplo, numa primeira impressão, o programa thatcheriano de privatização da habitação social na Inglaterra pareceu uma benção para as classes baixas, cujos membros poderiam a partir de então passar do aluguel à casa própria a custos relativamente baixos, obter o controle de um valioso ativo e aumentar sua riqueza. Mas, uma vez feita a transferência, a especulação com moradias assumiu o controle, particularmente em áreas nobres, acabando por expulsar as populações de baixa renda, via propina ou pela força, para a periferia de Londres, transformando propriedades antes destinadas à moradia da classe trabalhadora em centros de intensa gentrificação. (p. 176-177).

Desse modo, a alteração no modelo de acumulação capitalista observado nas últimas décadas, alinhado à difusão das finanças como novo parâmetro de organização da riqueza no contexto global, implicou a modificação substancial do desenho institucional das políticas públicas em todo o mundo. Quando observadas as transformações na organização dos Estados nacionais, balizadas pela crise fiscal e reestruturação da apropriação do excedente produzido, verifica-se importante guinada na compreensão de demandas e

enfrentamentos de problemas sociais mediante o reconhecimento de direitos e implementação de políticas públicas. Também se inserem nesse quadro as políticas habitacionais, uma vez voltadas para o enfrentamento do problema da moradia.

As mudanças referidas atingiram o *modus operandi* das finanças do Estado e a maneira de executar seu orçamento público, porquanto, em vez de serem empreendidos esforços no sentido de garantir um desenvolvimento socioeconômico que privilegiasse a universalização de direitos básicos de cidadania, assistiu-se a uma guinada em direção ao atendimento das demandas expressas pela necessidade de rentabilidade de aplicações financeiras de investidores privados.

Na periferia do sistema mundial, observadas as peculiaridades do capitalismo tardio e as dificuldades de formatação de um Estado de Bem-Estar autossuficiente fora do centro do sistema, tal inflexão fez-se sentir de maneira bastante profunda. No Brasil, onde as instituições que moldam a política habitacional refletem com muita consistência o padrão de modernização conservadora trilhado pelo país desde 1964, a crise de financiamento do Estado serviu de pretexto para conter as aspirações transformadoras embutidas na efetivação dos direitos sociais, especialmente no âmbito da Assembleia Nacional Constituinte, reduzindo o projeto nacional de desenvolvimento ao aperfeiçoamento das instituições de mercado e à inclusão seletiva de cidadãos no sistema de crédito direcionado. (ROYER, 2009, p. 14).

No plano internacional, assistiu-se a uma intensiva liberalização dos mercados, acompanhada de profundas desregulamentações das legislações nacionais, as quais ofereciam barreiras à expansão dos sistemas financeiros nacionais, que paulatinamente passavam de um caráter de finanças administradas para um regime de finanças de mercado, seguido de privatizações de toda ordem. Isso não se deu apenas nos limites dos mercados internos nacionais. Pelo contrário, foi um verdadeiro movimento global que assentiu na articulação entre os sistemas monetários e financeiros internacionalmente – movimento que permitiu que o capital financeiro se livrasse das amarras que o impediam de se alastrar para outros espaços geográficos e mercados, a fim de assegurar sua constante valorização.

No caso brasileiro, como mencionado anteriormente, essas mudanças vieram acompanhadas do que se passou a denominar como discurso neoliberal. Foi assim que, ainda no início dos anos de 1990, o País que recentemente promulgara na Constituição, trazendo importantes direitos que visavam a criar maior igualdade social, encampou um discurso que denotava a desestatização da economia e a necessidade de maior transparência e austeridade com os gastos públicos como seu novo mantra. Foi assim que Fernando Collor de Mello, embalando essas promessas de modernização do País em moldes fortemente moralistas, venceu as eleições e trouxe de vez a razão neoliberal para o interior do palácio de governo.

Muito embora o *impeachment* do Presidente não lhe haja permitido implementar seu projeto de governo, este trabalho foi desempenhado pelos governos de Fernando Henrique Cardoso, que, de 1994 a 2002, realizou intensa abertura econômica, por meio de um ambicioso plano de privatizações, que contou, ainda, com valorização da moeda brasileira; aprovação de Lei de Responsabilidade Fiscal, que situou os direitos dos credores acima dos demais; aumento sistemático da taxa de juros e isenção de impostos dos lucros e dividendos, bem como das remessa de lucros ao exterior. (PAULANI, 2010). O resultado foi uma profunda recessão com elevação do desemprego no País.

3. CONCILIAÇÃO E CRISE NO BRASIL DO SÉCULO XXI

Os primeiros anos do século XXI foram muito importantes para os debates sobre a atual configuração de classes da sociedade brasileira, bem como acerca das forças e rumos da política nacional – temas que parecem ainda ocupar lugar de destaque nos últimos anos, sobretudo quando é preciso compreender os atuais movimentos da complexa conjuntura política nacional. Os anos de governo petista motivaram intensa produção teórica e interpretativa sobre o que significaram aquelas administrações para a sociedade brasileira, sentidos que ainda estão em disputa na *intelligentsia* nacional. Embora o marco político fundamental esteja situado na vitória eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT) em 2002, há um relativo consenso a ideia de que a consolidação eleitoral do ciclo petista se deu nos resultados alcançados por Lula e seus correligionários nas eleições presidenciais de 2006, como bem destacou Francisco de Oliveira (2010), em seu artigo intitulado “Hegemonia às Avessas”.

O cientista político André Singer (2012), ao se referir aos anos de governo petista, popularizou nos meios acadêmicos um termo específico para caracterizar a forma de seu governo: o lulismo. Em sua análise, este termo remete para um processo de realinhamento eleitoral, fenômeno observado desde as eleições de 2006, que garantiram, desde então, a hegemonia eleitoral do governo do PT. As novidades seriam fundamentalmente duas: a primeira, que o PT conquistou a maioria dos votos entre as frações de classes mais pauperizadas; a segunda, que a fração dos mais vulneráveis, denominada por Singer (2012) de subproletariado, encontrou no governo do presidente Lula suas demandas e “programa”⁴ representados.

É nesse sentido que Singer considera que os governos do presidente Lula foram dotados de certo caráter bonapartista, uma vez que o chefe do Executivo assumiu posição que o projetava para além das clivagens de classe, pairando sobre as forças sociais, mas ao mesmo tempo dotado do poder de arbítrio, mediando os conflitos de interesses. Convém destacar o fato de que Singer atribuiu ao governo do PT a responsabilidade pela construção do que denominou pacto social, condição fundamental para que pusesse em marcha um reformismo fraco da sociedade brasileira, cujas mudanças sociais se dariam de maneira mais lenta, embora consistente, sem, contudo, denotar propostas estruturais de mudança da sociedade que conflitassem com os interesses do grande capital.

4 Vale a pena anotar a crítica feita por Armando Boito Júnior (2013) sobre a escolha do termo bonapartismo por André Singer, inspirado no texto clássico “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”, de Karl Marx, para designar o modo como o governo do PT exerceu certa posição de árbitro na arena social. Singer (2012) afirma que o subproletariado (que ele compara ao campesinato francês do século XVIII) enxerga no governo petista seu *projeto* refletido. Ora, o autor também afirma que esta classe, em função de suas fragilidades e vulnerabilidades, não consegue representar a si mesma, dimensão que se objetiva na sua incapacidade de organização. Nesse sentido, Boito Jr. (2013) destaca que não pode haver bonapartismo na medida em que uma fração de classe incapaz de representar a si mesma e que não demonstra poder de adentrar o universo da luta de classes, não pode, por conseguinte, apresentar “programa” a ser defendido e incorporado por qualquer governo que seja. Ver: BOITO JR., Armando. O Lulismo é um Tipo de Bonapartismo? Uma crítica às teses de André Singer. *Revista Crítica Marxista*, n. 37, p. 171-181, 2013.

Precisamente no momento em que o PT adensou sua presença eleitoral nas frações de classe inferiores (subproletariado)⁵, perdeu o apoio da classe média, que teve sua confiança abalada pelos escândalos de corrupção denunciados no famigerado caso “Mensalão”. Para assegurar a manutenção do projeto popular, o governo precisou compreender a mentalidade da classe que se constituía em sua base de apoio; ou seja, foi necessário empreender mudanças modestas (reformismo fraco!) sem arranhar os interesses do grande capital. Promoveu o atendimento parcial dos interesses materiais das classes menos favorecidas de maneira branda, com a garantia da manutenção da ordem, sem sobressaltos ou instabilidades.

Nessa perspectiva, os conflitos entre as classes estariam equilibrados, porquanto os interesses dos “de baixo” seriam assegurados sem *pôr em xeque* o temor de instabilidades sociais e econômicas que marcam o caráter desses setores sociais, e, de sobra, sem ameaçar os privilégios dos donos do poder. Embora concorde com as críticas de Marcos Nobre (2013), ao destacar os poucos elementos analíticos mobilizados por Singer para caracterizar melhor as razões que fariam do subproletariado, em sua visão – uma fração de classe predominantemente conservadora – destacamos o revés neste equilíbrio de forças que, ao ver ruir seu “pacto de não agressão”, setores significativos da classe média se tornaram a ponta de lança das insatisfações sociais que passaram a questionar a legitimidade do modo petista de governar, fazendo coro com os desideratos políticos das forças de oposição, essas sim profundamente conservadoras e, por vezes, reacionárias, que viabilizaram o impedimento do mandato da presidenta Dilma Rousseff em 2016.

Curiosamente, mesmo em face de pesados ajustes na economia, movimentos que mais atingem as camadas da população mais frágeis, aparentemente, foi nas camadas médias⁶ onde o PT encontrou as maiores resistências

5 Entre outras razões, Singer aponta como elemento fundamental a conjunção de três políticas: a ampliação dos programas de transferência de renda, a política de recomposição real do valor do salário-mínimo e o acesso facilitado ao crédito.

6 Longe de enxergar alguma novidade no cenário político mais recente, Jessé Souza (2015) identifica na recente turbulência política em que se encontra o País, desde o bloqueio de uma agenda política mais progressista, envolvendo, inclusive, o *impeachment* da Presidenta da República, certa repetição de sequências históricas já vistas na trajetória do Brasil. Como pano de fundo, aponta um debate enviesado que se desenvolve na intelectualidade brasileira há décadas e que se espria pe-

ao seu projeto político. Em artigo, Ruy Braga (2015) apontou que o consentimento da era lulista tem dois aspectos: o primeiro é o consentimento passivo construído no seio das classes subalternas. Nesse sentido,

O *subproletariado semirrural* acantonado nos grotões foi beneficiado pelo Programa Bolsa Família (PBF), passando da extrema pobreza para a pobreza oficial. O *precariado urbano* deixou-se seduzir pelos aumentos do salário mínimo acima da inflação e pela formalização do mercado de trabalho com a criação de empregos. O *proletariado sindicalmente organizado* beneficiou-se do mercado de trabalho aquecido alcançando negociações cole-

los espaços da opinião pública, incorporando certo maniqueísmo ao confrontar uma noção de Estado, em geral marcada pela pecha da ineficiência e maldição do patrimonialismo, seguido de seu oposto – o mercado –, este apontado como o templo das oportunidades e da *meritocracia*. A classe média assenta-se em seus privilégios historicamente enraizados, arrancados das camadas mais pauperizadas da população mediante a usurpação de seu *tempo de vida*, vez que às classes médias é garantido dispor de mais *tempo livre*, de maior possibilidade de “incorporação do capital cultural” indispensável no capitalismo moderno para o trabalho no mercado competitivo”. (SOUZA, 2015, p. 231). Os filhos das classes médias ingressam mais tardiamente no mercado de trabalho e, assim, podem se qualificar melhor e ocupar os principais postos de trabalho, projetar um futuro diferente do presente. Já os integrantes da *ralé*, a esses restam os trabalhos mais precários, degradantes e humilhantes, dimensão da vida material que também, por meio de muitas mediações, encontram ressonância numa individualidade marcada pelo sentimento de “indignidade”, de “inferioridade”. As classes dominantes, detentoras do capital econômico e controladoras dos veículos de comunicação, manipulam os sentimentos e afetos de caráter conservador das classes médias de modo a “produzir” fatos políticos que desafiam a própria racionalidade como traço das sociabilidades forjadas no capitalismo contemporâneo. Assim, fazem sobressaltar na vida comum os “aspectos demoníacos” da corrupção vinculada ao controle do Estado, lançando, ao mesmo tempo, sombras sobre seus próprios interesses privados (muitas vezes corruptos!) que se alimentam desse viés da formação da esfera pública brasileira, porém sem ser notados pelo crivo dual, seletivo das classes médias. A hipocrisia e o infantilismo predominam, na visão do autor, na reflexão de nossa sociedade sobre a própria condição, perspectiva que empobrece o viés crítico que debilmente se mostra em nossas visões de mundo. Do subproletariado aos estratos médios da sociedade, a partir dessas chaves de leitura, seria nessas esferas onde residiria a concentração mais conservadora da sociedade brasileira, embora em gradientes diversos e com pesos políticos diferenciados.

tivas vantajosas tanto em termos salariais quanto em benefícios trabalhistas. (BRAGA, 2015, p. 4; grifos do autor).

Na outra ponta, Braga (2015) destacou a habilidade dos governos petistas em combinar concretamente os interesses da burocracia sindical, das lideranças de movimentos sociais e de setores médios intelectualizados, elementos que criaram as bases para o que denominou de *consenso ativo*, cujo *locus* foi o próprio aparelho de Estado. Isso se deu por meio da absorção de quadros do movimento sindical e lideranças de movimentos sociais às funções de assessoramento parlamentar, cargos ministeriais, chefias de empresas estatais. Parte ainda do aparelho burocrático sindical passou a integrar os conselhos de bancos públicos e dos grandes fundos de pensão das estatais administrados como fundos de investimento.

Desse modo, surgiu outro ator-chave na constituição da arbitragem social do governo lulista, formado por quadros antes identificados com as demandas sociais e populares, mas, agora, alçados à condição de administradores do Estado burguês, inseridos diretamente nos movimentos do ciclo de acumulação do capital financeiro. Na visão de Braga (2015), este equilíbrio de forças ruiu juntamente com o aprofundamento da crise econômica que teve seu estopim em 2008, processo que fez virar fumaça os parcos ganhos auferidos pelas classes populares em tempos de lulismo. Ademais, o consentimento passivo desfez-se, momento inaugurado pelos acontecimentos de junho de 2013. Vive-se, no País, o que o autor denomina de “pós-lulismo”, um tempo de transição no qual “[...] o velho ainda não morreu, mas o novo não tem força pra nascer [...]. Em síntese, entramos em uma nova era da luta de classes na qual o centro da vida social deslocou-se para os extremos do espectro político”. (BRAGA, 2015, p. 49).

Referindo de modo específico ao início do governo do presidente Lula, sobretudo ao apresentar seu plano econômico para o País, Paulani (2010) destaca que o Partido dos Trabalhadores resolveu abraçar com toda força o receituário ortodoxo da política econômica conduzida até então no Brasil desde os anos 1990. O discurso oficial de seu governo foi catastrofista, alardeando que caso não se tomassem medidas duras e de austeridade no plano econômico, todo o projeto de caráter mais social indicado como plataforma política seria inviabilizado. Foi instaurando um verdadeiro *estado de emergência* que Lula

implementou uma política no terreno da economia diferente da prometida quando eleito.

Convertendo a emergência num modelo de governo, o Partido dos Trabalhadores elevou as taxas de juros do País ao mais elevado patamar do Planeta; aumentou os repasses de dinheiro público para pagamento da dívida pública; elevou o *superávit* primário; alterou regras da previdência social, quebrando os parâmetros de solidariedade do sistema. (PAULANI, 2010). Os anos de governo Lula representaram a consolidação do Brasil como *plataforma de valorização do valor com dominância financeira*. Cabe ressaltarmos que este modelo foi aprofundado de modo concomitante com uma política de conciliação de classes, capaz de amaciar os conflitos sociais e que retirou do centro do debate público questões referentes às profundas desigualdades que marcam a sociedade brasileira, operando, dessa maneira, uma política econômica de não enfrentamento e ataque aos interesses dos setores dominantes de nossa sociedade.⁷

7 Numa perspectiva mais vinculada à dimensão econômica, Bresser-Pereira (2013) aponta que há, no Brasil, o fortalecimento cada vez maior, sobretudo a partir da redemocratização, do que denomina *direita liberal e dependente*. Esta ascensão se deve, principalmente, ao enredamento cada vez maior do Brasil nas tramas de uma agenda herdada da política econômica ortodoxa, denominada de “Novo Consenso Econômico”, perspectiva dominante nos EUA desde os anos de 1990 e que, em sua visão, levou o País à crise econômica de 2008. O conservadorismo econômico defendido pelos principais agentes financeiros no Brasil acabaria por inserir o País no terreno pantanoso de estagnação econômica, marcado por uma política de altas taxas de juros e câmbio superapreciado (embora possa flutuar *livremente* no mercado), ambas medidas que visariam a garantir o *superávit* primário e o equilíbrio da inflação. Ora, na medida em que a busca pelo *superávit* e a política de câmbio se tornam reféns das metas de inflação, a procura por uma taxa de câmbio competitiva e equilibrada, bem como a formação de poupança para financiar os investimentos públicos, tornam-se secundários ante os demais compromissos assumidos pelo governo com agentes econômicos internos e externos. Isso se reflete, por exemplo, na utilização da dívida pública nacional como o principal e fundamental elemento de liquidez para o sistema financeiro nacional, ou, como aponta Miguel Bruno, como “[...] o principal eixo da acumulação rentista-patrimonial do período 1999-2008”. (BRUNO, 2012, p. 83). Afinal, “é por meio dela que se garante liquidez ao sistema financeiro brasileiro, e se viabiliza a financeirização – a multiplicação dos ganhos financeiros através do uso de ‘inovações’ financeiras – principalmente de derivativos”. (BRUNO, 2012, p. 83).

Mais recentemente, as propostas de mudança no sistema de seguridade social têm posto todo e qualquer tipo de garantia da sustentabilidade e continuidade das políticas sociais no País em séria ameaça. Após a presidenta Dilma Rousseff ter sido deposta do poder por intermédio de um bem arquitetado golpe parlamentar⁸, impôs-se uma agenda política e econômica que não somente trouxe novamente à tona um conjunto de propostas de cariz neoliberal tão conhecida dos brasileiros desde os anos de 1990, mas aprofundou drasticamente suas propostas de intervenção nas estruturas fiscal, trabalhista e previdenciária como jamais visto.

Pode-se apontar como primeiro passo a aprovação pelo Parlamento, em dezembro de 2016, da Proposta de Emenda Constitucional (PEC 55)⁹, que prevê o congelamento dos investimentos públicos em áreas primárias (como saúde, educação, segurança por exemplo) pelos próximos 20 anos. Outro ponto de radical modificação institucional foi a aprovação e a sanção da reforma trabalhista (Lei Nº 13.467/2017), que modificou radicalmente mais de 100 dispositivos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), representando um claro movimento de limitação e extinção de direitos dos trabalhadores, conferindo ainda mais poder à classe patronal. O terceiro forte movimento, porém ainda em tramitação no Congresso Nacional, é a alteração constitu-

8 Usamos a expressão no sentido atribuído por Wanderley Guilherme dos Santos (2017). O autor alerta para o fato de que é um equívoco acreditar que compreender o golpismo seja investigar acontecimentos que ocorrem de forma paralela ao fenômeno democrático. Não se trata, portanto, de examinar as interferências golpistas como se fossem resultado do esgarçamento do equilíbrio necessário para manutenção da governabilidade, nem mesmo situá-lo como efeito que extrapola os limites da admissibilidade institucional. Movimentos próprios de democracias representativas, os golpes parlamentares operam rupturas que buscam preservar o “efeito-legalidade” das instituições, a rotina administrativa, realizando, por outro lado, a alteração da “hierarquia das preferências governamentais, substituindo o luzeiro teleológico, a finalidade que, alegadamente, preside as decisões subversivas”. (SANTOS, 2017, p. 13). Nesse sentido, diferem dos golpes militares por não gerarem amputações nas instituições no que concerne às suas prerrogativas. Arremata Santos (2017, p. 16): “[...] a cerimônia do golpismo parlamentar contemporâneo mantém quase intocados os ritos costumeiros, mas obedece a roteiro especial na proposição de leis e na utilização de rotinas conhecidas para extensa subversão política, econômica e social da ordem destituída”.

9 Hoje aprovada, foi incorporada à Constituição Federal como Emenda Constitucional 95.

cional que modifica o regime previdenciário no Brasil, privilegiando a previdência privada, os bancos privados e os investidores estrangeiros ligados ao mercado financeiro.

O argumento ideológico fundamental é o de que, para garantir o “equilíbrio” fiscal e econômico do Brasil, fazem-se necessárias tais “modernizações”, mistificações há muito denunciadas por diversos intelectuais, pesquisadores e ativistas sociais. Desse modo, estamos diante de um desmonte do sistema de seguridade social no Brasil, em nome da busca de uma suposta estabilidade econômica, mas que ameaça direitos conquistados ao longo de décadas pelo povo trabalhador brasileiro e realinha o País ao receituário, dessa vez radicalizado, do neoliberalismo.

O ponto crucial que anotamos, ademais, é a forte maioria consolidada no Congresso Nacional em torno do atual governo¹⁰, que demonstra força política para aprovação dessas medidas em tempo extremamente exíguo. Isso lança desafios ainda maiores para as forças sociais e políticas de resistência que, atualmente, se mostram incapazes de barrar o andamento dessas medidas, muito embora tenham realizado contínuas mobilizações contrárias ao que denunciam como retrocessos.

4. LIGANDO PONTOS: PMCMV, FINANCEIRIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NO BRASIL

Pensando especificamente o assunto das políticas sociais voltadas para a promoção da moradia digna e atendimento às necessidades de habitação, cabe refletir se as atuais arquiteturas de financiamento da habitação no Brasil podem ser consideradas como sistemas de promoção de direitos sociais ou se de alguma maneira reproduzem mecanismos de espoliação. Para analisar este ponto, é necessário levar em conta a noção de que a racionalidade das novas matrizes de financiamento imobiliário no Brasil opera uma espécie de redução do direito à habitação ao acesso privado, tratando a moradia como uma mercadoria qualquer, livremente negociada no mercado.

10 O texto foi produzido antes das eleições de 2018, na vigência, portanto, do governo de Michel Temer.

Nesse sentido, relega-se a segundo plano a discussão política sobre a moradia¹¹ e várias de suas implicações, na medida em que os debates sobre políticas de habitação passam a circunscrever os limites da discussão sobre o montante de recursos públicos alocados como subsídios dos financiamentos tomados pelos mutuários, deixando de lado, muitas vezes, a busca pela compreensão dos mecanismos que permitem verdadeiros processos de manipulação do sistema de crédito a serviço da acumulação contínua de capital, além da redistribuição da riqueza e da renda destinada aos conglomerados empresariais (bancos, empreiteiras, construtoras, operadoras de crédito) de maior poder econômico que atuam nesse mercado.

Nesse sentido, muitas das medidas econômicas e projetos sociais desenvolvidos na era Lula, alguns ampliados no primeiro governo Dilma Rousseff (2010 – 2014), embora tenham importância comprovada em diversos aspectos, não foram capazes de promover mudanças estruturais no País. Na área das políticas habitacionais, não foi diferente. O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)¹², lançado em março de 2009, política habitacional do governo federal criada no final do segundo mandato de Lula da Silva, aprofundado e ampliado pelo governo Dilma, desencadeia impactos territoriais consideráveis nas cidades brasileiras, porém não se mostrou suficiente para

-
- 11 Ver: ALVES, Murilo; VENCESLAU, Pedro. Governo Temer suspende todas as novas contratações do Minha Casa. Brasília, *O Estado de São Paulo*, 20 maio 2016. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,governo-temer-suspende-todas-as-novas-contratacoes-do-minha-casa,10000052388>>. Acesso em: 20 mar. 2018.
 - 12 O programa foi inicialmente instituído pela MP 459, de 25/3/2009, substituída pela Lei 11.977, de 7/7/2009, e regulamentado pelos Decretos 6.819, de 13/4/2009, e 6.962, de 19/9/2009. O programa estabeleceu, inicialmente, atender a três faixas de renda distintas, contando com metas, instrumentos de contratação e subvenções econômicas. A Faixa 1 é voltada para o atendimento de famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00; a Faixa 2, a famílias com renda mensal entre R\$ 1.600,00 e R\$ 3.100,00; e a Faixa 3, a famílias com renda entre R\$ 3.100,00 e R\$ 5.000,00. Cabe destacar que nos meses iniciais do programa, as faixas eram definidas em função do salário mínimo. Desse modo, a Faixa 1 destinava-se ao atendimento de famílias com renda mensal entre 0 e 3 salários-mínimos, a Faixa 2 de 3 a 6 salários-mínimos e a Faixa 3 de 6 a 10 salários-mínimos. Somente a partir de 2011 a definição das faixas se deu com base em valores nominais. Cabe destacar que, em 2017, houve modificações nas regras para enquadramentos nas faixas de renda.

romper com a lógica que encontra na satisfação dos interesses privados, corporativos e financeiros seu principal objetivo.

Em relação ao atendimento das demandas relacionadas a cada faixa do programa, a faixa 1 é definida por meio da intervenção dos governos locais. A construtora responsável por executar o projeto de construção das moradias é remunerada pelo Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), que recebe aportes do Orçamento Geral da União (OGU) para arcar com os custos do programa. É importante destacar que as construtoras que atuam nessa faixa do PMCMV não estão sujeitas ao risco de inadimplência dos beneficiários e também não exercem qualquer atribuição relacionada à comercialização dos imóveis. As famílias contempladas se responsabilizam por pagar prestações mensais por período igual a dez anos, embora o custo total arcado seja muito pequeno em relação ao valor total do imóvel.¹³

Já em relação às faixas 2 e 3, as condições de empreendimento da construção das habitações, bem como as modalidades de aquisição dos imóveis pela população são diferentes – faixas que são classificadas como o “mercado popular”. As construtoras são diretamente responsabilizadas pelas maneiras de comercialização dos imóveis, figurando como incorporadoras da operação. Já os beneficiários celebram contratos de compra e venda diretamente com a construtora, sendo possível o financiamento para a compra das unidades. Este é concedido pela Caixa Econômica com recursos oriundos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Os beneficiários da faixa 2 podem contar, ainda, com abatimento de parte da entrada no ato da compra do imóvel, o que configura subsídio direto, cujos relacionados na faixa 3 não possuem. Ambas, no entanto, contam com seguro de crédito concedido pelo Fundo Garantidor da Habitação (FGHab). É possível verificar que há um amplo leque de estratos sociais classificados com base no recorte de renda, bem como diferentes lógicas com objetivos diversos de financiamento no programa.

13 Essa faixa de renda conta, também, com a modalidade de financiamento “Entidades”. A particularidade consiste em que a construção do empreendimento imobiliário é contratada junto a organizações representativas de movimentos de moradia. Nesse caso, as entidades responsabilizam-se pela construção e pela indicação dos beneficiários finais das moradias. Nessa modalidade, o financiamento é feito pelo Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), e o objetivo é construir cerca de 3% das moradias totais por via dessa modalidade, não obstante pesquisas empíricas apontem que o número real de contratações não ultrapassou 1%. (RIZEK *et al.*, 2015).

Em pesquisa intitulada *Ferramentas para avaliação da inserção urbana dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)*, conduzida pelo Laboratório Direito à Cidade e Espaço Público da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (LabCidade – FAU/USP), como parte de projeto coletivo desenvolvido pela Rede Cidade e Moradia, expressou importantes resultados, embora não conclusivos, de como o PMCMV afeta a realidade urbana brasileira. No concernente à concepção geral do programa, a pesquisa destaca que o enfrentamento do *déficit* habitacional não foi o único e principal objetivo, sendo necessário, para tanto, considerar a realidade macroeconômica de concepção do programa habitacional.

Em decorrência da crise de 2008, o PMCMV foi concebido com o objetivo de reaquecer a economia por meio do fortalecimento da construção civil, setor que gera demanda expressiva por mão de obra precária e de baixa qualificação, constituindo parcela da classe trabalhadora bastante mobilizada em momentos de implantação de políticas econômicas anticíclicas para combate à recessão. Para responder às necessidades econômicas do setor, entretanto, era necessário intensa aceleração na produção das moradias, o que influenciou enormemente o padrão de inserção urbana dos empreendimentos. Ficaram de lado aspectos relacionados à “[...] qualidade urbanística do entorno dos empreendimentos e a articulação da oferta habitacional com uma política fundiária abrangente, uma vez que considerações desse tipo afetariam a velocidade de sua implementação”. (ROLNIK *et al.*, 2015, p. 130).

Outro fator que influenciou o desempenho do programa apontado na pesquisa foi o atendimento a pleito específico do setor empresarial imobiliário. Diversas empresas do setor haviam aberto seu capital na bolsa de valores nos anos antecedentes à crise mundial. A estratégia adotada para captar investimentos, que exigiria a projeção de um alto Valor Geral de Vendas (VGV) nos anos subsequentes, foi seriamente ameaçada em virtude da retração provocada pela crise financeira global. Diante do risco real de colapso e da falência do setor, o governo se mobilizou de maneira a tentar aplacar seus efeitos. Assim,

Para além de uma política habitacional e de um pacote econômico de caráter anticíclico, o PMCMV foi também uma saída encontrada para evitar a falência generalizada de empresas de grande porte no setor imobiliário, mantendo a oferta de crédito no patamar necessário para que o setor pudesse manter suas ati-

vidades em ritmo acelerado e, assim, dar vazão ao capital imobilizado na formação de estoques de terra no período anterior. (ROLNIK *et al.*, 2015, p. 131).

A exemplo de experiências de elaboração de programas habitacionais de outros países, como o Chile e o México, o Brasil privilegiou um modelo de inclusão dos beneficiários das moradias produzidas pelo consumo em que a habitação, mesmo voltada para a população de baixa renda, deve ser, ao mesmo tempo, uma mercadoria a ser acessada por meio de relações de mercado e uma oportunidade de negócio lucrativo para empresas privadas que atuam no setor imobiliário. Com efeito, o PMCMV promoveu a produção em grande escala, em curto espaço de tempo, por empresas privadas e a concessão de subsídios governamentais diretos ao comprador, para viabilizar a aquisição da casa própria por grupos que, caso não contassem com financiamentos governamentais, estariam fora do mercado da habitação. O resultado, entretanto, é que a agenda macroeconômica e os interesses setoriais manifestados pelos agentes do mercado se sobrepuseram às reais necessidades do enfrentamento do *déficit* habitacional contidas na política de habitação. Nessa perspectiva, é possível qualificar o PMCMV como

Produção habitacional em escala, altamente subsidiada e voltada às famílias de mais baixa renda (numa proporção que talvez nem os mais otimistas do campo da reforma urbana imaginariam) como forma de incentivo econômico à cadeia produtiva da construção civil (da fabricação de insumos à indústria de mobiliário, eletrodomésticos e linha branca), com importantes desdobramentos relativos aos vínculos entre capital financeiro e capital imobiliário (grandes construtoras a frente), alta generalizada dos preços de imóveis e aluguéis, produção de novas periferias e aprofundamento da segregação socioterritorial. (RIZEK *et al.*, 2015, p. 167).

Uma vez que o lucro das empresas envolvidas na construção das moradias e os interesses do setor financeiro são preponderantes, a dimensão urbana que envolve a construção dos empreendimentos se torna praticamente secundária. A economia na compra dos terrenos (geralmente localizados em bairros periféricos, precariamente estabelecidos ou nas margens da mancha

urbana) é parte fundamental para composição dos lucros do setor, que passam a deixar de lado as diretrizes urbanísticas constantes na política habitacional, tal como é preconizado pelo Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), instituído pela Lei 11.124/2005 e pelo Plano Nacional de Habitação (PlanHab), lançado em 2009. (BONDUKI, 2009).

Ao não enfrentar a segregação socioespacial histórica de nossas metrópoles e priorizar o atendimento às necessidades de habitação em detrimento dos lucros do setor financeiro e imobiliário, assistiu-se à reprodução de um padrão histórico de ocupação do território urbano em que o assentamento da população pobre e vulnerável socialmente é feito prioritariamente em periferias precárias e mal equipadas. Assim se expressa uma das faces contemporâneas mais perversas da espoliação urbana no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Niemeyer; PAULANI, Leda M. Regulação social e acumulação por espoliação: reflexão sobre a essencialidade das teses da financeirização e da natureza do Estado na caracterização do capitalismo contemporâneo. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 20, n. 2 (42), p. 243-272, ago. 2011.

ALVES, Murilo; VENCESLAU, Pedro. Governo Temer suspende todas as novas contratações do Minha Casa. Brasília, *O Estado de São Paulo*, 20 maio 2016. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,governo-temer-suspende-todas-as-novas-contratacoes-do-minha-casa,10000052388>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

ARANTES, Paulo. *Extinção*. São Paulo: Boitempo, 2007.

ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008.

BOITO JR., Armando. O lulismo é um tipo de bonapartismo? Uma crítica às teses de André Singer. *Revista Crítica Marxista*, n. 37, p. 31-38, 2013.

BONDUKI, Nabil. *Do Projeto Moradia ao programa Minha Casa Minha Vida: teoria e debate*. n. 82. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2009.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. Contornos do Pós-Lulismo. *Revista Cult*. São Paulo, n. 206, ano XVIII, p. 46-49, out. 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O governo Dilma frente ao “tripé macroeconômico” e à direita liberal e dependente. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, n. 95, p. 04-15, mar. 2013.

BRUNO, Miguel. Endividamento do Estado e setor financeiro no Brasil: interdependências macroeconômicas e limites estruturais ao desenvolvimento. In: ALMEIDA

- MAGALHÃES, J.P. *et al.* *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 71-108.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- _____. *O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MÁRQUEZ, Gabriel García. *Cem Anos de Solidão*. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- NOBRE, Marcos. *Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- PAULANI, Leda. *Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. Capitalismo financeiro, estado de emergência e hegemonia às avessas no Brasil. *In*: OLIVEIRA, Francisco; Braga, Ruy; RIZEK, Cibele (Orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 109-134.
- RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e Reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- RIZEK, Cibele Saliba; AMORE, Caio; CAMARGO, Camila. Política habitacional e políticas sociais: urgências, direitos e negócios. *In*: CARLOS, Ana Fani A.; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel P. *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 165-184.
- ROLNIK, Raquel. *et al.* O programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 127-154, maio 2015b.
- ROYER, Luciana de O. *Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas*. 2009. 194 f. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo - USP, 2009.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.
- SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa, 2015.
- WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia Contra o Capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.

XII

DA EXPROPRIAÇÃO CAMPONESA À RESISTÊNCIA EM LUTA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA LUTA DOS/DAS TRABALHADORES/AS DO CAMPO NO ESTADO DO CEARÁ

Maria de Jesus dos Santos Gomes*

*A história de todas as sociedades
é a história da luta de classes*

(Marx e Engels)

1. INTRODUÇÃO

O capítulo ora elaborado foi feito com suporte na pesquisa de monografia, apresentada, em 2013, junto ao curso de especialização “Trabalho, Educação e Movimentos Sociais”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional em Saúde da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio - Fundação Oswaldo Cruz. A pesquisa intitulada “Experiências das escolas de ensino médio do campo do MST-Ceará: dois projetos de campo e de educação em confronto” e buscou compreender os elementos da luta de classes no campo brasileiro e cearense e seus influxos na política educacional, sobretudo, acerca do ensino médio rural e sobre a juventude camponesa no enfrentamento do

* Coordenadora Estadual do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). E-mail: madeje31@hotmail.com.

agronegócio e da urgente necessidade de afirmação e defesa de um projeto de agricultura camponesa, voltado para a reforma agrária popular.

Assim, com base no apanhado teórico-metodológico citado, neste capítulo, no segmento “Transformações do capitalismo”, refletimos sobre as reconfigurações do capital no panorama contemporâneo, balizando o avanço do projeto de modernização conservadora sobre a agricultura nacional, que foi capaz de gerar um amplo pacto em virtude da reprimarização da economia, do agronegócio e do latifúndio. Constatamos que isso altera a dinâmica econômica e das relações sociais nesse contexto, em um franco processo de agudização das desigualdades sociais no campo e da violência como meio recorrente de repressão das lutas camponesas. A aliança entre agricultura, indústria e mercados, sob o incentivo e a legitimação legal do Estado, não se restringiu aos aspectos técnicos, mas também alterou profundamente a realidade de vida do campesinato e do direito à terra no Brasil.

No tópico seguinte – “A luta pela terra e pela Reforma Agrária no Brasil”, o campo é apresentado como espaço de disputa entre, no mínimo, dois projetos distintos, o do capital, associado ao agronegócio, à manutenção do latifúndio, à exploração da terra e à espoliação dos trabalhadores do campo; e, na sua contramão, o projeto dos movimentos sociais ligados à luta pela reforma agrária – historicamente representados por Canudos, Contestado, Caldeirão, pelas Ligas Camponesas, pelo Movimento de Agricultores Sem Terra, pela União de Trabalhadores Agrícolas, dentre tantos outros. Nessa disputa entre projetos, ora um ora outro avança, com fortes e profundos ganhos do capital, inclusive com participação de empresas transnacionais no controle de territórios, na apropriação de fontes de energia, minérios, alimentos e biodiversidades. Mediante essa abordagem, analisamos o lugar, nessa arena, dos movimentos sociais do campo, inclusive, um dos de maior envergadura hoje – o Movimento Sem Terra (MST), seus formatos de luta e resistência, pontuando como se efetua a rebeldia do campesinato e quais os seus maiores desafios na defesa da “Reforma Agrária Popular”.

Em “A questão agrária e agrícola no Ceará”, partimos do ensaio sobre como no Ceará, estado da Região Nordeste, marcado pela seca e por desigualdades regionais gritantes, desenvolvem-se as investidas econômicas do agronegócio. Observamos que esse espaço, marcado pelo coronelismo, reproduz o poder dos latifúndios sobre as populações camponesas, ao passo que,

também, põe em movimento os ditames mais recentes da modernização conservadora no campo. Reflete-se, portanto, qual o significado desse contexto e como a população campesina cearense resistiu e resiste aos determinantes avassaladores do projeto do agronegócio na realidade local.

2. TRANSFORMAÇÕES NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

No Brasil, a atual fase neoliberal e financeira do capitalismo em crise aprofunda as relações de dependência, o caráter de associado e subordinado do capitalismo brasileiro no panorama mundial. Para David Harvey, o neoliberalismo

[...] se refere a um projeto de classe que surgiu na crise dos anos 1970. Mascarada por muita retórica sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre mercado e livre comércio, legitimou políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista. (2011, p. 16).

Em contexto mais recente, a crise mundial cujo estrangulamento ocorreu em 2008 se mantém até os dias atuais e pode ser considerada como um episódio da crise estrutural que se apodera do sistema do capital em escala mundial, desde os anos de 1970. Com efeito, a retomada do crescimento econômico se voltou, entre outros, para a ampliação do controle e da expansão dos mercados, para a intensificação da exploração do trabalho e a retirada de direitos sociais e trabalhistas, rebaixando as condições de vida dos trabalhadores, em um franco e largo processo de espoliação do trabalho pelo capital, com mediação do Estado. Segundo a professora Virgínia Fontes,

A condição fundamental para transformar o conjunto da existência social numa forma subordinada ao capital é a expropriação dos trabalhadores e sua separação das condições (ou recursos) sociais de produção que corresponde a um processo histórico ao qual se superpõe, na atualidade, a exasperação dessas expropriações através de uma disponibilização crescente da população mundial ao capital. (2010, p. 42).

Outra questão que merece destaque diz respeito, também, à reformulação na divisão do trabalho e da produção entre países de economia central e países do hemisfério sul, fortalecendo a dinâmica de dependência e de subordinação destes, em benefício daqueles, mediante a compressão da produção industrial de larga densidade tecnológica e da reprimarização da economia, limitando tais países, como o Brasil, ao fornecimento de matérias-primas, recursos naturais e “mão de obra barata” para o desenvolvimento de mercados internos e externos. Nas palavras de Neuri Rosseto,

Esta ofensiva do capitalismo, sob o verniz da globalização, promoveu, também, uma divisão mundial da produção e do trabalho. Enquanto os países centrais do sistema capitalista asseguraram o controle e o monopólio dos produtos de alta tecnologia e foi reservado aos países do sudoeste asiático o mercado mundial dos produtos manufaturados, coube aos países do hemisfério sul incrementar suas plataformas de exportação de produtos primários e fornecedores de energia, atendendo prioritariamente os interesses do mercado mundial. (2010, p. 4).

Nessa mesma lógica, o Brasil é, na referida geopolítica, produtor prioritário de matérias-primas, de grãos (soja, milho, entre outros), de energia (solar, eólica, agro-combustível), de petróleo (pré-sal), celulose e minérios. Essa reprimarização da economia é expressa mediante o abastecimento do mercado mundial com a intensificação da união entre o capital financeiro e o gerenciamento dos organismos multilaterais, tais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), Banco Mundial, transnacionais da agricultura (Cargill, Syngenta, Bayer, CorpScience, BASF, Dow, DuPont, Ishihara Sangyo, Kaisha), entre outras. Não obstante, isso ocorre com o apoio político, jurídico e financeiro do Estado brasileiro, alterando negativamente a questão agrária e agrícola no País, tornando-as reféns das decisões favoráveis ao lucro.

A condição que se estabelece para o campesinato é de enfrentamento de projetos e modelos de agricultura associados ao capital. Se, de um lado, o agronegócio se põe na ofensiva, de outro, a agricultura camponesa resiste, recria-se, afirma-se, impõe-se. No limiar desta disputa, a situação em que se encontra o campesinato brasileiro ante as consequências desta fase do capitalismo é de expropriação do direito à terra e de subordinação de sua autonomia

em fase do modelo de agricultura do agronegócio, que se reproduz agressivamente nos âmbitos político, social, econômico e cultural, utilizando-se de ferramentas de dominação educacionais, das “negociatas políticas”, das “publicizações” midiáticas positivas, das lacunas, das reconfigurações e dos retrocessos legais em benefício do capital fundiário.

A expropriação do direito à terra, ora sob o aspecto unicamente econômico, outras vezes demográfico, abrange praticamente todas as dimensões da vida dos que tiram o seu sustento do campo. Ela incide sobre direitos tradicionais, como uso de terras comunais, direitos consuetudinários, relações familiares e comunitárias mais extensas, formas diversas de ajuda e de trocas locais; conhecimento sobre vegetação, plantas e árvores locais, dentre outros aspectos; ou seja, promove profundas transformações culturais, ideológicas e políticas. (FONTES, 2010).

Este processo sucede numa realidade de modernização conservadora da agricultura brasileira, que consiste na intensificação e na priorização da base técnica da produção agropecuária e na dinâmica das relações sociais e culturais no campo, bem como na maior integração entre agricultura e indústria. Ele se iniciou logo no pós-Segunda Guerra Mundial e se intensificou nos anos de 1970, tendo grande apoio do Estado, tanto em termos de crédito quanto de infraestruturas.

Conforme Graziano (1998), a modernização resultou na própria industrialização da agricultura, que passou a depender cada vez menos das condições naturais do solo, clima e relevo, tornando-se sempre mais atrelada à utilização de insumos industriais, tendo sido criadas, de modo artificial, as condições favoráveis para a sua expansão, o que lhe permite amplo controle sobre o ritmo da produção e da produtividade. Além disso, as mudanças do avanço do capitalismo no campo não se restringiram aos aspectos técnicos, pois provocaram, ainda, choques no meio ambiente, na distribuição demográfica e na divisão do trabalho, agravando e ampliando desigualdades sociais espaciais e econômicas, sob as pilastras mantenedoras dos grandes latifúndios. Por isso, pontuamos a existência de uma aliança entre a modernização e o conservadorismo na relação capital e campo no Brasil. (CAMPOS, 2009, p. 24).

Uma das principais consequências da referida modernização conservadora continua sendo a concentração da propriedade da terra pelas empresas do agronegócio. Essa concentração é possível de ser verificada no crescimento

contínuo do índice de Gini da terra, convenção de medida mundial que mede a concentração da terra em cada país. O Índice de Gini no Brasil, em 2006, estava na ordem 0,854, maior, inclusive, do que o índice em 1920, quando recém havíamos saído da escravidão. As consequências desta concentração da terra, na questão agrária brasileira, reverberam no aumento do preço da terra e no crescimento da violência, como denunciam os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT):

[...] Os dados de assassinatos em conflitos no campo ocorridos no ano de 2017. Novamente esse tipo de violência bateu recorde, e atingiu o maior número desde 2003, com *70 assassinatos. Um aumento de 15% em relação ao número de 2016*. Dentre essas mortes, *destacamos 4 massacres* ocorridos nos estados da *Bahia, Mato Grosso, Pará e Rondônia*. Destacamos, ainda, a suspeita de ter ocorrido mais um massacre, de indígenas isolados, conhecidos como ‘índios flecheiros’, do Vale do Javari, no Amazonas, entre julho e agosto de 2017. Seriam, pelas denúncias, mais de 10 vítimas. Contudo, já que o Ministério Público Federal no Amazonas e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) não chegaram a um consenso, e diante das poucas informações a que a CPT teve acesso, por se tratar de povos isolados, o caso não foi inserido na listagem por ora apresentada. (site da CPT nacional, 16 de abril de 2016).

A violência demarca a disputa pelo direito à terra no Brasil. Para Martins (1989), os assassinatos e a violência sempre foram, desde a colonização, modos de exercício do poder das classes dominantes sobre os estratos subalternos. Isso significa, de modo continuado, homicídios e genocídios praticados em função da reprodução de privilégios históricos, cujas marcas se dão em torno da desapropriação de terras, da perda de direitos (de demarcação das terras indígenas e quilombolas, por exemplo), da afirmação de megaempreendimento em espaços de preservação ambiental e em espaços de pertencimento de comunidades tradicionais e de povos originários, da extração de matérias-primas sem medição dos choques ambientais etc. Estas consequências se metamorfoseiam de acordo com os interesses específicos do capitalismo em cada período de seu desenvolvimento no campo brasileiro. Sobre o assunto, destaca Martins:

Os camponeses no Brasil, desde o seu surgimento no período colonial, sempre estiveram direta ou indiretamente subordinados a frações das classes dominantes no campo, seja do capital mercantil dos sesmeiros seja do capital agrário das empresas capitalistas na economia contemporânea. O subalterno não é uma *condição*, figura que o desenvolvimento capitalista supostamente extinguiria com o correr do tempo. Estamos diante de um *processo* que se atualiza e subalterniza grupos crescentes, nos países pobres, nas regiões pobres dos países ricos, mas também nos espaços ricos dos países pobres [...]. (1989, p. 100-101).

A subalternidade dos camponeses decorre de alguns fatores recorrentes na formação social e histórica nacional, como a concentração das terras rurais no País pelos capitalistas das distintas frações do capital, a especialização do uso das terras dos latifundiários para a produção de mercadorias destinadas à agroexportação (as *commodities* agrícolas) e a mentalidade dominante lastreada pelos valores da ideologia do trabalho escravista, entre os quais, o de considerar o trabalhador não como força de trabalho, mas como mercadoria a sua disposição e à mercê de todos e quaisquer tipos de exploração. (CARVALHO, 2010, p. 1).

A aliança da agricultura com a indústria e os mercados esvazia as políticas de Estado conquistadas pelo campesinato na perspectiva de sua autonomia. Assim, assistimos à privatização, à focalização e aos retrocessos por parte do Estado no que se refere às políticas e leis ambientais, à pesquisa pública, à assistência técnica e à reforma agrária. Na mesma direção, o Estado se afirma como provedor das políticas do capital, legalizando, estimulando e naturalizando a venda de terras para estrangeiros, a comercialização dos transgênicos, dos agrotóxicos; a derrubada das florestas; a impunidade dos assassinos dos trabalhadores e o financiamento público de empresas latifundiárias produtoras de *commodities*.

Para que a agro exportação pudesse ocorrer da maneira como se deu (e se dá) – arbitrária e abusiva, três iniciativas do capital mercantil (inicialmente), combinadas entre si, foram desencadeadas: a apropriação oligocentralizada das terras, a manutenção continuada e crescente da oferta de força de trabalho, seja do escravo seja do trabalhador livre e ou da família camponesa;

e a produção de alimentos básicos para a população pelos camponeses (e em parte pelos trabalhadores escravizados, ao menos até meados do século XIX). Essas três atividades estavam e permanecem (sob outras formas e condições) relacionadas direta e contraditoriamente com a formação, a subordinação e a desagregação do campesinato no Brasil. E todas elas se constituíram, e em minha opinião ainda perduram, nas raízes dos processos de exploração da força de trabalho no campo, seja do trabalhador livre seja do camponês e, em casos cujas ocorrências se ampliam, na submissão de trabalhadores livres a condições similares ao do trabalho escravo. Essas três iniciativas, entre outras, cujos benefícios foram e são usufruídas pelos capitalistas e pelos latifundiários, tem sido fomentadas e dirigidas pelo Estado. (CARVALHO, 2010, p. 3).

Outra dimensão que merece destaque envolve as mudanças legais para subsidiar o poder devastador do capital sobre o meio ambiente, como o que ocorreu com a regulamentação do Novo Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/2012), que assume a efetivação de contrarreformas no terreno da preservação ambiental no Brasil. Elaborada e aprovada pelo Congresso Nacional e pela então presidenta Dilma Rousseff, a Lei atende, em diversos aspectos, aos interesses do agronegócio, que, a partir da criação de novos negócios, passa a blindar latifúndios improdutivos e os imóveis rurais que não estejam cumprindo sua função social, na contramão do que define o Art. 184 da Constituição Federal de 1988. Assim, como salienta Teixeira (2012), outras modalidades de negócios, como a criação de fábricas de carbono ou reserva legal em terras de latifúndios improdutivos, passam a configurar função produtiva. Os latifúndios improdutivos poderão, assim, ser transformados em fábricas de carbono ou em reserva legal, afirmando, junto ao Estado, função produtiva e virtuosismo ambiental. Teixeira (2012) elucida:

Por exemplo, um titular, proprietário ou posseiro de um latifúndio improdutivo na Amazônia de 50 mil hectares, com toda a floresta originária preservada, poderá fazer negócios lucrativos no mercado de carbono em cima de 40 mil hectares, e os outros 10 mil hectares serão transformados em 10 mil cotas de reserva ambiental para compensar os passivos de reservas de

outros imóveis. Este latifúndio não será improdutivo na lógica do capital. (s/p).¹

Ainda sobre o Novo Código Florestal, o autor oferece a seguinte síntese (2012):

Trata-se dos desdobramentos sobre a estrutura agrária, da institucionalização do comércio de florestas para fins de compensação dos passivos de reserva legal até 2008, e da utilização de áreas protegidas - área de preservação permanente (APP) e reserva legal (RL) - no mercado de carbono, conforme os arts. 4º e 9º, da Lei de Mudanças Climáticas combinados com o art. 41, §4º, do novo código. Em ambos os casos visam-se os mercados interno e internacional. A partir da Lei, bolsas de mercadorias e futuros, bolsas de valores e entidades de balcão organizado estão habilitadas a operar no mercado mobiliário títulos de carbono e cotas de reservas ambientais (CRAs) que colocam principalmente a floresta amazônica brasileira com suas terras e biodiversidade, no circuito da globalização financeira. (Ibidem).

Em suma, a insustentabilidade e inviabilidade ambiental, social, cultural e política do modelo hegemônico do agronegócio corroboram com a sua lógica econômica do lucro e colocam para os camponeses brasileiros o desafio de transgredir este modelo dominador, o que implica a defesa da agricultura camponesa, da reforma agrária popular e da agroecologia. Isso só será possível por meio de uma ofensiva unificada da classe trabalhadora camponesa.

A retomada da luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil, a partir do final dos anos de 1970, durante a transição do fim da ditadura para a redemocratização do Brasil, significou o surgimento de um conjunto de organizações que se apropriaram de vários elementos desta história de lutas da classe trabalhadora. Uma destas organizações é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tendo sua origem vinculada aos conflitos por terra que estavam ocorrendo em vários estados (SP, SC, MS, PR). Esse movimento possui como uma de suas marcas de fundação o Acampamento

1 Artigo publicado no site *Brasil de Fato* <<https://www.brasildefato.com.br/node/10733/>>, em 28 set. 2012. Acesso em: 25 jun. 2018.

da Encruzilhada Natalino, em 1979, localizado entre os municípios de Ronda Alta e Sarandi.

O MST surge com o objetivo de lutar pela democratização da terra no Brasil, pela reforma agrária e por uma sociedade socialista, como instrumento de luta dos camponeses sem terra. As suas principais modalidades de luta são as ocupações de terra, as marchas, as ocupações de prédios públicos, os trancamentos de rodovias, entre outras. A atual conjuntura, porém, coloca para os camponeses uma encruzilhada histórica. A paralisa da reforma agrária e da reprodução social do campesinato dentro deste modelo envolve a expropriação. Se, por um lado, o capitalismo e o Estado no Brasil afirmam o fim da reforma agrária, por outro lado, milhares de famílias sem terra ocupam os latifúndios e resistem em acampamentos, colocando em pauta as suas necessidades.

O campo brasileiro passou a ser disputado pelo capital internacional – seja financeiro ou das grandes empresas transnacionais – para obter o controle de territórios, a fim de se apropriar e manter o domínio sobre as fontes de energia, minérios, biodiversidades e alimentos. As terras tidas como improdutivas e que deveriam ser destinadas à reforma agrária, de acordo com a Constituição Federal de 1988, passaram a ser disputadas pelo agronegócio, a fim de aumentar a produção de mercadorias que interessam ao mercado internacional. A luta pela reforma agrária deixou de ser contra o *Brasil atrasado*, retratado na figura do latifúndio improdutivo e violento, para ser contra o Brasil mais moderno e economicamente viável, o *Brasil do agronegócio*. (ROSSETO, 2010).

Há também consequências estruturais para o campesinato nesta nova fase do capitalismo no campo:

Este projeto provoca o esmagamento e a desterritorialização dos trabalhadores e trabalhadoras dos povos do campo, das águas e das florestas. Suas consequências sociais e ambientais são a não realização da reforma agrária, a não demarcação e reconhecimento de territórios indígenas e quilombolas, o aumento da violência, a violação dos territórios dos pescadores e povos da floresta, a fragilização da agricultura familiar e camponesa, a sujeição dos trabalhadores e consumidores a alimentos contaminados e ao convívio com a degradação ambiental. Há ainda

consequências socioculturais como a masculinização e o envelhecimento do campo pela ausência de oportunidades para a juventude e as mulheres, resultando na não reprodução social do campesinato. (DECLARAÇÃO DO ENCONTRO NACIONAL UNITÁRIO DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS, POVOS DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS POR TERRA, TERRITÓRIO E DIGNIDADE, 2012, p. 2).

O jornalista Eduardo Sales de Lima, em artigo publicado no site *Brasil de Fato*², explicita a fala do doutor em sociologia e docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), César Sanson, no que se refere à reforma agrária como política de Estado:

Ao se considerar a reforma agrária como um processo amplo, que não envolve somente desapropriações e criação de assentamentos, os governos do PT implementaram uma nova fase em relação às políticas agrárias no país [...] a visão tecnocrática que a presidenta Dilma Rousseff (PT) tem da reforma agrária, como parte de um processo desenvolvimentista, prejudica, justamente, o progresso do país como um todo, principalmente no que se refere à distribuição de renda no campo. 'O foco de Dilma é economia, emprego e desenvolvimento. E o campo nessa equação entra como uma base exportadora. Nesse contexto, a presidenta não vê reforma agrária como um mecanismo efetivo de desenvolvimento nacional, o quanto muito a vincula ao programa de erradicação da miséria'. Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e que divergem dos números do Dataluta revelam que a presidenta atingiu em 2011 a pior marca dos últimos dezessete anos, contrariando a expectativa dos movimentos sociais do campo. Em 2011, 22.021 famílias conquistaram lotes em assentamentos, o que representa 61% do resultado de Lula, que em 2003 assentou outras 36.301 famílias. (2013, p. 2).

2 LIMA, E.S.L. Decepção com a política Agrária. *Brasil de Fato* [online]. Matéria publicada em 15 jan. 2013. Disponível em: <<https://www.brasildfato.com.br/node/11534/>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

Para Stédile (2012, p. 659), a “Reforma Agrária é um programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso, distribuindo a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir”. A reforma agrária no Brasil, entretanto, é uma política de Estado que sempre esteve fora da agenda dos governos brasileiros. Nessa seara, os movimentos camponeses identificam os impedimentos financeiros, administrativos, jurídicos, para legitimar a falta de prioridade em vista da adesão do Estado ao projeto do agronegócio.

Em análise do governo Dilma Rousseff, verificamos que a política de reforma agrária proposta não resolveu os principais conflitos gerados nos embates entre a classe trabalhadora camponesa e o agronegócio na luta pela terra. Na sua visão sobre o campo, como base exportadora, foi considerado que, para os camponeses, bastavam as políticas compensatórias, com as quais visavam a conformar a miséria. Exemplo é a decisão de incluir todos os assentamentos realizados no período de 2003-2012 no Programa Brasil Sem Miséria³, estabelecendo a manutenção das desigualdades com as políticas compensatórias nos marcos da expropriação.

Diante do exposto, uma das opções de enfrentamento às forças sociais dominantes do campo é a busca de uma articulação entre os movimentos camponeses que resistem e lutam para permanecer no campo. Um marco importante foi a realização do Encontro Nacional Unitário dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, no período de 20 a 22 de agosto de 2012, em Brasília, contando com 5.000 participantes. Esse encontro rememorou o I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas sobre o caráter da reforma agrária no Brasil, realizado no ano de 1961, em Belo Horizonte.

No Encontro, foi elaborado coletivamente uma Declaração Final que marca a luta de classes no campo brasileiro, por se constituir na unidade da classe trabalhadora camponesa e expressar a interpretação da luta de classes neste terreno, bem como por afirmar a necessidade da reforma agrária no Brasil. Buscou-se, assim, em 2012, dar início a um novo processo de articulação entre as organizações do campo no Brasil, com esteio nas necessidade da

3 Informação obtida em audiência sobre os assentamentos do Estado do Ceará com o INCRA-CE, no dia 19 de abril de 2013.

classe trabalhadora camponesa, em uma perspectiva de resistências e lutas, apontando para os seguintes desafios⁴:

- superar a fragmentação da classe trabalhadora camponesa, apontando para a unidade e a aliança da classe, com base em um programa para a agricultura brasileira e com centralidade na Reforma Agrária e na agricultura camponesa;
- romper com a visão conformista diante da apropriação e expropriação do capital imbricado no Estado e no Governo, frente às populações camponesas, unificando uma leitura atual da luta de classes no campo;
- unificar a pauta de lutas comuns, superando a fragmentação das reivindicações através da junção de interesses e pautas.

A reforma agrária neste panorama se projeta nos assentamentos, como referência na contradição e no enfrentamento ao modelo de agricultura do agronegócio, na luta contra o latifúndio e na defesa de uma agricultura agroecológica, com base na produção de alimentos saudáveis e na preservação das sementes. Contraria a mercantilização dos bens da natureza, ao mesmo tempo em que se afirma a luta por direitos (educação, saúde, transporte, comunicação, cultura, moradia, soberania alimentar), e pelo acesso aos créditos de acordo com as necessidades das comunidades, desde o fortalecimento dos movimentos camponeses e suas lutas. Acerca da referência de entendimento da contradição estabelecida entre a expropriação e as resistências camponesas em lutas, afirma Rosseto:

Necessitamos, para os interesses da classe trabalhadora, uma Reforma Agrária Popular que nos possibilite (a) acumular forças nesse período de descenso social que vivemos, (b) confrontar e desgastar o projeto da burguesia para a agricultura, (c) apresentar as nossas propostas para a agricultura em contraposição às propostas da sociedade burguesa, (d) fazer a disputa junto à sociedade, visando conquistar seu apoio ao nosso modelo de agricultura. (2010, p. 16).

4 Anotações da avaliação do Encontro Unitário na reunião da direção estadual do MST Ceará, setembro de 2012.

Assim sendo, a reforma agrária popular significa a proposta do camponato em não se submeter à ordem estabelecida do capital, afirmando a sua luta por terra, por um projeto de agricultura e em defesa do território, pondo em movimento um projeto contra-hegemônico.

3. A QUESTÃO AGRÁRIA E AGRÍCOLA NO CEARÁ

A agricultura com base familiar e camponesa no Ceará tem origem nas práticas dos povos nativos e do povo negro, que foram trazidos pela força do poder dos senhores escravocratas, submetidos à escravidão nas grandes plantações de café, cana-de-açúcar e na criação de gado, onde, para se alimentar, cultivavam plantios de uma agricultura de subsistência, mesmo sem ter direito à terra e à água. Eles ficaram com os quintais e algumas pequenas áreas próximas aos riachos para os seus plantios de cereais (milho, feijão, jerimum, batata, gergelim, entre outros), historicamente destruídos pelos períodos de seca. Essa agricultura de subsistência ainda vem sendo alicerce para a reprodução e manutenção das desigualdades sociais, do flagelo e da miséria dos camponeses cearenses, com base em relações sociais estabelecidas desde o coronelismo, que:

[...] Tem como uma de suas principais características a formação de uma rede de relações pessoais e diretas entre pessoas que ocupam posições assimétricas em termos políticos e econômicos. Tais relações são baseadas na troca de bens e serviços de natureza distinta: o patrão ou o chefe político fornece terra, moradia, emprego, cuidados médicos e proteção; os clientes, em contrapartida, fornecem mão-de-obra, serviços e votos. Estes últimos, na verdade, não era necessariamente a principal contrapartida esperada pelos coronéis, já que suas clientelas incluíam um largo segmento de não eleitores (analfabetos) e havia a possibilidade de uso da violência para vencer a competição política com facções rivais. Vale notar que a violência coexistia com relações baseadas no cálculo e no interesse, bem como na lealdade e na gratidão. (SOUZA, 2004, p. 411).

As relações sociais no Ceará têm na sua origem o coronelismo, que reproduziu por meio do domínio do latifúndio sobre as populações camponesas o

poder político, social, cultural, econômico, até, o educacional, e que se metamorfoseia na atualidade do agronegócio.

Até os anos de 1960, o Ceará teve o seu desenvolvimento baseado no setor primário, envolvendo a criação de gado, cultivo de algodão, de carnaúba e culturas alimentares de subsistência das famílias, como o milho, feijão, fava, entre outros, articulado com a produção para a indústria focada no cultivo de cana-de-açúcar e no extrativismo da carnaúba e oiticica. Assim,

O sertão era o pólo mais dinâmico da economia e os sistemas de produção das serras, vales úmidos e do litoral tinham menor expressão no contexto econômico da época. A estrutura bipolar latifúndio/minifúndio, característica do capital agrário, articulado ao capital agroindustrial e comercial configura-se como determinante da alta concentração da riqueza e da renda. (PLANO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO, 2008-2011, p. 9).

Neste período, no Brasil, o debate sobre a superação das desigualdades econômicas tinha como base a industrialização, a reforma agrária e a ocupação da Amazônia, debate este interrompido pela ditadura militar, em 1964, que, em relação à agricultura, fez a opção pela modernização conservadora.

No Ceará, esta política é analisada também como o alicerce para o aprofundamento do capital no que se refere à ofensiva ao campesinato cearense, tendo condenado este ao êxodo rural e à produção agropecuária para a agricultura de subsistência das famílias, isso sendo responsável por reproduzir e afirmar a desigualdade social e o latifúndio no Estado. Esta, ao colocar a impossibilidade da reforma agrária, provocou um grande êxodo rural no campo cearense, gerando uma grande migração para o Sul-Sudeste e, também, para o Centro-Oeste e a Amazônia.

A modernização conservadora é implementada no Ceará como enclave entre o moderno e o arcaico, mantendo como aporte o latifúndio e a assimilação dos camponeses, como denunciado no Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário:

[...] essa política nacional, se implanta no Ceará na forma de enclaves, nos perímetros irrigados e nas regiões mais úmidas,

através dos PDRI bem como dos incentivos fiscais. A implantação da Cajucultura e dos polos de produção de hortaliças são expressões econômicas desse período. (PLANO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO, 2008-2011, p. 10).

As desigualdades sociais se mantêm e se agravam no campo, resultado da inexistência de políticas estruturantes para a superação dessa realidade, como a reforma agrária, entre outras.

O campo é aqui entendido como espaço de produção e reprodução, de disputa, transformado histórica e socialmente pela forma de ocupação e dominação que este modelo de modernização capitalista na agricultura tem proporcionado, por meio e incremento de avançadíssimas técnicas e tecnologias de produção empregadas (sementes, involucradas em produtos químicos resistentes a pragas, sementes geneticamente modificadas, tratores, máquinas plantadeiras e colheitadeiras), o uso crescente de insumos químicos (fertilizantes, agrotóxicos, herbicidas), na intensidade de capitais (agrário, comercial, industrial, financeiro) e o papel protecionista e salvador do Estado. Esse processo amplia-se ainda mais em período recente com o incremento da biotecnologia, alterando totalmente os ciclos de produção e produtividade, da genética tanto das plantas como dos animais alcançando um significativo aumento na extração de lucros para os detentores dos meios de produção. Esse processo de 'modernização excludente' tem sido a proposta que tem preponderado nos discursos e nas políticas para o campo no estado do Ceará. (SILVA, 2011, p. 2).

O aprofundamento da modernização conservadora se conserva e é incrementado pelo agronegócio, em especial nas produções de fruticultura, floricultura irrigada, carnicultura, entre outras iniciativas do capital no Ceará.⁵ Um dos graves problemas que o modelo do agronegócio causa é a

5 O agronegócio se destaca no Ceará pela produção irrigada de 88,8 mil hectares utilizados pela fruticultura e floricultura da Ibiapaba, Baixo Acaraú, Metropolitana, Baixo Jaguaribe, Centro-Sul e Cariri. Mais informações, conferir: <www.adece.ce.gov.br/>. Acesso em: 15 jun. 2018.

contaminação do solo, dos alimentos, afetando, inclusive, os trabalhadores envolvidos nestes cultivos, tendo consequências diretas para a saúde, como o aumento do câncer na população, e para a natureza.

No que se refere ao campesinato, o que se propõem são políticas de alívio e amenização da miséria, da pobreza, com programas e políticas compensatórias, sociais, econômicas e culturais que conformam a desigualdade social, como afirma o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável:

Numa clara demonstração de fortalecimento da agricultura familiar e enfrentamento no combate a pobreza, o governo do Ceará sob slogan Ceará Rural Sustentável e Solidário está focado numa gestão que visa à melhoria de vida dos trabalhadores e trabalhadoras por meio de políticas públicas mitigadoras da situação de pobreza rural como, por exemplo, o programa do Fundo do Desenvolvimento da Agricultura Familiar (FEDAF), o programa Estadual do Biodiesel, programa Hora de Plantar, o projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – São José III, o programa Cisterna de Placas, o programa de Manejo, Distribuição e Conservação do Solo, o programa de instalação de medidores horas sazonais e o programa de Irrigação na Minha Propriedade, dentre outros. (PLANO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO, 2012-2015, p. 14).

O Ceará, desde 1986, intensificou a parceria com o Banco Mundial, visando o “combate à pobreza” e programas em gestão vinculados ao monitoramento da água, gestão pública, políticas educacionais, criação de conselhos de saúde, comitês de bacias, entre outros. Para o campo, o Projeto São José, apesar do financiamento de trator, rede elétrica, construção de pequenos açudes, projetos produtivos, com grande impacto na política local e nas eleições, pouco ou quase nada inferiu na solução da pobreza dos camponeses. Além disso, a modernização da agricultura no Ceará aprofunda a questão agrária e intensifica as contradições dos projetos de campo e da espoliação do capital, ante os camponeses que reagem e teimam em resistir ao que está posto.

Outro aspecto a se analisar é a manutenção da concentração da propriedade da terra no Ceará, de acordo com o censo agropecuário de 2006, do IBGE. O Censo explicita que a agricultura familiar camponesa tem 341.510 imóveis, com uma área de 3.492.848 ha, significando 89,6% dos

estabelecimentos, e 44,1% da área agrícola. Por outro lado, a agricultura latifundiária tem 39.504 imóveis com uma área de 4.429.366 ha, 10,4% dos estabelecimentos, com a concentração de 55,9% da área agrícola, mantendo-se como uma das causas da miséria, da pobreza estrutural e do crescimento desordenado da população nas regiões metropolitanas do Ceará, no Cariri e Fortaleza. Atualmente, o Ceará ocupa o quarto lugar entre os estados brasileiros em número de pessoas vivendo na miséria, ou seja, 10,14% da população cearense vivem com R\$ 70,00 por ano, segundo dados do IBGE (2011).

No que se refere à população, o Ceará possui 8,2 milhões de habitantes, sendo 6,3 milhões vivendo nas cidades e 1,9 milhão vivendo no campo; destes, 969.001 são camponeses. (IBGE, 2010).

Uma das modalidades de confronto a esta concentração da terra é a luta e as outras resistências pelo direito à terra que iniciaram desde a colonização do Brasil por Portugal, com o objetivo de impedir esta realidade, como anotam Alencar e Diniz:

Os primeiros conflitos agrários no território do Ceará ocorreram com os índios Paioku, Íkos, Jandauí e Karatiu, que foram os primeiros a enfrentar a implantação das fazendas nos seretões do Ceará, no século XVII. As batalhas da Confederação dos Kariris, 1683 a 1713, envolveram os índios dos Estados de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí, que se organizaram e enfrentaram o conquistador português. A Confederação dos Kariris tinha como objetivo a reterritorialização das terras indígenas. (2010, p. 134).

A continuidade destes confrontos, com base nas lutas pela terra no Ceará, tem também como referência o Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, no Crato, no período de 1930-1938, no antigo Sítio Serra Dantas, onde se organizaram em torno do beato José Lourenço, discípulo de Padre Cícero, centenas de camponeses retirantes da seca, rompendo todos os modos de relações com os latifundiários. Criaram, inspirados nas experiências bíblicas do povo de Deus, uma comunidade de resistência, que foi massacrada em 1938 pelas tropas da Polícia Militar do Ceará.

Mesmo com o massacre dos camponeses do Caldeirão, a concentração da terra não se resolveu, passando a ser questionada então nos anos de 1960-1980

pelo campesinato, com a luta contra a exploração do pagamento da renda do milho, do feijão, do algodão, entre outros produtos:

A maioria dos conflitos de resistência existentes nesta época foi iniciada em torno do pagamento da renda. Os moradores que entraram nos embates tinham duas opções: ir embora ou ficar, na terra, lutando [...]. Nesses conflitos, a violência esteve sempre presente: destruição das plantações, proibição de plantar na propriedade, de usar a água dos açudes e poços, destruição das cercas, invasão ou derrubada das casas, como também quebra dos objetos dos moradores, agressões físicas e verbais, prisões ilegais, uso de torturas e assassinatos de várias formas. Enfim, vários registros demonstram situações de extrema violência, às quais os moradores em luta foram submetidos. Essas violências e arbitrariedades tinham o objetivo de intimidar os camponeses que começavam a se organizar. (ALENCAR; DINIZ, 2010, p. 2-4).

O questionamento de não pagar a renda deu início à retomada da organização dos camponeses na luta pela reforma agrária no Ceará, com base no Estatuto da Terra. A luta dos posseiros em permanecer na terra, de não pagar a renda, se fortaleceu, surgindo as primeiras conquistas – Japuara (1968-1971) e Monte Castelo (1982), e impulsionando outras comunidades a lutar pelo direito à terra:

A vitória dos moradores de Monte Castelo incentivou os moradores de outras fazendas a lutarem também pelo cumprimento do Estatuto da Terra. Assim, os proprietários começaram a ter dificuldade para manter a cobrança dos 50% como forma de pagamento da renda. Foi o caso das fazendas: Jardim, Município de Aratuba; Califórnia Guia, Conceição, Guanabara, Cacimba Velha, Alto Alegre, Feijão e São João da Conquista, no município de Quixadá; Maceió, no município de Itapipoca, e Lagoa do Mineiro, no município de Itarema, entre outras. (ALENCAR; DINIZ, 2010, p. 135).

A luta pela reforma agrária se intensificou nos anos de 1980. Vários elementos contribuíram para este processo: a crise do algodão pela praga do

bicudo; a agricultura irrigada como o novo foco do desenvolvimento do Ceará; a redemocratização do País; o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), 1985 – 1989; e o I Plano Regional de Reforma Agrária do Ceará (I PRRA-CE). Os sem terras mobilizaram-se diante da necessidade da terra para trabalhar, em torno do direito à reforma agrária. Citam Alencar e Diniz (2010):

Aqui no Ceará ocorrem algumas manifestações da qual citaremos duas. A primeira ocorreu nos sertões do Ceará, na cidade de Quixeramobim, 1984, organizada pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) de Quixeramobim, Quixadá e Canindé com o apoio da Arquidiocese de Fortaleza, tendo à frente o Arcebispo de Fortaleza, D. Aloisio Lorscheider. Essa mobilização teve como objetivo explícito comemorar os quinze anos do Estatuto da Terra, porém o principal objetivo estava oculto: lutar por reforma agrária. Desse ato participaram aproximadamente dez mil pessoas. A segunda manifestação foi a caminhada pela reforma agrária, 1985, que saiu da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Ceará (FETRAECE), percorrendo as ruas de Fortaleza até a Praça José de Alencar. (Ibidem).

Os conflitos na luta pela terra foram intensificados e a reforma agrária, como reivindicação, não se concretizava. É fortalecido o movimento sindical, por meio do Departamento Rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e surgiu a necessidade de criar outro instrumento para fazer a luta pela terra e pela reforma agrária no Ceará, como descrevem Alencar e Diniz:

Assim, decidiram articular o MST, buscando apoio no plano nacional. Com isso, as lutas pela terra no Ceará ganharam ‘nova dimensão ou nova forma’, desta feita mediante a ocupação de terras, forma de luta que a classe camponesa encontrou para não se proletarizar e, ao mesmo tempo, buscar a recriação e reprodução de um modo de vida camponês. A ocupação é uma ação planejada, organizada por grupos de camponeses, com a finalidade de entrarem num imóvel que não cumpre a função social, conforme a Constituição Federal Art. 184 e 186, de forma a fazer com a que a terra tenha uma função social [...] Esta ação político-histórica ocorreu no dia 25 de maio de 1989, caracterizando a primeira ocupação organizada pelo MST- CE, de um

imóvel nos Municípios de Madalena, Quixeramobim e Boa Viagem das fazendas reunidas São Joaquim. (2010, p. 136).

Temos, no Ceará, de acordo com o censo agropecuário de 2006, do IBGE, 165.957 famílias sem-terra e 416 assentamentos federais, segundo o Dataluta, com 24.724 famílias assentadas e 2.800 famílias acampadas participantes do MST e da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Estado do Ceará (FETRAECE).

O Ceará realiza, por meio do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDACE), em parceria com o INCRA, um processo de regularização fundiária, desde 2009. Esse fato nos faz levantar alguns questionamentos: será que esse processo tem se apresentado como uma forma de pacto do Estado com os latifundiários no mapeamento de reservas de terras para uso do agronegócio e dos parques de energia eólica?

Vale ressaltar que os latifúndios reivindicados pelas famílias acampadas estão passando por um processo legal de “manobra” por parte dos latifundiários, que é o desmembramento das terras entre seus parentes, transformando a propriedade em áreas de menos de 15 módulos, inviabilizando a possibilidade de desapropriação.

A reação dos camponeses advindas das suas lutas e organizações⁶ no enfrentamento ao agronegócio e ao Estado, com distintos meios de lutas, afirma a necessidade de garantir seus direitos à reforma agrária, aos territórios demarcados, forjando as conquistas com persistência na formulação de um outro campo.

No que se refere às condições climáticas e geográficas, o Ceará está localizado na Região Nordeste do Brasil, com área de 148.825,6 km², 543 km de litoral e 93% de seu território no semiárido, com especificidades determinantes para o conhecimento do campo e da formação da sociedade desde esta realidade, como explicita Silva (2011).

Na verdade, esta região é composta por muitas conformações geográficas, étnicas, raciais, culturais, de produção, biodiversidade e aspectos sociais bem

6 Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STR), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), entre outras organizações.

característicos e particulares. Correspondendo a apenas 18,3% do Território Nacional, o semiárido representa 90% do Nordeste, considerando os Estados do Piauí (apenas uma parte), Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e, uma parte, Maranhão, e a região setentrional do Estado de Minas Gerais. É o semiárido mais populoso do mundo, um total de 1.133 municípios e uma área de 969.589,4 km². São cerca de 35 milhões (IBGE, 2010) de pessoas que convivem com a semiaridez, baixa, imprevisível e mal distribuída precipitação pluviométrica e solos majoritariamente rasos. Sobre a positividade existente no semiárido, destaca Silva:

O Semiárido é uma região de grandes potencialidades naturais, diversas, com muitas diferenças, variações de climas, solos, vegetação e pluviosidade. Sempre foi vista pelas elites, criando no imaginário popular de ser uma região pobre e miserável é fruto da dinâmica do capitalismo brasileiro, na lógica do desenvolvimento desigual e combinado, submetendo-a ao 'atraso' econômico, exportadora de mão de obra para o 'desenvolvimentismo' industrial em outras regiões do país. (2011, p. 17).

Para o autor, o semiárido brasileiro, historicamente, tem essa realidade de miséria estabelecida pelas elites latifundiárias e oligárquicas justificada pelas condições climáticas, com base nos períodos de seca na região Nordeste. No Ceará, o registro da primeira seca é datado do ano de 1606⁷, portanto, uma questão secular que perdura até os dias de hoje. O Estado brasileiro enfrenta este fenômeno da natureza com políticas assistencialistas e compensatórias, suprimindo por parte das autoridades o estabelecimento de políticas estruturantes, que signifique uma solução para enfrentar os efeitos da seca, que em nossa realidade ocorre periodicamente. Isto se dá por duas razões: a primeira é pela manutenção histórica das oligarquias locais de beneficiar-se da indústria da seca, uma espécie de pacto das elites que criam políticas com base no assistencialismo, envolvendo o abastecimento d'água em carros-pipa, distribuição de cestas básicas (quando os camponeses se mobilizam) e frentes de serviços. Estas frentes, nas secas recentes, foram substituídas pelos programas sociais compensatórios (Bolsa- Família, Seguro Safra, Bolsa Estiagem).

7 Cf: CRUZ, SOUZA, VIANA. *História do Ceará* – Educação de Jovens e Adultos (Ensino Fundamental – Módulo 1). Curitiba: Educarte, 2005.

A segunda razão se refere em entender que a seca é um problema da classe trabalhadora camponesa, pois, nos estados e municípios envolvidos diante deste problema, quem passa fome são os camponeses, que dependem da imposição secular da agricultura de subsistência.

Por outro lado, os fazendeiros e as empresas se favorecem muito com a seca junto à expropriação dos camponeses e as benesses do Estado nesta situação, em que exemplificamos: compra dos rebanhos por preço inferior ao que vale na lógica do mercado, deslocamento destes rebanhos para fazendas em áreas dos estados vizinhos não atingidos pela seca, apropriação das margens dos açudes públicos para plantios de capim, contando com apoio dos prefeitos locais.

O campesinato cearense, historicamente, enfrenta esta realidade da seca, seja pelo êxodo rural, como retirante, como sem-terra, para as cidades ou outras regiões do País; seja se organizando ou fazendo saques nos comércios de gêneros alimentícios, mercados ou estradas para saciar a fome imediata. A estas ações o Estado responde com prisões e violência.

Outra modalidade de enfrentamento a esta realidade são mobilizações dos Movimentos Sindicais e Camponeses, que, para confrontar esta política conformista, atrasada, da indústria da seca, propõe políticas emergenciais e estruturantes, visando à soberania alimentar e hídrica da população atingida pela seca.

Desafios que persistem para a classe trabalhadora camponesa:

1. afirmar um projeto contra-hegemônico de agricultura camponesa, com base na reforma agrária popular;
2. construir um planejamento de defesa do território do uso e posse das terras nos assentamentos, desde a agroecologia e suas soberanias (alimentar, hídrica, forrageira, energética, cultural, florestal, econômica, popular);
3. unificar-se com os demais trabalhadores na luta e estabelecimento do projeto histórico de uma sociedade socialista em nosso País.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ. Disponível em: <www.adece.ce.gov.br/>. Acesso em: 12 jan. 2012.
- ALENCAR, Francisco Amaro Gomes; DINIZ, Aldiva Sales. *MST-Ceará: 20 anos de MOVIMENTO em Movimento*. Fortaleza, 2010.
- CALDART, Roseli Salete; PEREIRA; ALENTEJANO; FRIGOTTO (Org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão popular, 2012.
- _____. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. *Pobreza e exclusão feminina nos territórios do agronegócio – O caso de Cruz Alta/RS*. 233 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências. UFRGS. Porto Alegre, 2009.
- CARVALHO, Horácio Martins. *Na sombra da imaginação (3): O camponês e a superação de um destino medíocre*. Curitiba, agosto de 2010.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/>>. Acesso em: 16 abr. 2016
- DECLARAÇÃO DO ENCONTRO NACIONAL UNITÁRIO DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS, POVOS DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS POR TERRA, TERRITÓRIO E DIGNIDADE. Brasília, 2012.
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI*. Conferência de Abertura da XXXIII Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação (ANPED). Caxambu, MG, 17 de outubro de 2010.
- GRAZIANO DA SILVA, J. e DEL GROSSI, M.E. *A evolução do emprego rural não-agrícola no meio rural brasileiro*. Seminário Internacional Campo-Cidade. PARANÁ/PNUD. Curitiba/PR. 1998.
- HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *A crise do capitalismo e a construção de alternativas*. Disponível: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2437&secao=87>. Acesso em: 11 jan. 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo agropecuário: 2006*. RJ: IBGE, 2006. Disponível em: <<https://bit.ly/2PBgYUb>>. Acesso em: 25 jun. 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 09 jan. 2018

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – 2011. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 09 jan. 2018
- KOLLING, Edgar Jorge. *O MST e a construção de políticas públicas de educação do campo*. Monografia do Curso de Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento. Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2005.
- MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite*. Emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MESZÁROS, Istivan. *A Educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- PLANO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO – PDRS (2008 – 2011). Ceará, jan./2012.
- PLANO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO – PDRS (2012 – 2015). Ceará, jan./2012.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980
- RIGOTTO, Raquel (Org.). *Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/Ceará*. Fortaleza: Edições UFC e coedição. Expressão Popular, 2011.
- ROSSETO, D. Neuri. *MST e a Reforma Agrária Popular: Desafios e Perspectivas*. O artigo foi elaborado para a exposição realizada no Seminário Internacional “Gramsci e os movimentos populares”, o qual aconteceu em Niterói, dos dias 13 a 16 de setembro de 2010, organizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação da Universidade Federal Fluminense.
- SILVA, José Ricardo Basílio da. *No leito e nas margens: histórias, conflitos e resistências no Rio Jaguaribe (1990-2010)*. Monografia. João Pessoa/PB: UFPB, 2011.
- SOUZA, Simone de (org). *Uma nova história do Ceará*. 3ª ed. Fortaleza/CE, Edições Demócrito Rocha, 2004.
- STÉDILE, Reforma Agrária. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

Sobre o livro

- Formato* 15,5 x 23 cm
- Tipologia* Minion Pro (texto)
PT Sans e Myriad Pro (títulos)
- Papel* Polén Soft 80g/m² (miolo)
Supremo 250g/m² (capa)
- Projeto Gráfico* Canal 6 Editora
www.canal6.com.br
- Capa* Richelly Barbosa de Medeiros
- Foto da capa* Elitiel Guedes (Desocupação da Comunidade
Alto da Paz, Fortaleza/CE, 20 fev. 2014)
- Revisão* Vianney Mesquita
- Diagramação* Erika Woelke

“O que a atual conjuntura econômica e política traz para a América Latina e o Caribe é, portanto, uma disjuntiva muito clara. O que se vê, de maneira hegemônica na região, é o renascimento do neoliberalismo sem concessões, com robusta base política conservadora, que procura repassar os custos do ajuste da crise econômica para a classe trabalhadora. [...]. Não há espaço mais para nenhum tipo de conciliação, seja nas políticas sociais, ou no interesse de distintas classes sociais.”

Marcelo Dias Carcanholo

“[...] não é mais possível olvidar que o sistema tributário brasileiro constitui mecanismo sofisticado de espoliação dos estratos da população com rendas mais baixas para garantir o patrimônio e a riqueza dos mais ricos, bem como para sustentar a engorda dos capitais dos credores da dívida pública. Assim, além da exploração direta de sobretrabalho – que fornece a base para a valorização do capital – articulam-se mecanismos de espoliação – que drenam parte da renda do trabalho para o capital.”

Luiz Fernando Reis e Epitácio Macário

- Marcelo Dias Carcanholo • Giovanni Alves • José Meneleu Neto
- Paulo Massey • Luiz Fernando Reis • Epitácio Macário • Francisca Rejane Bezerra Andrade • Mônica Duarte Cavaignac • Rebecca Rocha
- Osmar Gomes de Alencar Júnior • Maria Zelma de Araújo Madeira
- Richelly Barbosa de Medeiros • Teresa Cristina Esmeraldo Bezerra
- David Moreno Montenegro • Maria de Jesus dos Santos Gomes